



Tenha medo, Bolsonaro!

O terceiro número de 2022 da Cadernos de Gênero e Diversidade está no ar. Nessa edição, publicamos oito artigos originais e uma tradução. Este é mais um número produzido somente com artigos livres que chegam com certa frequência para a CGD. Essa frequência reflete uma busca crescente de pesquisadoras e pesquisadores por nossa revista, que tem se consolidado como um importante veículo de divulgação de trabalhos no campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

A publicação desse novo número ocorre em meio a um tumultuado segundo turno de eleições presidenciais. A disputa Lula x Bolsonaro constitui o centro das atenções da imprensa brasileira e internacional. Os resultados das eleições de 02 de outubro refletiram a polarização político-ideológica que tem organizado as decisões das eleitoras e eleitores brasileiras/os. Dos estados brasileiros, somente o Nordeste não refletiu essa polarização. Visto por aquelas/es que defendem a ordem democrática como o “Salvador da Pátria” em um contexto de explosão dos fascismos e conservadorismos materializados em um novo “ismo”, o bolsonarismo, o preço pago pelo Nordeste foi alto.

Uma onda xenofóbica se dirigiu ao Nordeste e ao povo nordestino. Velhas e enferrujadas representações sobre essa região foram atualizadas em mídias digitais e na fala do próprio atual presidente. Elas desencadearam situações de discriminação contra nordestinas e nordestinos, sobretudo no Sul e Sudeste. Representadas como uma “gente de menor valor”, o povo nordestino foi novamente associado ao atraso, ao analfabetismo e a falta de cultura, palavras do próprio presidente que disputa uma reeleição.

A fala de Bolsonaro ao mesmo tempo em que expressa xenofobia e produz discriminação, revela também ressentimento e medo. Afinal, somos uma região marcada por uma história de lutas. Cheia de registros e personagens que desafiaram o *establishment*. Somos Leões do Norte, somos Dragão do Mar, somos Malês, somos 2 de Julho. Tenha medo, Bolsonaro!



A equipe editorial agradece imensamente a autora Marina Fernandez, fotógrafa e mestranda de antropologia da UFBA, responsável pela fotografia que ilustra a capa desse número. A fotografia é o resultado da imersão da autora na cena *queer* de Salvador da qual ela participa desde os 15 anos. A fotografias que ela tirou retratam esses espaços, como o Bar da Pri, que antes acontecia na Casa Charriot e, recentemente, foi para o Santo Antônio Além do Carmo. O Bar da Pri é um espaço para shows de *drag queens*, música e jogos. De acordo com Marina, o processo de fotografia foi muito prazeroso e de intimidade, porque além dela se sentir em casa e à vontade, todas as pessoas fotografadas também se sentiam assim.

Boa leitura a todas/os/es!

Thiago Barcelos SOLIVA
Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA
Felipe Bruno Martins FERNANDES





ARTIGOS



Instrumentalização Política e Econômica Da Sexualidade:

Uma Ferramenta de Hegemonia de Classe, à Luz da Teoria de Michel Foucault

Thiago Augusto Galeão de AZEVEDO, *Universidade Federal Do Amazonas*

Resumo: Este estudo tem como objeto a possível instrumentalização da sexualidade à luz de interesses políticos e econômicos, a partir da consideração da teoria de Michel Foucault. Trata-se de um artigo que tem como objetivo contribuir com elucidações, considerando-se a seguinte pergunta problema: em que medida a sexualidade pode ser considerada um instrumento político e econômico hegemônico de uma classe social sobre as outras, a partir de Michel Foucault? Para respondê-la, inicialmente, analisou-se os mecanismos de poder centrados na vida, tratando-se do Poder Disciplinar, Biopolítica das Populações e da era do Biopoder, conceitos chaves na teoria do filósofo em análise. Em um segundo momento, centralizou-se a discussão sobre as relações de poder no âmbito do sexo, analisando as interações com este, principalmente, a partir da exposição do chamado dispositivo de sexualidade. Por fim, passou-se a analisar a possível instrumentalização da sexualidade por uma determinada classe, à luz de conceitos fundamentais em Foucault, como maximização da vida e Teoria da degenerescência, possibilitando a reflexão sobre a instrumentalização política e econômica da sexualidade, a partir de um viés hegemônico.

Palavras-Chave: Biopoder. Sexo. Sexualidade. Degenerescência. Corpo.



Introdução

O presente artigo possui como objeto de estudo a possível instrumentalização da sexualidade, com fins políticos e econômicos, por uma determinada classe social. Ressalva-se, desde logo, que se trata de um estudo pautado na teoria do filósofo Michel Foucault, no sentido de que o interesse para com o presente artigo é analisar a citada possível instrumentalização a partir da leitura da teoria do filósofo.

Portanto, não há qualquer intuito de generalização ou mesmo afirmação de verdades absolutas em relação à existência de uma política sexual unitária. Tem-se como objetivo, sim, contribuir com uma leitura específica sobre um ponto determinado da teoria de Foucault.

Feitas as devidas ressalvas e contextualizações, este artigo tem como pergunta-problema: em que medida a sexualidade pode ser considerada um instrumento político e econômico hegemônico de uma classe social sobre as outras, a partir da teoria de Michel Foucault? Para respondê-la, o presente artigo está estruturado em três seções de conteúdo, além da presente introdução e considerações finais.

Em um primeiro momento, realizar-se-á uma análise sobre as formas de poder incidentes sobre a vida, a partir da teoria de Michel Foucault, constituintes de um mecanismo de poder complexo. Tratar-se-á das relações de poder incidentes sobre o corpo e sobre a população, respectivamente, Poder disciplinar e Biopolítica das Populações, para ao final, comentar a chamada era do Biopoder. Eis conceitos de fundamental relevância para a compreensão da problemática e da análise propostas pelo presente artigo, fornecendo-se, desta forma, a base teórica necessária para a citada compreensão.

Em seguida, em um segundo momento, passar-se-á a analisar, a relação das formas de poder com o sexo. A configuração da citada relação e os efeitos ocasionados no âmbito social, explorando-se, principalmente, o conceito de dispositivo de sexualidade, de fundamental relevância na teoria de Foucault, no âmbito dos seus estudos sobre sexualidade.

Por fim, a partir da construção da necessária base teórica, discutir-se-á a possibilidade de a sexualidade funcionar como um instrumento político e econômico hegemônico de controle, utilizado por uma determinada classe dirigente para se auto-afirmar e explorar as classes menos favorecidas. Analisando-se, também, a configuração da



violência relacionada à criação da sexualidade, à luz de um discurso que tem a vida em sua centralidade.

O Controle Da Vida: Uma Análise Sobre A Incidência De Mecanismos De Poder Sobre A Vida

Inicia-se o presente artigo com a análise sobre a relação do poder e a vida, utilizando-se, para tanto, da teoria de Michel Foucault, que fundamenta e alimenta as discussões desenvolvidas ao longo do presente estudo. Nesta seção, serão explorados conceitos basilares de sua teoria, como os de *Poder Disciplinar* e *Biopolítica das Populações*, este dividido em *Governamental Estatal* e *Econômico Neoliberal*; com o objetivo de fornecer ao leitor o substrato teórico necessário para a plena compreensão da discussão projetada com o presente artigo, qual seja: compreender uma possível instrumentalização política da sexualidade, a partir de uma lógica de poder desvelada por Foucault.

O citado filósofo, em sua obra *História da Sexualidade: Vontade de Saber* (2014a), sustenta que, a partir do século XVIII, houve uma transformação na configuração do poder. Uma transformação radical, no sentido de que o poder que estava pautado na morte, no suplício, no castigo, chamado de *Poder Soberano*; perdeu a sua centralidade para uma nova configuração de poder, centrada na vida, no controle da vida dos indivíduos. Um poder que não tem como seu atributo a repressão, e sim o empreendedorismo, a criatividade, o controle da vida de indivíduos e de populações. Eis uma transformação que marca uma nova forma de existência para cada indivíduo, passando-se de uma mera existência jurídica para uma biológica.

Trata-se de um novo mecanismo de poder centrado na vida, que se desenvolveu através de duas formas: *Poder Disciplinar* e *Biopolítica das Populações* (*governamental estatal* e *econômico neoliberal*). Passar-se-á, mesmo que brevemente, a comentar as citadas duas formas de poder, com fins de contextualizar as discussões que serão travadas ao longo do presente artigo.

A primeira forma de poder incidente sobre a vida, à luz da teoria de Foucault, é o chamado *Poder disciplinar*, que tem como objeto de incidência o *Corpo*. Os corpos individuais ficam expostos a esta forma de poder. O corpo ganha um *status* econômico. É relacionado a uma



máquina, que precisa ser controlada, domesticada, ter horários de funcionamento, uma meta de produção e um padrão de comportamento. Trata-se de uma pedagogia corporal, relacionada ao viés econômico que marca este corpo, passando a ser uma peça manipulada pelo capital (FOUCAULT, 2014a).

Parafraseando o filósofo Miroslav Milovic, em sua obra *Política e Metafísica* (2017, p. 116-117), trata-se de um período em que o indivíduo é considerado pelas suas possibilidades, virtualidades, em relação à sociedade e não só pelos seus atos. Uma sociedade dominada pela lógica da vigilância panóptica, não mais pelo poder pastoral exercido sobre as almas e pelo poder soberano exercido pelo território.

Trata-se de um poder vital exercido sobre o corpo, à luz da necessidade de majorar a utilidade e docilidade dos corpos, por meio de um sistema de controle eficaz e econômico, assegurado “por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano.” (Foucault, 2014a, p. 150).

O indivíduo é docilizado, sendo coagido a reproduzir, entre outras normas, a norma de gênero caso queira ascender ao *status* de ser viável, conservando-o. Assim, Butler (1993) sustenta que a feminilidade não é produto de uma decisão, e sim de uma obrigação imposta pela norma que não está vinculada historicamente a relações de disciplina, regulação e castigo. Não há escolha em relação ao gênero, ninguém acata um gênero, o mesmo é encravado nos corpos, funcionando como um pré-requisito para que o indivíduo seja alguém em sociedade, um ser viável socialmente.

Uma criança que recebe de presente bonequinhas para cuidar, dar de mamar, fogãozinho e panelinhas onde predomina a cor rosa, está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e que terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer estes atributos. Ou então, se esta criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias. (Bento, 2008, p. 37).

À mulher é reservado, culturalmente, a mão esquerda do Estado, a mão mais frágil, feminina, assistencialista. A força não é o seu principal atributo. Seu espaço é o interno, dentro de casa, gerenciando a casa, a família, a cozinha. Profissões como magistério infantil, assistente social,



relacionadas a embelezamento, bem-estar. Eis um trabalho cultural que é iniciado muito cedo, com a própria socialização por meios dos brinquedos direcionados a cada gênero (BOURDIEU, 2014).

Eis uma sociedade marcada por uma lógica do *panoptismo*, que é exercida por vários agentes sobre os corpos de indivíduos colocados em espaços de controle, seja na escola pelo mestre, seja nas prisões pelo diretor das mesmas, seja em casas de saúde pelos médicos e psiquiatras. São vigilantes, que possuem o poder não apenas de controlar, mas de formar um saber sobre os vigiados, pautado em padrões de normalidade, definidores do que pode ser considerado normal e anormal (FOUCAULT, 2013).

Importante ressaltar que, apesar de se estar citando uma relação de poder, denunciada por Foucault, em um período histórico específico, a contemporaneidade não está despida do controle panóptico, assim como das produções efetivadas sobre aqueles que são considerados à margem da normalidade.

Aspecto contemporâneo este que pode ser facilmente ilustrado a partir de Porto; Neves e Ferreira (2022), por meio do artigo intitulado “Uma análise sobre gêneros descartáveis e corpos matáveis em Manaus”:

João Isac, auxiliar de padaria de 26 anos, foi assassinado por paquerar outro homem num bar em que estavam. A notícia, parece esforçar-se para reiterar, ter havido assédio, por parte da vítima, em face de seu assassino, Daniel [...] Percebe-se a partir do título da notícia veiculado no portal antes referido - ‘Homem é morto a pauladas após assediar jovem em bar; irmãos confessaram o crime’ -, a ocorrência da prática usual de prejulgar a vítima, sobretudo, quando se tratam de sexualidade à margem. (2022, p. 276).

Trata-se da narração de um fato que ocorreu na contemporaneidade, atravessado por produções feitas sobre o corpo homoafetivo a partir do eixo de normalidade. Produz-se pessoas anormais. Para além da produção, é necessário responsabilizá-los, inclusive quando são mortos, diante do não reconhecimento da inteligibilidade de sua vida e também de seus direitos.

Sem excluir o formato de poder anterior, Foucault destaca que a partir da segunda metade do século XVIII surgiu a segunda forma de poder sobre a vida, a *Biopolítica das Populações*. Antes de desenvolvê-la, é importante ressaltar que não houve um processo de substituição de uma forma de poder por outra, e sim uma articulação entre estas, o que



inclusive foi chamado por Foucault de a *era do Biopoder*, conforme será analisado ainda nesta seção.

Esta nova forma de poder, diferente da anterior, não incide sobre corpos individualizados, estando centrada no coletivo, em populações, no corpo-espécie. O nível biológico ganha centralidade, fazendo com que populações sejam analisadas a partir de sua existência biológica, com o gerenciamento de suas variáveis como nascimento, mortalidade e saúde; determinando-se os seus processos biológicos. Destaca-se, a espécie é colocada no centro de estratégias políticas, no sentido de que o “o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão.” (Foucault, 2014a, p. 154-155).

Ainda sobre a *Biopolítica das Populações*, pode-se identificar na obra de Michel Foucault duas abordagens: a *Biopolítica Governamental Estatal* e a *Econômico Neoliberal*. A primeira seria exercida através de um controle efetuado pelo Estado. O gerenciamento dos processos biológicos do coletivo como uma política estatal, exercido através da chamada *arte de governar*, que tem como meta final a população, submetendo-se o coletivo a campanhas e táticas estatais, concretizando um *governo racional*.

Foucault, em sua aula do dia 01 de fevereiro de 1978, do curso intitulado de *Segurança, Território e População* (2008); fornece exemplos de como as citadas campanhas e táticas estatais impactam na vida do coletivo, seja por meio da estimulação da taxa de natalidade, seja com o direcionamento de fluxos de população para determinadas regiões, para o exercício de certas atividades (Foucault, 2008, p. 140). Um controle efetuado pelo Estado de uma forma sutil e quase imperceptível.

Em uma segunda abordagem, pode-se identificar na obra de Michel Foucault a chamada *Biopolítica Econômico Neoliberal*, própria do segundo pós-guerra do século XX. Uma forma de poder que não se exerce através da exclusividade do Estado, sendo marcada por um novo agente: o Mercado. Trata-se de um poder diretamente relacionado a tecnologias neoliberais de governo, em que o mercado assume o papel de agente regulador do coletivo, intervindo na sociedade de modo a assegurar que a concorrência possa regulá-la, trata-se da função reguladora chamada por Foucault de *regulador de mercado geral da sociedade*. Uma lógica social em que o livre mercado econômico passou a ser o instrumento supremo de configuração de verdade na sociedade contemporânea, produzindo-se



novas formas de padronização e administração de comportamentos do coletivo (DUARTE, 2015).

Contexto este que é desvelado por Emanuele Mantovani, em seu artigo intitulado “A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino”. É possível, a partir da análise da citada pesquisa, correlacionar o efeito da Biopolítica Econômica Neoliberal sobre o corpo da mulher, em formato de mão-de-obra.

Esta concepção alimenta o paradoxo que, ao mesmo tempo em que a presença da mulher no mercado de trabalho aumenta, permanecem as desigualdades de salário e oportunidades, além disso, a mulher continua a assumir o trabalho doméstico, o que libera o homem para se dedicar com exclusividade ao trabalho produtivo. Sob esta perspectiva, tanto a divisão de tarefas, quanto a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres está associada a uma trajetória de subordinação que estabelece uma relação hierárquica entre os sexos. (Mantovani, 2021, p. 45).

Para além do controle da vida efetuada pelo mercado, no caso do trabalho prestado por mulheres há um atravessamento de gênero impactante, a partir do que se entende por Divisão Sexual do Trabalho, marcada por diferenças salariais, discrepâncias em oportunidades e, sobretudo, o acúmulo de tarefas consideradas como essencialmente femininas [sic], como tarefas domésticas. A sobrecarga do corpo da mulher, que muitas vezes é romantizada em datas comemorativas capitalistas, como o dia das mães.

Considerando este contexto de supremacia do mercado, Foucault destaca a figura do chamado *homo oeconomicus*, termo que o filósofo utiliza para destacar o atributo econômico atribuído ao indivíduo, fazendo-o *empresário de si próprio*. Neste sentido, o homem representa para si próprio o seu capital, produtor do mesmo e a sua própria fonte de renda, âmbito no qual o salário recebido representa a remuneração do seu capital humano. Desta forma, tanto o indivíduo, em sua singularidade, como a população são submetidos a princípios configuradores do contexto social marcados pelos ideais do empreendedorismo e da disseminação de empresas (FOUCAULT, 2008).

Nesta abordagem da *Biopolítica*, a politização da vida está relacionada à Biogenética, em que esta assume o papel de instrumento de seleção social. Explica-se. Antes da mesma, os indivíduos e seus corpos estavam sujeitos ao destino genético de sua carga biológica. Com a



biogenética, aqueles que possuem o capital para dela fazer uso, têm a possibilidade de gerar seus descendentes com uma carga genética superior, fazendo-os indivíduos com um baixo risco de adquirir certas doenças e de desenvolver efeitos nocivos à sociedade [sic]. Ainda sobre o capital genético superior, Foucault (2008, p. 313) destaca que equipamentos genéticos superiores serão raros, o que justifica a sua entrada em circuitos ou cálculos econômicos.

Trata-se de um contexto social dominado por uma lógica neoliberal, em que a biogenética assume o papel de um instrumento que possibilita a majoração das capacidades individuais, das virtualidades dos indivíduos, tornando-os aptos a competir socialmente. Eis uma lógica de padronização, que tem como função tornar a população economicamente útil.

Considerando as duas formas de poder destacadas nesta seção, *Poder Disciplinar e Biopolítica das Populações*, Foucault sustenta a existência de um novo período, a *era do Biopoder*, que se desenvolve a partir das duas direções já discutidas neste artigo, pela disciplina, própria da primeira forma de poder; e pelas regulações de populações. Foucault (2014a) destaca que os citados poderes se articulam, formando agenciamentos concretos que constituem a tecnologia de poder no século XIX, sendo o *dispositivo de sexualidade* um dos mais importantes citados agenciamentos, que será desenvolvido na próxima seção.

Sexo E Poder: Análise Das Relações De Poder Incidentes Sobre O Sexo

Analisados os mecanismos de poder centrais na teoria de Michel Foucault, passar-se-á a estudar as relações de poder incidentes sobre o sexo e os impactos daquelas sobre o mesmo, destacando-se o chamado dispositivo de sexualidade, conceito este central na teoria de Michel Foucault.

Ressalta-se, inicialmente, que foi a partir da vigência da era do Biopoder que os processos próprios à vida foram expostos a uma tentativa de controle e gerenciamento por parte deste novo mecanismo de poder-saber. Por meio da sua incidência sobre a vida, o acesso ao corpo foi concedido, fazendo com que os indivíduos sejam inseridos em um domínio de utilidade e valor, a partir da consideração da relação entre



capitalismo e Biopoder, sustentada por Foucault (2014a). Graças ao referido mecanismo de poder que o capitalismo pôde se desenvolver, seja com a organização e controle panóptico de corpos em uma escala de produção, Poder Disciplinar, seja com o controle de populações, com o incentivo à natalidade, por exemplo, a partir da Biopolítica.

Até a presente fase deste artigo, preocupou-se em analisar e esclarecer as relações de poder na teoria de Michel Foucault, por se considerar necessários para a plena compreensão da análise a que o presente estudo se propõe a realizar. Iniciar-se-á, portanto, feitas as abordagens teóricas basilares necessárias, a estudar a configuração do sexo diante das relações de poder incidentes sobre o mesmo, para que posteriormente se possa analisar a possível instrumentalização política da sexualidade, a partir da teoria de Foucault.

Pôde-se identificar, a partir do século XVIII, uma série de conjuntos estratégicos de poder sobre o sexo, ensejadores de um dispositivo de saber e de poder. Trata-se do surgimento de uma nova tecnologia de poder, que tinha o sexo em sua centralidade. Fundamentada não mais na religião, e sim na Medicina, na Pedagogia e na Economia. Estes como vetores de poder, compatível com a lógica empreendedora do Biopoder, de dominação de espaços com fins de normalização. O sexo ganhou o status de um interesse do Estado, fazendo com que quase todos do corpo social fossem obrigados a se colocar em vigilância (FOUCAULT, 2014a).

Para Foucault (2014a), como consequência das estratégias de poder incidentes sobre o sexo, a sexualidade foi produzida, como um dispositivo. Nas palavras do filósofo (2014a, p. 115): “De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar.”. Portanto, a partir do excerto, a ideia fundamental a ser extraída é a de que a sexualidade é um construto na teoria foucaultiana, e não um dado da natureza.

A sexualidade é considerada, na teoria de Foucault, um dispositivo histórico, marcado principalmente pela “estimulação dos corpos”, “intensificação dos prazeres”, “incitação do discurso”, que se encadeiam a partir de estratégias de saber e poder (Foucault, 2014a, p. 115). Um dispositivo típico da modernidade, fundado em técnicas



empreendedoras preocupadas em disseminar as formas de controle e o seu domínio.

Crianças e adolescentes como seres sexuais, que precisam ser controlados, vigiados pela família, pedagogos, médicos e psicólogos. O nascimento e o casamento como objetos de um controle estatal exercido através de projetos médicos-político. O corpo social obrigado a se colocar em máxima vigilância. Incitação sexual, dizer sexual com viés político, econômico e técnico. Uma sociedade em que o sexo era considerado um perigo à saúde dos indivíduos e que por isso precisava ser controlado.

Para fins de realização do citado controle, instaurou-se uma lógica pautada na propagação da necessidade de se falar sobre o sexo, ao invés de reprimi-lo. O que está relacionado diretamente com o que Foucault (2014a) chama de hipótese repressiva, que é rechaçada por ele, no sentido de que houve inicialmente a incitação do sexo, com fins de instauração da sexualidade. Somente ao final do séc. XIX, que houve uma alteração na configuração do poder, propagando-se uma lógica de repressão da sexualidade. Logo, à luz de Foucault, a sexualidade não é majoritariamente reprimida, mas principalmente produzida através de discursos. O que será aprofundado posteriormente (MISKOLCI, 2009).

Bento (2006, p. 132), sobre o dispositivo de sexualidade, sustenta que a experiência transexual seria um dos desdobramentos do mesmo, tornando-se inclusive um acontecimento histórico passível de observação. Século XX. A partir de 1950, pôde-se identificar a construção e uma articulação sobre a citada experiência.

Eis um dispositivo que tem como condão apontar os sintomas e formular um diagnóstico específico para os indivíduos classificados como transexuais, produzindo-se o chamado *transexualismo*. É importante destacar que contemporaneamente a patologização da sexualidade continua exercendo grande força e impacto social, mas não mais a partir da lógica de perversão sexual ou homossexualismo. Trata-se de um sistema de poder empreendedor, que tem suas estratégias de dominação mutáveis. Opera-se com os *transtornos de gênero*, considerando que o gênero só consegue a sua inteligibilidade quando correlacionado à diferença sexual e a complementaridade dos sexos. Assim, a heterossexualidade seria uma condição para a inteligibilidade dos gêneros (Bento, 2008, p. 107).

Pensar a heterossexualidade como um regime de poder significa afirmar que longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de constantes operações de repetição



e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma contínua e incessante materialização intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas, e que se apresenta como a-histórica. (Bento, 2008, p. 30-31).

Uma sociedade marcada pela instauração do dispositivo de sexualidade, transformador do corpo social em corpo sexual. Eis o estabelecimento de uma lógica em que a sexualidade passa a atravessar os corpos dos indivíduos, que precisam ser cuidados e protegidos, diante do capital patológico próprio ao sexo, o que justifica a necessidade de saber tudo o que tinha relação com o mesmo; os desejos; as posições eróticas dos indivíduos; os seus relacionamentos; para fins de controle. Uma lógica em que a sexualidade é um produto de discursos e um instrumento de controle de corpos (FOUCAULT, 2014a).

Trata-se de uma tecnologia de poder herdeira do cristianismo, entretanto marcada por transições paradigmáticas, próprias do final do séc. XVIII e início do séc. XIX. A questão da morte e do castigo perde a sua centralidade para o caráter médico, para a afirmação de uma normalidade médica, inclusive, com a separação da medicina do corpo da do sexo, criando-se uma ortopedia sexual. Foucault (2014a, p. 128) cita a *Psychopathia sexualis* de Heinrich Kaan, de 1846, como indicador da autonomização do sexo em relação ao corpo e, correlativamente, de uma medicina específica do sexo.

Atribuiu-se ao sexo uma responsabilização biológica, pautada em ideais de hereditariedade. Este foi relacionado a doenças, sendo considerado um elemento com um potencial de transmissão de patologias para as próximas gerações. Trata-se do chamado Capital Patológico da Espécie, destacado por Foucault (2014a), o que enseja a necessidade do sexo ser controlado, evitando-se uma possível transmissão ou criação de doenças.

É neste contexto que surge um projeto médico chamado de Teoria da Degenerescência, que tem como base a noção de hereditariedade. Richard Miskolci (2008), considerando a teoria de Foucault, cita que psiquiatras afirmavam que o caráter dos indivíduos estaria relacionado à boa ou má herança genética, ao ponto que apenas “bons casamentos” proporcionavam filhos sadios e de bom caráter. A degeneração era considerada hereditária, incurável, em condições definitivas.



As duas grandes inovações na tecnologia do sexo, da segunda metade do séc. XIX, para Foucault (2014a), foi a medicina das perversões e os programas de eugenia. Um contexto marcado pela propagação de tais ideais por meio da teoria da degenerescência, que concedia uma explicação sobre a maneira como uma linha hereditária permeada por doenças produzia, ao final, um perverso sexual. Assim, a homossexualidade era considerada o resultado de uma transmissão das mais diversas doenças. E mais, a perversão sexual não só era considerada resultado, mas origem, também, de um esgotamento de descendência, com o raquitismo dos filhos e com a esterilidade de futuras gerações. O que está diretamente correlacionado com a criação do transexualismo.

O dispositivo de transexualidade como uma tecnologia precisa de poder, que associada ao dispositivo de sexualidade é responsável pela fabricação do corpo, mais especificamente, do corpo trans, um corpo que necessitaria de intervenção médica, diante do seu caráter patológico, incoerente. Eis uma lógica de poder que cria o próprio elemento que pretende controlar, entretanto, sob o viés de que este elemento é natural e em razão da natureza o controle, a cura deve ser realizada.

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros encontra na experiência transexual seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, deparamo-nos com uma outra 'revelação': a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam para compor arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos. (Berenice Bento, 2006, p. 21).

À luz de Bento (2006), portanto, o corpo tem sido gênero desde sempre, no sentido de que ser mulher ou homem é definido pelo corpo que se tem, um corpo masculino ou feminino. Estrutura esta, entretanto, criada por um mecanismo de poder, pautada em uma norma de gênero, que vincula o mesmo às genitálias, aos corpos de cada indivíduo. Corpos sexuados, que foram alvo da sexualização produzida pelo dispositivo de sexualidade.

Destaca-se, assim, um dispositivo incidente sobre o sexo, que lhe concede um atributo patológico hereditariamente transmissível. O sexo como um perigo, que precisa ser contornado, contido, controlado. Precisava-se salvar a vida do seu potencial patológico, precisava-se protegê-la. O instrumento para essa proteção, de acordo com a teoria de Foucault (2014a), foi a sexualidade, a sexualização dos corpos, com fins



de proteção da vida. Investigar-se-á, na próxima seção, em que medida essa sexualização do corpo foi instrumentalizada por interesses políticos e econômicos de uma classe. Eis a questão central do presente artigo.

A Sexualidade Como Um Instrumento De Controle Político E Econômico

Analisadas as formas de poder incidentes sobre a vida, destacadas na teoria de Michel Foucault, assim como a relação do poder com o sexo, representado principalmente pelo conceito de dispositivo de sexualidade; obteve-se o substrato teórico necessário para a compreensão da análise a que este artigo se propõe, em sua centralidade. Trata-se da investigação de um possível viés político e econômico na criação da sexualidade, considerando a teoria de Michel Foucault.

Ressalva-se que o presente artigo não tem como pretensão chegar a conclusões que possam ser generalizadas e aplicadas em absoluto. Eis um artigo teórico, principalmente filosófico, que tem como objetivo analisar e propor interpretações sobre pontos que se intercalam no seio da teoria do filósofo em destaque.

Foucault sustenta que a sexualidade não foi reprimida, majoritariamente. Pelo contrário, ela foi incitada nas sociedades modernas. O caráter inventivo da referida tecnologia foi impulsionado, principalmente, em dois momentos. O primeiro, no séc. XVI, com os processos de direção espiritual e exame da consciência. Seguido do surgimento das tecnologias médicas do sexo, no início do século XIX. Trata-se de uma Ciência do Sexo, que estaria legitimada a falar sobre o sexo, projetando-se em níveis de neutralidade e pureza, características consideradas próprias à ciência [sic]. Uma dita ciência que não fala do sexo, mas de suas disseminadas perversões. Uma ciência moralista, serviente a uma ordem dominante, possuindo como objetivo a pureza moral, a eliminação das criaturas aberrantes, daqueles que não seguem à lógica heteronormativa (FOUCAULT, 2014a).

No séc. XIX, criou-se uma rede causal relacionada ao sexo, considerando este como a origem de todas as doenças, como um elemento com um potencial de causar ilimitados perigos à vida dos indivíduos, o que justificava a preocupação, seguida do controle exercido sobre o mesmo. Um controle que estaria fundado na inquirição, uma vez que se a verdade quer ser válida cientificamente precisaria do ato da escuta feito



pelo médico, que traria a completude a partir da interpretação. Por isso, Foucault (2014a) sustenta, a partir do séc. XIX, que a sexualidade se tornou um elemento a ser interpretado.

Considerando o caráter inventivo da citada tecnologia e a sua configuração, destaca-se que a sexualidade foi alvo de uma incitação, e não de uma repressão, com fins de controle, de gerenciamento, à luz de uma lógica de proteção da vida. Foucault (2014a) defende, inclusive, que se a sexualidade fosse controlada em níveis de repressão os primeiros a serem atingidos seriam os indivíduos considerados da classe pobre, o que não representa a forma como se sucedeu.

Vê-se claramente: a genealogia de todas essas técnicas com suas mutações, seus deslocamentos, suas continuidades e rupturas, não coincide com a hipótese de uma grande fase repressiva inaugurada durante a época clássica e em vias de encerrar-se, lentamente, no decorrer do século XX. Houve, ao contrário, inventividade perpétua, produção constante de métodos e procedimentos [...] Outra foi a história de sua difusão e de seu ponto de aplicação. Se escrevêssemos a história da sexualidade em termos de repressão, seria necessário supor que os controles sexuais tivessem sido tanto mais intensos e cuidadosos quanto mais dirigidos às classes pobres; deve-se imaginar que tivessem seguido as linhas de maior dominação e da exploração mais sistemática [...] Ora, não parece que as coisas se tenham passado dessa forma. Ao contrário, as técnicas mais rigorosas foram formadas e, sobretudo, aplicadas, em primeiro lugar, com mais intensidade nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes. (Foucault, 2014a, p. 130).

Destaca-se, assim, que as técnicas próprias à tecnologia do sexo foram formadas e aplicadas, primeiramente e com mais intensidade, nas classes privilegiadas economicamente e politicamente dirigentes. Inicialmente, a sexualidade das crianças e dos adolescentes da família burguesa ou aristocrática foi problematizada. Trata-se de uma lógica de alerta, no sentido de que as famílias burguesas e aristocráticas foram advertidas em relação ao potencial patológico do sexo, o que desencadeou a necessidade de vigiá-lo.

A família burguesa e aristocrática como os primeiros lugares em que houve a psiquiatrização do sexo, pedindo ajuda a técnicas “científicas”, aplicando-se em si próprias. Assim, a disciplina do corpo não foi aplicada, inicialmente, aos filhos do proletariado, e sim ao colegial, à criança que estava cercada por serviçais. A preocupação central era o não comprometimento de sua capacidade intelectual, o que já deixa bem marcado a hierarquia moderna em relação à mente e ao corpo. A mente, o intelecto, tinha que ser preservado, e menos o aspecto físico do corpo, uma



vez que este poderia ser facilmente encontrado na ralé, citando o termo utilizado por Jessé Souza, em sua obra *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009).

Trata-se de uma configuração social na qual sobre as crianças e adolescentes burgueses e aristocráticos incidia um dever moral e obrigação de preservação da descendência. Eles eram obrigados a manter a descendência de suas classes sadias, evitando-se qualquer tipo de doença e perversidade, à luz do já analisado sistema perversão - hereditariedade - degenerescência, que sustentava o sexo como a origem de todas as patologias, aniquiladoras da descendência.

E como proteger a descendência das classes dirigentes? Por meio do dispositivo de sexualidade. A sua instauração não ocorreu através da limitação do prazer alheio, e sim pelo teste do mesmo nas próprias classes dirigentes. A burguesia estaria preocupada com a maximização da sua vida, com a perpetuação de sua classe, do seu controle. Uma lógica de proteção da descendência, da vida das classes dirigentes, para que estas pudessem continuar no controle. Nas palavras de Foucault (2014a, p. 134, grifo nosso):

Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que ‘dominavam’. Foi nelas que se estabeleceu, em primeira instância, o dispositivo de sexualidade como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes. Deve-se suspeitar, nesse caso, de autoafirmação de uma classe e não de sujeição de outra: uma defesa, uma proteção, um reforço, uma exaltação, que mais tarde foram estendidos – à custa de diferentes transformações – aos outros, como meio de controle econômico e de sujeição política. Nesse investimento sobre o próprio sexo, por meio de uma tecnologia de poder e de saber inventada por ela própria, a burguesia fazia valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde, sua sobrevivência.

Considerando o sustentado por Foucault no excerto retrotranscrito, houve um investimento sobre o próprio sexo, a partir de uma tecnologia de poder e de saber, que foi, destaca-se, inventada pela própria burguesia, fazendo valer o alto preço político do seu próprio corpo.

Apontamentos e esclarecimentos precisam ser feitos para se dar continuidade a presente análise. Nas seções anteriores, ao se tratar da incidência das relações de poder para com o sexo, destacou-se que foi a partir da era do Biopoder que os processos relativos à vida foram expostos



a uma tentativa de controle por um novo mecanismo de poder-saber, e que por meio da sua incidência sobre a vida o acesso ao corpo foi concedido, tornando os indivíduos peças no jogo de utilidade e valor, a partir da relação do Biopoder com o Capitalismo.

Precisou-se lembrar dessa relação entre Biopoder, acesso ao corpo e Capitalismo para se poder realizar apontamentos sobre o que foi sustentado por Foucault no citado excerto, quando alega que a própria burguesia teria inventado a tecnologia de poder-saber incidente sobre o sexo. Ora, a burguesia, então, seria a responsável pela criação e instauração do dispositivo de sexualidade, a partir de interesses políticos e econômicos. Trata-se de um agenciamento político da vida, que se realizou não tão somente por meio da submissão de outrem, mas principalmente a partir de uma afirmação de si, afirmação de sua própria classe, com fins de controle.

A classe hegemônica, no século XVIII, atribuiu-se um corpo a ser cultivado e protegido de perigos e de contatos, isolando-se, para que mantivesse sua pureza, sua saúde, seu valor diferencial. Outorgando, assim, uma tecnologia do sexo, entre outras ferramentas. O sexo não foi para a burguesia um objeto que teve que ser anulado, apagado com o objetivo de colocar os dominados em uma escala de produção. Trata-se do elemento que mais lhe preocupou, cultivando-o à luz de “terror, curiosidade, deleitação e febre.” (Foucault, 2014a, p. 135). Submetendo o seu próprio corpo, a burguesia atribuiu ao sexo a reponsabilidade por sua saúde futura, acreditando que este seria a porção para sua descendência sadia, entregando-lhe, assim, a sua alma. Não se deve ver a burguesia a partir de uma lógica de castração, pelo contrário, como destaca Foucault (2014a, p. 135):

Deve-se, ao contrário, vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo de ‘classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autosssexualização do seu próprio corpo, encarnação do sexo em seu corpo próprio, endogamia do sexo e do corpo. Havia, sem dúvida, diversas razões para isso.

A burguesia estaria empenhada na tarefa de atribuir a si própria uma sexualidade, constituindo a partir dela um corpo diferenciado, saudável, higienizado, com um potencial para descendências sadias, uma raça superior. Trata-se de um corpo sexualizado.



Foucault (2014a) sustenta que a estratégia política da burguesia com a marcação do seu corpo pelo sexo configura uma transposição dos procedimentos utilizados pela nobreza, que também afirmava o caráter diferencial do seu corpo, entretanto a partir do seu sangue. Na lógica burguesa, o sangue seria o seu sexo. Uma lógica de sobreposição da casta burguesa sobre as demais, a partir de preceitos biológicos, médicos ou eugênicos, fulcrados na higiene e na saúde propiciados por meio do corpo sexualizado.

Todavia, a preocupação da burguesia para com o corpo sexual transcende a uma mera transposição da lógica da nobreza com fins de auto-afirmação. Havia outro projeto, também, o da expansão perpétua da saúde, da vida e, conseqüentemente, da classe burguesa. Uma lógica de valorização do corpo ligada à hegemonia de classe. Uma cultura do corpo, que está baseada na relação do corpo, sexo e uma espécie de racismo, conforme destaca Foucault (2014a, p. 137):

Testemunhos disso são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los vivos durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo 'racismo' [...] Trata-se de um racismo dinâmico, de um racismo de expansão, embora só encontrado ainda em estado embrionário e tendo tido que esperar até a segunda metade do século XIX para dar os frutos que acabamos provando.

Assim, a burguesia assumiu um corpo e uma sexualidade, para que a partir de um corpo sexualizado possa atingir o perpétuo, a proliferação secular deste corpo por meio do dispositivo de sexualidade, afirmando a sua diferença e hegemonia a partir desta lógica. A burguesia converteu, assim, o sangue azul da nobreza em um organismo e em uma sexualidade saudáveis.

Sustenta-se, portanto, que a burguesia utilizou da sexualização do corpo, do corpo sexualizado, marcado pelo sexo, para fins políticos e econômicos. Trata-se de uma estratégia baseada na maximização da vida, criada pela burguesia e implantada pela mesma. Uma lógica de controle do corpo em relação ao sexo, uma vez que este era considerado a chave para um organismo saudável e para descendências sadias, o que permitiria a perpetuação da classe, possibilitando o seu domínio político sobre as demais, que estariam à mercê de perversidades, não restando



outro espaço a ocuparem a não ser o papel de explorados pela classe burguesa dominante.

Foucault (2014a) comenta, sobre a temática, que a classe burguesa opôs obstáculos a reconhecer um corpo e um sexo nas outras classes, nas classes exploradas. As condições de vida a quais foram submetidos eram incompatíveis com a consideração de corpo e sexo. Não se tinha como preocupação a vida desses indivíduos, uma vez que de quaisquer maneiras estes se reproduziriam sozinhos.

Somente a partir de conflitos que o proletariado teve uma sexualidade e um corpo, que a sua saúde, seu sexo se tornaram problemas. Conflitos urbanos, a exemplo de epidemias, como a da cólera em 1832, prostituição e doenças venéreas. Trata-se de uma lógica de preocupação com a vida do proletariado em razão de seu potencial econômico, leia-se mão-de-obra. O fato determinante na origem da importância dada à saúde das classes exploradas foi o prejuízo econômico que as classes dirigentes teriam com o aniquilamento do proletariado. Uma lógica econômica e política, pautada em critérios utilitários. Em linhas sucintas, precisava-se de mão-de-obra saudável e contínua.

Desta forma, destaca-se uma alteração na lógica de instauração de um corpo e de uma sexualidade no proletariado em relação à classe dirigente burguesa. Enquanto na burguesia a instauração de tais elementos teria como ideal estratégico a sobreposição de sua classe, em relação às classes dominadas, a referida instauração teria um viés econômico, de controle, com fins de sujeição. Logo, após reconhecidos, o corpo e a sexualidade do proletariado foram colocados em vigilância.

Foucault ilustra as ferramentas utilizadas na realização de tal controle (2014a, p. 138): “escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral das populações, em suma, todo um aparelho administrativo e técnico permitiu, sem perigo, importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada [...]”. Deve-se destacar que este dispositivo apenas foi importado para o proletariado quando não mais se corria o risco de ele gerar os efeitos de afirmação de classe contra a casta dirigente, que seria único na classe burguesa. Assim, a partir da lógica econômica de exploração da classe proletária pela burguesa, no que já se discutiu em termos de mão-de-obra estável e sadia, o dispositivo de sexualidade continuava a ser um instrumento de sua hegemonia.



A “sexualidade”, portanto, como um conjunto de efeitos gerados nos corpos, em comportamentos, nas relações sociais, a partir de um dispositivo, que é elemento de uma tecnologia política complexa. Entretanto, deve-se ressaltar que não se trata de um dispositivo com funcionamento simétrico, não produzindo os mesmos efeitos (FOUCAULT, 2014a). Nas palavras do filósofo (2014a, p. 139):

Logo, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classes específicos.

Assim, pode-se sustentar, à luz da teoria de Foucault, que a sexualidade estaria originariamente relacionada à classe burguesa. Teria sua origem a partir dos interesses políticos e econômicos da citada classe dirigente, assumindo contornos múltiplos em outras classes específicas. Trata-se da origem histórica da sexualidade, que seria disseminada, posteriormente, através de múltiplos instrumentos e formas, com deslocamentos sucessivos e transposições, à luz de um foco hegemônico.

A citada heterogeneidade se tornou passível de percepção, no presente artigo, quando se discutiu a configuração do dispositivo de sexualidade em relação à classe hegemônica, pautada na maximização da vida, do cuidado; realizando-se um paralelo com o funcionamento nas classes exploradas, marcada pelo controle e viés repressor, à luz de fins de exploração, sujeição. Trata-se da generalização do dispositivo de sexualidade, dotando o corpo social de um “corpo sexual”, heterogêneo.

Ao final do século XIX, a burguesia reconfigura a sua sexualidade perante a das demais classes. Sustentando uma linha diferenciadora, que a singulariza e diferencia o seu corpo, protegendo-o. Trata-se de um contexto de interdição na maneira que a sexualidade burguesa é exercida e no rigor de sua imposição. Abre-se um parêntese para afirmar que é a partir deste contexto que se fundamentou a ideia de hipótese repressiva, de que a sexualidade foi reprimida, não se considerando o seu histórico, que parte de uma incitação para depois se chegar a então repressão.

Foucault (2014a) sustenta que o fato de a sexualidade ter sido relacionada a duas formas de poder, poder disciplinar e biopolítica das populações, gerou consequências no século XIX. A sexualidade foi dessecada, examinada em detalhes. Foi desencavada nas condutas e objeto de perseguição. In verbis, sustenta Foucault (2014a, p. 160):



[...] busco as razões pelas quais a sexualidade, longe de ter sido reprimida na sociedade contemporânea, está, ao contrário, sendo permanentemente suscitada. Foram os novos procedimentos do poder, elaborados durante a época clássica e postos em ação no século XIX, que fizeram passar nossas sociedades de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade. Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações.

Foucault (2014c) faz uma ressalva de fundamental importância. Poder-se-ia, a partir da identificação de traços comuns, ter a impressão de que a ética sexual própria ao cristianismo, ou Ocidente moderno, já estaria instaurada a partir de alguns de seus princípios essenciais na época em que estava em vigência a cultura greco-romana. Todavia, ressalva Foucault, este pensamento seria marcado por um desconhecimento de distinções fundamentais próprias às relações que os indivíduos sustentavam consigo mesmos.

Perceber-se-á as citadas distinções fundamentais, a partir da Idade Média. Tudo passou a ser regulado, das posições sexuais até os sonhos dos indivíduos, precisava-se saber de tudo.

A essa discrição grega se oporá a meticulosidade atenta da pastoral cristã, a partir da Idade Média: então se fará com que tudo seja regulado – posições, frequência, gestos, estado de alma de cada um, conhecimento por uma das intenções do outro, signos do desejo por um lado, marcas de aceitação por outro etc. A moral helenística e romana, por seu lado, diz pouco sobre isso. (Foucault, 2014c, p. 206).

Começa-se a entender, assim, a ressalva de Foucault quanto ao possível pensamento de que a ética sexual moderna já teria alguns de seus princípios fundamentais na vigência da moral da Grécia Clássica. Passou-se de uma lógica de cuidado de si, que não estaria marcada por um aspecto de controle, para um contexto dominado pela pastoral cristã, atravessado por uma configuração de poder extremamente controladora, o que influenciou diretamente na relação do corpo, sexo e gênero.

Portanto, é importante destacar que não se pode inferir que a moral sexual própria ao cristianismo e a do paganismo formem uma continuidade. Há diversos princípios, noções e temáticas que podem ser encontradas tanto em um como em outro, mas não possuem o mesmo lugar e valor em ambos. A igreja e a pastoral cristã colocaram em vigência um princípio moral construtivo, controlador, que possuía um alcance



universal. Todavia, na antiguidade, o pensamento não estava organizado sob o viés de uma moral unificada, coerente e impositiva a todos. Tratava-se apenas de uma suplementação à moral aceita comumente (FOUCAULT, 2014b).

Assim, houve uma alteração no mecanismo de poder incidente sobre o sexo, a partir da época clássica, instaurando-se no séc. XIX, com a incitação sobre o sexo. No lugar da morte, típica da sociedade de sangue, a vida. Uma sociedade de análise da sexualidade, normalizada, que tem em sua centralidade uma preocupação com a vida, um controle sobre a mesma, exercido por meio da disciplina e da regulamentação, leia-se poder disciplinar e biopolítica, já analisados ao início do presente artigo.

Trata-se de uma sociedade marcada pelo cuidado, pelo temor, em relação à sexualidade. Eis uma lógica de maximização da vida, de proteção desta contra doenças que estariam relacionadas à sexualidade, o que justifica o seu controle permanente, para que esta não escape e represente uma ameaça à vida, à espécie.

Apesar de se tratar de duas espécies de sociedades, sociedade de sangue e sociedade de sexualidade, Foucault (2014a) sustenta que é possível se identificar justaposições entre estas, no período de transição. Destaca-se uma forma de racismo que foi formado a partir da segunda metade do séc. XIX, baseado em uma lógica biológica, um racismo de estado, exercido por meio de estratégias políticas de povoamento, do controle da família e do casamento, da educação, da propriedade, das hierarquias sociais. Um racismo desenvolvido por meio de um conjunto de intervenções permanentes efetuadas sobre corpos, condutas, saúde e vida. Estas foram justificadas em função de uma preocupação para com a proteção da pureza do sangue e do triunfo da raça. Foucault, inclusive, cita o nazismo como a combinação “mais ingênua e mais ardiolosa” dos fantasmas do sangue com os paroxismos do poder disciplinar (2014a, p. 162).

Destaca-se que a transição do objeto do poder, da morte à vida, trouxe conseqüências, também, para a configuração da violência exercida pelo Estado. Antes, na vigência do mecanismo de poder centrado na morte, poder soberano, a violência estava fundamentada no direito do soberano de se proteger contra ameaças. A partir da instauração deste novo mecanismo de poder, centrado na vida, há uma inversão lógica, no sentido de que a violência se justifica pelo direito do corpo social de ter a sua própria vida preservada. Nas palavras de Foucault (2014a, p. 147):



Mas esse formidável poder de morte - e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos, populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais.

A violência passa a ser legitimada pelo discurso de maximização da vida, que precisa ser protegida contra ameaças, perversões, contra aquilo que pode lhe prejudicar. Sob esta lógica, Foucault realiza uma associação desta nova configuração da violência aos holocaustos sobre as próprias populações. A morte como um instrumento complementar de um controle positivo sobre a vida.

Pensando nessa nova configuração da violência em relação ao objeto do presente artigo, pergunta-se: como se pode interpretar os atos realizados pela classe burguesa à luz da lógica de maximização da vida, de proteção de sua descendência, conseqüentemente, de auto-afirmação de classe? Seriam atos dotados de violência?

Inicialmente, volta-se a frisar que, à luz da teoria de Michel Foucault, a classe burguesa seria a responsável pela criação e instauração de um dispositivo, chamado dispositivo de sexualidade, que representa um instrumento político e econômico. Com fins de auto-afirmação de sua classe, o filósofo sustenta que a referida classe dirigente se auto-aplicou o dispositivo, com fins de proteção de sua vida, de sua espécie, considerando o que era sustentado pela teoria da degenerescência.

Assim, o corpo foi sexualizado, tornou-se um objeto de cuidados, de proteção. Qualificando a classe burguesa, a partir de seu corpo e de sua sexualidade, como uma classe diferenciada em relação às demais, ao ponto de garantir, desta forma, sua hegemonia política e econômica. Tão somente quando se percebeu que as vidas daqueles pertencentes à classe explorada eram importantes economicamente, disseminou-se o referido dispositivo a estas.

Trata-se de uma produção de efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais, a partir de um dispositivo de poder. Uma lógica de violência, não necessariamente física, mas principalmente simbólica; que invade os corpos, normalizando-os, moldando-os, com o objetivo de servir a interesses políticos e econômicos.



Sustenta-se, assim, a sexualidade como um elemento de uma tecnologia política complexa de poder, padronizadora de corpos e de modos de vida, à luz de uma estratégia política e econômica burguesa. A sexualidade como um instrumento político e econômico, sendo instaurada em níveis de violência justificada pela proteção à vida. Trata-se não apenas da morte de sujeitos em prol de uma eugenia, mas a morte da liberdade corporal, de projetos de vida, de autonomia; em razão de uma lógica biologizante, comprometida com os interesses políticos e econômicos da classe dirigente, burguesa.

Por fim, cabe fazer uma ressalva. A pesquisa aqui proposta não tem como objetivo desvelar uma política sexual unitária, tampouco propagar, defender a existência de um padrão político sexual aplicável a todos os espaços e sociedades. Trata-se de uma proposta de estudo que se limita à teoria de Michel Foucault, buscando esclarecer e propor interpretações a pontos específicos de sua obra. Assim, corroborando da tese de Foucault (2014a), entende-se que não houve uma homogeneidade na política sexual, o que não inviabiliza a busca por uma origem histórica da sexualidade.

Considerações Finais

O presente artigo, conforme já exposto na introdução, tem como objeto de estudo a possível instrumentalização política e econômica da sexualidade. Para a realização do citado estudo, utilizou-se a teoria de Michel Foucault. Trata-se de uma pesquisa que se projeta dentro da teoria do filósofo, buscando elucidar e propor interpretações sobre um ponto específico de sua teoria.

De uma forma seqüencial, em um primeiro momento, analisou as formas de poder incidentes sobre a vida, sustentadas por Foucault. Identificou-se uma alteração na configuração do mecanismo de poder, que tirou do seu centro a morte, passando a ter incidência sobre a vida. Trata-se de um poder obstinado a controlar corpos e populações sob o pretexto de preservação da vida.

À luz do citado mecanismo de poder, expôs-se, primeiramente, o chamado Poder disciplinar, incidente sobre os corpos dos indivíduos, controlando-os em níveis de vigilância panóptica, inserindo-os em uma escala de produção. Logo, uma forma de poder, nitidamente, relacionada a interesses econômicos.



Analisou-se também, por sua vez, uma segunda forma de poder incidente sobre a vida. Trata-se da Biopolítica das Populações, um poder que se exerce não sobre corpos individuais, e sim sobre o coletivo, populações. Expôs-se suas duas vertentes, a Biopolítica Governamental Estatal, um poder exercido pelo Estado; e a Biopolítica Econômica Neoliberal, em que é o mercado que assume a titularidade deste poder, tornando-nos empresários de si próprios. Por fim, ainda nesta seção, analisou-se, mesmo que brevemente, a chamada era do Biopoder, que seria marcada tanto pelas relações de poder advindas do Poder disciplinar, assim como da Biopolítica das Populações. Trata-se de um poder exercido sobre a vida, em que esta passa a ocupar o mesmo espaço do político.

Em um segundo momento, centralizou-se a discussão para o objeto de estudo proposto pelo presente artigo, passando-se a analisar o impacto das relações de poder sobre o sexo. Inicialmente, discutiu-se que foi a partir da incidência do poder sobre a vida, que o acesso ao corpo foi concedido, podendo-se identificar, a partir do século XVIII, um conjunto de estratégias de poder sobre o sexo, ensejadores de um dispositivo de poder-saber sobre o mesmo. Trata-se do dispositivo de sexualidade.

Um dispositivo de poder que não mais estaria fundado na religião, mas na Medicina, na Pedagogia e na Economia; instaurador de uma lógica de controle do corpo, a partir da incitação do falar sobre o mesmo. Uma preocupação excessiva com o corpo, este sexualizado, diante do considerado capital patológico do sexo, à luz da teoria da degenerescência, que situava o sexo como origem de doenças e aniquilador de descendências. Assim, o corpo social cedeu espaço ao corpo sexual, fazendo deste um objeto que precisa ser cuidado, cultivado e protegido contra a origem de todos os maus, o sexo.

Realizadas as necessárias reconstruções filosóficas, passou-se a analisar a possível instrumentalização política e econômica da sexualidade. Partiu-se da concepção foucaultiana de que foi a classe burguesa a responsável por inventar e se auto-aplicar um dispositivo, o dispositivo de sexualidade. Este como uma invenção de uma classe à luz da máxima de maximização da vida.

O corpo social foi atravessado pela sexualidade, ao ponto de se tornar um corpo sexual. A sexualidade como um instrumento de poder, um conjunto de efeitos impactantes nos corpos, nos comportamentos e



em relações sociais; à luz de um dispositivo integrante de uma tecnologia política complexa.

Destacou-se um contexto social marcado pelos ditames da teoria da Degenerescência, instauradora da lógica do capital patológico do sexo, que instalam uma lógica de proteção à vida, associado aos mecanismos de poder já destacados, além de propiciar um contexto em que para se proteger a vida de uma determinada classe seria necessário proteger o corpo dos seus integrantes. Proteger contra a origem de todo o mau, contra a origem de todas as doenças, contra o elemento que possui um potencial aniquilador de gerações, leia-se o sexo. Pergunta-se: como realizar essa proteção? Por meio da sexualidade, esta enquanto um dispositivo.

Assim, destaca-se a sexualidade como um dispositivo que foi criado pela classe burguesa, com fins de auto-afirmação, de firmamento de sua classe. Precisava-se cultivar, cuidar e proteger o corpo da classe burguesa para que esta pudesse se perpetuar, ter descendências sadias, ter longevidade. Assim, estaria apta a manter o seu domínio político e econômico.

Analisou-se que só a partir do momento em que se percebeu que a saúde das classes exploradas era fundamental para o domínio econômico da classe exploradora, que se expandiu o dispositivo de sexualidade para aquelas. Não se trata de uma lógica de cuidado, ou mesmo de proteção, e sim de uma estratégia econômica hegemônica com fins de dominação.

Desta forma, defendeu-se que, à luz da teoria de Michel Foucault, a sexualidade, enquanto dispositivo, foi um instrumento utilizado pela classe burguesa com fins econômicos e políticos hegemônicos, à luz de um claro interesse de sobreposição de classe e exploração dos menos favorecidos, a partir de um discurso de proteção da vida, que inclusive legitima, conforme destacado, uma violência que se exerce a partir de uma lógica de matar para se proteger a vida.

A sexualidade como uma forma de violência, não apenas fundada na morte de sujeitos com fins eugênicos, mas principalmente na morte da autonomia do indivíduo em relação ao seu corpo, na morte de sua liberdade, que inclui a liberdade sexual, morte de modos de vida; em função de uma lógica biologizante, instrumentalizada por uma classe dirigente, à luz de interesses políticos e econômicos.



Referências

- BENTO, Berenice. O que é transexualidade? 1 ed. Brasília: brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina – A condição feminina e a violência simbólica. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BUTLER, Judith. Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.
- DUARTE, André. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo*. In: Para uma vida não-fascista. Org. Margareth Rago; Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014c.
- FOUCAULT. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MANTOVANI, E. (2021). A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 6(3), 35–56. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i3.35205>
- MILOVIC, Miroslav. *Política e Metafísica*. São Paulo: Max Limonad. 2017.
- MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias [online]. 2009, n. 21 [cited 2015-05-07], p. 150-182. Disponível em:



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2020.

MISKOLCI. O corte da Sexualidade: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil. In: *Reunião Brasileira de Antropologia: Desigualdade e Diversidade*, 2008. Anais Online da Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2008. v. 1. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2028/richard%20miskolci.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

PORTO, K. de A., Neves, A. L. M. das ., & Ferreira, B. de O. (2022). Uma análise sobre gêneros descartáveis e corpos matáveis em Manaus. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 8(2), 265–283. <https://doi.org/10.9771/cgd.v8i2.38737>

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Political And Economic Instrumentalization Of Sexuality: A Class Hegemony Tool, According Michel Foucault's Theory

ABSTRACT: This study aims at the possible instrumentalization of sexuality in the light of political and economic interests, according Michel Foucault's theory. It is an article that the objective is contribute with elucidations, considering the question: to what extent can sexuality be considered a hegemonic political and economic instrument of one social class on the other, from Michel Foucault? In order to answer it, we initially analyzed the mechanisms of power centered in life, dealing with Disciplinary Power, Biopolitics of Populations and the era of Biopower, concepts that are key in the theory of the philosopher under analysis. In a second moment, the discussion about power relations in the context of the sex centered, analyzing the interactions with this one, mainly, from the exposition of the called device of sexuality. Finally, we analyzed the possible instrumentalization of sexuality by a particular class, according fundamental concepts in Foucault, such as maximization of life and degeneracy theory, enabling reflection on the political and economic instrumentalization of sexuality, from a hegemonic bias.

KEYWORDS: BIOPOWER. SEX. SEXUALITY. DEGENERACY. BODY.

Thiago Augusto Galeão de AZEVEDO

Professor Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal Do Amazonas (FD-UFAM); Professor Permanente Do Programa De Pós-Graduação Em Direito Da Universidade Federal Do Amazonas (PPGDIR/UFAM); Líder Do Grupo De Pesquisa Em Direito Antidiscriminatório E Marginalizações Sociais Na Amazônia (GPDAMSA - CNPQ - UFAM); Coordenador Do Projeto De Pesquisa Produção Jurídica De Corpos: Relações De Poder, Direito E Corpo (UFAM); Pós-Doutor Em Direito - Universidade De Brasília (UNB); Doutor Em Direito - Universidade De Brasília (UNB); Mestre Em Direito - Centro Universitário Do Estado Do Pará (CESUPA); Especialista Em Direito Civil - Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais (PUC-MG); Especialista Em Direito Homoafetivo E Gênero - Universidade De Santa Cecília (UNISANTA); Bacharel Em Direito - Centro Universitário Do Estado Do Pará (CESUPA); Advogado (OAB/MT 26.888-B).

E-mail: thiagogaleao@hotmail.com

Lattes: [Http://Lattes.Cnpq.Br/5496674400879290](http://Lattes.Cnpq.Br/5496674400879290)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7698-7417>

Recebido em: 17/09/2020

Aprovado em: 21/09/2022



ARTIGOS



Aprendendo Sobre Feminilidades Com Arya E Sansa Stark Da Série Game Of Thrones

Mariana Vargas GAUDENZI, *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense*

Angela Dillmann Nunes BICCA, *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense*

Resumo: Neste artigo objetivamos problematizar a produção de verdades sobre feminilidades em cenas da série televisiva *Game Of Thrones* em que aparecem as personagens Arya Stark e Sansa Stark. A partir dos Estudos Culturais pós-estruturalistas, que nos permitem a compreensão de que vivemos em uma sociedade imersa em uma vontade de pedagogia que extrapola o ambiente escolar, consideramos os artefatos midiáticos como capazes de praticar pedagogias culturais que buscam produzir sujeitos. Nesse artigo, conferimos destaque ao modo como Arya e Sansa constituem suas feminilidades ao longo da série assumindo posições-de-sujeito em um discurso de feminilidade que as posiciona segundo normas vigentes nas quais elas estão socialmente imersas. Utilizamos estudos de teóricas *queer* como Butler e Louro para discutir conceitos de gênero e feminilidades e desenvolvemos uma análise de inspiração foucaultiana. Nosso resultado é uma análise que objetiva refletir sobre o caráter pedagógico de uma série que, ao mostrar para milhões de telespectadores diferentes possibilidades de ser mulher, produz questionamentos, tensionamentos e atualizações dentro de um discurso supostamente natural, mas que pode ser ressignificado justamente por ser discursivo e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Pedagogias Culturais; Gênero; Feminilidades; *Game Of Thrones*.



Entrando No Mundo Pedagógico De Westeros - Uma Breve Contextualização

Antes de começarmos a discussão, é importante contextualizar nossas leitoras e leitores sobre o universo de *Game Of Thrones* em que irão imergir. A série foi uma adaptação televisiva da saga de livros *Uma Canção de Gelo e Fogo* escrita por George R. R. Martin e transmitida pelo canal *Home Box Office* (HBO) até seu encerramento em maio de 2019. *Game Of Thrones* se tornou um fenômeno mundial de audiência e, à medida que suas temporadas eram transmitidas, a fama e o alcance da produção cresceram, tendo seu maior número de audiência registrado no último episódio, em que quase 20 milhões de telespectadores¹ acompanharam o desfecho da série em diferentes plataformas da HBO nos Estados Unidos.

A história da obra se passa nos continentes fictícios de *Westeros* e *Essos*, onde, no primeiro, famílias nobres que comandam diferentes territórios são subordinadas ao Rei Robert Baratheon da cidade de *King's Landing*. *Essos*, por sua vez, se organiza em cidades livres e autônomas politicamente que compartilham de um sistema econômico escravocrata e vivem em constantes disputas por território. O início dos conflitos da trama se dá após a morte do Rei Robert e a suspeita de que o príncipe Joffrey é filho bastardo da Rainha Cersei Lannister com seu irmão gêmeo. A partir disso e de outras complicações políticas, eclode uma Guerra Civil disputada principalmente pelas famílias nobres Stark e Lannister pela sucessão do Trono de Ferro, objeto carregado pelo simbolismo do poder do Rei, e pela liberdade de Eddard Stark, patriarca da família e preso como traidor após a morte de Robert Baratheon. A narrativa ainda desenvolve outras tramas paralelas e aborda uma pluralidade de questões que envolvem disputas políticas, culturais, religiosas, sociais, além de problematizar xenofobia e diversos preconceitos, aliando a isso elementos de narrativas fantásticas com a presença de dragões, mortos-vivos, magia e diversas outras situações que não cabem ser explicitadas aqui.

Após essa contextualização, resta explicar por que escolhemos as feminilidades que perpassam *Game Of Thrones* como objeto de análise. Além do vasto espraiamento da série graças ao seu amplo alcance mundial

¹ **OGLOBO**. 'Final de Game Of Thrones bate recorde de audiência da HBO nos Estados Unidos' <<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/final-de-game-of-thrones-bate-recorde-de-audiencia-da-hbo-nos-estados-unidos-23681488>>



que permitiu que os discursos² reverberados em sua trama pudessem atingir milhões de espectadores todos os anos, podemos afirmar que a série se mostrou como um artefato cultural extremamente produtivo de pesquisa para problematizar a produção de verdades acerca de feminilidades. Examinamos cenas da série televisiva *Game Of Thrones* nas quais as personagens Arya Stark e Sansa Stark estão presentes e possuem falas ou são mencionadas. Por nos alinharmos com os Estudos Culturais pós-estruturalistas, entendemos que não somos pesquisadoras indiferentes ao nosso objeto de pesquisa, mas que também somos atravessadas por ele e queremos destrinchá-lo com respeito à rigorosidade metodológica a que nos propomos, mas também como mulheres que querem contribuir para os debates de gênero. Além disso, compreendemos que vivemos em uma sociedade em que a escola não é o ambiente único de aprendizado, mas que desde que nascemos somos inseridas em um mundo que nos ensina como devemos nos portar, falar, agir, nos identificar como mulheres e homens a partir de diferentes ensinamentos em diversas esferas (família, escola, igreja, mídia e etc.) para que possamos definir posições-de-sujeito em que assumiremos status de filha, mãe, profissional, aluna, amiga segundo noções discursivas que elaboram nossas existências a partir de um padrão de normalidade. Essa vivência de contínua aprendizagem é caracterizada por Camozzato e Costa (2013) como produto de uma sociedade imersa em uma vontade de pedagogia, ou seja, uma necessidade de governar e posicionar sujeitos em diferentes lugares dentro das malhas discursivas para que atualizem, corroborem ou até mesmo rejeitem e modifiquem tais discursos.

São os processos educativos que realizam a operação de fazer os saberes atravessarem os modos de vida e nos tornarem sujeitos de determinados tipos. É assim que nos tornamos sujeitos de uma cultura que prega o consumo, ou sujeitos de um ideal corporal, de um padrão de beleza, da aspiração e conquista de um status profissional, entre tantos outros. É notório, ainda, que vivemos e experimentamos múltiplos posicionamentos, assumindo e abdicando de posições-de-sujeito (CAMOZZATO, COSTA, 2013, p. 27).

Em consonância com essa perspectiva, Rosa Maria Bueno Fischer (2002) aborda o conceito de dispositivo pedagógico da mídia, enfatizando a participação dos artefatos midiáticos na reprodução de verdades culturais que constituem os sujeitos e subjetividades a partir da

² Adotamos “discurso” em uma perspectiva foucaultiana, que será explicada a partir da página 10.



disseminação de saberes e discursos nas imagens e narrativas que coloca diante dos públicos. Fischer (2002, p. 153, grifos da autora) explica que

No âmbito específico das práticas escolares, o próprio sentido do que seja ‘educação’ amplia-se em direção ao entendimento de que os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo – para os diferentes grupos sociais, particularmente para as populações mais jovens – se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação. Estes não constituiriam apenas uma das fontes básicas de informação e lazer: trata-se bem mais de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos [...]. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas.

Ou seja, compreendemos que a escola não é o único lugar de aprendizagem, portanto, somos constantemente ensinadas sobre maneiras diferentes de compreendermos a nós mesmas e, no foco deste artigo, maneiras diferentes de sermos mulheres. Dessa forma, a feminilidade não faria parte de uma natureza pré-concebida que está desde sempre aí, mas produto de diversas construções discursivas e culturais que buscam produzir os sujeitos desde o nascimento para produzir subjetividades e encaixá-los dentro de noções que os classificariam como mulheres “normais” e “ideais”. Nessa relação, entendemos que os produtos midiáticos têm papel importante na disseminação de discursos que significam e atualizam noções de feminilidade e buscamos compreender em *Game Of Thrones* de qual forma as personagens Arya e Sansa Stark estão imersas em estratégias e malhas discursivas que buscam produzir suas feminilidades e posicioná-las de acordo com o que é esperado de mulheres, reverberando, assim, discursos de gênero e estratégias aos quais nós, telespectadoras, também somos sujeitadas e pelas quais somos atravessadas.



Discussões Sobre Gênero, Feminilidade, Performatividade E As Irmãs Stark

Nosso foco neste artigo são as irmãs Stark, Sansa e Arya, às quais somos apresentadas desde o primeiro episódio. Devido à relevância dos Stark no reino de *Westeros*, seus herdeiros têm destinos previamente estabelecidos. O filho mais velho será o futuro patriarca Stark e comandante do castelo de *Winterfell* e seus irmãos mais novos casarão-se com filhas de outras famílias importantes para comandar seus castelos ou se tornarão cavaleiros. Arya e Sansa têm apenas um destino traçado: deverão se casar com jovens de outras famílias, mas não serão comandantes de seus castelos e, muito menos, têm a possibilidade de se tornarem cavaleiras ou desempenhar outras funções como governantes.

É a partir deste destino que já é possível identificar que o fato de elas serem mulheres as condiciona desde pequenas graças a um conjunto de discursos que busca posicioná-las e limitá-las à posição de *esposas*. Em um breve exemplo, desde o primeiro episódio temos essa separação em relação aos homens: enquanto seus irmãos praticam arco e flecha e aprendem a lutar (T01E01³), a primeira cena em que vemos Sansa e Arya se passa em uma aula de bordados.

Neste momento já podemos adiantar um pouco do que discutiremos nas próximas páginas: a discursividade da feminilidade produz como efeito a possibilidade dos sujeitos rejeitarem ou aceitarem o que é definido como normal. Enquanto Sansa participa com entusiasmo da atividade de bordado e é elogiada por seus resultados, Arya se mostra constantemente distraída pelo barulho de seus irmãos e acaba escapando da aula para praticar arco e flecha junto com os meninos (T01E01).

A cena que citamos dialoga com a compreensão de Butler (2017) e Louro (2004; 2010) de que os conceitos de sexo, feminilidade e mulher podem ser problematizados e deslocados de uma noção que os torna naturais para considerá-los culturais e discursivos, ou seja, ao invés de serem parte de uma natureza fixa e imutável que define existências femininas e masculinas a serem de determinada maneira, tais noções são construtos culturais e linguísticos. Portanto, o significado de ser mulher é mutável e cultural, podendo sofrer variações históricas, geográficas, sociais e etc.

³ Desenvolvemos um código para ficar mais fácil identificar quais episódios de *Game Of Thrones* estamos citando neste artigo. T01E01 se refere ao Episódio 1 da Temporada 1, T07E02 se refere ao Episódio 2 da Temporada 7 e assim por diante.



Tais problematizações são possíveis graças à noção de performatividade da linguagem (SILVA, 2017), que define que ela seria muito mais do que um mero reflexo de uma realidade que já está dada. Muito mais do que nomear ou explicar objetos, fenômenos, pessoas e características, a linguagem tem caráter performativo, isto é, construtos linguísticos performam ações, modificam situações e produzem efeitos que passamos a entender como realidade. Assim, a linguagem é compreendida como constituidora do mundo, das coisas que existem nele e da nossa própria compreensão de realidade.

É importante frisar aqui que, ao compreendê-la desta maneira, não faz sentido pensar que algo apresente qualquer significação antes da ação da linguagem, uma natureza única e imutável, mas só teria sentido a partir dos efeitos que a linguagem possui. Cabe esclarecer que tal ação performativa só consegue produzir esses efeitos a partir da repetição, reafirmação e diversas estratégias discursivas que acabam naturalizando conceitos como a feminilidade. É a partir da reiteração de diferentes dispositivos (médico-científico, escolar, midiático, familiar) que tais noções passam a ser consideradas naturais.

A partir desta perspectiva, Butler (2017) problematiza a pressuposta fixidez dos conceitos de sexo, gênero e a assimetria que divide homens e mulheres com o objetivo de questionar e analisar através de quais estratégias e mecanismos eles se tornaram conceitos produtivos para classificar os sujeitos a ponto de serem considerados pré-discursivos e naturais. A autora afirma que

Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo *como* pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por *gênero* (BUTLER, 2017, p. 27, grifos da autora).

Louro (2010, p. 11) também se debruça sobre a discursividade de tais conceitos no seguinte trecho:

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e



codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Dessa forma, compreendemos que as características que são atribuídas a existências femininas, bem como o próprio corpo considerado feminino e todos os argumentos e estratégias utilizados para definir uma “essência feminina” são efeitos de um conjunto de construções discursivas localizadas culturalmente que buscam naturalizar uma determinada maneira de ser. Portanto, podemos entender que não existe um jeito natural ou correto de ser mulher que atravesse os períodos históricos e diferentes culturas, mas que “ser mulher” e “ser homem” têm seus significados alterados e constantemente atualizados, exatamente por serem discursivos. Segundo Butler (2017, p. 242, grifos da autora), o *gênero*

não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero.

Dessa forma, o gênero é constantemente atualizado, modificado, reiterado e constituído nos e pelos sujeitos. Em resumo, gênero se constitui implicado com os efeitos da ação performativa da linguagem. Como discutimos anteriormente, ser mulher não significa a mesma coisa que significava no Egito Antigo e, em um exemplo mais micro, não significa a mesma coisa para dois sujeitos diferentes. Essa noção generificada constante de “mulher” é efeito de atos corporais estilizados continuamente repetidos que produzem essa suposta fixidez, assim, para Butler (2017, p. 56, grifos da autora) “[...] o *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero”.

Tais práticas reguladoras de gênero se articulam de acordo com uma matriz heteronormativa compulsória que presume e tenta naturalizar a ideia de uma estreita relação entre sexo-gênero-sexualidade e centraliza como “normais” e “ideais” existências cis e heterossexuais, posicionando como desviantes outras possibilidades. No trecho seguinte,



Louro traz uma esclarecedora explicação sobre a ação dessa matriz heteronormativa:

Uma lógica heteronormativa rege a sequência que presume que, ao nascer, um corpo deva ser designado como macho ou como fêmea, o que implicará, por conseguinte, assumir o gênero masculino ou feminino e, daí, expressar desejo por alguém de sexo/gênero oposto ao seu. Um corpo viável, ou melhor, um sujeito *pensável* estão, portanto, circunscritos aos contornos dessa sequência ‘normal’. Uma vez que a lógica que sustenta tal processo é binária, torna-se insuportável (e impensável) a multiplicidade dos gêneros e das sexualidades. Aqueles e aquelas que escapam da sequência e das normas regulatórias arriscam-se, pois, no domínio da abjeção (LOURO, 2009, p. 138, grifos da autora).

É possível entender que a existência de sujeitos que escapem às normas regulatórias contribui para escancarar o aspecto discursivo de tais normas que se esforçam em ser consideradas naturais. Sobre isso, Butler escreve que

Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero (BUTLER, 2017, p. 44, grifos da autora).

Tais normas regulatórias são efeitos dos discursos, por sua vez constituídos por e atualizando padrões de normalidade. Assim, enquanto produz o que é definido e aceito como normal na vida dos sujeitos, a norma também é atualizada e modificada a partir das problematizações, resistências e desvios que são produzidos por eles. A partir dessa compreensão, entende-se que a norma seria efeito da produção de verdades que, ao determinarem eixos de normalidade, estabelecem um parâmetro que irá definir estratégias, conduzir saberes e posicionar sujeitos em diferentes classificações de acordo com quão perto ou longe se encontrarem do “ideal normativo” estabelecido. A heteronormatividade compulsória garante a centralidade de um tipo específico de vivência do corpo e, para manter-se considerada “natural”, utiliza de diferentes estratégias discursivas para constituir os sujeitos. Como Louro (2004, p. 82) explica no seguinte trecho:



Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos - continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades.

Em nossa pesquisa, é possível observar claramente as diferenças entre Sansa e Arya de acordo com as posições que assumem dentro de tal matriz. Arya, ao não se portar desde o início como o que é esperado de uma Lady, mais de uma vez tem seu comportamento comparado com o de um animal selvagem. Até mesmo em sua trajetória, vemos que a personagem se insere em cenas de luta de espada, assassinatos, fugas e outros ambientes em que está cercada apenas por personagens homens. Enquanto isso, Sansa participa alegremente de atividades e adota comportamentos próprios de uma Lady desde o início, afirmando que seu sonho é casar-se com o príncipe e tornar-se Rainha dos Sete Reinos.

Então, é a partir dessas compreensões acerca da discursividade da feminilidade e da construção de um ideal “normal” de existência feminina que condiciona todas as outras existências que podemos olhar para Sansa e Arya e observar como tais estratégias de normalização atuam sobre suas vivências e como elas produzem novas possibilidades de ser mulher. Portanto, resta abordar conceitos foucaultianos que nos auxiliam ao longo deste percurso e dialogam com as perspectivas sobre as quais discorreremos até aqui.

A Produção De Um Caminho Metodológico Para Percorrer As Discursividades De Westeros

Como já citamos, nossa pesquisa se insere nos Estudos Culturais de vertente pós-estruturalista, o que torna possíveis todos os questionamentos, movimentações e problematizações que trouxemos até aqui e que estão nas próximas páginas. Conforme afirma Paraíso (2012), as metodologias pós-estruturalistas compreendem que vivemos um tempo de desterritorialização, de desconstrução, de ultrapassar fronteiras e questionar como foi possível que elas fossem colocadas ali. Isso permite articular saberes de diferentes áreas e metodologias para embasar a produção, desconstrução e debates a que nos propomos de acordo com nossos objetos. Como explica Paraíso (2012, p. 33, grifos da autora)



Fazer as *articulações* de saberes e as *bricolagens* metodológicas é fundamental nas pesquisas pós-críticas que realizamos. Procedemos em nossas metodologias de modo a cavar/produzir/fabricar a articulação de saberes e a bricolagem de metodologias porque não temos uma única teoria a subsidiar nossos trabalhos e porque não temos um método a adotar. Usamos tudo aquilo que nos serve, que serve aos nossos estudos, que serve para nos informarmos sobre nosso objeto, para encontrarmos um caminho e as condições para que algo de novo seja produzido. A *bricolagem* é um momento de total *desterritorialização*, que exige a invenção de outros e novos *territórios*. Contudo, para articular saberes e bricolagem metodologias, nos apoiamos em diferentes deslocamentos, ‘viradas’, explosões e desconstruções feitas pelas teorias pós-críticas.

Porém, é importante ressaltar que pesquisas dessa perspectiva não se fazem sem rigorosidade metodológica e teórica. Apesar de esse campo não apresentar uma metodologia única, fechada, rígida com passo a passo explícito a ser seguido por seus pesquisadores, a ausência de uma rigidez e direcionamentos metodológicos não podem ser confundidos com falta de rigorosidade ou compromisso com as análises. Portanto, fomos rigorosas ao abordar nosso objeto de análise a partir dos conceitos que norteiam a pesquisa.

Para utilizar termos de *Game Of Thrones*, o que precisamos apontar aqui será como tratar com o livro de registros de duas Meistres⁴ zelosas, pois produzimos um relato de nossos modos de pesquisar. A primeira etapa desse trabalho compreendeu uma transcrição de cenas dos episódios da série nos quais as personagens Sansa e Arya têm falas ou são mencionadas por outros. Destacamos que, por nos basear na perspectiva foucaultiana para realizar esta pesquisa, foi necessário tomar cuidado desde o primeiro momento para não incluir nas transcrições interpretações nossas às cenas transcritas, detendo-nos apenas no contexto da cena e no que foi dito por diferentes personagens, sem tentar buscar objetivos ocultos, insinuações ou pistas nas “entrelinhas”.

Depois de realizada a transcrição, direcionamos o trabalho analítico para as cenas nas quais as personagens Arya Stark e Sansa Stark estão presentes ou são mencionadas e cujo tema dos diálogos compreende

⁴ Em *Westeros*, os Meistres são sábios, cientistas, conselheiros e estudiosos responsáveis, entre outras atividades, por manter registros dos acontecimentos importantes da história do Castelo a que estão servindo. Então, quando anotamos nossa estratégia metodológica, nos sentimos como estes personagens e seu papel importantíssimo para propagação do conhecimento no universo de Sansa e Arya.



as formas como elas produzem suas feminilidades. Esse recorte nos levou a um conjunto de cenas oriundos de diferentes temporadas e episódios. Por esse motivo, como já foi apontado antes, cada um dos trechos trazidos para este texto é acompanhado por um código que identifica temporada e episódio de onde foi retirado.

Realizado o recorte e detalhamento do material analítico, passamos a desenvolver a discussão presente neste texto valendo-nos de alguns conceitos foucaultianos que abordaremos a seguir. Para Foucault (2008), os discursos são práticas que formam os objetos de que falam. Tal noção dialoga com o conceito de performatividade da linguagem ao conceber que não existe uma natureza que apenas é lida e traduzida pelo que é dito dela, mas que é constituída a partir de seus discursos. Os discursos que moldam a sociedade e produzem verdades acerca de diferentes conceitos são resultados de uma intrincada relação de poderes e saberes que naturalizam o que é produzido em uma determinada época.

Foucault (2017) discorreu sobre essa estreita relação entre poderes e saberes, afirmando que todos os saberes são histórica e culturalmente localizados e que, sem as relações de poder os impulsionando, reiterando, questionando e os modificando-os, os saberes não seriam constituídos nem aceitos como possíveis. A partir dessa relação, poderes e saberes constituem discursos que passam a ser considerados verdades, constroem maneiras de ser e são atualizados a partir de reproduções ou desvios produzidos pelos próprios sujeitos que por eles são constituídos. Porém, é importante entender que, para o autor, o poder é visto como algo positivo e produtivo, isto é, muito mais do que uma força que apenas diz “não”, o poder é uma força capaz de produzir efeitos.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2017, p. 45).

Dessa forma, os discursos seriam produzidos graças a essa relação de poderes e saberes e, a partir disso, constituiriam verdades consideradas naturais. Para Foucault, isso acontece porque a verdade é uma “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável” (2017, p. 60).



Ainda, o autor afirma que a “‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2017, p. 54, grifo do autor). Portanto, não haveria produção de verdade sem relação de poder que a confirme, atualize, apoie, classifique e a faça agir sobre o corpo dos sujeitos que, por sua vez, contribuem para seu estabelecimento a partir de atualizações, problematizações, questionamentos que mantêm o discurso funcionando. Dessa forma, concebemos a feminilidade que perpassa Arya, Sansa e todas as mulheres como um discurso que produz verdades acerca de modos de viver que condizem ou não com o que é culturalmente determinado como feminino. Portanto, analisamos como se dão essas construções de feminilidades em *Game Of Thrones* não por compreendê-las como reflexos do que acontece em nossa sociedade, mas como construtos culturais que só são possíveis por causa dos discursos que as regem. Por mais que não sejamos obrigadas a aprender a costurar ou tenhamos como aspiração casar com o Príncipe, não é difícil encontrar em nosso cotidiano atividades que são consideradas “de meninas” e outras das quais somos desencorajadas a participar por “mulheres não serem boas nisso”. É esse tipo de ligação que fazemos entre *Game Of Thrones* e as feminilidades que vivenciamos. A partir do que problematizamos na série, buscamos levantar questionamentos sobre tais produções de modos de ser que nos atravessam.

A compreensão de que não existe uma realidade pré-discursiva é determinante da maneira com que operamos sobre nosso objeto de análise, pois, se não há uma “essência” antes do discurso, não cabe ater-se a uma “verdade escondida” por trás daquilo que é dito nas falas de Arya e Sansa para procurar significados ocultos e uma suposta revelação acerca de feminilidades. Cabe-nos ater apenas ao que está explícito, exatamente por compreender que é no nível da exterioridade e da superfície discursiva que podemos analisar sua produtividade, os efeitos que cria e os saberes que constitui.

Lady Ou Fera Selvagem? Arya, Sansa E Os Discursos Sobre Feminilidade

Ao analisar a trajetória de Arya e Sansa Stark, fica visível o quanto suas existências são permeadas por um discurso de gênero que define como elas são e como devem ser mulheres, seja pelos vestidos que Sansa borda e usa que são elogiados pela Rainha Cersei (T01E01), seja pelas



roupas confortáveis para viajar e lutar com espadas que Arya usa, visto que ela “não se veste como uma dama” (T06E02). Ainda, permeia a maneira como são caracterizadas por outras personagens: em uma briga com Sansa, Arya puxa os cabelos da irmã e, por isso, é chamada pela Rainha Cersei (T01E02) de “tão selvagem quanto seu animal”, uma loba chamada Nymeria. Arya também ouve que age “mais como uma fera do que como uma dama” (T01E03) em outro momento de rebeldia. As constantes comparações a animais e a um comportamento selvagem e rebelde nos saltam aos olhos, demonstrando que, na visão daqueles que estão a sua volta, o comportamento de Arya não apenas desvia do que é esperado de uma mulher heteronormativa, mas do que é esperado de uma pessoa. Portanto, se Arya é um animal, como poderia ser uma Lady? Tal caracterização da personagem corrobora a existência de um determinado tipo de comportamento que é esperado e desejado de uma mulher e que é tensionado pelas atitudes da garota, que, ao agir dessa maneira, reverbera o que Butler (2017) explica como a não conformação dos corpos às normas discursivas de sua época, abrindo espaço para tensionamentos e novas possibilidades.

Mas não é apenas em atitudes rebeldes que Arya produz seus tensionamentos, pois até ao falar de suas heroínas ela demonstra isso:

Arya: - Visenya Targaryen era uma grande guerreira. Ela tinha uma espada de aço valiriano chamada a Irmã Negra.

Tywin: - Ela parece ser sua heroína. A maioria das garotas se interessa pelas donzelas nas canções, flores no cabelo.

Arya: - A maioria das garotas são idiotas.

Tywin: - (rindo) Você me lembra minha filha. Onde aprendeu sobre Visenya e a sua espada de aço valiriano? (T02E07)

Em sua trajetória, não é difícil identificar de que maneiras Arya fugiu dos padrões de feminilidade: além de aprender a lutar e viajar disfarçada de menino, a garota foi treinada para se tornar uma assassina - algo que não é esperado de uma Lady. Ao longo das temporadas, suas habilidades passam a ser reconhecidas e respeitadas por outros personagens.

Brienne: - Ela está viva. Arya.

Cão: - Onde?

Brienne: - Em Winterfell.

Cão: - Quem a está protegendo se você está aqui?

Brienne: - O único que precisa ser protegido é aquele que ficar no caminho dela.

Cão: - Não será eu. (T07E07)



Arya: - Não vou cortar você. Não se preocupe.

Brienne: - Vou tentar não cortar você.

Começam a trocar golpes. Arya desvia com facilidade e ataca Brienne. A expressão no rosto da garota é de quem está se divertindo. A luta termina em empate: Arya com a adaga na garganta de Brienne, Brienne com a espada na garganta de Arya.

Brienne: - Quem ensinou você a fazer isso?

Arya: - Ninguém. (T07E04).

Desde o início, Arya deixou claro que não desejava tornar-se o que era esperado de uma Lady.

Ned: - Ele precisa ficar forte primeiro.

Arya: - Ele queria ser cavaleiro da Guarda Real. Ele não pode mais ser um agora, pode?

Ned: - Não. Mas, um dia, ele pode ser o Senhor de um castelo, ou se sentar no Conselho do Rei, ou construir castelos como Brandon, o Construtor.

Arya: - Eu posso ser Senhora de um castelo?

Ned: - Você se casará com um Senhor e governará o castelo dele. Seus filhos serão cavaleiros, princesas, Senhores.

Arya: - Não. Essa não sou eu. (T01E04).

Arya escancara a discursividade da noção hegemônica de “feminilidade ideal” em suas atitudes, no modo de se portar, em seus sonhos e heroínas e, principalmente, na maneira como sua trajetória se desenrola. Identificamos isso como um aspecto potente da personagem que, ao mostrar para milhões de espectadores que mulheres podem desviar daquilo que é esperado e lhes é ensinado como correto desde sempre, demonstra que não existe apenas um jeito certo de ser mulher e que outras narrativas e estilos de vida não apenas são possíveis, mas também válidos. Tal posicionamento corrobora o que Butler afirma no seguinte trecho

O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória (BUTLER, 2010, p. 154).



Por sua vez, Sansa desenha uma trajetória próxima ao que é esperado por uma Lady, incorporando em sua maneira de portar-se, vestir-se e em seus sonhos os discursos hegemônicos de feminilidade. Isso faz com que ela seja constantemente caracterizada por outros personagens com termos como passarinho (T01E08; T02E03), e, ao falar sobre sua menstruação, dizem a ela que “você desabrochou” (T02E07). Além desses e outros termos que passam a noção de inocência e delicadeza, a beleza de Sansa é elogiada por diferentes personagens.

Cersei: - Olá, pombinha. Você é linda. Quantos anos tem? (T01E01)

Cersei: - Sua filha se sairá bem na Capital, uma beleza como a dela não deveria ficar escondida aqui para sempre. (T01E01)

Sansa: - Você acha que o Joffrey vai gostar de mim? E se ele achar que eu sou feia?

Catelyn: - Então ele é o príncipe mais estúpido que já existiu. (T01E01).

Olenna: - Não me surpreendo, ela é uma linda garota com um nome famoso.

Varys: - De fato. Ela seria um ótimo par para o pretendente certo. [...] (T03E04).

Essa centralidade da beleza em relação à feminilidade não é uma novidade nem uma característica exclusiva da vivência de Sansa. Um corpo belo feminino hegemonicamente deve atender a padrões de beleza que também são determinados culturalmente e posicionam os sujeitos de acordo com o quão próximos eles estão de atingi-lo ou não, criando marcas em suas existências. Em relação a esse discurso, espera-se que os sujeitos realizem esforços para encaixar-se nesse padrão de beleza e serem considerados belos não apenas para questões estéticas, mas para sentirem-se aceitos em determinados grupos, tornarem-se desejáveis e para reafirmarem-se como mulheres belas. Portanto, essas preocupações ficam claras em Sansa, que busca usar vestidos e penteados de acordo com o costume da região em que está morando:

Septã: - Seu cabelo está penteado como o de uma garota do Sul.

Sansa: - E por que não estaria? Estamos no Sul.

Septã: - É importante se lembrar de onde você veio. Não tenho certeza se sua mãe gostaria desse novo estilo (T01E06).

Ressaltamos que Sansa ser bela e desejar adequar-se aos padrões não podem ser considerados, sob a perspectiva assumida neste texto, simplesmente como algo negativo ou algo que a limite, mas como um dos



efeitos do caráter produtivo das relações de poder. A noção de beleza, especialmente beleza feminina, é efeito de variados discursos generificados que, ao mesmo tempo que afirmam que Sansa é uma beleza que não deve ser escondida, fazem com que Arya seja confundida com um menino (T01E05). Porém, o caráter flutuante dos discursos de gênero e, mais especificamente, do que define o que uma mulher bela deve ser, também pode ser apontado nos trechos a seguir em que, na sétima e oitava temporada, Arya é chamada de bela por dois personagens homens diferentes:

Arya: - Obrigada pela torta.

Arya pega a bolsa de moedas para pagá-lo.

Torta Quente: - Amigos não pagam. Nem acredito que pensei que você fosse um rapaz. Você é bonita.

Arya: - Obrigada. (T07E02).

Gendry: - Sim, eu também. Já não sou Gendry Rivers. Sou Gendry Baratheon, Lorde de Ponta Tempestade. Por ordem da rainha.

Arya: - Parabéns.

Gendry beija Arya.

Gendry: - Não sei ser Lorde de nada. Mal sei usar um garfo. Só o que sei é que você é linda e eu te amo e nada disso vai ter valor se você não ficar comigo. Então fica comigo. (T08E04).

Ao reafirmar que Arya não se posiciona próxima à feminilidade hegemônica ou criar situações em que Sansa manifesta sua preocupação em atender a padrões esperados de uma Lady, a narrativa presente em *Game Of Thrones* reitera e atualiza as normas que regulam as possibilidades para os personagens da série. Tais normas, como afirmou Butler (2010), materializam o sexo que, por sua vez, não é simplesmente algo que resulte das diferenças materiais do corpo, não é um fato ou uma condição permanente do corpo, o sexo é um construto que se materializa através do tempo.

Por outro lado, Sansa também demonstra que uma existência próxima dos padrões de feminilidade é possível. Como já citamos, as habilidades de costura, bordado, gentileza e maneiras à mesa de Sansa são elogiadas por diferentes personagens, porém, como Cersei Lannister afirma para a garota, mulheres nobres apenas aprendem a sorrir, cantar e agradar.

Cersei: - Quando éramos jovens, Jaime e eu éramos tão parecidos que nem nosso pai nos distinguia. Nunca entendi por que nos tratavam diferente, Jaime aprendeu como lutar com espada, maça e lança e eu fui ensinada a sorrir, cantar e agradar. Ele era o



herdeiro de Rochedo Casterly e eu fui vendida a um estranho como um cavalo para montar quando quisesse. (To2E09)

Apesar de essa perspectiva não incomodar Sansa no início de sua trajetória, é possível observar como até mesmo uma feminilidade próxima ao hegemônico é capaz de produzir resistências, tensões e novas possibilidades. Ao fim das oito temporadas, Sansa, que antes se considerava “uma garotinha estúpida com sonhos estúpidos e que nunca aprende” (To3E07; To4E05) não sonha mais em ser esposa do Rei, mas torna-se a comandante do castelo de *Winterfell*, Rainha do Norte e uma líder respeitada.

Sansa: - Precisamos nos preparar para isso. Este é o melhor lugar para enfrentar a ameaça. Precisamos armazenar grãos de todas as fortalezas do Norte. Se não usarmos, vamos devolver, mas se todo o Norte fugir para Winterfell, não vai ser possível trazer carregamentos de grãos.

Lorde: - Muito sábio, minha Lady.

Sansa: - Mestre Wolkan, providencie isso.

Sansa para e observa o trabalho dos ferreiros com as armaduras.

Sansa: - Estão cobrindo as armaduras com couro?

Lorde: - Não, minha Lady.

Sansa: - Não deveriam? Para quando o frio chegar?

Lorde: - Deveriam mesmo. Com licença, minha Lady. *Vira para um dos ferreiros.* Você aí: por que não tem couro nessas armaduras?

Baelish: - Você nasceu para comandar. Os Nortenhos estão se ocupando só da ameaça além da Muralha. (To7E03)

Apesar de terem suas trajetórias separadas por boa parte da narrativa, no final, Arya e Sansa se encontram e precisam lidar com suas diferenças. Apesar de conflitos que não cabem ser explicitados aqui, em algumas conversas é possível identificar como elas reconhecem as posições-de-sujeito que assumiram.

Arya: - Eu sou apenas o carrasco. Você passou a sentença. Você é a Lady de Winterfell.

Sansa: - Isso te incomoda?

Arya: - Eu nunca seria uma Lady tão boa quanto você. Então eu tinha que ser outra coisa. Eu nunca teria sobrevivido ao que você sobreviveu.

Sansa: - Você teria. É a pessoa mais forte que conheço. (To7E07).

Esse trecho dialoga com a cena da primeira temporada que citamos anteriormente, em que Arya afirma querer ser comandante de seu próprio castelo, não uma Lady. Na fala acima, ela percebeu que não seria capaz de desempenhar essa função tão bem quanto Sansa não por uma



incapacidade nata ou por ser uma mulher desviante, mas pelo fato de que as habilidades de liderança que Sansa adquiriu lhe foram ensinadas - nem sempre de maneira agradável - e que ela, por não as ter aprendido, não seria capaz de desempenhá-las tão bem. No seguinte trecho, podemos observar mais uma vez que certos comportamentos considerados naturais nada mais são do que tentativas reiteradas de adequar os sujeitos em determinadas posições normativas a partir de critérios culturais e que, como Arya o fez, os sujeitos têm a possibilidade de rejeitá-las e criar resistências.

Arya: - Uma vez os meninos estavam atirando flechas com o Rodrik. Eu saí aqui depois e o Bran havia esquecido o arco dele. Estava no chão. Sor Rodrik teria batido nele se visse aquilo. Havia uma flecha no alvo e não tinha ninguém por perto, assim como agora. Ninguém para me parar. Então, comecei a atirar. A cada flechada, tinha que ir, pegar minha única flecha, voltar e atirar novamente. Eu não era muito boa. Finalmente, eu acertei bem no meio. Podia ter sido a 20^a tentativa. Ou a 50^a, não me lembro. Mas acertei bem no meio. E então ouvi isso. *Arya bate palmas*. Eu olhei para cima e ele estava bem aqui, sorrindo para mim. Sabia que o que estava fazendo era contra as regras. Mas ele estava sorrindo, então sabia que não era errado. As regras eram erradas. Eu fazia o que era destinada a fazer e ele sabia disso. (T07E06)

Como já explicamos, o caráter performativo do gênero tem como efeito a construção de uma noção de que o gênero é algo constante e imutável, mas essa noção se dá a partir das práticas reiterativas que buscam reafirmar o discurso através de diferentes estratégias pois, a partir do que explicou Butler (2010), a materialização dos corpos nunca se completa e estes nunca se conformam, por inteiro, às normas que os regulam. Assim, a filósofa corrobora a compreensão de que

o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como ‘corpo’, quer como um suposto sexo (BUTLER, 2010, p. 154, grifo da autora).

Arya é um corpo que não se conforma desde o início e Sansa, por mais que reafirme e traga para sua vivência diversas expectativas de uma feminilidade hegemônica, também não se conforma por inteiro ao ideal durante sua trajetória, produzindo, como citamos acima, suas próprias resistências. Essa constante necessidade de repetição e reiteração, os



vestidos, as atividades, as diferenças entre homens e mulheres, a caracterização do seu corpo faz parte de, como afirma Butler (2010), minuciosas e capilares estratégias que materializam as normas regulatórias e criam posições-de-sujeito. Nesse momento, não falamos apenas das garotas Stark, pois elas não estão alheias aos discursos que moldam nossa sociedade por estarem inseridas em um produto cultural que é constituído graças a tais discursos.

Considerações Finais

O que buscamos problematizar este trabalho é: como nos tornamos mulheres? O que nos define como um ser feminino? Consideramos a partir de nossa perspectiva teórica que somos ensinadas por diferentes esferas desde pequenas a viver de uma maneira que foi culturalmente definida como feminina, mas que temos a capacidade e liberdade de questioná-la, tencioná-la, produzir resistência e, por que não, concordar com ela também.

Neste artigo buscamos contribuir com os assuntos e debates sobre estudos de gênero e feminilidades a que nos propomos a abordar, sem a pretensão de trazermos respostas definitivas para tais questões, apenas de produzir um percurso teórico que pode suscitar novas perguntas e problematizações. Ao analisarmos as discursividades sobre feminilidade associadas às personagens Arya e Sansa Stark, o fizemos por compreender a potência pedagógica de uma série televisiva de grande alcance e por identificarmos que em tais personagens era possível observar diferentes possibilidades de feminilidades com grande espaço dentro da narrativa e que, por consequência, acabavam chamando a atenção de seus telespectadores, que entravam em contato com os discursos que ali estavam sendo reverberados e problematizados. Na análise, buscamos entender em quais momentos as feminilidades das duas personagens são significadas, quais termos são usados para caracterizá-los e como suas trajetórias também as posicionam de acordo com o padrão hegemônico. Para isso, identificamos diferentes estratégias que se correlacionam ao tentar elaborar as existências femininas de ambas ao longo das temporadas.

Por fim, compreendemos que existem várias Aryas e várias Sansas, assim como existem feminilidades que não se identificariam com as apresentadas por nenhuma dessas personagens, mas que também são válidas e devem ser consideradas existências femininas. Por isso,



reforçamos a importância da noção de que a feminilidade é discursiva e quaisquer conceitos que defendem uma “feminilidade ideal”, “correta” ou “normal” nada mais são do que estratégias minuciosas e articuladas para naturalizar um discurso que busca ser entendido como único, mas que pode e será problematizado e questionado.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2017.

CAMOZZATO, Viviane; COSTA, Marisa. *Vontade de pedagogia: pluralização das pedagogias e condução de sujeitos*. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 44, p. 22-44, jan/abr, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) tv*. *Educação e Pesquisa*, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 151-162, jun, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022002000100011>.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 35-54.

GAME OF THRONES. Direção de David Benioff; Dan Weiss. Estados Unidos: Warner Home Video, 2017. (3873 min.), 35 CD's Blu-ray, color. Série Temporadas 1 a 7.

GAME OF THRONES. Direção de David Benioff; Dan Weiss. Estados Unidos: Warner Home Video, 2019. 3 CD's Blu-ray (425 min.), son., color. Série Temporada 8.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



LOURO, Guacira. Foucault e os Estudos Queer. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Por uma vida não facista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-141.

LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-35.

OGLOBO. *Final de Game Of Thrones bate recorde de audiência da HBO nos Estados Unidos*. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/final-de-game-of-thrones-bate-recorde-de-audiencia-da-hbo-nos-estados-unidos-23681488>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy. *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 23-46.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 73-102.

Learning About Femininity With Arya E Sansa Stark From The Tv Series Game Of Thrones

ABSTRACT: In this article we problematize the production of truths about femininity in scenes from the TV series Game Of Thrones in which the characters Arya Stark and Sansa Stark appear. As researchers, we are aligned with a post-structuralist Cultural Studies perspective that allow us to understand that we live in a society immersed in pedagogical wills that go beyond the school environment, therefore, it is possible to consider media artifacts capable of practicing cultural pedagogies that seek to produce ways of being. In this article, we analyze the ways Arya and Sansa constitute their femininities throughout the series by positioning themselves in a discourse of femininity that characterizes them according to the current social and cultural rules in which they are immersed. We used studies by queer authoresses such as Butler and Louro to discuss concepts of gender and femininities and developed an foucaultian analysis. Our result is an analysis that does not aim to be definitive, but rather reflects on the pedagogical character of a series that, by showing millions of viewers different possibilities of being a woman, produces questions, tensions and updates within a supposedly natural discourse that be re-signified precisely because it is discursive and cultural.

KEYWORDS: Education; Gender studies; Cultural Studies; Femininity; Game Of Thrones.

Mariana Vargas GAUDENZI

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense
Bacharel em Comunicação Social e Mestre em Educação.*

Mini-Biografia.

E-mail: marianavargg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3886-5547>

Angela Dillmann Nunes BICCA.

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense
Mestre e Doutora em Educação*

E-mail: angela.bicca@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3187-0976>

Recebido em: 29/09/2020

Aprovado em: 13/09/2022



ARTIGOS



Camille Claudel:

A Superdotação Ofuscada Pela Desigualdade De Gênero

Livia Maria de SOUZA, *Universidade Estadual Paulista*

Beatriz de Barros ZAMONEL, *Universidade Estadual Paulista*

Verônica Lima dos REIS, *Universidade Estadual Paulista*

Carina Alexandra RONDINI, *Universidade Estadual Paulista*

Resumo: A superdotação é comumente associada à genialidade e a áreas tradicionalmente valorizadas no contexto escolar -, linguagem, matemática e ciências, não sendo tão apreciada em outros campos do saber, como a arte. Tal fator, em conjunto com a inferiorização da mulher pela sociedade, corrobora para a invisibilidade de mulheres com superdotação artística. Objetivou-se, portanto, descrever os desafios enfrentados pela escultora francesa Camille Claudel (1864 – 1943) e analisar suas características sob a ótica da superdotação do tipo produtivo-criativa de Joseph Renzulli. Por meio de estudo exploratório, narrativo, com delineamento bibliográfico, foram elencados manuscritos (artigos, livros e/ou capítulos) sobre a artista, suas características, contexto social do século XIX e os desafios enfrentados por ela. Os resultados mostram que Camille Claudel possuía facilidade em criar, transformar, moldar e modificar objetos; infere-se que sua inteligência assentava-se no domínio espacial e apresentava superdotação do tipo produtivo-criativa com genialidade artística, todavia, às mulheres de sua época era negado o acesso ao mundo da Arte, exceto como discípulas dos artistas homens. Claudel produziu esculturas grandiosas, mas Auguste Rodin nunca deu os devidos créditos a ela; com a saúde mental comprometida e no forçado anonimato, morreu num asilo aos 79 anos. O texto descortina a urgência de mais estudos e debates sobre: a relação superdotação, gênero e arte; a problemática de uma sociedade machista; a desmitificação da superdotação; o reconhecimento de mulheres superdotadas.

PALAVRAS-CHAVE: Superdotação. Artes. Gênero. Sexualidade.



Introdução

No cotidiano das instituições escolares é recorrente que alguns estudantes apresentem desempenho considerado mais elevado do que o de seus pares, destacando-se dentre os demais, exibindo bom rendimento acadêmico, mas não necessariamente são superdotados. Faz-se preciso distinguir o “bom aluno” do estudante superdotado. De acordo com a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, os estudantes com superdotação são “aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade” (BRASIL, 2009).

Mesmo com as diversas habilidades contempladas na Resolução, a Superdotação é comumente associada à genialidade e a áreas tradicionalmente valorizadas no contexto escolar, como linguagem, matemática e ciências, não sendo tão apreciada em outros campos do saber, como a arte, a liderança e a criatividade. Tal fator, em conjunto com a inferiorização da mulher pela sociedade, corrobora para que mulheres com superdotação artística sejam invisibilizadas (DEL ÁGUA; GUTIÉRREZ, 2002).

Tendo como disparador o filme “Camille Claudel, 1915¹”, lançado em 2013, dirigido por Bruno Dumont, pesquisou-se sobre a vida da brilhante escultora francesa Camille Claudel (1864 – 1943), empreendendo um estudo exploratório, narrativo, com delineamento bibliográfico, sobre a artista e sobre os desafios enfrentados por uma mulher escultora no século XIX.

Segundo Ciribelli (2006) Camille Claudel apresentou aptidão para escultura ainda quando criança. Durante sua vida esculpiu obras muito famosas, como “A Onda”, “A Valsa”, “A Idade Madura” e “O Abandono”, que escandalizavam a sociedade patriarcal da época. Contudo, apesar de seu notório talento, Camille Claudel foi ofuscada por Auguste Rodin, seu professor e amante. Rodin contou com sua ajuda em muitas de suas obras, mas nunca deu os devidos créditos a ela, além de levar o reconhecimento por obras moldadas pela artista (CIRIBELLI, 2006).

Camille Claudel produziu obras tão grandiosas quanto às de Rodin, porém é lembrada apenas como sua aluna. O desprezo e o

¹ Filme **Camille Claudel - 1915**. Direção: Bruno Dumont. Produção: Jean Bréhat, Muriel Merlin, Rachid Bouchareb. Roteiro: Bruno Dumont. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LEBM9xCDVA4>>. Acesso em: 17 jun. 2020.



preconceito com a arte feminina da época fizeram com que a escultora desenvolvesse problemas psicológicos, passando anos de sua vida em um hospital psiquiátrico, deixando de lado sua grande paixão, a escultura.

A Vida de Camille Claudel

Camille Claudel, de acordo com a biografia do Musée Camille Claudel², nasceu em 8 de dezembro de 1864, na comuna francesa Fère-en-Tardenois, localizada na região administrativa de Altos da França, no departamento de Aisne. Era a mais velha entre seus irmãos, Louise (1866 – 1935) e Paul (1868 – 1955). O lar da família Claudel era um ambiente fechado e tenso, que valorizava o esforço, o trabalho, a economia, a honestidade e o senso de dever. O pai de Camille, Louis-Prosper Claudel (1826 – 1913) era um homem de caráter áspero, já sua mãe, Louise-Athénaïse Cerveaux (1840 – 1929), passava a maior parte do tempo ocupada com tarefas domésticas, assim, com pouco afeto dos pais, Camille e Paul estabeleceram forte relação fraterna, que durou por toda a vida de ambos.

Ainda segundo a biografia disponível no Musée Camille Claudel, a escultora aos doze anos se mudou com a família para Nogent-sur-Seine e recebeu sólida educação clássica de seu tutor, Sr. Colin. Foi em Nogent-sur-Seine que a artista começou a exibir surpreendentes habilidades para a escultura e fez suas primeiras obras de barro. Seu pai, preocupado com tais habilidades, procurou orientações com o escultor Alfred Boucher (1850 – 1934) que realizava visitas frequentes à casa dos Claudel e foi o primeiro a ensinar a Camille o básico da escultura.

Embora o pai demonstrasse preocupação com os interesses da filha, a mãe de Camille a repreendia pelas vestes sujas de barro, lama e poeira de mármore, causadas pelo trabalho com as esculturas (SOARES; LIGEIRO, 2007).

Com 16 anos de idade Camille Claudel e a família se mudaram novamente, estabelecidos em Paris, a artista ingressou em um curso de escultura, momento em que sofreu muito preconceito tanto por parte de sua mãe quanto da sociedade, já que naquela época a escultura era tarefa majoritariamente masculina (CIRIBELLI, 2006).

Segundo Ciribelli (2006) Alfred Boucher recebeu bolsa de estudos na Itália, deixando assim de orientar o trabalho de Camille e passando essa tarefa para Auguste Rodin, que logo notou seu talento para escultura.

² Disponível em: <<http://www.museecamilleclaudel.fr/>>. Acesso em: 31 jul. 2020.



Nessa época Camille Claudel tinha dezenove anos, enquanto Auguste Rodin tinha quarenta e quatro e mantinha um relacionamento com Rose Beuret.

Ciribelli (2006) explica ainda que quando Camille começou a frequentar o ateliê de Rodin os dois se apaixonaram e a artista, além de aluna e assistente de Rodin, passou a ter envolvimento amoroso com ele, que durou cerca de quinze anos. O relacionamento dos dois escultores foi marcado por vários encontros e desencontros, mas nos primeiros anos da relação apresentavam forte sintonia de talentos e identidades artísticas. Com o passar do tempo, Camille se tornou uma assistente quieta e aplicada, nunca recebeu salário fixo para trabalhar para o escultor, chegou a modelar partes da famosa obra de Rodin “A Porta do Inferno”, porém não assumia os créditos por seu trabalho por respeito ao mestre, com isso, muitas de suas obras foram presumidas como de autoria de Rodin.

A relação tão próxima entre os escultores ressoou no trabalho de ambos, com mútua influência nas obras produzidas por eles, todavia, a identidade e as características artísticas de cada um não são anuladas. As esculturas claudelianas apresentam com frequência uma sutileza de detalhes, a marcante presença da feminilidade, que demonstra diversas facetas do feminino e sua concepção de sexualidade, enquanto as obras rodinianas exibem uma sensualidade mais direta e sem minuciosidade de detalhes (OLIVEIRA, 2010).

Com o passar dos anos, Camille Claudel percebeu que estava à sombra de Rodin e que o mesmo não tinha a intenção de casar-se com ela. Em certo momento a artista ficou grávida de seu professor - que por sua vez decidiu não assumir as responsabilidades para com a criança -, e decidiu então abortar seu filho e se separar definitivamente de Rodin. Em 1893 ela montou seu próprio ateliê, período no qual teve breve romance com o pianista Debussy. Camille Claudel se encontrava, nesta época, cheia de dívidas e com saúde mental abalada com mania de perseguição, entretanto, seguia esculpindo maravilhosas obras, como “A Idade Madura” (CIRIBELLI, 2006). Com este momento marcante em sua vida, Claudel acrescenta novas características ao seu estilo de esculpir, passando a evidenciar inspirações na natureza, como em “A Onda” (SOARES; LIGEIRO, 2007).

Conforme dados do Musée Camille Claudel, em 10 de março de 1913, aos quarenta e oito anos, Camille Claudel foi internada em Ville-Evrard e transferida para o asilo de Montdevergues em Montfavet em setembro de 1914 por conta dos eventos de guerra, onde passou o resto de sua vida. No asilo, Camille deixou de esculpir, não recebia visitas de sua

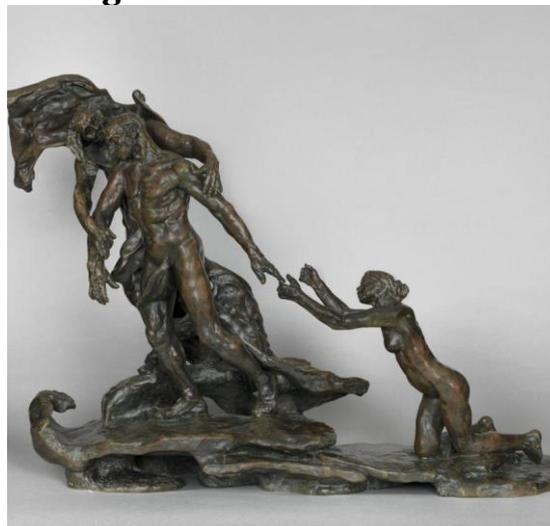


mãe e irmã, já seu irmão Paul realizava algumas visitas, sendo a última delas em 21 de setembro de 1943. Durante sua vida no asilo a escultora enviava carta a parentes e amigos, em que se nota boa eloquência. Em 1920 o diretor do asilo informou à mãe de Camille que a artista poderia deixar o local, contudo sua mãe se negou a tirá-la de lá, deixando a artista reclusa até sua morte, em 19 de outubro de 1943 (CIRIBELLI, 2006).

Para Oliveira (2010) as esculturas claudelianas apresentam a impressão de movimento, que permitem estabelecer relações entre dança e escultura, como os giros, como a sensação de vida dos corpos esculpidos que ocupam o espaço e a ideia de flutuação presente em algumas obras.

Na obra “A Idade Madura” (Figura 1), como explicado pelo Musée Camille Claudel, a escultora exibe a maturidade atingida por seu repertório artístico e sua criatividade, abordando questões como a passagem de tempo, a velhice e a morte: o corpo da jovem é ligado por uma linha diagonal à mão estendida do homem e à cortina da velha, representando a transição da juventude para a idade adulta e desta para a velhice. Ao retratar simultaneamente na obra diferentes momentos, Claudel faz, segundo Oliveira (2010), os personagens ganharem vida.

Figura 1 - A Idade Madura



Fonte: Site Musée Camille Claudel

Outra obra conhecida de Camille Claudel, “A Onda” (Figura 2), atualmente disponível no Musée Rodin, apresenta três personagens de mãos dadas agachadas dentro do côncavo de uma onda. Nesta obra, a onda parece prestes a cair sobre as personagens, ilustrando um momento de impacto, de espanto por parte das três mulheres (MORGENSTERN, 2010).



Figura 2 - A Onda



Fonte: Site Musée Rodin³

Em “O Abandono” (Figura 3) retrata um homem ajoelhado apoiando uma jovem em pé, podendo questionar o amor, suas nuances e sutilezas, uma vez que o abraço mostra um fervor amoroso, mas os corpos pouco se tocam.

Figura 3 - O Abandono



Fonte: Site Musée Camille Claudel

³ Disponível em: <<http://www.musee-rodin.fr/fr/collections/sculptures/la-vague-ou-les-baigneuses>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Por fim, em “A Valsa” (Figura 4), obra mais conhecida da artista, a nudez dos personagens os atrai para um contexto universal, o giro e o abraço apresentam a ideia de dançar com sensualidade, os corpos em diagonal caracterizam o desequilíbrio, já a saia amplifica o movimento de espiral. “A Valsa” pode ser contemplada por todos os seus ângulos, os bailarinos eternizam a dança, “ultrapassam qualquer paradigma de tempo ou espaço e continuam dançando, mesmo que aparentemente imóveis, pois dançam embalados ao ritmo ininterrupto da sensação.” (OLIVEIRA, 2010, p. 47).

Figura 4 - A Valsa



Fonte: Site Musée Camille Claudel

A Relação De Gênero E A Superdotação

Para iniciar a reflexão sobre gênero e a superdotação é necessário retornar à época em que a personagem viveu. A França no século XIX vivia um momento de transformação com a reforma urbana, dando início a fase moderna. Houve desligamento com o passado, Paris ascendeu em direção ao progresso e na paisagem urbana foi se instaurando os prédios uniformes. Contudo, apesar da crescente transformação do país, a visão sobre o papel da mulher na sociedade permanecia intacta: a de servidora do lar (HERBSTRITH, 2017). Na Arte, o patriarcado se fazia presente, segundo Herbstrith (2017):



Na Arte as questões de gênero não diferem em nada das demais profissões. A mulher era vista como modelo no que se refere a ser a superfície e a matéria. Já aos homens tinham o domínio e a criatividade. Tanto nas esculturas quanto nas pinturas retratavam as mulheres passivas, deitadas ou sexualmente disponíveis. Ainda que este período seja dito como moderno a mítica da narrativa bíblica mesmo que sutilmente estava inserida na estrutura dos pensamentos na época (HERBSTRITH, 2017, p. 56).

Dessa forma, a autora expõe os motivos do apagamento de artistas mulheres desse período, visto que a cultura da época incentivava os homens a crescerem profissionalmente em qualquer área, enquanto as mulheres eram ofuscadas pelo machismo vigente. Essa desigualdade é presenciada cotidianamente e tratada de forma natural. Segundo Herbstrith (2017),

É de senso comum que não tenham existido artistas mulheres, por vezes é possível se deparar com questionamentos como: Alguma vez houve uma artista mulher que tenha tido sucesso e talento? Que tenha feito pinturas que se equiparem as de Leonardo da Vinci, por exemplo? Algum que outro as vezes se dá por conta e tenta sanar essas dúvidas. Esse fato acontece provavelmente porque historicamente mulheres artistas eram invisibilizadas e as que aprendiam Arte era para fins ornamentais. Dotes atribuídos a feminilidade, o que era aceito pela sociedade (p. 100).

É nesse cenário que Camille Claudel se encontrava. Na Paris do século XIX em transição para o século XX era possibilitado o acesso ao estudo das Artes apenas às mulheres aristocratas, apesar de ser de baixa qualidade. As mulheres conseguiam ingressar em ateliês como discípulas dos artistas da época. Claudel ingressou no ateliê de Auguste Rodin e devido a sua genialidade, chamou a atenção de seu professor e passou a ser mais que apenas uma aluna. A partir daí Camille começou a produzir esculturas grandiosas, porém ofuscadas por Rodin e pela sociedade da época, levando sua vida no anonimato forçado e vivendo uma silenciosa e decadente tragédia (HERBSTRITH, 2017). Muitas mulheres brilhantes foram apagadas pelo machismo existente na sociedade, o que as tornaram desconhecidas, assim como sua genialidade encoberta (HERBSTRITH, 2017).

Claudel praticamente foi esmagada pela sociedade de seu tempo. Não deram espaço a ela. Teve uma vida turbulenta de arte e dor. Testemunhou a opressão da mulher na sociedade. Pode-se dizer que teve uma das vidas mais trágicas da história da arte. Foi ofuscada, não



somente por Rodin, mas também pelo contexto social no qual estava inserida (HERBSTTRITH, 2017, p. 103).

De acordo com Del Água e Gutiérrez (2002) o sexismo possui um papel importante no obscurecimento da identificação e aceitação de mulheres com superdotação. As autoras abordam a falta de compreensão e conhecimento da sociedade sobre a superdotação em mulheres, o que causa dificuldades em reconhecer talentos femininos. O papel proposto pela sociedade à mulher ao longo da história corrobora para o disfarce das habilidades. Como citado pelas autoras:

As diferenças entre homens e mulheres foram reforçadas por um sistema social que tradicionalmente dicotomizou a família, o trabalho e as interações sociais, dependendo do sexo das pessoas [...]. Portanto, o padrão socialmente assumido também influencia as diferenças em relação à questão das capacidades superiores de ambos os sexos⁴ (DEL ÁGUA; GUTIÉRREZ, 2002, p. 34).

Nessa perspectiva, Camille Claudel ignorou o sistema vigente da época e tornou-se escultora, contudo foi ocultada e seu trabalho foi reconhecido pelo nome de Rodin. Claudel ultrapassou os limites impostos, mas foi podada pela paixão que sentia por seu companheiro e colocada em anonimato. Paiva (2017) menciona que o machismo da época foi o que contribuiu para que Claudel não fosse considerada uma “gênia” equivalente ou superior a Rodin, e que o simples fato de ser mulher fez com que sua carreira não fosse reconhecida e chegasse à ruína.

Ogeda, Pedro e Chacon (2017) discorrem sobre a problemática existente entre a superdotação e os gêneros. Os autores alegam que perante a literatura não existem assimetrias relacionadas a manifestação da superdotação entre meninos e meninas. Entretanto, a identificação da superdotação ainda é significativamente maior no gênero masculino, apontando que os homens geralmente possuem maior acesso ao mundo acadêmico e reforçando a visão de que as mulheres são suprimidas do ambiente escolar, o que corrobora para a

⁴ Tradução nossa do original: “Las diferencias entre hombres y mujeres han sido reforzadas por un sistema social que tradicionalmente há dicotomizado la familia, el trabajo y la interacciones sociales, en función del sexo de las personas [...]. De ahí que el patrón asumido socialmente influya también en las diferencias con respecto al tema de las capacidades superiores em ambos sexos”.



desigualdade de gêneros e manutenção da sociedade patriarcal. Como citado pelos autores,

Tal fato pode ser atribuído à cultura que permeia o gênero feminino, sendo que feminino e masculino são apontados como categorias opostas e hierarquizadas, visto que durante muito tempo as mulheres estiveram excluídas do universo acadêmico, sendo por vezes consideradas incapazes (2017, p. 219).

Portanto, compreende-se as desvirtudes de uma sociedade machista que perdura até os tempos atuais como obstáculo para o crescimento e reconhecimento de mulheres superdotadas. Assim, podem ainda existir muitos talentos femininos anônimos que estão sendo ofuscados pelo machismo e pela desigualdade de gênero.

A Arte E A Superdotação

A superdotação é definida por Renzulli (2004) por meio do “Modelo dos Três Anéis” ao pontuar que o comportamento superdotado deve apresentar os seguintes aspectos: habilidade acima da média em alguma área do conhecimento, criatividade e comprometimento com a tarefa. Essas habilidades podem estar latentes ou manifestas em diferentes níveis, intensidades e graus (RENZULLI, 2004).

De acordo com Virgolim (2007), Renzulli caracteriza os três aspectos da seguinte forma: *habilidade acima da média* é a facilidade do indivíduo perante determinada área do conhecimento – geralmente medida por testes de inteligência -; a *criatividade* como fator decisivo na personalidade, além de demonstrar a versatilidade do sujeito ao superar os desafios encontrados; e o *compromisso com a tarefa* como a energia desprendida para realizar algum tipo de atividade, tendo como característica a perseverança.

Renzulli (2004) propõe perfis de superdotação: o acadêmico e o criativo-produtiva, podendo ainda existir o misto, numa junção dos dois perfis. O primeiro perfil é voltado para o sujeito que possui facilidade em adquirir conhecimentos acadêmicos e se posiciona como consumidor de tal conhecimento, enquanto o segundo está relacionado aos que produzem conhecimento por meio de suas invenções e originalidade.

Em relação ao segundo perfil que abrange a questão artística, no tocante as características de um indivíduo superdotado em Artes,



ressaltam-se a criatividade, a originalidade e a técnica apurada acima da média, sendo a primeira um dos fatores mais importantes de verificação de potencialidades e podendo ser expressada de várias maneiras, como verbal, corporal, motora, espacial, visual, musical, entre outras. Todavia, essas características ainda não garantem a visibilidade do sujeito superdotado, dificultando o reconhecimento e desenvolvimento de suas potencialidades (RENZULLI, 2004).

Um dos principais motivos de grande dificuldade no reconhecimento da superdotação voltada às Artes é a sua ausência ou desvalorização no ambiente escolar. O lado artístico dos educandos é pouco desenvolvido, logo dificulta reconhecer potencialidades no meio. Outro fator que dificulta a identificação, como citado por Renzulli (2004), são os “altos e baixos” demonstrados pelas pessoas criativas. Um sujeito superdotado no campo artístico não produz constantemente, visto há momentos conhecidos como vale, que “permitem a reflexão, a regeneração e a acumulação das entradas (inputs) para os esforços subsequentes” (RENZULLI, 2004, p. 83). Essa variação entre criação e reflexão impede o reconhecimento com maior facilidade desses sujeitos.

Outro equívoco estabelecido entre superdotação e as Artes é a tendência em apelidar os indivíduos de talentosos, não reconhecendo sua superdotação na área. Geralmente, o sujeito que expressa potencialidade nessa área não é visto como criativo e original, somente habilidoso.

A título de conhecimento acerca dos termos *dotação* e *talento*, Guenther e Rondini (2012) abordam o conceito de dotação como capacidade natural do indivíduo, isto é, uma predisposição em determinado campo do conhecimento, não se limitando a conteúdos. Segundo as autoras, “[...] A dotação, como capacidade natural, é invisível, mas pode ser inferida por meio de canais de expressão providos pelo ambiente” (p. 251). O termo capacidade natural citado anteriormente corresponde às raízes genéticas do indivíduo, de maneira que atua como potencial para gerar alguma coisa e como conceituado por Guenther e Rondini (2012) “[...] A capacidade natural se desenvolve informal e lentamente, tanto pelo processo de maturação quanto pelo uso indiferenciado na vida diária [...]” (p. 242).

No que se refere a talento, as autoras afirmam uma relação com a expressão externa, demonstrando um alto grau de desempenho sobre determinado contexto (GUENTHER; RONDINI, 2012). Ambos os termos estão relacionados à capacidade humana de fazer ou aprender algo, seja mental ou físico, em um nível superior de eficiência.



Proveniente da perspectiva de inteligência para além do campo acadêmico cabe abordar sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner, que, segundo Virgolim (2007), define inteligência como um potencial biopsicológico que se manifesta de acordo com determinada cultura para resolução de problemas e criação de produtos para a sociedade. Se manifesta em diferentes graus, compreendendo oito tipos de inteligência: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, naturalista, intrapessoal, interpessoal e cinestésica. Ressalvam-se que o sujeito não demonstra apenas um tipo de inteligência, de modo que combina as inteligências para produzir ou criar algo.

Assim, ao considerar as características de nossa personagem, destaca-se a inteligência espacial que compreende a capacidade de percepção do mundo visual, possuindo facilidade em criar, transformar, moldar e modificar objetos, atuando com o espaço tridimensional e bidimensional. Posto isso, é notável a facilidade de Claudel em moldar esculturas, infere-se que sua inteligência era voltada para o lado espacial e superdotação na área produtivo-criativa com genialidade artística.

Herbstrith (2017) reforça os princípios de potencialidade de Claudel ao citar a clareza de seus sentimentos nas obras realizadas. Segundo a autora, “Sua tristeza e seu abandono é expressado por meio de sua obra. As esculturas de Claudel exteriorizam todos esses sentimentos. É difícil se perceber alegria, vida e paz” (p. 102), de forma a comprovar a expertise da escultora no quesito arte a partir de sua expressão.

Considerações Finais

Como exposto, há uma valorização da superdotação voltada para a área acadêmica, com isso a superdotação artística, mesmo sendo reconhecida pela legislação e por diversos autores, é pouco explorada e valorizada no âmbito escolar, dificultando o reconhecimento de tal capacidade nos estudantes. No que tange a superdotação artística, assim como nas demais áreas, existe ainda a questão do machismo, que coloca as mulheres no papel de servidoras do lar, muitas vezes não dando o devido reconhecimento de suas capacidades intelectuais.

Camille Claudel é um exemplo de artista ofuscada pelo preconceito e pelo patriarcado. Em seu tempo, ser uma escultora não era considerado apropriado a uma mulher, apesar disso, a artista esculpiu grandes obras, mas que não foram bem recebidas pela sociedade da época. Acabou sendo internada em hospital psiquiátrico onde



permaneceu até o fim de sua vida, deixando de esculpir e sendo atormentada pelo medo e pela mania de perseguição.

Em 2017 um museu dedicado a Camille Claudel foi inaugurado, localizado na cidade natal da escultora, Nogent-sur-Seine. Nesse museu é possível apreciar obras da artista, conhecer sobre sua vida e sobre as dificuldades enfrentadas por uma mulher escultora no século XIX.

Faz-se necessário a fomentação de estudos e debates acerca das temáticas superdotação, gênero e arte, visto que há escassez de pesquisas sobre a relação entre tais assuntos. A partir de discussões e reflexões sobre o tema estimulam-se estudos nessas áreas, vislumbrando espaço para o reconhecimento de sujeitos superdotados criativos-produtivos e para as mulheres superdotadas nas mais diversas áreas.

Referências

BRASIL. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

CIRIBELLI, M. C. Camille Claudel – Lucidez da Loucura. In: CIRIBELLI, M. C. *Mulheres Singulares e Plurais (Sofrimento e Criatividade)*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2006, p. 27-50. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=DoBZMz4erZIC&oi=fnd&pg=PA15&dq=+camille+claudel+%2B+genialidade&ots=pRJJXCxD11&sig=n1SRM246Bvj8aTC9dwdVIwcvTA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

DEL ÁGUA, A. M. P.; GUTIÉRREZ, M. L. S. *La Superdotación y el género*. Aula Abierta, Espanha, n. 79, p. 31-42, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=258881>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GUENTHER, Z. C.; RONDINI, C. A. Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 237-266, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a11v28n1.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

HERBSTTRITH, T. F. *A arte de Mary Cassatt e Camille Claudel: relações de gênero como construção histórica na França no final do século XIX*. 2017. 116f. Dissertação



(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

MORGENSTERN, A. A Onda – um mergulho ao encontro do desamparo. *Ide* (São Paulo), v. 33, n. 51, p. 63-81, dez. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v33n51/v33n51a08.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

MUSÉE CAMILLE CLAUDEL. *Collections*. Disponível em: <<http://www.museecamilleclaudel.fr/fr/collections/le-parcours-de-visite>>. Acesso em: 2 de jul. de 2020.

MUSÉE RODIN. *Collections*. Disponível em: < <http://www.musee-rodin.fr/fr/collections>>. Acesso em: 2 de jul. de 2020.

OGEDA, C. M. M.; PEDRO, L. M.; CHACON, M. C. M. Gênero e superdotação: um olhar para a representação feminina. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, 217-231, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, K. M. Mulheres de Pedra: estudo das sensações de movimento presentes na obra da escultora francesa Camille Claudel. 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Oliveira_KamillaMesquita_M.pdf>. Acesso em: 18 de ago de 2020.

PAIVA, V. Ofuscada por Rodin e pelo machismo, finalmente Camille Claudel ganha seu próprio museu. *Hypeness*, S.l., 15 abr. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/XfMdaQ>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

RENZULLI, J. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. *Educação*. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 1, p. 75 - 121, jan/abr, 2004.

SOARES, J. C.; LIGEIRO, V. M. Camille Claudel – Angústia e Devastação. *Psicanálise e Barroco* – Revista de Psicanálise. v.5, n.2: 24-45, dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8859-41800-1-SM.pdf>. Acesso em: 17 de ago de 2020.

VIRGOLIM, A. M. R. *Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab1.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

Camille Claudel: A Giftedness Overcomed By Gender Inequality

ABSTRACT: Giftedness is commonly associated with genius and with areas traditionally valued in the school context, such as language, mathematics and science, and are not so appreciated in other fields of the saber, such as art. This factor, together with the inferiorization of women by society, corroborates the invisibility of women with artistic giftedness. The objective was to describe the challenges faced by the French sculptor Camille Claudel (1864 - 1943) and analyze its characteristics according to Joseph Renzulli's giftedness of the creative-productive type. Through an exploratory, narrative study, with a bibliographic outline, manuscripts (articles, books and / or chapters) on the artist, her characteristics, the 19th century social context and the challenges faced by her, were listed under the perspective of giftedness of the productive-creative type of Joseph Renzulli. The results show that Camille Claudel had the facility to create, transform, shape and modify objects; it appears that his intelligence was turned to the spatial side and showed giftedness in the productive-creative area with artistic genius, however, women of his time were denied access to the world of Art, except as disciples of male artists; Claudel produced grand sculptures, but Auguste Rodin never credited her; with compromised mental health and not forced anonymity, he died in an asylum at the age of 79. There is an urgent need for more studies and debates on: the relationship between giftedness, gender and art; a problem of a macho society; demystifying giftedness; the recognition of gifted women.

KEYWORDS: Sexuality. Genre. Giftedness.

LÍVIA MARIA DE SOUZA

Universidade Estadual Paulista

Discente do Curso de Pedagogia

E-mail: livia.soares@unesp.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6597-213X>

BEATRIZ DE BARROS ZAMONEL

Universidade Estadual Paulista

Discente do Curso de Pedagogia

E-mail: beatriz.zamonel@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4515-3452>

VERÔNICA LIMA DOS REIS

Universidade Estadual Paulista

*Pos-Doutoranda junto ao Pós-Graduação em Psicologia do
Desenvolvimento e Aprendizagem*

E-mail: veronica.reis@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0681-0015>

CARINA ALEXANDRA RONDINI

Universidade Estadual Paulista

*Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos,
Unesp/Ilha Solteira, Jaboticabal, São José do Rio Preto*

E-mail: carina.rondini@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5244-5402>

Recebido em: 14/10/2020

Aprovado em: 13/09/2022



ARTIGOS



Gênero, Binaridade E Previdência Social

Reflexões Sobre Os Paradigmas De Aposentadoria Para A População Trans No Brasil

Marcelo Silva Ferreira de LIMA, *Universidade de Pernambuco*

Fernando da Silva CARDOSO, *Universidade de Pernambuco*

Resumo: Diante da evolução dos conceitos e das discussões sobre a categoria gênero, o presente estudo busca analisar em que medida a previdência social brasileira contempla a população trans nas regras de aposentadoria. Como objetivo geral, busca-se compreender de que forma as regras previdenciárias de aposentadoria aplicam-se aos transexuais, considerando a acomodação das regras a gêneros binários. Assim, discute-se sobre as acepções de gêneros binários e não binários relacionados à sexualidade dos sujeitos, verificando-se a possibilidade de as regras previdenciárias de aposentadoria criarem hipóteses para além do imperativo binário dos gêneros, refletindo-se sobre alternativas de aplicabilidade das regras previdenciárias para a aposentadoria de transexuais. O método utilizado é o dedutivo, a partir de abordagem qualitativa e pesquisa do tipo descritiva, explicativa e bibliográfica. Com base nas análises realizadas, verificou-se que a população trans convive com diferentes formas de vulnerabilidade e riscos sociais graves que devem ser considerados nas políticas públicas previdenciárias, sobretudo na construção das condições de acesso aos benefícios de aposentadoria, devendo ser implementadas regras específicas, a fim de proteger socialmente tal minoria social.

PALAVRAS-CHAVE: Aposentadoria. Gênero Binário. População Trans. Regras previdenciárias. Igualdade Material.



Introdução

Um dos sistemas de proteção social e de reconhecimento de direitos aos(as) trabalhadores(as) que se encontram em vulnerabilidade social é a previdência, provedora de diversos benefícios e serviços. Quando um(a) trabalhador(a), por um infortúnio ou contingência social, fica impedido(a) de manter a sua própria subsistência e a de sua família, o Estado, através do seguro social, concede benefícios previdenciários para suprir a falta de renda e garantir condição social digna.

Os(as) segurados(as) da previdência podem aposentar-se acometidos(as) pelo infortúnio da velhice, quando o vigor físico não mais lhe permite laborar e, conseqüentemente, gerar renda para prover as necessidades básicas da vida. Na aposentadoria, homens e mulheres aposentam-se com regras específicas, que levam em conta critérios sociais. Por exemplo, a mulher deve cumprir menor quantidade etária e tempo de contribuição em relação aos homens. Um dos motivos está no fato de a mulher ter dupla jornada de trabalho.

Apesar da intenção de promover justiça social a favor da mulher, trata-se de uma abordagem binária de gênero, isto é, a que considera o gênero como sendo decorrente do sexo biológico, de modo a excluir quaisquer outras possibilidades, a exemplo daquelas que se referem à população trans. Diante disso, questionamos: de que forma as regras previdenciárias de aposentadoria aplicam-se às pessoas transexuais, se considerada a ausência de gênero binário quanto à vivência deste grupo?

A Constituição Federal, que prevê o Estado de Bem-Estar Social e princípios da solidariedade e do não preconceito, ressalta ser necessário entender as acepções de gênero binário e não binário ligadas à sexualidade dos sujeitos a fim de justificar a aplicabilidade de regras previdenciárias de aposentadoria, para além do imperativo binário heteronormativo, único contemplado pela previdência social brasileira atualmente.

Assimilado que a população trans convive com um contexto social de perseguições, preconceitos e violências perpetrados por uma estrutura política e ideológica transfóbica, cabe problematizar como tal realidade vivida provoca prejuízos previdenciários, impedindo o acesso ao benefício de aposentadoria por essas pessoas. Do mesmo modo, busca-se identificar fundamentos jurídicos e fáticos que possam legitimar ampliar o debate sobre proteção e normas previdenciárias específicas de aposentadoria, de modo a promover a dignidade humana e a igualdade material.



Argumentamos acerca de alternativas e caminhos para construir entendimentos de como as pessoas trans devem receber proteção previdenciária adequada por meio dos benefícios de aposentadoria, diante das dificuldades sociais pelas quais passam nos seus cotidianos.

Pelo fato de o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e de outros órgãos previdenciários, diariamente, decidirem sobre pedidos de aposentadorias, sempre sob a égide de normas binárias de gênero, objetivamos refletir sobre como as condições de acesso ao benefício para população trans, considerando o não enquadramento deste grupo diante de padrões de gênero binários, realça as contingências e situações de grave risco social a que está submetido.

Afinal, no meio acadêmico, o estudo sobre temas previdenciários, associados às questões de gênero, ainda é tímido, inibe o aprofundamento do debate acerca da proteção social que deve fazer relevar as vulnerabilidades que atingem os(as) trabalhadores(as) também a partir de tal aspecto. A aridez sobre o assunto deixa de contemplar temas essenciais que envolvem grupos menos favorecidos na sociedade brasileira, sobretudo minorias sociais, a exemplo da população trans. Assim, o presente estudo lança algumas reflexões sobre a temática e expressa a responsabilidade que a academia possui frente a problemas sociais tão sensíveis, sobretudo àqueles que envolvem pessoas trans e suas necessidades singulares de proteção social previdenciária.

Destacamos, criticamente, a responsabilidade social diante das vulnerabilidades sociais que atingem as pessoas trans. Assim, o presente estudo pretende colaborar para a reflexão e debate acerca da importância da proteção previdenciária e social para os(as) trabalhadores(as) trans, de modo a auxiliar na contemplação e ampliação de direitos para transexuais em vulnerabilidade social.

Aspectos Metodológicos

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma análise ampla das normas previdenciárias de aposentadoria aplicáveis, sob o paradigma do gênero binário, refletindo sobre a possibilidade de aplicação às pessoas trans. Assim, o método utilizado foi o dedutivo, tendo em vista que este “corresponde à extração discursiva do conhecimento a partir de premissas gerais aplicáveis a hipótese concreta” (BITTAR, 2017, p. 34). Dessa forma, partiu-se do geral para o particular.



Diante da realidade fática, o conceito mais abrangente e atual de gênero foi confrontado com as normas do direito previdenciário, de modo a investigar se as regras de aposentadoria poderiam ser aplicadas às pessoas transgêneros. Foram estabelecidos conceitos, descrições, indagações e possibilidades, na tentativa de realizar uma releitura da dinâmica social a fim de compreender as novas demandas reivindicatórias de direitos voltados para pessoas socialmente desprotegidas.

Assim, caracteriza-se pela abordagem qualitativa eleita que “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Como se vê, são questões inerentes à sociedade que possuem consequências sociais importantes para o Estado Democrático de Direito, pois dizem respeito a um grupo considerado minoria social.

A partir da existência de uma nova contingência social caracterizada pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, pelo preconceito, violência e discriminação, pela baixa expectativa de vida diretamente relacionada às pessoas trans, coube refletir até que ponto a previdência social poderá alcançar tal grupo de pessoas, a fim de que possa conferir proteção social efetiva. Por isso, foi necessário realizar uma descrição das normas previdenciárias de aposentadoria e da forma como os órgãos previdenciários vêm proferindo suas decisões perante os requerimentos de aposentadoria protocolados por pessoas trans.

O trabalho introduz uma breve explicação sobre o que vem a ser pessoas transgêneros e suas principais características, além de trazer conceitos do que seja previdência social, seus princípios constitucionais, legais e suas principais finalidades. Descreve a realidade social na qual as pessoas trans estão inseridas e as contingências sociais envolvidas. Além disso, foi necessário construir um cotejo entre o conceito de gênero binário, baseado nos aspectos biológicos, e os conceitos de gênero trazidos por estudiosos do tema e movimentos feministas.

Foram realizadas, assim, pesquisas do tipo descritiva e explicativa de um fenômeno social, da existência de pessoas transexuais e travestis como sujeitos de direitos inseridos numa coletividade, mas atingidos por contingências sociais que ainda não são consideradas, especificamente, na legislação previdenciária, provocando, de certa maneira, o indeferimento dos seus requerimentos de aposentadoria. Quanto à pesquisa descritiva, procuramos “conhecer a realidade estudada, suas características e seus



problemas” (ZANELLA, 2013, p. 34). Sobre a pesquisa explicativa, “é aquela centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou de contribuição no desencadeamento dos fenômenos” (ZANELLA, 2013, p. 34).

A pesquisa é, também, do tipo bibliográfica, pois toda ação descritiva e conceitual sobre o grupo de pessoas eleito foi conduzida a partir dos levantamentos de referências teóricas já analisadas e publicadas por meio de textos científicos, revistas, livros, leis e estudos de instituições públicas. O material coletado trouxe informações para abordar o tema, de modo a perfazer uma noção conceitual, explicativa e descritiva da realidade social, cultural e jurídicas das pessoas trans, sobretudo a que diz respeito às regras previdenciárias de aposentadoria. Assim, “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, a coleta de dados se deu por meio da pesquisa bibliográfica, extraindo as informações necessárias por meio de fontes científicas que abordam questões envolvendo as pessoas trans. Para melhor conhecimento dos fundamentos que legitimam a aplicação distinta das regras de aposentadoria a partir do gênero, foram levantados pareceres de parlamentares que criaram a primeira Lei de Organização da Previdência Social (LOPS), em 1960, mas também discursos que ressignificaram, no decorrer do tempo, o termo ‘gênero’.

Como visto, inicialmente, o requisito distintivo foi meramente biológico, permitindo que mulher tivesse direito à aposentadoria com cinco anos a menos de idade em relação ao homem. O fundamento estaria no fato de a mulher ser frágil, segundo parecer do parlamentar constituinte. Já na Constituição Federal de 1988, o discurso foi no sentido da dupla jornada de trabalho da mulher que, além de ter um emprego, se ocupava dos afazeres domésticos.

No entanto, a despeito de certa evolução no que concerne aos fundamentos que permitem a aplicação das regras previdenciárias diferentes a partir do gênero, o que se vê ainda é a prática de indeferimentos, no INSS, de aposentadorias protocoladas por pessoas trans, evidenciando a aplicação das regras com base em critérios meramente biológicos. Mesmo assim, foi trazido também o entendimento oficial do INSS, de 2017, sobre a aplicabilidade das regras de aposentadoria para pessoas trans, o qual orienta a observar o gênero



existente no documento, na data de entrada de requerimento, indicando uma abordagem mais aproximada a doutrina e jurisprudência. Dessa forma, vê-se que existe dada técnica de coleta de dados predominantemente bibliográfica, mas também documental, aquela que é “realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados)” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Abordagem Teórica Da Previdência: Para Além Da Binaridade De Gênero

Para que as questões de gênero inerentes às pessoas trans possam ser enquadradas adequadamente às regras previdenciárias de aposentadoria é necessário, inicialmente, refletir sobre aspectos que possam esclarecer o que significa gênero e sexo no contexto patriarcal. Cabe analisar as acepções binárias e não binárias e as suas implicações para a construção dos sujeitos e papéis sociais.

Precisa-se identificar os elementos que levam os sujeitos a construir suas identidades e vivências, enquanto pessoas inseridas numa coletividade, a partir do gênero não binário e constatar como a sociedade e o Estado se relacionam com as vidas construídas fora do dualismo masculino e feminino, indicando os fatos sociais que justificam a aplicação de regras previdenciárias específicas com base no gênero.

Para muitos, sexo, gênero e orientação sexual são elementos que definem se uma pessoa é homem ou mulher, se é ‘masculino’ ou ‘feminino’, macho ou fêmea. O sexo define-se, assim, em linhas gerais, pela genitália, o gênero se constrói a partir do sexo e a orientação sexual deve ser uma consequência correspondente ao sexo e ao gênero. Significa dizer, então, que uma pessoa que nasce com um pênis deve ser homem e ter afeto por uma mulher, necessariamente. É uma concepção prevalecente que cria papéis e relações sociais de poder e desigualdade.

O homem é colocado como parâmetro, sendo um ser mais forte e superior, devendo ocupar-se das guerras, do trabalho e sustento da família, rendendo-lhes privilégios no âmbito social. As mulheres, consideradas seres frágeis e dóceis, deveriam, em tese, ocupar-se de tarefas domésticas, isto é, casar-se, cuidar da casa e dos(as) filhos(as), sendo estereotipadas como seres inferiores. Nesse contexto binário de gênero, onde o homem domina e oprime, tem-se que “a discriminação



sexual submete a outra metade da humanidade ao jugo do poder baseado em diferenças biológicas: ser homem é o modelo a ser seguido como símbolo de força e êxito; ser mulher representa a submissão, a fragilidade e a incapacidade” (ALMEIDA, 2011, p. 174).

Embora fossem levadas em conta diferenças biológicas, não se poderia justificar a opressão do masculino sobre o feminino, já que o gênero, não sendo a mesma coisa que sexo, é concebido a partir de uma construção social, cultural e histórica dos indivíduos, tendo como base a diversidade, mas, sobretudo, a liberdade que cada pessoa tem em decidir o seu próprio destino. Nesse despertar, são elaborados conceitos que afastaram os significados de sexo e gênero:

Desse modo, gênero não significa o mesmo que sexo, isto é, o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e o gênero diz respeito à sua construção como sujeito masculino ou feminino. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais, variando segundo as épocas e os seus padrões culturais e pode ser modificado (ALMEIDA, 2011, p. 174).

Com essas abordagens decorrentes dos movimentos feministas, que reivindicaram a igualdade de direitos na diversidade e a não submissão em relação aos homens, a desigualdade estabelecida outrora foi sendo questionada, de modo que as mulheres, no seu movimento de luta e resistência, conquistaram mais espaço e direitos que, em tempos passados, poucos poderiam imaginar.

De tal modo, existência do gênero binário é uma característica do patriarcado, ou seja, do poder do homem e do pai sobre a mulher e a família. Caracteriza a heteronormatividade¹, sendo excludente da homossexualidade e transgeneridade. Se na heteronormatividade a mulher é considerada inferior ao homem, as pessoas trans são tidas como patológicas e anômalas.

Conforme Fernandez *apud* Teixeira (2012, p. 504), tudo aquilo que estava fora dos limites do gênero binário, isto é, dentro do dualismo masculino e feminino, foi visto como um desvio normativo estabelecido

¹ A heteronormatividade caracteriza-se pela imposição social de como cada pessoa deve se comportar conforme os padrões heterossexuais, o que influi, também, na maneira pela qual as normas jurídicas são instituídas (MENDONÇA, CARDOSO, 2018). A binaridade de gênero existente nas regras previdenciárias de aposentadoria é, pois, consequência da imposição social oriunda da heteronormatividade que exclui, por consequência, a proteção social necessária às pessoas trans.



culturalmente, considerado disfunção fisiológica. Ainda segundo a autora: “a heterossexualidade opera como o princípio ordenador da sexualidade e, nessa perspectiva, a identidade sexual existiria apenas atrelada ao gênero e à fisiologia no paradigma ocidental de gênero” (FERNANDEZ *apud* TEIXEIRA, 2012, p. 504).

Para o patriarcado, homossexuais, bissexuais, travestis, pessoas trans e outras que não se reconhecem na dinâmica binária de gênero, são pessoas desviadas e dotadas de patologias. No entanto, para pesquisadores(as) do assunto, gênero é uma construção do próprio sujeito a partir de sua liberdade de escolha, independente dos órgãos genitais. Assim, “a respeito dos gêneros, estes correspondem ao que a pessoa sente internamente, que pode ou não estar relacionado ao sexo com o qual ela ou ele nasceu” (ALVES, 2018, p. 184).

É o caso de uma pessoa que possui vagina, não se sente mulher e é insatisfeita com seu corpo por se sentir do gênero oposto, ou vice-versa. Pode-se citar, também, uma travesti que, embora não sinta insatisfação com o seu corpo “masculino”, escolhe ser do gênero feminino e se relaciona com pessoas do mesmo sexo. São pessoas que rompem com o padrão de gênero binário imposto. Nestes termos, Butler supõe que “por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (2003, p. 24).

A pessoa transexual pode nascer com o sexo biológico macho ou fêmea, mas o gênero que a caracteriza é oposto ao sexo. Essa pessoa, na verdade, se reconhece mulher, assumindo na sua vida o gênero feminino, com todas as implicações necessárias. A pessoa travesti, da mesma forma, sendo de um determinado sexo biológico, não se sente pertencente a ele, desejando ser do gênero oposto ao sexo, submetendo-se a um processo de transformação do corpo. O que distingue a pessoa trans da travesti é que esta não sente insatisfação com sua genitália

O que há em comum entre transexuais e travestis é a necessidade de construir uma identidade de gênero independente do seu sexo biológico. A Drag Queen, por exemplo, não possui tal necessidade, pois a correspondência entre sexo e gênero não gera insatisfação e sua performance é temporária. Não há uma questão identitária, já que um homem continua sendo homem independente do tempo e lugar, sem qualquer incômodo.



A questão transformadora da população trans é um aspecto importante no presente estudo, pois envolve a identidade das transexuais e travestis, o reconhecimento enquanto pessoa humana, da personalidade e dos direitos dela decorrentes. Nesse sentido, “a personalidade é o que dá a identidade do indivíduo, como o nome, o sexo, as aparências, etc., é ela uma situação de identificação do ser como ele é, ou então, como ele deseja ser ou como se sente” (SIQUEIRA, PUPO, 2018, p. 202).

Quando, por exemplo, uma pessoa de sexo masculino, sendo transexual, reconhece-se como sendo do gênero feminino, traz para si uma série de realidades relacionadas a uma mulher na sociedade, inclusive as mais difíceis de enfrentar. Sendo uma mulher trans, terá dificuldades de ser contratada por empresas, terá dupla ou tripla jornada de trabalho, será considerada sexo frágil, enfrentará o preconceito e discriminação, de forma mais gravosa, por ser mulher e transexual.

Aliás, se para uma mulher é difícil conviver numa sociedade machista que lhe impõe estereótipos que afetam de morte a sua condição humana e todos os seus direitos decorrentes, colocando-a num estado de submissão, então: “toda essa relação de poder e dominação, se trazidas ao âmbito das mulheres trans, adquire contornos ainda piores e efeitos ainda mais perniciosos” (PANCOTTI, 2019, p. 21).

Desde muito tempo, hoje um pouco menos, as pessoas pertencentes ao gênero não binário foram vistas como pessoas anormais na cultura ocidental e, por isso, assumidas como indivíduos inferiores. As consequências decorrentes de tais estereótipos é o preconceito, a discriminação, a violência e a privação de direitos. Tudo isso ocorre, inicialmente, dentro da própria família, estendendo-se por múltiplas esferas da sociedade.

Segundo Almeida (2011), o século XX contemplou como característica principal a globalização, fenômeno existente nas sociedades capitalistas. Tal fenômeno, por sua vez, não têm como pauta principal a discussão que envolva gênero, pluralismo cultural e diversidade. A ausência dessas pautas acaba por tornar a população trans invisível aos olhos dos poderes públicos e da sociedade em geral, sendo relegada à marginalização, gerando déficit de proteção social, trabalhista e, conseqüentemente, previdenciária.

Mas, se no contexto de assunção de gênero oposto ao sexo, a pessoa trans absorve para si aspectos fáticos sociais e culturais decorrentes do gênero autopercebido, é necessário que exista a garantia



dos direitos da personalidade inerente à posição assumida. Por isso, é razoável que as mulheres trans possam ter direitos ao salário-maternidade, por exemplo.

No entanto, o que se vê na realidade brasileira são os poucos avanços no que diz respeito às políticas públicas de proteção social e garantia de direitos a favor da população trans. Isso é inequívoco quando se constata que os direitos conquistados por esse grupo decorrem, quase sempre, da judicialização, como, por exemplo, ocorreu com a troca do sexo no registro civil. É, analisando o contexto social e cultural de pessoas trans que se busca, nesse estudo, elementos necessários que possam justificar a proteção previdenciária adequada, sobretudo às que decorrem das regras de aposentadorias, tendo como ponto de partida a questão identitária e sua interação com as dificuldades existentes na sociedade brasileira.

Regras De Aposentadoria E Sua Adequação Às Novas Configurações De Gênero

É necessário ressaltar algumas premissas de como a legislação previdenciária relacionada aos benefícios de aposentadoria pode alcançar a população trans para além do contexto binário de gênero previsto no ordenamento jurídico brasileiro, considerando elementos da vida social inerentes às pessoas transexuais que permitam a aplicabilidade de condições especiais de acesso ao sistema do seguro social.

No campo da ordem social, a Constituição Brasileira de 1988 contempla a existência de um sistema de proteção social, chamado seguridade social, que é dividido em três subsistemas, quais sejam: saúde, assistência social e previdência. Tem como finalidade principal assegurar direitos e promover justiça social, de uma forma universal. Assim é que a “constitucionalização dos direitos da seguridade social atribui ao Estado a incumbência de assegurar a todos condições para uma existência digna” (FACHIN; OLIVEIRA, 2011, p. 188).

A previdência é subsistema de proteção social, de natureza contributiva, que ampara o(a) trabalhador(a) contra riscos sociais provocados por contingências que o(a) impeçam de manter sua sobrevivência pela inexistência de renda. Com a finalidade de preservar as condições mínimas de dignidade humana do(a) cidadão(ã) contribuinte, a previdência oferece benefícios e serviços previdenciários em face das contingências provocadoras de risco social.



Cabe destacar que a previdência se diferencia da assistência social, pois, enquanto esta deve ser oferecida de forma gratuita aos desamparados, aquela possui características de seguro, ou seja, deve ser custeada a partir das contribuições dos trabalhadores, empregadores e do poder público. Por isso que se afirma que a previdência tem natureza contributiva, podendo usufruir dos benefícios por ela oferecidos apenas os(as) filiados(as) que exercem atividade remunerada e recolhem as respectivas cotas.

São diversos os benefícios e serviços oferecidos pela previdência social, quais sejam: salário-maternidade; pensão por morte; auxílio-reclusão; auxílio-doença; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por idade; aposentadoria por tempo de contribuição; salário-família; auxílio-acidente e reabilitação profissional. Embora os benefícios assistenciais à pessoa com deficiência e ao(à) idoso(a) sejam operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), eles não são considerados benefícios previdenciários, tendo em vista não decorrerem de atividade remunerada e contribuições, bastando que o cidadão comprove insuficiência de renda, deficiência e/ou idade acima dos 65 anos.

Para cada benefício previdenciário é exigida uma série de requisitos, tais como, filiação e carência, sendo esta considerada a quantidade mínima de contribuições exigidas para cada benefício. Já a filiação se dá pelo exercício de atividade remunerada e o consequente recolhimento da contribuição previdenciária. Cabe destacar, porém, que no presente estudo é dado ênfase ao benefício de aposentadoria no âmbito das questões de gênero, considerando as perspectivas binárias e não binárias.

Conforme a Constituição Federal e a Lei nº 8.213 de 1991 (BRASIL, 1988, 1991), os requisitos de acesso aos benefícios de aposentadoria são distintos para homens e mulheres, pois estas, para se aposentarem, podem possuir menos idade e tempo de contribuições em relação aos homens. Apesar da tentativa de igualar os requisitos de acesso ao benefício de aposentadoria para homens e mulheres, a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional nº 6 de 2019 (BRASIL, 2019) manteve as regras diferenciadas. Não é objetivo detalhar as regras de acesso à aposentadoria, seja as anteriores ou posteriores à reforma da previdência, mas destacar que há requisitos diferenciados existentes para homens e mulheres, para que se possa, a partir dessas diferenças, identificar quais os fundamentos utilizados para definir as regras de aposentadoria no âmbito do gênero binário, e até que ponto tais fundamentos podem repercutir sobre o gênero não binário.



Segundo Garcia: “A lei 3.807 de 26 de agosto de 1960, conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social-LOPS, conferiu unidade ao sistema previdenciário, uniformizando os benefícios e as contribuições” (2018, p. 27). Assim como na maioria dos países do mundo, já à época da publicação da LOPS, foram estabelecidas regras de aposentadoria distintas para homens e mulheres. Diferentemente do que consta na Constituição Federal e da lei de benefícios da Previdência Social atuais, a nomenclatura utilizada na Lei Orgânica da Previdência Social, para se referir a homens e mulheres, era o “sexo masculino e feminino”. Assim, dispõe o art. 8º da citada lei:

[...] A aposentadoria por velhice será concedida ao segurado que, após haver realizado 60 (sessenta) contribuições mensais, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, quando do sexo masculino, e 60 (sessenta) anos de idade, quando do feminino, e consistirá numa renda mensal calculada na forma do § 1º do artigo 6º desta lei (BRASIL, 1960, p. 15).

O fundamento utilizado para inserir na LOPS tal diferença de tratamento nas regras de aposentadoria para homens e mulheres está no parecer do relator do Projeto de Lei nº 2.119/1956, transformado na Lei ordinária nº 3.807/1960, quando, por meio de substitutivo (Seção I, fl. 9034, de 04/11/1957), alegou que “consideradas as condições biológicas da mulher a iniciativa dispensa quaisquer outros comentários” (BRASIL, 1957). Vê-se que as regras de aposentadoria previstas na lei previdenciária da época são distintas para homens e mulheres com base em aspectos meramente biológicos.

No entanto, movimentos feministas e estudiosos(as) das questões gênero foram conferindo significação aos fundamentos que poderiam legitimar a aplicabilidade de regras previdenciárias de aposentadoria diferenciadas para as mulheres, trazendo para o debate o contexto social do machismo, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, dupla jornada de trabalho e preconceito enfrentados pela mulher. Não seriam mais os aspectos meramente biológicos, mas culturais e sociais, elementos estes que se aproximam do conceito de gênero.

Com a Constituição Federal de 1988, essa ressignificação foi reforçada e a dupla jornada de trabalho tratou-se de se colocar como o principal motivo para fundamentar a existência do direito da mulher se aposentar com cinco anos a menos de idade e tempo de contribuição, conforme fala do constituinte Eduardo Jorge: “Aqui no Brasil, todo mundo sabe, ela cumpre uma dupla jornada de trabalho, trabalha fora e



trabalha em casa: é uma dupla jornada. Até quando isso vai existir eu não sei, mas é uma realidade atualmente” (BRASIL, 1987, p. 44).

É necessário ressaltar que, tanto a Constituição Federal como a lei de benefícios, a Lei nº 8.213/1991, referem-se a homens e mulheres, quando citam as regras de aposentadoria, prevalecendo uma lógica binária de gênero, não se fazendo menção a qualquer outra possibilidade. Não há referência à população trans, pelo contrário, utiliza-se termos que consolidam a cultura patriarcal. No entanto, considerando a evolução social, o termo gênero estaria mais adequado às novas realidades existenciais. Isso porque “o termo gênero é muito mais abrangente que o termo sexo, pois não abarca apenas aspectos fisiológicos, mas também comportamentais, psíquicos e sociais, de modo que sua determinação é muito mais complexa” (SIQUEIRA; NUNES, 2018, p. 63).

A ausência do termo gênero nas normas previdenciárias faz com que a população trans não possa ser contemplada com regras específicas de aposentadoria, pois conduz os órgãos previdenciários a aplicar as normas e conceder os benefícios a partir do “sexo”. Embora exista a permissão legal de alteração de nome e sexo nos registros de nascimento e nos documentos oficiais, atualmente, a tendência é que o INSS indefira os requerimentos de aposentadoria feitos por transgêneros, tendo em vista inexistir norma que proteja a população trans.

Nesse sentido, o procedimento administrativo em via de regra, acaba obedecendo o padrão de negativa de concessão do benefício, em virtude de se encontrar o individual em outra condição de gênero. Não obstante, muito dificultoso se torna a atualização cadastral do segurado, sendo-lhe criado diversos empecilhos para a comprovação do atual gênero do mesmo. Assim, acaba o segurado tendo que recorrer ao procedimento judicial, ora mais lento, para que se veja ressaltado e garantido seu direito previdenciário (DIRCEU; PUPO, 2018, p. 203).

Com frequência, o que vem ocorrendo, após permissão do STF para modificar nome e gênero nos registros de nascimento ou casamento e nos documentos pessoais, independentemente de cirurgia de redesignação sexual, é a busca das pessoas trans para alterar o cadastro para fazer constar o nome social e o novo gênero. Numa dessas ocasiões, o INSS se manifestou tendo em vista provocação do servidor responsável pela alteração do cadastro.

Tratou-se de um segurado, pessoa trans, que solicitou atualização cadastral para fazer constar o seu novo nome social e “sexo”. No entanto, o servidor responsável não sabia se poderia fazê-lo, tendo em vista as



possíveis implicações nos requerimentos futuros de aposentadoria. Assim, solicitou manifestação da direção central, através do “CONSULTAR Nº 080640/2017”. A diretoria de benefícios, órgão da direção central do INSS, respondeu não haver nenhum problema no cadastro e que o gênero do filiado deverá ser considerado na data de entrada de requerimento (BRASIL, 2017).

O que se pode entender de tal manifestação é que deve ser considerado o gênero do interessado, por ocasião do pedido de aposentadoria, na data de entrada do requerimento. Ou seja, caso uma mulher trans compareça ao INSS munida de documentos os quais indiquem o gênero feminino, serão aplicadas as regras pertinentes às “mulheres”. Embora não seja um entendimento consolidado, pode-se vislumbrar a aplicação mais condizente com as regras estabelecidas pelo STF no que diz respeito à mudança de nome e gênero e suas implicações jurídicas.

No âmbito do regime de previdência das entidades públicas, têm-se duas situações singulares. A primeira se refere à transexualidade nas forças armadas que, quando expressada por qualquer militar, deve ser considerada motivo para reforma, isto é, para aposentadoria proporcional ou incapacidade. Nessa situação, verifica-se que o sexo biológico é condição prevalecte para exercício da atividade militar e, conseqüentemente, para conclusão do tempo de serviço para fins de aposentadoria integral.

Outra realidade que chama atenção, por ser precursora no ordenamento jurídico brasileiro, é o caso de uma Oficial de Promotoria, servidora do Ministério Público de São Paulo, mulher trans, que teve o seu pedido de aposentadoria deferido pelo órgão, pelas regras previstas para pessoas do gênero feminino (SÃO PAULO, 2019). O parecer favorável do Procurador Geral de Justiça trouxe como fundamento o fato de a pessoa ter o seu nome e sexo modificados nos registros civis e documentos oficiais de identificação. Tal caso é emblemático, pois ela é considerada a primeira mulher trans no Brasil a se aposentar conforme as regras do gênero autopercebido.

De um lado, tem-se o regime geral de previdência social, gerido pelo INSS, que, por não possuir previsão constitucional e legal, tem indeferido requerimentos de aposentadoria protocolados por mulheres trans, mas que, segundo manifestação da diretoria de benefício, poderá



ocorrer um primeiro caso de concessão, considerando o registro de “sexo” na data de entrada de requerimento.

Do outro, o regime previdenciário para militares que consideram a transexualidade como uma disfunção fisiológica que enseja a reforma do(a) militar ou afastamento por invalidez. E, por último, o regime próprio do Ministério Público de São Paulo que reconhece o gênero de uma mulher trans e, de acordo com as regras concernentes a esse gênero, concede a sua aposentadoria.

Nota-se que os casos abordados evidenciaram pessoas trans que mudaram de nome e sexo nos assentamentos dos registros públicos, nos documentos oficiais e que, ‘formalmente enquadradas’ num determinado “sexo”, demandam o reconhecimento do direito à aposentadoria segundo os requisitos pertinentes ao gênero autopercebido. No entanto, como analisar os casos que envolvem pessoas trans que não realizam a troca de nome e sexo nos assentamentos de registros civis?

É o caso de uma mulher trans que, assumindo o gênero autopercebido, possui em todos os seus documentos e cadastros o sexo biológico. Para esse tipo de situação, não existe perspectiva legal aplicável nem precedentes que possam fundamentar um possível reconhecimento do direito à aposentadoria, conforme as regras do gênero autopercebido.

O panorama que se tem, tanto no INSS como nos regimes próprios de previdência social, é de grande dificuldade no reconhecimento do direito à aposentadoria para pessoas trans, evidenciando negligência relacionada à existência do gênero não binário. Percebe-se, assim, flagrante omissão por parte do legislador em não reconhecer o surgimento de uma nova contingência social concernente às pessoas transexuais.

Transexualidade E Uma Nova Contingência Social: Hipótese De Aplicação Da Igualdade Material Nas Regras De Aposentadoria

A previdência social é um subsistema de proteção social regulado pelo direito previdenciário, cujas normas são compostas por regras e princípios próprios. Dentre tais normas, têm-se os princípios da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios previdenciários que são aplicados para eleger as contingências sociais que devem ser combatidas, de modo a resguardar o(a) cidadão(ã) contribuinte.



Contra a incapacidade laborativa decorrente de uma doença que venha acometer um(a) trabalhador(a) existe o benefício de auxílio-por incapacidade temporária. Para amparar a maternidade de mulheres que tem de se afastar da atividade laborativa durante os primeiros meses após o parto, há o salário-maternidade. Para amparar dependentes que tenham entes filiados à previdência, que sustentavam a família, e falece ou são presos, concede-se a pensão por morte ou auxílio-reclusão, respectivamente.

No caso de idade avançada, outro tipo de contingência social, a previdência disponibiliza a concessão de aposentadoria já que, num determinado período da vida, as pessoas não conservam mais o mesmo vigor físico para trabalhar e obter sua própria renda. Interessante notar que, em relação a tal contingência social, as regras de aposentadoria possuem aplicabilidade diferenciada para homens e mulheres.

A diferença de tratamento reside no tempo de contribuição, pontuação ou na idade, seja para qualquer tipo de aposentadoria, seja especial, do(a) professor(a) ou a comum. Por exemplo, a pontuação total que a mulher deve ter para se aposentar será em cinco pontos a menos do que os homens. No tempo de contribuição, tem-se a diminuição de cinco anos. Quanto à idade, três anos. Isso tudo conforme as novas regras de aposentadoria trazidas pela reforma da previdência.

Necessário entender tal distinção de tratamento de gênero para que possamos elencar se os mesmos fundamentos autorizadores dessa aplicação de regras previdenciárias de aposentadoria diferenciadas podem também fundamentar a aplicação de regras adequadas às realidades e contingências enfrentadas por transexuais trabalhadores(as) e contribuintes da previdência social.

As regras distintas não evidenciam um privilégio alcançado pelas mulheres, mas consistem na aplicação do princípio da igualdade material, já que as mulheres possuem características biológicas, culturais e sociais diferenciadas que sempre exigiram delas um maior sacrifício no âmbito laboral. A mulher possui dupla jornada de trabalho, ganha menos que os homens, tem dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, não ocupa os principais cargos e vagas de empregos existentes, é vulnerável à violência doméstica e preconceitos, enfim, é submetida a situações não vividas por homens.

Nesses termos, verifica-se que os atores sociais destinatários das políticas públicas de proteção social possuem características próprias que,



associadas às contingências diversas que podem acometê-los, devem ser destinatários de regras específicas que busquem promover a dignidade humana e a justiça social. É o caso da mulher, dos negros, das pessoas com deficiência, em situação de pobreza e da população LGBT. São minorias que estão inseridas em circunstâncias específicas e que devem ser consideradas na implementação das políticas sociais de proteção, inclusive naquelas que dizem respeito à proteção previdenciária.

Assim, o princípio da igualdade formal, sendo aplicado a esses atores, acaba por promover desigualdades, já que as especificidades existentes nas relações sociais não são consideradas. A igualdade material, pensada no âmbito do Estado Social, impõe a intervenção do poder público a fim de promover a justiça social e a dignidade humana a favor das minorias excluídas. Nesse sentido, a igualdade material:

[...] impõe ao poder público a promoção de medidas (normativas e fáticas) com vistas à redução das desigualdades, ou seja, o que, dito de outro modo, implica o dever de adotar políticas de ações afirmativas, no sentido de uma imposição constitucional cujo descumprimento poderá levar a um estado de omissão inconstitucional. Como revela a evolução brasileira nessa seara, que abarca desde a promoção da igualdade de gênero, por orientação sexual, pessoas com deficiência, em função da idade, mas especialmente, consideradas determinadas peculiaridades, em virtude da discriminação racial (raça tomada aqui como conceito normativo), uma série de políticas de ações afirmativas tem sido levadas a efeito [...] (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2016, p. 588).

A população trans submete-se a contingências sociais que permitem o tratamento desigual, de acordo com as suas desigualdades, face às peculiaridades que envolvem o grupo. Cabe destacar que tal princípio aplicado às pessoas trans guarda conexão direta com a justiça social e a dignidade da pessoa humana, valores basilares que ajudam a conduzir e a orientar o sistema da seguridade social. Dentre outros, são valores constitucionais, aptos a reger as relações em sociedade.

A seguridade e, especificamente, a previdência, devem estar inseridas na dinâmica de garantia de direitos, não apenas no âmbito formal, mas principalmente no campo material, fazendo com que o Estado Social de Direito concretize as garantias previstas na Constituição, sobretudo para aqueles(as) que são consideradas minorias sociais. Nesse sentido: “o sistema previdenciário, repita-se, não busca tão somente a manutenção de um mínimo de sobrevivência, mas algum valor que permita ao segurado uma vida digna” (IBRAHIM, 2018, p. 15).



Não obstante os princípios mencionados, ao identificar uma abordagem exclusiva de gênero binário nas regras previdenciárias de aposentadoria, constata-se proteção social restrita, deficitária e excludente em relação à população trans que não possui condições de acesso a benefícios que levem em consideração dada estrutura política e ideológica que a marginaliza, persegue e oprime. Pessoas transexuais sofrem preconceitos na sociedade brasileira, geralmente, vistas como pessoas desviadas e patológicas, quando inseridas no padrão patriarcal e cis. Como consequência, a discriminação as impede de ser reconhecidas como sujeitos de direitos e de integrar a sociedade dignamente.

Decorrente do tratamento preconceituoso e discriminatório dispensado às pessoas trans têm-se as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Se para as mulheres, inseridas no padrão normativo do gênero binário, existem barreiras de acesso ao mercado de trabalho, para as pessoas trans os obstáculos são ainda mais gravosos, quase que intransponíveis. Associado a isso, são tímidas as políticas públicas de inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, restando apenas o recurso a situações de precariedade e exclusão.

Quanto à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por transexuais e outras pessoas LGBTQIA+, Almeida e Vasconcelos (2018) citam que, sendo o trabalho direito social consagrado na Constituição da República, o labor formal não é realidade para as pessoas trans. Continuando, ressaltam que “estima-se que em torno de 90% das mulheres travestis e transexuais se prostituam, apesar de não haver dados oficiais, sendo a prostituição fonte de renda para quem ‘não conquistou outros espaços’” (ALMEIDA; VASCONCELOS, 2018, p. 5). Ainda sobre o assunto, é possível afirmar que:

O trabalho é reconhecido universalmente como um direito humano fundamental. Apesar disso, a população de travestis e pessoas transexuais enfrenta diversas barreiras para sua inserção no mercado de trabalho, em função do estigma e da discriminação relativos à sua identidade de gênero (SILVA, 2018, p. 43).

Como corolário da falta de acesso ao mercado de trabalho formal, tem-se a ausência de histórico previdenciário no decorrer do tempo, o que resulta no não atendimento dos requisitos de acesso aos benefícios previdenciários, pois a cobertura previdenciária nasce do exercício de atividade remunerada e do respectivo recolhimento das contribuições que devem totalizar uma quantidade mínima, a depender do benefício requerido.



Por exemplo, para que se faça jus a um benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, em caso de uma mulher, ela deve possuir um mínimo de tempo de contribuição, o que exige, em tese, a sua inserção no mercado de trabalho formal ou o recolhimento de contribuições na condição de contribuinte individual. Como pode, então, uma pessoa trans atender ao requisito “tempo de contribuição” se ela não consegue, na maioria das vezes, acesso ao mercado de trabalho formal.

Por isso que Costanzi (2017, p. 79), realizando uma correlação entre a previdência social e o mercado de trabalho, cita que: “há várias inter-relações entre o mercado de trabalho e a Previdência Social. O nível de informalidade e precariedade no mundo laboral tende a ter efeitos negativos sobre a cobertura previdenciária e o valor das aposentadorias”.

Outra peculiaridade inerente às pessoas trans é a violência frequente a que estão submetidas. Elas podem ser elencadas de várias formas: violência moral, verbal, física e psicológica. Mas, o que mais preocupa é a alta taxa de homicídios que atinge a comunidade trans, sendo essa taxa responsável, inclusive, pela baixa expectativa de vida, que é de 35 anos de idade, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Nesse contexto, dificilmente uma pessoa transexual chegará a ter uma idade mínima ou tempo de contribuição para poder se aposentar. Para melhor ilustrar essa realidade de violência na qual estão inseridas as pessoas transgêneros, segundo a *Transgender Europe*: “o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013, foram 486 mortes, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados” (BENTO, 2014, p. 1).

Trata-se de um ambiente social hostil que se inicia dentro da própria família, no ambiente educacional e estende-se por toda a vida. Afirma-se, então, que uma pessoa transgênero “é um ser excluído duplamente: pela lei civil e pela lei socio religiosa, cuja exclusão dupla o expõe à violência e morte” (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018, p. 7).

Se a legislação brasileira permite, no âmbito previdenciário, tratamento diferenciado para homens e mulheres com base nas contingências e peculiaridades sociais específicas, buscando conferir proteção diante de riscos sociais iminentes, o princípio da igualdade material, da justiça social e da dignidade humana exigem reconhecer de



forma direta outras realidades que permitam proteção previdenciária justa.

É dever do Estado Democrático Social de Direito concretizar direitos sociais, sobretudo o previdenciário, a favor de minorias flagrantemente ameaçadas por permanentes riscos sociais, violador dos direitos humanos. Deve, o princípio da igualdade material, assumir a direção na construção de regras previdenciárias adequadas, considerando a realidade social dos grupos minoritários. Assim, tem-se a possibilidade de construir regras próprias que estabeleçam idade e tempo de contribuição mínimos, conforme as peculiaridades acima apresentadas.

A realidade imposta deve ser enfrentada pelo sistema de proteção social consagrado na Constituição, pois as pessoas trans encontram-se legalmente desamparadas, “trazendo à tona a questão de insegurança jurídica e desrespeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, da liberdade, de direitos fundamentais e precisamente de tutela ao direito de personalidade” (SIQUEIRA; PUPO, 2018, p. 203).

Condicionantes Sociais E População Trans: Acesso Justo Às Aposentadorias A Partir Das Acepções De Gênero

As questões de gênero são assumidas sob dois enfoques: a do gênero binário, representativo de uma cultura patriarcal, e a do gênero não binário, que questiona e rompe com o dualismo do feminino e masculino construído a partir do sexo biológico. Confrontando as realidades sociais entre o gênero binário e o não binário, revela-se a necessidade de adoção de regras de aposentadoria adequadas para conferir proteção social efetiva a favor das transexuais.

A acepção de gênero construída a partir do sexo biológico, por meio do qual os papéis sociais são atribuídos, representa uma estrutura política e ideológica dominante na sociedade atual (MENDONÇA; CARDOSO, 2018). No que concerne ao gênero binário, a idealização dos sujeitos é predeterminada e, desde sempre, o feminino e o masculino nascem numa relação de desigualdade, na qual à mulher é atribuída uma posição de inferioridade e submissão ao homem. Reis e Pinho (2016, p. 12) argumentam que: “a partir de estudos etnográficos dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em diferentes épocas e sociedades” constata-se “uma relação de dominação e submissão entre os gêneros”.



Percebe-se que as relações de gênero entre homens e mulheres são de desigualdade e dominação, repercutindo em todas as esferas sociais. Zauli (2015, p. 21) reitera que “as consequências das distinções sociais de gênero estão em todos os lugares: na política, no trabalho, na escola, na mídia, na sexualidade, na família, e é na prática cotidiana que o gênero se torna uma realidade”. É pelo fato dessa desigualdade de gênero que as regras previdenciárias de aposentadoria para homens e mulheres são (e devem ser) distintas.

A relação entre gênero binário e não binário não é apenas de desigualdade, mas de exclusão. Tal conclusão provém de o patriarcado não reconhecer outra realidade além da dicotomia feminino/masculino. Dessa forma, a transexualidade é vista como uma “patologia” e, como tal, deve ser tratada para se conformar ao gênero binário. Apesar disso, Reis e Pinho (2016, p. 13) argumentam que a “transexualidade ou, se formos traduzir o termo para aproximá-lo nominalmente de gênero, a transgeneridade, dessa forma, não pode ser encarada como desvio do natural, mas sim desvio da imposição social que se estabeleceu dentro de estruturas maiores de poder”. O ‘desvio’ decorrente da imposição social consiste nas pessoas trans questionarem e se colocarem fora do dualismo masculino/feminino decorrente de aspectos meramente biológicos.

Para a população trans, o gênero é uma construção social dissociada do sexo biológico. Sobre o assunto, Almeida (2011, p. 169) afirma que “enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais, variando segundo as épocas e os seus padrões culturais e pode ser modificado”. O rompimento com o padrão cultural de gênero representa uma ameaça à estrutura de biopoder estabelecida. Ao tratarem sobre o tema, Castro e Reis (2017) apontam para as situações de desestabilização geradas, quando os sujeitos rompem com a heteronormatividade, provocando interrupções dos estereótipos de gênero, representando um “risco” à ordem social e política dominantes.

Uma das reações imediatas provenientes do patriarcado é a discriminação sexual praticada contra a população trans em diversos âmbitos sociais, sendo percebida na família, na escola, no trabalho e nos espaços públicos. Segundo Almeida (2011, p. 174), por exemplo: “a discriminação sexual submete a outra metade da humanidade ao jugo do poder baseado em diferenças biológicas”. A discriminação sofrida pelas pessoas trans gera especificidades sociais e repercute, particularmente, na proteção previdenciária deficiente.



Assim, a transexualidade funciona como um aspecto que fragiliza as normas de gênero binárias estabelecidas pela cultura heteronormativa. Nesse sentido, Teixeira (2012, p. 507) estabelece que: “reconhecer o caráter incerto e mutável das identidades significa minar o sistema normativo binário baseado no dimorfismo sexual”. Em contrapartida reacionária, impõem-se às pessoas trans discriminações, preconceitos, marginalização e negação de direitos só pelo fato de buscarem reconhecimento de identidade não disforme. Ainda segundo Teixeira, citando o caso da militar Carolina, das forças armadas brasileiras, que passou por um processo de transição de gênero, afirmou:

A visibilidade da transexualidade de Carolina sinaliza o lugar abjeto que ela passou a ocupar quando desestabilizou as normas do gênero, materializando no corpo as ideias de que a biologia não aprisiona o gênero, que gênero está deslocado do sexo e que a reprodução não sustenta a heterossexualidade (TEIXEIRA, 2012, p. 505).

A despeito da exclusão, discriminação e opressão impostas pelo gênero binário, não se deve abordar exclusivamente os aspectos de gênero, situando a transexualidade numa condição de vitimismo. Deve-se apontar as violações decorrentes das desigualdades e da marginalização. Assim, Zauli (2015, p. 14) aponta que é relevante ter “atenção para os grupos e indivíduos que têm estado em maior desvantagem e adotar processos antidiscriminatórios e compensatórios para diminuir as desigualdades e se beneficiar da energia que a diversidade é capaz de gerar”.

A abordagem de gênero, aqui realizada, alude à realidade de opressão sofrida pela população trans e imposta pela cultura binária patriarcal. No entanto, com tal análise, quer-se destacar a resistência materializada na luta das pessoas trans contra essa relação de biopoder e que exige o reconhecimento e respeito a sua identidade de gênero. Reivindicam-se ações que busquem equilibrar as relações de gênero, tendo como parâmetro as condições de vida das próprias pessoas transexuais. De uma forma análoga, traz-se a seguinte alusão sobre o tema:

[...] paradigmas construídos a partir da perspectiva masculina resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos, dado que as relações de gênero se ancoram em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas e até em emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico (ALMEIDA, 2011, p. 173).



Diante da relação de poder e das excludentes que o gênero binário impõe ao não binário, é possível constatar consequências que situam as pessoas trans numa posição de marginalização na sociedade brasileira, gerando invisibilidade social ativa e que provocam contingências e riscos sociais que justificam a construção de proteção previdenciária adequada e específica. Conforme Reis e Pinho (2016, p. 12): “todas essas observações demonstram que o gênero se apresenta dentro de um domínio de poder, que se revela em diferentes níveis, desde políticas diretas de opressão a sutilezas naturalizadas de dominação”.

Assim, com base nas discussões das questões de gênero constata-se condicionantes sociais que permitem regras de aposentadoria específicas e justas a favor da população trans, face à discriminação a que são submetidas só pelo fato de romperem com o padrão binário de gênero estabelecido pela cultura patriarcal. Reforçando essas condicionantes encontradas no âmbito de gênero, no próximo tópico serão verificados, a partir da questão identitária e do contexto social, as contingências e os riscos sociais impostos à população trans.

Gênero Não Binário E A Exclusão Previdenciária Decorrente Da Invisibilidade Dos Riscos Sociais Suportados

Para que a previdência brasileira confira proteção social efetiva e adequada à população trans é indispensável que se reconheça as contingências e riscos sociais inerentes. Porém, relacionando o contexto social das pessoas trans com as regras vigentes de aposentadoria, verifica-se flagrante a exclusão previdenciária. Tal realidade de marginalização, no âmbito do seguro social, é reflexo da marginalização social que atingem a população trans.

Dois aspectos, aqui, devem ser analisados a fim de delimitar os argumentos propostos. O primeiro se refere ao posicionamento identitário perante a sociedade e o segundo ao contexto fático social que apresentam as contingências e riscos sociais existentes que legitimam a adoção de proteção social efetiva e adequada por meio de regras previdenciárias em prol de pessoas transexuais.

A identidade das pessoas é um direito da personalidade e, assim sendo, “ganha a possibilidade de defender o que lhe é próprio, com sua vida, sua integridade físico-psíquica, seu próprio corpo, sua carga



intelectual, sua moral, sua honra subjetiva ou objetiva, sua imagem, sua intimidade” (TARTUCE, 2015, p. 170). A questão identitária da população trans é importante em tal discussão, porque a partir dela se verifica um conjunto de negações de direitos sociais, principalmente os previdenciários.

Silva (2018, p. 74) argumenta que “não estar em conformidade com a heteronormatividade é estar sujeito a sofrer diversas violações de direitos”. Na medida em que pessoas trans re-existem publicamente, ou seja, constroem sua identidade de gênero no contexto social patriarcal, rompem com um sistema de biopoder baseado no gênero, ameaçando e questionando uma estrutura de desigualdade e opressão. Resulta disso, como uma forma de reação, uma série de violações no meio familiar, no âmbito escolar e no ambiente trabalhista (COSTA, CARDOSO, CAVALCANTI, 2015). São situações que provocam, no decorrer do tempo, vulnerabilidades sociais não consideradas pelas regras de aposentadoria.

As primeiras ocorrências de marginalização ocorrem no âmbito familiar e têm relação direta com o histórico previdenciário. É que o preconceito, a discriminação e a violência sofridos pelas pessoas trans na família levam-nas, geralmente, a saírem de seus lares, levando-as a espaços públicos hostis que a submetem aos diversos tipos de violência, sobretudo à violência física

Segundo o Dossiê de Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras de 2019, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais: “80% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade, como uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência”. Conforme Benevides (2019), apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e transexuais, afirma-se que chega ser de 35 anos de vida, enquanto a da população brasileira em geral é de 74,9 anos (IBGE, 2013).

As regras de aposentadoria estabelecidas têm, como um de seus critérios principais, a expectativa de vida da população. Considerando as regras atuais de aposentadoria no Brasil, que exigem idade mínima de sessenta e dois ou sessenta e cinco anos de idade, para mulheres e homens, respectivamente, fica constatado que a expectativa de vida das transexuais denuncia a descaso do seguro social em face da população trans.

Nos estabelecimentos educacionais se reproduz o mesmo preconceito e discriminação geradores de opressão (MENDES;



HARTMAN; COSTA, 2019), provocando evasão escolar e falta de desenvolvimento intelectual e profissional de pessoas transexuais, excluindo-as das vagas de emprego. Conforme Almeida e Vasconcelos (2018, p. 2): “no Brasil, em virtude dos padrões culturais que constituem as identidades transgêneras como desviantes e inferiores, essa população tem grande dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal”.

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho gera consequências no histórico previdenciário das pessoas trans, já que, sem trabalho, não há recolhimento de contribuições em quantidades mínimas exigidas para fins de concessão dos benefícios. Nesses termos, a população trans não é alcançada pelas atuais regras de aposentadoria. Necessário se faz adotar condições de acesso ao benefício de aposentadoria que contemplem a realidade trabalhista dessas pessoas.

No mundo do trabalho formal, há barreiras impostas, já que é expressão da cultura socioeconômica estabelecida que, no caso brasileiro, é desigual, binária, racista e exploradora. Tal realidade atinge diretamente as pessoas trans que, por ressignificarem seus gêneros, sofrem exclusão. Segundo dados da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil, estima-se que na década passada, aproximadamente 87% das pessoas trans encontravam-se na prostituição devido à falta de disponibilidade de empregos para esse grupo social (ARAÚJO, 2019).

Assim, a partir do aspecto identitário das pessoas trans, verificam-se violações de direitos da personalidade e o desenvolvimento de uma série de condições ensejadoras de vulnerabilidades e riscos sociais não consideradas pela previdência social brasileira na análise do pedido de aposentadoria feito por uma pessoa transgênero. Encontra-se, aqui, dois fundamentos que permitem a aplicação de regras de aposentadoria diferenciadas para população trans, quais sejam: contingências e riscos sociais não experimentados por homens e mulheres e a falta contínua de proteção social que enseja violação permanente de direitos. Portanto, essas seriam ações afirmativas.

Superação Paradigmática Do Gênero Binário Nas Normas Previdenciárias De Aposentadoria

Nos regimes de previdência social há aposentadorias para pessoas pertencentes a determinados grupos de trabalhadores. Têm-se as aposentadorias programáveis, a do professor ou da professora, a especial



que se destinam a pessoas que trabalham sob agentes nocivos, a do (a) trabalhador (a) e a da pessoa com deficiência. Para cada tipo de aposentadoria mencionada, há normas que preveem condições de acesso diferenciadas, a depender da categoria do(a) trabalhador(a), das condições físicas, do ambiente de trabalho, da idade e tempo de contribuição.

Cada tipo de aposentadoria leva em consideração as contingências sociais específicas que acometem os(as) respectivos(as) segurados(as). No entanto, o gênero binário é o que existe em comum a todas elas. São previsões para homens e mulheres que possuem, dentro de cada tipo de aposentadoria mencionada, regras distintas de aplicabilidade. Apesar de o INSS permitir inserir nos seus sistemas o nome social de pessoas trans, bem como prever a concessão do benefício de pensão por morte a casais homoafetivos, o fato é que inexistente proteção previdenciária nas regras de aposentadoria a favor da população trans.

Ainda que se tenha um precedente ocorrido no Ministério Público de São Paulo, quando foi aposentada uma mulher trans, aplicando-se as regras de aposentadoria previstas para as mulheres, deve-se indagar se cabe enquadrar a população trans nos mesmos requisitos previstos para o gênero binário. Conforme foi ressaltado acima, uma mulher cis possui as mesmas contingências e sofre os mesmos riscos sociais de uma mulher trans?

A pessoa trans é discriminada, muitas vezes, em casa e pela própria família, é perseguida na escola, é oprimida e sofre violências nos espaços públicos, não é aceita em diversas empresas por mero preconceito e, além disso, muitas vezes, a informalidade da prostituição. Condição mais grave é o fato de possuir expectativa de vida de até 35 anos de idade (BENEVIDES, 2019). São situações que não são vividas majoritariamente por pessoas cis.

Afinal, não é a cultura de gênero binário representativa do patriarcado que impõe toda essa realidade à população trans? Como, então, prever para as transexuais as mesmas condições de acesso à aposentadoria existentes para homens e mulheres? Não faz parte das finalidades da previdência social promover desigualdades, pelo contrário, como sistema de proteção social, deve conferir dignidade e diminuí-las, implementando justiça social. Sobre o tema, Pancotti afirma:

A este grupo não é assegurada a liberdade de ser quem são, a dignidade para o exercício de sua identidade sem sofrerem preconceitos, a igualdade



de oportunidades para acessar os postos de trabalho ou renda, sequer de possui expectativa de vida igual aos demais membros da sociedade. Vivemos em uma sociedade onde a desigualdade de gênero é muito grande e somente para nos ater ao tema da pesquisa em cotejo, nosso país é campeão em mortes violentas de transgêneros (2019, p. 61).

A previdência social surge no contexto do interesse capitalista que objetivava a manutenção da força de trabalho contra as incapacidades e invalidez que pudessem acometer trabalhadoras(es). No entanto, foi desenvolvida a partir de uma dinâmica de gênero binário, expressando, por meio das regras previdenciárias, a cultura capitalista de exclusão e de desigualdade. No desenvolvimento da previdência, as pessoas que não se encaixam na heteronormatividade são excluídas dos benefícios de aposentadoria. É o caso das pessoas trans que, não se conformando com as regras da cisgeneridade, estão excluídas da proteção social previdenciária.

A previdência como instrumento de justiça social deve ser mais ampla e justa, alcançando trabalhadores(as) pertencentes a grupos minoritários e concretizando direitos sociais consagrados nas Constituições programáticas atuais para que valores maiores sejam garantidos, a exemplo da dignidade humana, da solidariedade e da igualdade.

A dignidade humana busca proteger o ser humano contra todo tratamento degradante e discriminatório. Conforme Ramos (2017, p. 75), “consiste em atributo que todo indivíduo possui, inerente à sua condição humana, não importando qualquer outra condição referente à nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo etc”. Nesses termos, pressupõe a existência de uma pluralidade de pessoas que merecem ser tratadas de forma igualitária e sem preconceito. No entanto, não se pretende, aqui, abordar tal princípio sob os preceitos hermenêuticos ou de valores abstratos e universais, sob pena de afastá-lo da realidade social.

O princípio da dignidade humana aqui discutido exige que as pessoas trans sejam tratadas como sujeitas de direitos de modo a protegê-las socialmente, sem discriminação e preconceitos. A previsão de normas previdenciárias de aposentadoria que contemplam apenas o gênero binário denuncia violação da dignidade humana de transexuais, pois desconhece a realidade concreta e exclui essas pessoas de uma proteção efetiva, face suas contingências sociais específicas.



Não é o fato de ser a população trans minoria que deva ser legitimada sua exclusão previdenciária. Não se pode negar proteção social a uma minoria sob pena de suprimir sua própria existência, enquanto pessoas. A democracia não é organização social da maioria apenas, pelo contrário, “pressupõe e impõe o respeito pelas minorias e mesmo a sua proteção e promoção” (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2016, p. 272). A citada proteção deve ser materializada na garantia de cidadania plena, assegurando todos os direitos inerentes à pessoa humana, sobretudo os direitos previdenciários, instrumento de implementação da justiça social e da superação das desigualdades de gênero.

É claro que homens e mulheres não experimentam os mesmos contextos sociais da população trans. O gênero binário é o predominante e estabelece uma relação de poder, controle e domínio sobre o gênero não binário. Daí decorre a exclusão, o preconceito e a opressão materializados na família, na escola, no trabalho e nos espaços públicos. As pessoas trans estão inseridas num contexto de sexismo estrutural que impõe sobre esse grupo minoritário graves prejuízos sociais que precisam ser reparados.

Por isso, a igualdade na proteção e promoção das pessoas trans não deve ser formal, mas material, que, segundo Fernandes (2017, p. 461), é “tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam”. Exigir que transexuais cumpram os mesmos requisitos de acesso ao benefício de aposentadoria de homens e mulheres é violar de morte o princípio da igualdade material. É necessário, porém, regras específicas que considerem todo o contexto social dessas pessoas.

O Estado de Bem-estar Social tem como característica o intervencionismo nas relações em que a desigualdade prevalece, a fim de conferir equilíbrio e promover a justiça. Em se tratando a população trans de grupo minoritário que sofre prejuízos sociais no decorrer do tempo, cabe ao Estado a implementação de ações afirmativas previdenciárias que, segundo Ramos:

[...] consistem em distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado com o objetivo de assegurar o progresso de grupos sociais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção para proporcionar a eles igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais (RAMOS, 2017, p. 183).

Não se quer, aqui neste estudo, estabelecer uma fórmula pronta na criação de regras específicas de aposentadoria para pessoas trans. No entanto, afirma-se que regras específicas, para além do gênero binário, devem ser adotadas a fim de conferir proteção social previdenciária diante



das graves contingências e riscos sociais impostos a transexuais. Alguns parâmetros, porém, já são possíveis estabelecer.

Primeiro, é necessário dizer que no regime geral de previdência social há vários tipos de aposentadoria, porém trata-se de benefícios cuja finalidade é única, qual seja, a de evitar o risco social decorrente da velhice ou falta de vigor físico laborativo. O que muda de uma aposentadoria para outra são as condições de acesso ao benefício, a depender da realidade de cada categoria de trabalhador(a). Dessa forma, instituir condições de acesso à aposentadoria que contemple as contingências sociais da população trans não é criar um benefício. Assim, não se pode alegar a falta de fonte de custeio orçamentário diante da criação de um novo benefício.

Segundo, as pessoas trans não devem ser submetidas às regras já existentes. Deve-se criar normas específicas, dada uma nova contingência evidenciada pelo contexto social dessa população. Assim, diante das discriminações sofridas no âmbito familiar, a falta de acesso escolar e profissional, a dificuldade de ascensão ao mercado de trabalho e a clandestinidade oriunda da prostituição permitem instituir regras diferenciadas de aposentadoria para esse grupo.

Por último, considerando como parâmetro as regras de aposentadoria já existentes para os(as) segurados(as) do INSS e de outros regimes, é possível chegar a critérios razoáveis que podem ser aplicados à população trans. Por exemplo, a média brasileira de expectativa de vida é de 76 anos de idade. A Emenda Constitucional nº 103/2019 prevê aposentadoria do homem e mulher com 65 e 62 anos de idade, respectivamente, mais 20 anos de contribuição para os(as) novos(as) filiados(as).

Para a pessoa trans, cuja expectativa média de vida é de 35 anos, dever-se-ia estabelecer uma idade de 40 anos e 15 anos de contribuição para aposentadorias. Os critérios de idade e tempo de contribuição aumentariam doze meses a cada dois anos, observada a instituição de políticas de distribuição de renda a fim de que pessoas trans possam recolher suas contribuições em ocasiões de desemprego.

Serão necessárias, também, políticas inclusivas de desenvolvimento escolar e profissional, a fim de evitar evasões. Ainda, é necessário que sejam instituídos incentivos à contratação de trabalhadoras(es) trans, estabelecendo cotas, assim como se faz com pessoas com alguma deficiência. Além disso, combater efetivamente a violência contra a população trans, por meio de ações efetivas contra a



transfobia. Seriam essas as ações afirmativas as responsáveis para conferir maior proteção previdenciária nas regras de aposentadoria.

O modelo neoliberal e o projeto socioeconômico sofreu contenções, ainda que tímidas, ao longo dos governos Lula e Dilma. No entanto, desde 2017 voltou ao poder com força total, promovendo reformas que representou retrocesso para as políticas sociais. Em 2017 houve a reforma trabalhista que retirou direitos e precarizou o mercado de trabalho. Em 2019, houve a reforma da previdência que retirou direitos e tornou as regras de acesso aos benefícios mais rigorosas, notadamente aquelas inerentes às aposentadorias.

Se para a população em geral as referidas reformas significaram a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, em dificuldades de acesso às vagas de emprego, empregos precarizados e impossibilidade, em grande parte das situações, de conseguir uma aposentadoria digna, para a população trans significou a intensificação da exclusão social e da negação de direitos que foram, nesse estudo, problematizados.

O projeto neoliberal ora vigente é uma releitura do liberalismo burguês, consolida a superestrutura política e social que molda a consciência social hegemônica (CARNEIRO LEÃO; ALLAIN TEIXEIRA; CARDOSO, 2018). Reafirma valores patriarcais e cristãos fundamentalistas, pilares de sustentação da burguesia heteronormativa. Na defesa de valores cristãos feita por um segmento da sociedade, surgem discursos de que a família é formada pelo homem e pela mulher, o que, por sua vez, reforça a existência exclusiva do gênero binário. Nessa perspectiva, a população trans é relegada novamente à invisibilidade.

Considerações Finais

O presente estudo buscou problematizar de que forma as regras previdenciárias de aposentadoria aplicam-se às pessoas transexuais, considerando a ausência de gênero não binário. A inquietação diante de legislações que preveem nos seus textos apenas pessoas cis como destinatárias dos benefícios de aposentadoria exigiu que se refletisse como a proteção social previdenciária deveria ser direcionada adequadamente à população trans. Buscamos entender as acepções de gêneros binários e não binários presentes na sexualidade dos sujeitos a fim de perceber as possibilidades de criar hipóteses de inclusão social previdenciária para além da cisgeneridade. Refletimos sobre os riscos



sociais que fundamentam a exigência de se reconhecer o direito de acesso aos benefícios de aposentadoria por meio de regras específicas e desvinculadas da dinâmica binária de gênero.

Constatar a fundamentalidade da proteção previdenciária no combate da desigualdade e na busca da justiça social, permitiu conhecer as repercussões incidentes sobre as questões de gênero, principalmente no que concerne à população trans. Verificou-se que o gênero, na cultura patriarcal, estabelece relações de poder que põem homens e mulheres em arranjos desiguais, refletindo tal desigualdade nas regras de aposentadoria, cujos requisitos de acesso são distintos, na tentativa de equilibrar as relações de gênero binário.

Relacionada às pessoas transexuais, as normas previdenciárias não cumprem suas finalidades, pois, em vez de serem inclusivas, acabam sendo excludentes, quando se verifica a ausência de regras que contemplem gêneros que não se enquadram na cisgeneridade. As acepções de gênero denunciam situações de desigualdades e exclusão que exigem ação previdenciária específica, com base nas contingências e riscos sociais dos(as) envolvidos(as).

A forma como os órgãos de previdência analisam processos de aposentadoria das pessoas trans denuncia as exclusões e desigualdades decorrentes do gênero. Se não são indeferidos os pedidos, a sua concessão do benefício é submetida às regras destinadas a homens ou mulheres. Não levam em consideração os riscos e contingências sociais que são peculiares à população trans, evidenciadas pelas vulnerabilidades sociais não vividas por pessoas cis.

O abandono da família, a evasão escolar, a falta de inserção no mercado de trabalho e a baixa expectativa de vida são aspectos sociais suportados pela população trans e hipóteses que indicam a necessidade de o Estado implementar regras de aposentadoria para além do imperativo binário. Tal ação estatal deve ter em conta o princípio da igualdade material, de modo a criar proteção previdenciária específica a favor das pessoas trans. Isso significa dizer que a previdência pública brasileira deve ser afirmativa, inclusiva, solidária e justa nas exigências dos requisitos de acesso à aposentadoria condizentes com a vulnerabilidade social experimentada.

Por isso, não cabe conferir proteção previdenciária às pessoas trans utilizando-se das normas de gênero binário, sob pena de reproduzir a discriminação social pela exclusão previdenciária, perpetuando a



invisibilidade de um grupo de pessoas dotadas de direitos e que devem ser reconhecidos, garantidos e protegidos pelo Estado. Diante dessas considerações, percorrendo o problema de pesquisa e os objetivos gerais e específicos, os argumentos alcançados propõem regras adequadas de aposentadoria, de modo a compensar socialmente as condições sociais degradantes vividas por pessoas transexuais.

Para que a previdência social possa conferir proteção social à população trans, deve, em primeiro lugar, reconhecer sujeitos que não se enquadram nos conceitos de gênero decorrente de aspectos exclusivamente biológicos. Isso resultará na compreensão de que, diante da pluralidade social, o amparo previdenciário deve ser destinado a todos, indistintamente. Como consequência, é imprescindível relacionar as finalidades previdenciárias com as condições sociais das pessoas trans. Isso porque, sendo a política social previdenciária um instrumento de combate à desigualdade e promotora da justiça social, impõe a adoção de regras de aposentadoria com tempo de contribuição e idade mínima diminuída, tendo como base a expectativa de vida das transexuais.

Constatado que as regras de aposentadoria não conseguem contemplar pessoas transexuais, face às dificuldades oriundas do desamparo familiar, educacional e da ausência de histórico laboral, exige-se o reconhecimento de que a previdência brasileira não protege a população trans e propõe-se regras distintas. Conforme Pancotti (2019, p. 165), “promover a inclusão dos grupos marginalizados conferindo-lhes plena cidadania num país que, em tese, se compromete com o bem-estar social é conferir-lhe empregabilidade, cobertura previdenciária, acesso a saúde e qualificação profissional”. Essas premissas são relevantes para a área jurídica, acadêmica e profissional, já que exigem, nos respectivos âmbitos, a superação da cisgeneridade no âmbito da previdência social brasileira. Ainda, ressaltam que a previdência brasileira não pode ser um instrumento de reprodução da exclusão social sofrida pela população trans.

O grande problema é que o próprio Estado foi tomado como instrumento de exclusão e opressão, já que é a própria elite capitalista que o conduz. Dessa forma, estando a previdência social, instrumento de política social, sob uma administração estatal neoliberal e excludente, espera-se um agravamento da situação previdenciária da população trans, seja pelo piora das circunstâncias sociais que lhe envolvem, seja pela falta de interesse estatal em protegê-la.



Referências

ALMEIDA, Victor Augusto; VASCONCELOS, Cecília Barreto de. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. *Revista Direito FGV*, São Paulo, n. 2, v. 14, p. 302-333, mai./ago. 2018.

ALMEIDA, Jane Soares de. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, Campo Grande-MS, n. 31, p. 165-181, jan./ jun. 2011.

ALVES, Hélio Gustavo. A transexualidade e seus reflexos no direito previdenciário. *Revista da Previdência Social*, São Paulo, ano XLII, ed. 448, p. 183-192, mar. 2018.

BENTO, Berenice. *Brasil: país do transfeminicídio*. Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos – CLAM, 2014. Disponível em:

<http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

BENEVIDES, Bruna. *Associação Nacional de Travestis e Transexuais: Dossiê sobre Assassinatos e Violência contra Pessoas Trans em 2019*. Boletim 4-2020-Assassinatos ANTRA, Rio de Janeiro, jan. 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contras-pessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia de pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional*. Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. *Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1008398/SP. Lei Federal nº 6.015/1973*. Direito civil. Recurso especial. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração do prenome e designativo de sexo. Princípio da dignidade da pessoa humana. Recorrente: Clauderson de Paula Viana. Recorrido: Ministério Público Federal. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, 15 de outubro de 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018.

CARNEIRO LEÃO, Daniel; ALLAIN TEIXEIRA, João Paulo; CARDOSO, Fernando da Silva. Direitos humanos e soberania: estudos críticos sobre o papel do direito no cenário político atual. *Revista Direitos Culturais*, v. 12, n. 28, p. 135-158, fev. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v12i28.2219>.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper Binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não binária. *Margens-Revista Interdisciplinar/Dossiê: corpo, gênero e sexualidade, Juiz de Fora*, v. 11, n. 7, p. 108-124, dez. 2017.

COSTA, Gustavo Gomes da; CARDOSO, Fernando da Silva; CAVALCANTI, Gabriela Guimarães. Violações de Direitos Humanos no Brasil: notas a partir do 5º Relatório Nacional de Direitos Humanos. *Prisma Jurídico (Online)*, v. 14, p. 195-217, 2015.

COSTANZI, Rogério Nagamine. *Reforma da previdência e mercado de trabalho*. Repositório do Conhecimento do IPEA, abr. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7822>>. Acesso em: 13 nov. 2019.



FACHIN, Zulmar; OLIVEIRA, Evaldo Dias. Seguridade social como direito fundamental: garantia de efetivação na constituição brasileira. *Revista Scientia Iuris*, v. 15, n. 1, p. 175-197, jun. 2011.

FERNANDES, Bernardes Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. Salvador: Juspodium, 2017.

GERHARDT, Denise Tolfo; SILVEIRA, Tatiana Engel. *Métodos de Pesquisa*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MENDES, Maria Goretti Soares; HARTMAN, Rebeca Spencer; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo. *Debate e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e gênero*. 1. ed. Recife: Fasa, 2019. p. 459.

MENDONÇA, Roberta Rayza Silva de; CARDOSO, Fernando da Silva. A noção de sujeito e de diversidade humana na ontologia contemporânea dos direitos humanos: diálogos entre Emmanuel Levinas e Judith Butler. *Rios eletrônica (FASETE)*, v. 12, n. 17, p. 11-29, 2018.

PANCOTTI, Heloísa Helena Silva. *A proteção previdenciária dos transgêneros transexuais e travestis*. 2018. 134 fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Marília, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS. *Nota Pública da Rede Trans em Alusão ao Dia do Trabalhador*. Aracaju, mai. 2019. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org.br/documentos/estatuto-e-notas/Nota Pública da Rede Trans em alusão ao Dia do Trabalhador/2019>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7 -25, jan./abr. 2016.

SÃO PAULO. *Despacho do Procurador-Geral de Justiça. Protocolo nº 45.047/2019*. Diário Oficial do Estado: seção 1, São Paulo, ano 63, n. 122, p. 129, 29 jun. 2019.



SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, Marcos Vinícius Moura. *Violência LGBTFóbicas no Brasil: dados da violência*. Documento Eletrônico, Brasília, p. 6-79, 2018.

SILVA, Maria Aparecida da. *Travestis e transexuais no Estado de São Paulo: inserção no mercado de trabalho*. 2018. 197 fls. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2018.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PUPO, Nayana Louise Saqui. Aposentadoria por idade do transgênero: direitos de personalidade e o acesso à justiça. *Direito e Desenvolvimento*, v. 9, n. 2, p. 195-206, ago./dez. 2018.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: lei de introdução e parte geral*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, mai./ago. 2012.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de pesquisa*. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

ZAULI, Amanda. *Reflexões sobre diversidade e gênero*. Câmara dos Deputados, Brasília, II Série, p. 01-40, 2015.

Gender, Binarity And Social Security: Reflections On Retirement Paradigms For A Trans Population In Brazil

ABSTRACT: In view of the evolution of concepts and discussions about the gender category, the present study seeks to analyze the extent to which Brazilian social security contemplates the trans population in the retirement rules. As a general objective, we seek to understand how the retirement pension rules apply to transsexuals, considering the accommodation of the rules to binary genders. Thus, it discusses the meanings of binary and non-binary genders related to the subjects' sexuality, checking the possibility that retirement social security rules create hypotheses beyond the binary imperative of genders, reflecting on alternatives of applicability of the rules pension plans for transsexuals. The method used is the deductive, based on a qualitative approach and descriptive, explanatory and bibliographic research. Based on the analyzes carried out, it was found that the trans population lives with different forms of vulnerability and serious social risks that must be considered in public social security policies, especially in the construction of conditions for accessing retirement benefits, and specific rules must be implemented, in order to socially protect such a social minority.

KEYWORDS: Retirement. Binary Genre. Trans population. Social security rules. Material Equality.

Marcelo Silva Ferreira de LIMA

Universidade de Pernambuco

Técnico do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social. Gestor da Agência Arcoverde, Pernambuco, do INSS. Graduado em Direito - Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde.

E-mail: marcelo.sflima@upe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1652-8291>

Fernando Da Silva CARDOSO

Universidade de Pernambuco

Doutorando em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016). Mestre em Direitos Humanos - Universidade Federal de Pernambuco (2015). Especialista em Direitos Humanos - Universidade Federal de Campina Grande (2015). Bacharel em Direito - Centro Universitário do Vale do Ipojuca (2012).

E-mail: cardosodh8@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8460-0406>

Recebido em: 17/11/2020

Aprovado em: 28/07/2022



ARTIGOS



Infância E Transfobia Na Família

Relatos De Sobrevivência

Nosli Melissa de Jesus BENTO, Secretaria Estadual de Educação/SED/MS

Magda SARAT, *Universidade Federal da Grande Dourados*

Nubea Rodrigues XAVIER, Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul/UEMS

Resumo: Objetivamos analisar os comportamentos das famílias na educação de crianças e dos corpos infantis, nas questões de gênero, considerando concepções adultocêntricas pautadas na percepção da sexualidade pelas normas binárias e heterossexuais. A pesquisa bibliográfica e empírica, com pressupostos teórico-metodológicos nos estudos de gênero, procura desconstruir a imagem de um corpo centrada num genital e da sexualidade definida por características binárias e fixas. Buscamos aproximação às teorias decoloniais e à sociologia da infância, para compreender como estas infâncias transgêneras foram silenciadas na família. Empiricamente entrevistamos três mulheres transgêneras, com base na metodologia da História Oral, ouvindo histórias de vida e memórias de infância. Os resultados propiciaram reflexões sobre como os comportamentos e os padrões de conduta se construíram e legitimaram ainda na infância seus corpos sociais. No entanto, o ato de transgredir permitiu a tais mulheres serem “sobreviventes”, escapando aos discursos patologizantes ouvidos cotidianamente, durante toda a infância.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Transfobia. Família. Memória.



Começo de história...

“Quando um corpo vem ao mundo é depositado nele um destino de gênero; quem transgride a norma esperada passa a ser odiada (o). Assim nasce a transfobia”.

Magô Tonhon

O nascimento, a infância ou a gênese contemplam processos sociais, individuais e coletivos na constituição dos grupos em diferentes períodos históricos, para este artigo, elegemos apresentar alguns aspectos referentes a um grupo denominado família como a primeira experiência na formação do indivíduo, a responsável pela sua origem e inserção social. Embora não seja a única instância, e aquela que escolhemos, mas a que nos coube por hereditariedade e pertença.

O núcleo familiar tem uma trajetória histórica que trataremos posteriormente, e representa o lugar físico no qual todos os corpos nascem e ao qual de uma maneira ou de outra, como aponta nossa epígrafe, junto com ele, vem um depósito de expectativas a serem normatizadas e à medida que este corpo transgride as expectativas geradas, iniciam os problemas para o indivíduo ainda na infância, período propalado como um dos mais importantes da vida humana. Tais temas nos ocupam como pesquisadoras e educadoras, particularmente quando pensamos nas crianças, nas infâncias, nas famílias, nas nossas investigações.

Neste contexto, conceitos como transfobia, infância e família serão tratados, bem como, de que forma alguns indivíduos participantes de uma pesquisa concluída, se relacionaram no espaço familiar experimentando e vivenciando as relações complexas entre pais e filhos e filhas, a partir da percepção familiar de que estes teriam se “desviado” das normas binárias da heterossexualidade em direção a infâncias transgêneras, que socialmente deveriam ser silenciadas e apagadas desde a tenra idade.

Apresentaremos neste artigo, a partir da história de vida e memórias de três mulheres transgênero/as seus relatos da infância que contam suas experiências calcada em uma profunda necessidade de lutar pela sua sobrevivência. Inicialmente em contextos familiares, aparentemente construídos para serem afetivos, acolhedores e de aceitação, mas que se tornaram adversos e discriminatórios à medida que



estes indivíduos transgridem as normas impostas para seus comportamentos.

Optamos pelas histórias de vida e as memórias de *Marisa, Karina e Gabriele*, mulheres transgêneras, que nos autorizaram a contar suas experiências e em fazer a análise buscando compreender que “a família pode ser”, a partir de dois aspectos: um lugar seguro na infância e um tempo das aprendizagens sociais; ou o espaço do desterro, do abandono, mas também provocar a resistência e a sobrevivência. Tais análises são discutidas na tentativa de fazer uma aproximação as teorias de gênero e as perspectivas decoloniais para compreender os silenciamentos das infâncias transgêneras, a partir dos relatos de memória destas sobreviventes na família e em seus grupos mais próximos de parentela.

A Família e a Transfobia

A família, uma instituição histórica e socialmente constituída, no Ocidente é tema de inúmeras pesquisas sob diferentes vertentes. Dentre alguns autores/as citamos: Ariès (1981); Badinter (1985), Samara (2004), Oliveira (2011), Carvalho (2000), Silva (2015), Giddens (2005). Nos séculos precedentes, família seria constituída a partir de laços afetivos tornando-se um ambiente vital na formação inicial para as crianças, e contribuindo no desenvolvimento de sua autoestima, sua identidade e sua afirmação, bem como, na construção de suas concepções. Ou ainda, seria “um grupo de pessoas diretamente unidas por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças” e estes agrupamentos nascem da união entre pessoas que se tornam “parentes” em uma “união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aceita socialmente” (GIDDENS, 2005, p. 175). Tal importância da referida instituição se estabelece, também, na legislação nacional ao afirmar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (L.8.069/90 - Art. 227).

Neste contexto, ao falar em famílias, nos remetemos aos modelos sociais e os modos de agir desta instituição, que ao ser citada na legislação, destina-se a todos os modelos no país e se caracteriza pela pluralidade. Atualmente temos uma diversidade de modelos familiares: famílias



nucleares, monoparentais, recompostas (SILVA, 2015) o que faz emergir diferentes relações entre os grupos de indivíduos. No entanto, nessa coletividade temos indivíduos que nascem, como aponta a epígrafe, “transgredindo a norma”, pois se algumas famílias são mais favoráveis ao diálogo e conseguem conviver com as diferenças que seus/as filhos/as apresentam, outras, não aceitam tais atitudes, a tendência além de regular os comportamentos, é a destruição do sujeito. Em geral, isto ocorre em parentelas com filhos (as) transgêneros (as), ainda mais se considerarmos a classe social dos indivíduos. Sendo um tema complexo debater as infâncias transgêneras são silenciadas desde as instituições familiares.

Tais discussões são pertinentes à medida que avançam as pesquisas sobre o tema, com leituras atravessadas por outras perspectivas acerca das infâncias, e informam as discrepâncias dos modelos sociais existentes, bem como a realidade concreta dos grupos. Nas famílias vemos emergir sujeitos que antes eram invisibilizados, e a tendência de determinadas propostas teóricas apresentam possibilidades de dialogar e produzir essas histórias, a partir da visão destas pessoas, ou destes indivíduos.

Portanto, os discursos hegemônicos de poder, as epistemologias dominantes, as narrativas, em geral concentradas nas mãos e nas falas do homens brancos, cisgêneros, cristãos, heterossexuais, que compõe o modelo das ditas “famílias tradicionais”, dão lugar a outros modelos familiares, permitem, as teorias, desconstruir os saberes tidos como universais e ao apresentar o contra-discursos colocam estes indivíduos em posição de subalternidade, à margem do conhecimento e dos espaços sociais, lugares para se expressarem e existirem nos contextos familiares.

Aqui apresentamos os relatos de três mulheres transgêneras nominadas como Karina, Gabriele e Marisa. Ao narrar suas memórias de infância e formação, elas nos informam os sofrimentos vividos quando crianças, enfatizaram os constrangimentos e as inúmeras situações de violência psíquica e física dentro do próprio lar, especialmente, quando descobrem sua condição e, sem compreender, buscam respostas. Para dar as respostas, as famílias as submetem a tratamentos compulsórios, para “curá-las” das suas identidades de gênero, percebidas como “desviantes”, portanto foram agredidas e abandonadas, o que provocou sofrimento. Sobre o *modus operandi* da família temos a contribuição de Preciado (2021):

Permitam-me inventar, retrospectivamente, uma cena de enunciação, de fazer um direito de resposta em nome da criança governada que eu fui, de defender outra forma de governo das crianças que não são como as



outras. (...) E me rebelo hoje em nome das crianças que esses discursos falaciosos insinuam preservar. Quem defende os direitos da criança diferente? Os direitos do garotinho que gosta de usar rosa? Da menininha que sonha em se casar com sua melhor amiga? Os direitos da criança a mudar de gênero se ela quiser? Os direitos da criança à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança de crescer em um mundo sem violência, nem sexual nem de gênero? (PRECIADO, 2021, s/p).

Quem defende essa criança? Seria a família a primeira resposta? Nos parece que não, muito pelo contrário. Ao problematizarmos os modos como lidam com seus filhos e filhas aparentemente “inadequados” às normas de gênero compulsórias, ou conforme cita Preciado (2021), a “criança diferente”. Percebemos que os discursos são perpassados por processos de “patologização” e estigmatização destes sujeitos. As entrevistas, realizadas por nós, vão na mesma direção da “cena inventada” pela autora, no entanto são concretas, recolhidas na pesquisa empírica e analisadas a partir das contribuições dos estudos de gênero, teoria *queer*, sociologia da infância e aproximações as teorias decoloniais, e permitem “ver” a invisibilidade da infância transgênera, no momento pelo qual argumentamos acerca do direito destes sujeitos aos seus corpos e aos seus desejos quando não atendem uma norma imposta a priori, antes do seu nascimento.

Para os familiares, antes de nascer, a criança já está inserida na concepção binária e sexualizada de gênero, e seu sexo está definido somente de modo biológico pelas concepções sociais da espera do bebê (BENTO; PELÚCIO, 2012; BUTLER, 1997). Tais concepções, reproduzem os discursos de sujeitos universais, atribuindo-lhes características que, supõem-se sejam compartilhadas por todos. O mundo infantil é construído por proibições e afirmações, nascemos com a “pedagogia dos gêneros, que tem como objetivo preparar os sujeitos para a vida referenciada na heterossexualidade, construída a partir da ideologia da complementaridade dos sexos” (BENTO, 2006, p. 71).

Na prática isto não se concretiza e a família tem o desafio de lidar com os corpos infantis que escapam a essa pedagogia, pois os familiares sentem-se responsáveis e tem a necessidade de responder socialmente por seus rebentos no grupo. Embora seja seu dever proteger a criança e o adolescente, em geral, a família é a primeira a discriminar e negar a existência deste sujeito (BENTO, 2006). Assim, as crianças transgêneras sofrem inúmeras violências quando apresentam identidades desviantes



da norma, e há uma crença por parte da parentela de que é possível “recuperá-la” por ainda estar no início da vida, podendo ser “influenciada positivamente”. Ou também, pelo uso de métodos austeros, punitivos e violentos. Tal aspecto esteve na memória das nossas entrevistadas:

Eu tinha uma tia muito boa comigo. Era a que eu mais gostava e ela também gostava muito de mim. Decidi que seria para ela que eu ia contar toda a angústia que estava vivendo. Quando contei, ela deu um grito de horror, como se estivesse vendo uma assombração! Me disse para eu ir embora da sua casa e que nunca mais eu pisasse os pés lá! (Marisa).

Neste fragmento o primeiro aspecto a ser analisado é a negação, o silenciamento do outro, a necessidade de adaptá-lo a um modelo imposto pela regra heteronormativa do sexo e do controle do gênero, uma das características exposta pelos estudos decoloniais ao tratar os controles aos quais estamos sujeitos. Nesse caso, o “control del género y de la sexualidade” (MINGNOLO, 2014, p. 09) sempre presente na invenção de conceitos que padronizam modelos de gênero no sentido de controlar os sujeitos, como o conceito de “mulher” ou modelo de heterossexualidade como norma, assim a família cristã e vitoriana como célula da sociedade, temas também pesquisados por Lugones (2014) e Tlostanova (2014).

Estes aspectos dialogam com essa perspectiva impositiva informando que ao nascer ela deveria se manter conforme o que lhe foi designado pelo discurso médico e jurídico. Quando seus familiares atribuíram um nome jurídico masculino e a genitália de sexo biológico. A família cristã modelar, não poderia aceitar alguém desviante da norma, pois, este iria envergonhar e transgredir o poder constituído e que representa nossa organização social como informa Mignolo (2014, p. 10) “el patriarcado regula las relaciones sociales de género y también las preferencias sexuales y lo hace en relación a la autoridad y a la economía, pero también al conocimiento: qué se puede/debe conocer, quiénes pueden y deben saber”, sendo assim não é permitido transgressão.

No relato observamos a incompreensão da família, a falta de acolhimento ao perceber que a expectativa em relação ao indivíduo foi alterada, e o processo gera entre outras estratégias a patologização das identidades transgêneras. Referenciado pelo discurso médico estão os processos de exclusão, interdição e silenciamento do indivíduo, em todas as suas formas de sentir e desejar (FOUCAULT, 1996) potencializando o preconceito no interior da família, lugar onde deveria ser espaço de



acolhimento. Por não corresponder às expectativas familiares a narrativa de Marisa segue informando a reação violenta dos pais ao acontecimento:

Todo mundo começou a chorar, parece que tinha morrido alguém! Mas, na verdade tinha morrido sim. Morreu o menino dentro de mim! Confirmei e repeti a família o que tinha contado a minha tia. Todos choravam menos meu pai. Ele pediu para todo mundo sair da sala e fiquei frente a frente com ele. Ele me encarou por alguns segundos e me deu um soco na cara (primeiro soco que levei na cara, foi dado pelo meu pai, justo meu pai que tinha a obrigação de me proteger!). Ele me disse que eu ia apanhar toda vez que me comportasse como uma menina! Que eu ia virar homem “na marra” nem se fosse a “base da porrada” (Marisa).

Se o modelo é patriarcal, está fundado nessa lógica da família cristã, do sexo como procriação, do poder masculino como “cabeça” da família e as mulheres submissas, a qual o masculino se sobrepõe, assim ao desobedecer tais normas de gênero, crianças e adolescentes como Marisa, na cena descrita acima, experimentam a disforia (sentimento de inconformidade, por não estar adequado com aquilo que as normas de gênero julgam como verdade inquestionável), logo ela, que nasceu biologicamente menino, como poderia negar essa condição de “superioridade natural” sendo macho. Neste aspecto, observamos que a família se torna seu primeiro algoz e cai por terra o discurso da proteção, do cuidado, do apego, que se preconiza presente nestas relações. Inicia-se um processo de enquadramento a um modelo social binário e heteronormativo esperado no seu comportamento. A história de Marisa mostra, de modo contundente, a adequação às normas quando o pai diz, que ela vai se tornar homem “na marra”, pois é proibido transgredir.

Neste contexto, diferente dos discursos médicos psiquiátricos (representados pelo código de DSM V Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), as condições materiais e sociais agem de modo a alimentar o sentimento de anormalidades ou seja, a disforia não é um sentimento fruto de um essencialismo subjetivo dessas crianças, alguns mecanismos sociais produzem nas subjetividades das pessoas que transgridem as normas, uma sensação de anormalidade e inconformidade com os modelos com os quais ela convive. Ao observar o entorno tudo destoa: o modo como ela se sente internamente, seus sentimentos, seus desejos, as experiências concretas, as expectativas sobre ela, pois para meninos ou meninas exigem-se comportamentos prévios, no entanto ela não se vê, nem se sente parte destes contextos.



Infância E Transgressão Da Norma Familiar

“Nessa época acho que eu tinha entre seis e sete anos! Me questionei porque eu era assim! Não via nada de errado comigo! Eu não escolhi ser assim! Eu tomava banho com minhas amiguinhas e percebi que o ‘pipi’ delas era diferente do meu. Eu perguntei para minha mãe e ela me disse que eu era um menino! Eu lembro que nesse dia eu chorei muito e não comi! Eu queria muito ter o ‘pipi’ igual as minhas amigas” (Grabriele).

A epígrafe relata um momento da infância. Fragmento de uma criança que tem a experiência de se perceber diferente das demais, em relação ao seu gênero e a sua orientação sexual, para além das suas características puramente biológicas vivendo a infância em tempo de descoberta, por vezes maquiado pelo caráter idílico. Existe uma crença na infância como a melhor fase da vida, os bons tempos, no qual a criança não tem nenhuma preocupação além das brincadeiras, jogos, ludicidade e novas descobertas. Tais premissas podem ser confirmadas a depender de quais crianças e infâncias se trata. Não existe uma infância universal conforme nos informa a bibliografia Sarmiento & Gouvea (2008), Barbosa (2000), Sarat (2008), entre outros. As infâncias são singulares e plurais e as crianças as vivem de modo concreto, sem idealizações, a partir das histórias possíveis, como as que pesquisamos e vamos contar.

Sendo a infância tempo de aprender, construir relacionamentos e se inserir socialmente, podemos dizer quanto às questões de gênero, aprende-se a ser menino e menina (SARAT& CAMPOS, 2017), entretanto, tal aprendizagem é acompanhada por vigilância constante dos adultos, a partir de concepções disciplinadoras, fundadas no conceito que podemos chamar de heterocisnormatividade entendida como,

Relação absoluta, linear e direta, existente na nossa sociedade entre sexo gênero e orientação sexual. Um dispositivo totalitário e hegemônico resultante da aplicação compulsória das normas binárias de condutas de gênero à todas as relações estabelecidas entre as pessoas da nossa sociedade” (LANZ, 2014, p. 40).

Segundo a autora, as crianças aprendem o comportamento social com os adultos, de acordo com regras pré-estabelecidas. Assim, à medida em que os supostos “desvios” se apresentam e desafiam as normas estes indivíduos são percebidos como “estranhos” e “anormais”. As sexualidades e identidades destes indivíduos caracterizados como homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais ou definidas



como *queer*, foram vivenciadas desde a infância, eles/elas perceberam-se em um lugar social “estranho” em relação aos demais do seu grupo, especialmente, quanto não atenderam às expectativas dos pais.

As marcas estão impressas no corpo da criança e no modo como ela se expressa, pois um corpo *queer* é um corpo que escapa, um corpo que incomoda, perturba, gera desconfortos, provoca e fascina (Louro, 2004). Ao nos remetermos as entrevistas da pesquisa, observamos que os relatos das mulheres, revelavam desde cedo uma percepção de estranhamento e há a presença constante de normas a serem ensinadas e obedecidas. Gabriele percebeu que diferente das amigas ela não tinha uma vagina e sim um pênis, ao descobrir a diferença no corpo, ela observa que o modo como se sentia e se relacionava também era distinto dos modos esperados para meninos ou meninas. Em seu relato ela nos conta que ainda criança procurou alternativas para seus conflitos: “[...] comecei a usar faixas para comprimir meu ‘pipi’ e obter a aparência de uma vagina. As faixas deformaram a pele dos meus testículos, e doía muito. Minha mãe descobriu e me impediu de continuar com a prática. Me levou ao médico, fui diagnosticada com depressão e transtorno de comportamento, tinha repulsa a parte do corpo que não podia mais esconder!” (Gabriele).

O relato demonstra uma necessidade de adaptar-se as tais normas, atendendo a um conceito cisgênero definido pela pessoa que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas transgêneras, uma norma cisgênera se diz “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero, enquanto as pessoas transgêneras são percebidas como fora da norma e nos diferentes espaços sociais, os modos como tais normas se instituem são excludentes e informa a imposição da:

cisnormatividade, ou normatividade cisgênera – que exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos (VERGUEIRO, 2015, p. 43 apud MIGNOLO).

Assim, poderíamos dizer que as instituições sociais regulam e atuam sobre os corpos infantis com regras compulsórias, pois se um corpo “escapa”, ou age de modo diferente do esperado as instituições se apresentam para garantir a ordem. A igreja aponta o pecado associando a uma visão teológica, religiosa e subjetiva. A medicina aponta como



“anormal”, e desviante dos padrões da normalidade e dos grupos sociais, na maioria das vezes marginaliza e exclui o indivíduo.

A família que deveria ser uma das primeiras experiências afetivas e sociais da infância tenta “consertá-lo”, no intuito de adequá-lo, e o faz de modo inadequado, impingindo violência física, psicológica e simbólica. Os discursos disciplinares e as técnicas de representação não acreditam na existência dos corpos transgêneros, considerados como espécimes pertencentes a uma taxonomia da transgressão a serem corrigidas:

Eles defendem o poder de educar as crianças na norma sexual e de gênero, como se fossem presumidamente heterossexuais. A hegemonia heterossexual atua para manter o direito de discriminar, punir e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio, através de discursos de ódio, opressão, de morte, de violência de gênero e de sexualidade, mas também para lembrar aos pais das crianças não heterossexuais que é dever deles se envergonhar disso, rejeitá-los, corrigi-los (PRECIADO, 2013, s/p).

Nessa direção, Foucault (2009) contribui com a reflexão ao dizer que existe em cena os chamados “aparelhos reguladores culturais” como: a mídia, o mercado e as instituições com interesses nesses corpos delimitados por gênero (masculino e feminino), de modo a inseri-los numa economia de mercado, que enfoca o lucro e o consumo ainda na infância, tempo oportuno para a correção. No caso de Gabriele, sua mãe a leva ao médico como alternativa de resolução dos problemas, em outros casos, a família recorre as alternativas religiosas como nos conta Marisa: *“Minha tia era evangélica, e disse que eu estava possuída, com um espírito ruim e não podia ficar ali, pois tinha primos da mesma idade e ela não queria que eles fossem contaminados pelo meu espírito ruim! Era para eu procurar uma igreja para me livrar de pensamentos ruins!”*.

Ao analisarmos os relatos, poderíamos dizer que os defensores da família e da submissão das crianças as normas impostas, contam com o apoio da religião e do aparato social para cumprir o lugar da chamada “família política que eles mesmos constroem [...]”. Essa infância, que eles afirmam proteger, exige o terror, a opressão e a morte” (PRECIADO, 2013, p. 96). Morte da experiência individual para que subsista aquela que a família deseja e espera do indivíduo, lhe retirando as possibilidades de expressão do seu corpo, seus sentimentos, e seus afetos.

A infância é um espaço a família coloca expectativas, tenta regular o comportamento, de modo a produzir indivíduos para o consumo de um mercado específico, tanto para meninos quanto para meninas, destinados a atender uma determinada norma binária de gênero. Ou seja, a fabricação de sujeitos é sutil e para percebê-la é preciso estar atento,



questionar, desconfiar das práticas cotidianas, tomadas como natural – por exemplo, a concepção de que meninos e meninas fazem diferentes escolhas Louro (2000).

Escolhas sociais e culturais quando ocorrem, permitem perceber a norma cisgênera e não aceita as dissidências. As mulheres transgêneras na infância, eram aqueles meninos afeminados alvo de discriminação como exemplo: chamados de “mariquinha”, “boiola”, “viadinho”, “mulherzinha” etc., (LOURO, 2000). Sobre tal experiência: “la primera vez que recuerdo que alguien me dijo maricón fue en el nido. Yo tenía cuatro o cinco años [...]. Esta escena en el nido puede ser entendida como una experiencia de ser des-hecho por otros” (CORNEJO, 2011, p. 81). Esse é um sentimento que inicia na infância e antes da criança saber sobre sua própria sexualidade, ela já experimenta a discriminação e a vergonha de ser marginalizada pelos seus pares.

Tais relações precárias deixarão marcas formando um adulto à margem, especialmente, considerando casos de vulnerabilidade social, que geram o sentimento de transfobia (sentimentos de ódio discriminação e violência contra pessoas transgêneras) levando a marginalização. Sentimento concretamente percebido na sociedade e presente na família e na experiência em discursos cisgêneros compulsórios que silenciam outras formas de corpos, outras identidades e sexualidades e contribuem para vários tipos de morte destes corpos, tanto no aspecto civil, social, moral e em casos extremos, e não raros, na morte física.

Na infância as relações se estabelecem e são percebidas a partir do binarismo (masculino e feminino, homem e mulher), o qual é apresentado como a concepção de que todas as pessoas em seus comportamentos devem se inserir. Essa forma binária de propor a organização social, está fundada no conceito de cissexismo, que, segundo Bagagli (2017), seria a crença de que os gêneros, assim como as vivências das pessoas transgêneras seriam menos verdadeiras e legítimas do que os as pessoas cisgêneras, pois estas estariam em desacordo com a norma esperada socialmente. Podemos dizer, a partir da bibliografia, que o “gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. As interpelações do/a médico/a fazem parte de um projeto mais amplo que não antecede ao gênero, mas o produz” (BENTO, 2011, p. 501).

Contudo, a hierarquização dos lugares entre homens e mulheres propõe símbolos e comportamentos, como, por exemplo: o homem deve ter voz grave, ser racional, forte, e gostar de ter aparência masculina. A mulher tem que ser emotiva, sensível, vaidosa e gostar de ter aparência feminina. Na formação dos grupos há uma delimitação dos



comportamentos que privilegia o “masculino” e inferioriza o “feminino”, e pune as transgressões das normas. Durante a infância, os brinquedos (bonecas, objetos de cozinha para meninas e super-heróis, armas de brinquedos para meninos) servem para reforçar as palavras “mágicas” do médico que após a ecografia sentencia: “é menino” ou “é uma menina” e funcionam como uma “prótese identitária” (BENTO, 2011, p, 501).

Assim, antes de nascer os papéis socialmente são esperados, os comportamentos determinados, e as crianças carregam expectativas quando esperadas como meninos ou meninas. No entanto, ao se desenvolver uma identidade transgênera ocorre uma desestabilização do aprendido socialmente, como verdade biológica inquestionável pois,

As experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos (BENTO, 2011, p. 551).

E o indivíduo ao romper com o “acordo” programado será alijado dos espaços sociais, passará à margem pois, os grupos sociais de algum modo, concebem a linearidade entre os genitais e a identidade de gênero, como explícito no relato de Karina:

Eu descobri que não era menino aos sete anos. Olhava para os meus irmãos e não me via como eles. Eles gostavam de brincar de bola, caçar passarinhos se sujavam muito. Aquilo não era para mim! Gostava de ficar em casa. Lavava louça para minha mãe. Adorava lavar louça e gostava também de brincar de casinha. Fingia que eu era a mamãe. Brincava na maioria das vezes sozinha. As meninas não gostavam de brincar comigo e as brincadeiras dos meninos eram muito “esquisita”. Eu acho que não era muito feliz, ficava triste o tempo todo. Às vezes de noite eu chorava, eu pedia a Deus, quando rezava antes de dormir para “virar menina”. Nesta idade eu acreditava que iria acordar e estar em outro corpo! (Karina).

A imposição das normas binárias incide nas experiências da infância e da adolescência, ela provoca sentimentos de inconformidade, dor, frustração, pois é imposto por um discurso das ciências médicas (DSM, CID) naquilo que conceituam como disforia. Bento e Pelúcio (2012, p. 578) ressaltam que o DSM e o CID-10 são falaciosos e produtores institucionais de identidades abjetas: “quem formula esses códigos é um grupo fechado de especialistas orientados pelos preceitos



heteronormativos que, aliás, têm fundamentado a ciência ocidental moderna”. Uma ciência e uma tradição pautadas em modelos construídos pelo poderio de determinadas premissas de classe e gênero, já que a ciência em geral, foi escrita e produzida por homens brancos, europeus, heterossexuais, cristãos, a partir de padrões determinados, e convém apresentar indagações sobre os modos como a sociedade age para alimentar o sentimento de anormalidade nessas pessoas, assim:

As dúvidas “por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?” Levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir. Quais os mecanismos sociais que produzem nas subjetividades essa sensação de anormalidade? Como as instituições operam para serem eficazes no seu intento de naturalizar os gêneros? Como o centro produz e se alimenta perversamente das margens? (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 551)

Na maioria das vezes este conceito de disforia apresentado e defendido pela pessoa é diferente do discurso médico já mencionado, pois está ligada a experiência binarista-cissexista da norma. Ou seja, a norma orienta um binarismo estabelecendo discursos de cientificidade do diagnóstico de gênero, se a pessoa falha, automaticamente será considerada deslocada e, se sentirá socialmente inadequada. No entanto, acreditamos que as identidades de pessoas transgêneras são expressões legítimas do ser humano dentro de um amplo espectro de possibilidades, pois todos somos plurais e parte de uma grande diversidade. Consideramos este aspecto ao apresentarmos as entrevistas feitas com as 03 (três) mulheres transgêneras, pois buscamos a visibilidade da temática e recortamos, especialmente, as memórias nos círculos familiares.

Trabalhamos com história oral por considerar que embora tal metodologia tenha procedimentos específicos, ela permite pesquisar a história de vida de pessoas comuns, concretas que podem contribuir com o desvelamento de muitas temáticas, pois “a história oral surge como possibilidade de trazer à tona e registrar o que há muito as pessoas sabiam, falavam, vivenciavam, por intermédio de suas histórias pessoais e das relações estabelecidas” (OLIVEIRA, 1999, p. 68). Enfatizamos neste artigo, as narrativas de mulheres transgêneras, em relatos marcados por processos de exclusão destas pessoas, especialmente na infância quando se revelaram contra as expectativas esperadas e exteriorizaram identidades desviantes da norma binária e heterossexual.



Memórias Da Sobrevivência Na Família

Somos constituídos enquanto sujeitos que habitam um grupo familiar como nossa primeira experiência social, uma unidade básica formada por indivíduos com ancestrais em comum e/ou ligados por laços afetivos. De modo comum, a família tem uma centralidade na vida das pessoas, por vezes envolta em uma espécie de sacralidade, a qual não se pode questionar. E foi este, o lugar privilegiado pelas nossas entrevistadas, para nos contar sobre suas primeiras experiências de medo, e, também de resistência e de sobrevivência a qualquer custo.

Foi na família que Karina, Gabriele e Marisa descobriram suas infâncias transgêneras (que obviamente a época não sabiam o significado) vivenciaram o medo dos pais e das pessoas próximas, e daqueles com quem tinham vínculos e dos quais esperavam compreensão, afeto, amor e acolhimento, mas por quem foram abandonadas. Assim, a memória trouxe as primeiras experiências da violência naturalizada nos lares. Segundo os relatos, em muitos momentos, apanhar era “pedagógico”, as punições tinham o sentido de discipliná-las, e adequá-las ao modelo masculino. No contexto familiar, a violência se justificava como forma de proteção e afeto, mas ao analisar os relatos destas mulheres, percebemos a ausência de compreensão envolvendo uma gama de sentimentos entre membros da família, pois no fundo todos queriam “cura-las” desse mal.

Os relatos expõem a concepção familiar e o modo violento utilizado para tratar estas filhas, bem como, a falta de informação sobre o tema da sexualidade, da orientação sexual, pois a preocupação estava restrita aos valores e princípios fundamentados em tradições, comportamentos e normas sociais a serem obedecidas, a grande preocupação era que o indivíduo começasse a externalizar uma condição distinta.

Outro ponto eram os modos de disciplinarização ou de ajuste social destes corpos, os quais, pautados em violências físicas e psíquicas informam reações como do pai de Marisa, mencionada acima, e sua visão machista/sexista historicamente arraigada nos modelos patriarcais que regiam sua formação ao dizer que ela ia “apanhar para virar homem”. Tal percepção da identidade e da identificação está pautada nestas concepções estruturais pois,

Considerar a cisgeneridade e a cisnormatividade deve estar atrelado, assim, a uma percepção crítica destes projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero. É importante ter em mente, assim, que as identidades trans*, no geral, são produzidas no interior de contextos ocidentalizados – como, por exemplo, a categoria transexual, produzida



a partir dos discursos médicos articulados com epistemologias eurocêntricas (VERGUEIRO, 2015, p. 48).

Neste aspecto, como já apontamos, as famílias tendem a patologizar, a levar ao médico, a rotular, a demonizar, a utilizar distintos discursos que exacerbam essa perspectiva epistemológica que empodera mais um grupo em detrimento de outro. E como o sistema, é majoritariamente patriarcal e machista, a reflexão sobre o “o lugar do feminino” precisa ser mais explorada nas discussões sobre a violência contra os (as) transgêneros (as). Para Bento (2008), o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um “transbordamento” da consciência coletiva estruturada na crença de que a identidade de gênero está atrelada ao genital. Portanto, para os pais, o masculino deveria prevalecer na forma física e na subjetividade, afinal, se nasceu biologicamente menino, no momento que transgrediu, ficou à margem.

A falta de conhecimento sobre a questão da transgeneridade leva as famílias a pensarem que, no momento quando as filhas externalizaram suas identidades desviantes da norma, estão lhes impingindo uma vergonha moral e um sofrimento que julgam não serem merecedores. Porém, o sofrimento é um sentimento partilhado por todos. Os relatos das mulheres apontam que o processo de “fuga do cárcere”, é marcado por dúvidas, angústia e medos. Tais questionamentos levaram Karina, Marisa e Gabriele - que viviam em conflito com as normas de gênero - a procurarem nelas mesmas as respostas para suas inquietações.

Essas mulheres se sentiam como “aberrações”, fruto de “castigo” divino, coisas “abjetas”. Tais sensações produzem efeitos devastadores no aspecto psicológico, no caso de crianças, Breno Rosostolato (2016 s/p), em entrevista, afirma: “a discriminação e o preconceito fazem com que a criança que ainda não possui recursos e defesas construtivas, retraia-se e isole-se. Ela acaba se sentindo diferente, como um ser doente e anormal e vai definhando e perdendo sua autoestima”.

Do mesmo modo, nos relatos das entrevistadas observamos: “*Não entendia porque eu era diferente deles. Me perguntava por que eu era assim? Me sentia como se fosse menina, mas no fundo sabia que era um menino. Muitas vezes achei que eu era um monstro, uma aberração. Morria de vontade de perguntar para alguém, mas morria de medo e vergonha*” (Marisa). Também, na entrevista de Karina a percepção do não



lugar ou ainda de não saber o que estava acontecendo com seu corpo em relação a sua orientação: “*Não era igual a ninguém! Quem eu era? Não tinha ninguém igual eu!*” (Karina). Neste contexto, a pessoa fica vulnerável emocionalmente e propensa à depressão, como citado por Gabriele. O afeto vai se embotando e a criança fica sem referências positivas.

No entanto, as crianças crescem e na fase adulta (se sobreviverem) poderão obter suas respostas, a partir de um olhar crítico e ampliado do contexto social e familiar. Mas, enquanto são crianças, todos os familiares reivindicaram o direito de corrigir e disciplinar, por vezes usaram formas violentas, tanto físicas como psicológicas em nome da proteção, do amor e da educação. A infância que a família afirma proteger é feita pela repressão, silenciamento e o apagamento do indivíduo, em geral é a infância transgênera, para manter a norma e, por conseguinte a norma é imperativa, e por causa dela, em geral, a família descarta a compreensão e a inclusão dos filhos diferentes, e fazem isso por aproveitarem-se do fato de que “é impossível para uma criança se rebelar politicamente contra o discurso dos adultos: a criança é sempre um corpo ao qual não se reconhece o direito de governar” (PRECIADO, 2013, 97), ficando mais fácil submetê-los ao governo dos adultos e mais poderosos.

Na perspectiva dos espaços de “cura” procurado pelas entrevistadas, temos a via religiosa, isso se deu por serem pessoas de contextos populares, embora tivesse casos que utilizaram a medicina ou a psiquiatria. Tais aspectos remetem a dois fenômenos: a patologização ou a demonização das infâncias, na tentativa de capturá-las para a norma.

Minha mãe me levou na igreja (católica) o padre falou para ela que eu não era normal. Pediu para ela me levar no médico. Visitinhas a psicóloga acompanhada da minha mãe passaram a se tornar frequentes. Existia por parte da minha família a preocupação em relação ao meu comportamento e atitude que estava diferente das outras crianças! (Gabriele).

Eu era levada três vezes por semana na igreja. Todas às vezes eu subia no palco para o pastor expulsar os espíritos ruins que habitavam minha cabeça. Meus sentimentos viraram espíritos ruins [...] vendo que não funcionava minha mãe me mandou para um psicólogo. Mas, não tive nenhuma afinidade com ele. Não podia confiar em alguém que minha mãe pagava [...] senti-me pressionada, não deu certo! (Marisa).

Eu nem tive a chance de ir para o médico ou ser curada na igreja. Assim que ela descobriu sobre mim. Ela me expulsou (Karina).



Os relatos informam que a família adotou estratégias para resolver ou minimizar, o que se constituía um problema social, na sua percepção. A religiosidade passou a ser a alternativa mais fácil em relação ao tratamento médico, considerando os contextos de pessoas de baixa renda. Levar a igreja em geral, não tem os custos que teria o médico, além disso, a família quando tem uma determinada crença deposita suas expectativas, pois a espiritualidade superior teria o poder de solucionar. No caso das nossas entrevistadas, a maioria passou por essa etapa, recorrer ao médico foi uma segunda opção, no sentido de aliar a medicina e a ciência quando a orientação religiosa não teve mais respostas.

Os adultos querem uma solução para algo que eles não conseguem compreender, e consideram como comportamento desviante, pois nesse período da infância as crianças são de inteira responsabilidade dos pais, e das famílias, sendo o maior desafio inseri-las no grupo de pertença social e nos processos civilizatórios aos quais estão sujeitos. Embora haja vasta bibliografia sobre a temática da relação entre pais e filhos, adultos e crianças, ainda não sabemos muito como lidar com todas as situações. Conforme ensina Norbert Elias (2012), não sabemos como ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole: “não sabemos como ajudá-las a viver o incontornável processo civilizador individual, pelo qual cada um transforma-se em adulto sem que suas possibilidades de gozo e alegria se deteriore” (ELIAS, 2012, p. 469), principalmente a questão da sexualidade, ainda um enigma para adultos na educação das crianças.

Neste aspecto, a maior dificuldade de pais e mães é a tentativa de “defender” seus filhos e filhas com infâncias marcadamente transgêneras, no cotidiano desafiador aprendendo a lidar com as relações à sua volta, especialmente quando as informações acerca da despatologização da transgeneridade são de difícil acesso. Os fenômenos de patologização ou demonização das infâncias, como estratégia de trazê-las para dentro da norma, são utilizados após esgotados estes recursos a opção é a resignação ou a expulsão do convívio familiar. Os relatos das entrevistadas mostram:

As visitas a psicóloga! Elas faziam várias perguntas para mim. Meus gostos, meus desejos, minha relação com irmãos e amigos. Um dia a psicóloga falou para minha mãe aquilo que ela e eu já sabíamos. Eu era uma adolescente transgênera! Não tinha como mudar isso! E recomendou a minha mãe que me aceitasse e me apoiasse. A aceitação da família ia ser muito importante no meu processo de transição. Ela ficou resignada. Acho que ela ficou frustrada! (Gabriele).



De uma hora para outra, todo aquele amor, aquele afeto, os carinhos dos irmãos e da minha mãe acabaram. Meus irmãos estavam mais frios e distantes de mim. Percebia seus olhares de reprovação. Minha mãe falava que os gays ainda vão destruir as famílias. Meu irmão me disse que eu ainda ia matar a mãe de desgosto senão mudasse “meu jeito”. As críticas começaram: senta direito menino! Fala que nem homem! Não senta como bicha! Passei a me afastar e evitava ficar na roda com eles (Karina).

Todos os casos são de silenciamento das mulheres em sua identificação, no caso de Karina ela não teve nenhuma das prerrogativas em buscar alternativas, visto que a família a expulsou assim que soube de sua transexualidade. Marisa, viveu o processo de abandono na infância: “Cheguei em casa meu pai já sabia. Ele me expulsou de casa. E disse que se eu um dia quisesse ‘voltar a ser homem de verdade’ eu poderia voltar. Não sei porque, mas até senti um alívio. Aos 11 anos saí de casa!” (Marisa). As histórias informam casos de expulsão e negação, pois a família não quer se “envergonhar moralmente”, e tenta fazer a pessoa adequar-se. O fato de não se submeter às violências impostas leva a alternativa de: fugir de casa, da escola e o exílio dos espaços sociais e afetivos.

Em inúmeros casos, as ruas da prostituição tornam-se saídas para prover o sustento financeiro e o lugar no qual a pessoa se volta para construir sua rede de sociabilidade (BENTO, 2006). Tal estratégia, também as coloca em situação de vulnerabilidade social e de discriminação, e reflete nos quadros de violência, estatística de mortes e apagamento destas pessoas. A invisibilidade das pessoas que fogem a regra, não se dobram ao modelo posto, pelo contrário transgridem os padrões dominantes, presentes na existência cotidiana desses corpos que insistem em resistir, e em se constituir por novas perspectivas de pertencimento e existência social.

Considerações (In) Conclusas

O objetivo deste artigo foi uma tentativa de compreender as formas e a subjetividade das pessoas, sobretudo na infância, e como constroem uma identidade diversa daquela esperada, pretendida e imposta socialmente. Portanto, se entendemos que somos parte de uma sociedade heterogênea, com nossas especificidades, logo, crianças são parte deste grupo social, plural e permeado por diferenças de classe, raça, gênero, também marcada pela cultura, religião, etnia e espaços



geográficos, entre outros. Se somos diversos em todos esses marcadores sociais, somos também em relação ao gênero que nos identificamos.

Desse modo, afirmamos que não existem modelos de criança ou de infâncias e sim, concepções que definem identidades de gênero e sexualidade. E, entre tais concepções, a bibliografia nos informa que estas são plurais e múltiplas (BUTLER, 1997). Assim, dentro da pluralidade existe uma concepção de infância, por vezes, silenciada e destruída pela família e ocultar estas infâncias, não significa que elas não existam. É cada vez mais urgente, que concepções plurais estejam presentes no debate acadêmico, nas discussões familiares, na mídia e espaços sociais.

Assim, o exercício deste texto foi trazer a reflexão um dos maiores desafios que enfrentamos ao lidar com crianças e infâncias transgêneras, aquelas que se percebem diferentes das normas ou dos modelos binários heteronormativos. O desafio é não incorrerem no erro de invisibilizar, patologizar ou discriminar essas pessoas em seus espaços sociais, pois quando usamos o classificador DSM V, que aponta pessoas transgêneras (crianças e adultos) como portadores de “disforia de gênero”, precisamos entender, conforme nos aponta a bibliografia, que diagnosticar o gênero de pessoas transgêneras não pode ser patologia e nem um erro de percurso, pois estes diagnósticos são realizados sem credenciamento profissional, visto que não existem testes clinicamente apropriados e repetíveis, muito menos simples e sem ambiguidades, para definir as pessoas, indicando assim a necessidade de pesquisa e de investigação.

Tais concepções estão mais pautadas em um olhar colonizado, preconceituoso, marcado por signos de poder que submete o gênero a um conceito construído histórica e socialmente pelo europeu, ocidental, moderno, branco, heterossexual e patricarcal, que começa a ser discutido em várias vertentes, especialmente por epistemologias que informam as culturas e os grupos que foram continuamente subalternizados, pois como nos ensina Lugones (2008), o sistema colonial de gênero é marcado pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe. Tal afirmação tem sido pesquisada, e considera a interseccionalidade, através da qual é possível discutir os apagamentos, os atravessamentos, as violências cissexistas e transfóbicas que acometem às mulheres transgêneras, este tem sido os novos desafios das investigações, para que relatos como estes de Marisas, Karinas e Gabrielas não se repitam, e as infâncias trans existam e resistam. Portanto, o contexto por nós pesquisado informa que é urgente o debate não somente no âmbito das concepções familiares, mas ampliar para a instituição escolar, no sentido de promover a inclusão dos



filhos/filhas transgêneros (travestis e transexuais) que vem sistematicamente sendo expulsos de casa desde muito cedo, pois:

A perspectiva de uma ampliação do debate é fundamental na proposição e na adoção, por parte do Estado brasileiro, de políticas educacionais promotoras de campanhas afirmativas dentro das escolas, com a utilização de práticas pedagógicas como cartilhas, documentários, seminários, palestras, curtas-metragens, filmes, entre outros. Além dessas, a proposição de realização de cursos de capacitação para os profissionais da educação (docentes, funcionários(as), gestoras/gestores) e para a comunidade escolar (estudantes e famílias), abordando temas sobre direitos humanos, sexualidades e gênero, incluindo nesse debate o cotidiano institucional (BENTO, XAVIER, SARAT, 2020, p. 22).

Ao propor políticas de inclusão, informação e debate, a família e a escola que antes expunha crianças e adolescentes à situação de vulnerabilidade social e ampla violência, tendem a ser responsabilizadas, evitando assim que a ausência de conhecimento sobre o tema provoque situações de abandono, conforme relatada na memória das entrevistadas. Sabemos que estas memórias e histórias representam uma ínfima parcela da população, dentro de um número social muito maior de casos de discriminação, especialmente, se considerarmos o Brasil, um dos países com maior índice de violência de gênero, campeão em morte de indivíduos transexuais, alimentando estatísticas avassaladoras.

Conforme mencionamos no artigo da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece como dever da família assegurar a seus filhos (crianças e adolescentes) seus direitos à saúde, dignidade, respeito, liberdade e salvos de qualquer negligência, bem como, qualquer discriminação e opressão, observamos na nossa pesquisa que as famílias não cumprem a legislação quando não tratam dignamente suas crianças e adolescentes, especialmente os transgêneros, quando as agredem, violentam ou as expulsam de casa. Ao discorrer sobre esses dados, buscamos uma concepção de infância que faça jus a proteção de todos: família, Estado e sociedade em geral, na qual estejamos comprometidos legal e eticamente em oferecer o máximo de cuidado e proteção a estes indivíduos, mantendo-nos a salvo de qualquer violência ou negligência. E, conforme apontamos em outros trabalhos, que essas crianças e adolescentes sintam-se pertencentes a seus lugares de direito e vivam não somente na família, mas também na escola uma experiência de existência que lhes assegure os seus direitos como cidadãs. Por mais Marisas, Gabrieles e Karinas sendo aceitas socialmente como são!



Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p.

ARIÉS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação Sexual na Identidade de Gênero a partir da Crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Periódicos UNIFAP*, Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil*. 2000. 283f. Campinas. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.

BENTO, Beatriz. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. 64 p.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero; A politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 569-581, 2011. mai./ago. 2012.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus; XAVIER, Nubea Rodrigues; SARAT, Magda. *Escola e infância: a transfobia rememorada*. *Caderno Pagu*, Campinas, n. 59, e205911, 2020.

Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332020000200500&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2021.



BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.*

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leisL8069compilado.htm>.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição.* Standford, CA: Standford University Press, 1997.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO do Carmo Brant M. (orgs). *O lugar da Família na Política Social*, 3º ed. São Paulo, Cortez, 2000.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. *´ conos: Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 39, p. 79 – 95, janeiro 2011.

ELIAS, Norbert. Civilização dos pais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, set./dez. 2012.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102699220120003&lng>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. R. de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto alegre: Artmed, 2005.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências sociais, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.



LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

_____. *Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rsa*. Bogotá. N° 9: 73-101, jul-dez, 2008.

_____. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter [et. Al]; (org). *Género y descolonialidad*. 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. 94 p.

MIGNOLO, Walter. Introducción ¿cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? In: MIGNOLO, Walter. *Género y descolonialidad* [et.al.]; (org) - 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo, 2014. 94 p.

_____. *Género y descolonialidad* [et.al.]; (org) - 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo, 2014. 94 p.

OLIVEIRA, Magda. Sarat. *Lembranças de infância que história é esta?* 1999. 67f. Dissertação (Mestrado em Educação), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Maria das Graças. *A relação ente a família e a creche pública no cuidado e educação das crianças*. Campinas. SP, 2011.

PRECIADO, Beatriz. *Quem defende a criança queer*. 2013
Disponível em: <https://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>
Acesso em: 28 de maio 2021.

ROSOSTOLATO, Breno. *Criança transgênero: nem menino, nem menina*. UOL. MBPress. Disponível em: <http://www.vilamulher.com.br/família/filhos/criança-transgênero-91.htm>. Acesso em 26 mar. 2021.

SAMARA, Eni. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.



SARAT, Magda. A infância de Mozart e memórias de velho. Contribuições de Norbert Elias. *Revista Intermeio*, Campo Grande MS, v. 14. n. 28, p. 102-120, jul./dez. 2008.

SARAT, Magda & CAMPOS, Míria Izabel. Memórias de Infância e da Educação. Abordagens Elisianas sobre as mulheres. *Revista Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 43. n. 2, p. 2-24, jul/dez, 2017.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudos da infância, Educação e Práticas Sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SILVA, Claudemir Dantes da. Família e educação infantil: relações interdependentes. Dissertação (Mestrado em Educação), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados: Dourados/MS, 2015, 111 p.

TLOSTANOVA, Madina. “¿Por qué cortarse los pies para caber en los zapatos occidentales?”: las ex colonias soviéticas no europeas y el sistema de género colonial moderno. In: MIGNOLO, Walter. *Género y descolonialidad* [et.al.]; (org) - 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Del Signo, 2014. 94 p.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

Childhood And Transphobia In The Family: Survival Reports

ABSTRACT: This paper aims to ascertain the models instituted by families to determinate social behaviors for childhood and children's bodies, from gender matters, considering adult conceptions based on the perception of sexuality by binary and heterosexual patterns. The bibliographic and empirical research with theoretical-methodological assumptions on the gender studies, aims to deconstruct the image of a body based on genitals, and of sexuality defined by binary and steady characteristics. The childhood's sociology and decolonialist theories allowed the comprehension of the ways that transgender childhood were denied or silenced. Empirically three transgender women were interviewed based on the Oral History methodology, reporting their childhood memories at family spaces. The results allowed reflections about behaviors, standards and rules which have been imposed to legitimize those people childhoods and children's bodies. However, the transgress act made it possible to say that they were "survivors", escaping the pathological speeches that are heard daily during their whole childhood.

KEYWORDS: Childhood; Transphobia; Family; Memory.

Nosli Melissa de Jesus BENTO

Secretaria Estadual de Educação/SED/MS

*Pedagoga. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul/SED.
Integrante do Grupo Mulheres Transgêneras de MS. Dourados/MS/Brasil.*

E-mail: nosli.nte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9388-0902>

Magda SARAT

Universidade Federal da Grande Dourados

*Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal da
Grande Dourados/UFGD (PPGEdu Mestrado/Doutorado)*

E-mail: magdaoliveira@ufgd.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9388-0902>

Nubea Rodrigues XAVIER

Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul/UEMS

*Doutora em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e
Processo Civilizador GPEPC/UFGD.*

E-mail: nubeaxavier@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5315-6074>

Recebido em: 28/01/2021

Aprovado em: 13/09/2022



ARTIGOS



Os Homens E A ‘Lógica Masculina’:

Pedagogias De Gênero Em Vídeos Do *Youtuber* Felipe Neto

Michele Priscila Gonçalves dos SANTOS, *Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais*

Roney Polato de CASTRO, *Universidade Federal de Juiz de Fora*

Resumo: O artigo apresenta uma parte das análises construídas em uma pesquisa de mestrado em educação, a qual se propôs a problematizar discursos de gênero e sexualidade em vídeos do *youtuber* Felipe Neto, veiculados em seu canal no YouTube. Fazendo uma seleção entre as análises, optou-se por apresentar discussões a partir de dois dos vídeos que constituem o *corpus* da pesquisa. Neles, o *youtuber* aciona estratégias humorísticas, com fins de divertimento do público, para apresentar cenas que conduzem a modos de ser homem na cultura, perpassando noções como o ‘hetero tops’, o ‘homem engraçadinho’, o ‘homem prático’, a partir da ideia naturalizada de ‘lógica masculina’. As análises tomaram os vídeos como artefatos culturais, cujas pedagogias de gênero atuam na constituição de sujeitos, interpelando-os a posicionarem-se frente ao audiovisual, aliando-se às suas representações ou refutando-as.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Discursos. YouTube. Felipe Neto. Pedagogias Culturais.



Introdução

Este artigo trata de questões contemporâneas que envolvem a produção de identidades de gênero e sexualidade a partir da relação educativa com os artefatos culturais. De acordo com Paula Andrade (2017), eles podem ser definidos como elementos que produzem e colocam em circulação saberes de diferentes domínios da vida cotidiana, modelando nosso olhar e produzindo nossas subjetividades. Assim, vídeos, livros, peças teatrais, novelas, músicas, revistas, propagandas, filmes, séries, programas de televisão, redes sociais e *sites* são alguns dos inúmeros exemplos de artefatos produzidos em nossa cultura, os quais, ao difundirem representações, valores, condutas e pensamentos, interpelam os sujeitos que os consomem a se olharem e se constituírem (SANTOS, 2021).

Os processos constitutivos de sujeitos, gêneros e sexualidades vêm sendo problematizados em sua relação com os artefatos a partir da noção de 'pedagogias culturais', tributária dos estudos culturais em educação, entendendo que há uma "multiplicidade de processos educativos em curso, para além daqueles que têm lugar em instituições historicamente vinculadas a ações de educar" (WORTMANN; COSTA; SILVEIRA, 2015, p. 37). Assim, enfatiza-se que a educação se produz em diversas relações, por meio de variados espaços e artefatos capazes de ensinar modos de ser, pensar e agir.

Tais argumentos foram construídos no âmbito de uma pesquisa de mestrado em educação (SANTOS, 2021), a partir do encontro com os estudos de gênero e sexualidade, os estudos culturais e as perspectivas pós-estruturalistas e foucaultianas, as quais inspiraram olhares atentos e sensíveis às redes pedagógicas culturais que circulam nos diferentes contextos educativos. A pesquisa nasce a partir da relação de uma das autoras com sua prática pedagógica em uma escola pública, ao perceber o interesse, por vezes fascínio, das crianças por personalidades da Internet que denominamos *youtubers*, ou seja, pessoas que produzem e postam vídeos no site YouTube¹.

Os/as *youtubers* criam seus canais dentro do site, produzem e postam vídeos periodicamente, concentrando-se em temáticas específicas ou não. Assim, se tornam personalidades e podem fazer dessa atividade

¹A grafia da palavra YouTube, com "Y" e "T" em maiúsculos e sem itálico, faz referência a uma marca registrada.



uma profissão, passando, inclusive a ocupar outros espaços midiáticos, como a televisão, lançando livros, aparecendo nas capas de revistas e em outros produtos culturais. A percepção da popularidade dos/as *youtubers* entre as crianças de 6 a 11 anos de idade, em uma escola de classe média do interior de Minas Gerais, instigou a professora e pesquisadora a tomar os vídeos como artefatos a serem investigados. Porém, foi preciso consultar as crianças para definir qual dos canais era o mais assistido por elas, chegando ao nome do *youtuber* Felipe Neto.

Dono do terceiro canal brasileiro com maior número de pessoas inscritas² (41 milhões de pessoas inscritas e mais de 11,6 bilhões de visualizações³), o *youtuber* e empresário Felipe Neto é um homem branco, cisgênero e heterossexual. Seu canal, intitulado ‘Felipe Neto’, é voltado para o público infanto-juvenil e assume o formato *vlog*, em que o produtor diz ser ele mesmo, sem interpretar personagens. Seus vídeos, postados diariamente, apresentam conteúdo voltado à diversão, com assuntos variados vinculados a desafios, curiosidades e humor. A linguagem informal, a maneira descontraída como o *youtuber* conversa com quem o assiste e a proximidade que ele estabelece com o/a expectador/a, conquistam cada vez mais seguidores/as.

O *youtuber* possui grande visibilidade. É inegável a dimensão do alcance que suas palavras podem atingir, sendo uma das pessoas mais influentes no nosso país. Tudo o que ele faz ou fala está sob muitos olhares, as coisas que ele diz adquirem um ‘peso’ de verdade para algumas pessoas e despertam o ódio de outras. Por isso, é importante problematizar que discursos circulam nos vídeos de seu canal e como podem contribuir para a construção dos sujeitos que o assistem.

Vídeos do YouTube e a Construção de Subjetividades

Pensar nos vídeos do YouTube, e em especial nos vídeos de Felipe Neto, implica tomar a internet como uma potente ferramenta na constituição de sujeitos, uma rede repleta de possibilidades, que abriga vários instrumentos com papel decisivo na construção de subjetividades, “na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de

²Dados da reportagem intitulada “Os 10 maiores canais do YouTube no mundo e no Brasil”, divulgada pelo site <https://www.oficinadanet.com.br/post/13911-os-10-maiores-canais-do-youtube>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³Dados do dia 27 de dezembro de 2020.



alguma forma se dirigem à 'educação' das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem" (FISCHER, 2002, p. 153, grifo da autora). A criação da internet nos anos 1990 e sua expansão nas últimas décadas possibilitou novas formas de interatividade e maior fluidez na troca de informações, ampliando o universo comunicativo e abrindo as fronteiras para as relações digitais. Relações que podem desprezar "dimensões de espaço, de tempo, de gênero, de sexualidade, de classe ou de raça, relações nas quais o anonimato e a troca de identidade são parte do jogo" (LOURO, 2008, p. 19).

Como argumenta Santos (2021), a internet faz parte da vida de muitas pessoas, proporcionando informação, entretenimento e interação social. O que vemos, ouvimos e assistimos na rede muitas vezes influencia nossa vida, de modo que "já não é mais possível separar a vida 'real' da vida 'virtual' [...] criando uma só vida, em que o real e o virtual se misturam e dizem de nossos modos de existência na contemporaneidade" (FRANÇA, 2019, p. 195). Podemos sentir os efeitos da internet em diversas situações como na velocidade com que as informações são propagadas, nas maneiras como grupos sociais se articulam e se comunicam, nas formas de lazer, nos modos de se relacionar com o outro, nos posicionamentos diante das questões políticas, etc.

Em meio às diversas formas de exposição e interação possibilitadas pela internet, uma ferramenta que está muito presente nesse processo é o vídeo, uma mídia composta de áudio e imagem, capaz de disseminar discursos e educar olhares. O vídeo se torna um instrumento potente na medida em que apresenta imagens atreladas às falas, difundindo significados e discursos. Como foi possível averiguar com a pesquisa (SANTOS, 2021), existem canais no YouTube voltados para a publicação diária de conteúdos variados, desde tutoriais de jogos e maquiagem até narrativas de acontecimentos da vida pessoal do/a produtor/a. Muitas pessoas se identificam e passam a interagir com os conteúdos produzidos pelos/as *youtubers*, tornando-se seguidores/as e passando a consumir as informações e os conteúdos compartilhados por eles/as. O principal *site* que abriga esses canais é o YouTube, uma plataforma que permite às pessoas postarem vídeos e compartilharem com o público, que pode reagir ao material através de comentários, compartilhamentos e botões de reações definidos como "gostei" ou "não gostei" (*like* e *deslike*).

A popularidade dos/as *youtubers* projeta grande repercussão de seus vídeos e o aumento do número de seguidores/as, tornando-os/as



ainda mais conhecidos/as e influentes. Logo, quanto mais postam conteúdos que agradam aos/às fãs, maior é a sua popularidade. Refletindo sobre a forma como os canais do YouTube estão colocados em nossa sociedade, é possível pensar que são artefatos culturais pelos quais circulam diferentes saberes. Nesse sentido, a relação entre os/as *youtubers* e seus/as seguidores/as é atravessada por admiração e espelhamento. Essas pessoas lidam com subjetividades, contribuem para formar opiniões, atuam na reiteração de padrões. O que eles/as fazem e falam é visto e ouvido por milhares de indivíduos. Por isso, é relevante problematizar que discursos divulgam por *youtubers* e como os/as espectadores/as podem ser subjetivados/as na/pela interação com eles/as.

Dentre as inúmeras problematizações que podem ser feitas a partir dos vídeos do *youtuber* Felipe Neto, foi realizado um recorte ligado às questões de gênero e sexualidade, devido ao interesse e à inserção dessas questões em nossa trajetória acadêmica. Para conduzir este estudo, partimos da compreensão de gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

As construções de gênero variam de acordo com o momento histórico e com o meio social e cultural em que habitamos. Apesar de existirem diversas possibilidades de vivermos essas identidades, ao longo da nossa existência, somos educados/as para exercer determinadas identidades hegemônicas, isso acontece de forma sutil e minuciosa, “através de inúmeras aprendizagens e práticas”, processo educativo que “insinua-se nas mais distintas situações”, de modo explícito ou dissimulado, “por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais.” (LOURO, 2008, p. 18).

Para este artigo, apresentamos análises com foco nos discursos e pedagogias de gênero em vídeos de caráter humorístico divulgados no canal do *youtuber* Felipe Neto. A partir dos vídeos selecionados, analisamos enunciados sobre formas de ser, pensar e agir que marcam posições de gênero, tais como o ‘homem engraçadinho’, a ‘lógica masculina’ e o ‘homem prático’.



Discursos e Pedagogias De Gênero Nos Vídeos De Felipe Neto

O termo gênero começou a ser utilizado pelos estudos feministas “como uma maneira para se referir à organização social da relação entre os sexos. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1995, p. 72, grifos da autora). Foi usado também para estudar as questões que envolvem as mulheres em suas relações sociais, culturais e históricas com os homens. Assim, como argumenta Joan Scott (1995), gênero se torna uma forma de indicar as posições sociais ocupadas por mulheres e homens como ‘construções culturais’.

Falar em gênero é dizer sobre a diversidade de masculinidades, feminilidades e outras construções identitárias mais plurais que ultrapassam as fronteiras do binarismo masculino/feminino. Além disso, é problematizar os significados sociais dados às múltiplas possibilidades de vivenciar essas identidades; as relações de poder estabelecidas entre elas e como as características atribuídas culturalmente a cada uma tornam-se ferramentas de classificação e enquadramento, demarcando lugares sociais. Ao utilizar o conceito de gênero sob inspiração de perspectivas pós-estruturalistas é importante pensar que “qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75), pois se trata de um elemento relacional. Vivemos em uma sociedade que se organiza a partir do que seriam dois polos – masculino ou feminino -, por isso, a construção das diferentes identidades de gênero passa pelos significados sociais atribuídos às masculinidades e feminilidades. Nesse sentido, é preciso estar atento/a às relações de poder estabelecidas nesse jogo de significações, problematizando como elas são fundamentais na constituição dos sujeitos. Essa perspectiva se alinha à nossa proposta de problematizar discursos de gênero presentes em vídeos do *youtuber* Felipe Neto, buscando analisar o que, como e em que contextos essas relações neles aparecem e como isso pode contribuir para a construção das identidades de gênero de seus/suas espectadores/as.

Ao longo da vida vamos construindo formas de manifestar nossas identidades de gênero. Existem traços, comportamentos, marcas corporais e maneiras de se expressar que dizem dessas identidades. Elas são construídas a partir de investimentos diversos que nos ensinam como



os sujeitos que assumem essa identidade deve se comportar. A existência de comportamentos tidos como hegemônicos, configurando formas padronizadas de gênero, está relacionada à reiteração dessa hegemonia por meio das mídias. Segundo Marisa Costa e Paula Andrade (2013, p. 9),

é por intermédio das imagens, discursos e narrativas postas em circulação por revistas, jornais, publicidades, etc., que aprendemos a ser sujeitos de um certo tipo e é por meio da produção e circulação destas representações que as pedagogias culturais operam.

Uma dessas pedagogias é o humor, presente em várias produções do canal Felipe Neto e nos mais diversos artefatos culturais. Muitas vezes ouvimos piadas sobre a diferença de comportamento entre homens e mulheres. Como, por exemplo, aquelas que dizem que mulheres dirigem mal; que elas compram coisas demais; que elas demoram muito para se arrumar para sair; que elas gostam de discutir a relação; que homens fazem drama quando ficam doentes; que eles recebem ordens de suas esposas, entre outras. Porém, é importante ressaltar que o humor também é uma forma de pedagogia cultural que inculca comportamentos, pois “na medida em que recursos humorísticos, com seu conteúdo e técnicas, são mobilizados, junto com eles também são acionados valores e representações culturais” (FERREIRA; KIRCHOF, 2016, p. 211).

As produções humorísticas relacionadas com as questões de gênero e sexualidade geralmente seguem um padrão estabelecido culturalmente, naturalizando discursos normativos em que é reforçado o lugar de inferioridade de algumas identidades em função de outras. Essa reiteração, feita através de variados meios discursivos e não discursivos, que nos faz repetir gestos, ações e modos de ser, está ligada à performatividade. Segundo Judith Butler (2018, p. 195, grifo da autora), “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”. Assim, à medida que o humor reitera as normas de uma forma sutil, se torna uma ferramenta educativa, contribuindo para os processos de constituição dos sujeitos no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

Piadas geralmente reproduzem as hierarquias culturais, grande parte delas satirizam identidades que sofrem algum tipo de discriminação na sociedade. Enquanto estimulam o preconceito, reforçam os lugares sociais e características consideradas negativas de determinados grupos. À medida que circulam, os discursos repetidos com tom humorístico vão ganhando *status* de verdade. Com isso, subjetivadas por eles, as pessoas



começam a disseminá-los, acreditando serem naturais e inofensivos. Por isso, é importante problematizá-los na perspectiva foucaultiana, torná-los um problema em questão, pensar em como estão presentes em nossa vida e como somos constituídos/as por esses discursos. Enfim, 'dar um passo atrás' e olhar para nós mesmos como objeto de questionamento e desconstrução, pensando em como lidamos com discursos de gênero que são reforçados através do humor e como podemos repensar nossa relação com eles (SANTOS, 2021).

“Homens Que Não Têm Mais Salvação!”: O Homem Engraçadinho E A Lógica Masculina

No início do vídeo “Homens que não têm mais salvação!”⁴ (2019), Felipe Neto diz:

hoje nós vamos falar sobre lógica masculina! Mais especificamente sobre esse estereótipo. Né? Que normalmente é do hétero tops. [...] Não é pra gente dizer que todo homem é igual. Mas muitos são desse jeito aqui, que a gente vai ver.

A fala sugere que há uma lógica masculina, ou seja, um padrão no comportamento de determinados homens intitulados “*hétero tops*”. O *youtuber* não explica o que significa essa expressão, por isso buscamos informações na internet e encontramos algumas definições em sites, por exemplo, naqueles em que usuários/as comentam questões como “O que você considera como ‘hétero top?’”⁵; “Como se comporta o hétero ‘topzera?’”⁶; “oq [sic] seria um hétero top?”⁷. As respostas foram bastante variadas, geralmente relacionadas ao estilo musical e acessórios que a pessoa curte ou como se comporta em baladas e em relacionamentos. Já no “Dicionário informal”⁸ encontramos a seguinte definição para ‘Hétero

⁴HOMENS que não têm mais salvação. 1 de out. 2019. (11 min). Publicado pelo canal Felipe Neto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cm-LHLh-jzo>. Acesso em: 20 mar. 2020.

⁵Disponível em: <https://elaele.com.br/q/176415-o-que-voce-considera-como-hetero-top>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁶Disponível em: <https://pt.quora.com/Como-se-comporta-o-hetero-topzera>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁷Disponível em: <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20170327012751AAC6Uqe>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁸Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/h%E9tero+top/>. Acesso em: 20 maio 2020.



top': "Estereótipo de pessoa que escuta sertanejo universitário, funk, vai em rolês/baladas e veste camisa polo". Além da definição, o *site* apresenta "Sinônimos de Hétero top: boy padrão, machista, boy lixo"; "Antônimos de Hétero top: *gay*, homem, pessoa legal, respeitoso"; "Palavras relacionadas a Hétero top: hétero, masculinidade tóxica, mulher, homofóbico". Esse é um dicionário aberto em que qualquer pessoa pode acrescentar palavras e significados. Com essa busca, não argumentamos que se trata do sentido exato utilizado por Felipe Neto em seu vídeo, mas nos inserimos nesse jogo linguístico para nos aproximar dos possíveis sentidos que interpelam os/as espectadores/as ao assistirem esse artefato.

A palavra 'top' pode significar algo interessante, muito legal, de boa qualidade... ao analisar a expressão fora de contexto parece tratar-se de um/uma 'heterossexual muito bom'. Porém, algo chama a atenção no uso da expressão 'hétero top': apesar de ser composta por uma palavra que diz da sexualidade das pessoas, as definições encontradas baseiam-se em comportamentos sociais relacionados ao gênero, mostrando como essas duas questões são comumente misturadas e confundidas. Além disso, é usada para designar homens. Diante disso, cabe alguns questionamentos: tais comportamentos são apresentados só por homens heterossexuais? Mulheres com essas características também seriam consideradas 'hétero tops'? Existiriam pessoas 'homo tops' ou 'bi tops', etc.? Que características elas apresentariam? Como o rótulo 'hétero top' circula em nossa sociedade? Que discursos estão vinculados a ele? Como pode estimular a segregação e a discriminação nas relações de gênero e sexualidades? Essas são questões válidas para pensar o rótulo de 'hétero top'.

Embora os sentidos sobre o que significa ser "hétero top" não sejam muito precisos, Felipe Neto dá algumas pistas no vídeo "Homens que não têm mais salvação!" (2019). Ao longo da produção, o *youtuber* apresenta fotos que mostram atitudes praticadas por homens e comenta as mesmas. Os rótulos das imagens apresentadas no vídeo faziam menção a ações de homens no cotidiano. São diversas imagens mostrando situações em que homens usam recursos cômicos, engraçadinhos, debochados, 'brincando' com sua própria imagem e com as de outras pessoas. Para Felipe Neto, elas demonstram uma 'lógica masculina'.

Vivemos em um mundo em que o recurso às imagens é uma forma rápida de comunicação, elas povoam nosso cotidiano e, muitas vezes, transmitem mensagens que são capazes de subjetivar quem as vê, pois também são fontes de disseminação de discursos (SANTOS, 2021). Dessa maneira, exibir um conjunto de fotos que representam uma ideia comum



é uma forma de pedagogia capaz de evidenciá-la, podendo dar a ela um *status* de verdade. A imagem é um instrumento discursivo muito potente, pois “mais do que apenas ilustrar, ornar um texto, representa, descreve, narra, simboliza, expressa, brinca, persuade, normatiza, pontua e educa” (SCHWENGBER, 2006, p. 268). Apesar disso, vale ressaltar que

os significados não estão nas imagens, mas nas relações que estabelecemos com elas como “processos de deslocamento” e produção de subjetividades. Esse aspecto relacional das imagens pode se dar nas negociações que envolvem o que nos satisfaz, o que confirma nossas crenças e pensamentos, ou no que incomoda, pois não representa o que acreditamos ou pensamos. (CASTRO, 2014, p. 137, grifo do autor).

Assim, ao olhar para as imagens apresentadas pelo *youtuber* podemos nos relacionar com elas de maneiras diferentes. Porém, sua presença no contexto do vídeo, juntamente com os comentários de Felipe Neto, tende a direcionar o olhar do/a espectador/a. O professor que usa uma vara de pescar com um dedo de espuma; o treinador que envia uma foto do Buzz Lightyear para a aluna dizendo que ela se parece com o personagem; o pai que coloca dois cabides nas orelhas para imitar os brincos da mãe; o marido que faz um cobertor com a foto que a esposa detesta; o pai que veste a roupa da filha no seu boneco; o noivo que é levantado por um amigo para pegar o buquê da noiva e sair correndo e a pessoa que coloca olhos nas costas de um gato para parecer um mamute, sugerem uma forma de ser homem: aquele que ‘zoa’⁹, faz graça, que é bem humorado, enfim, ‘o engraçadinho’. Todavia, o fazer graça não é algo que se possa generalizar, pois isso não está somente em quem faz, mas também em quem observa. Portanto, algo pode ser engraçado para uma pessoa e não ser para a outra.

As fotos despertam risos da equipe que acompanha a gravação do vídeo, o que é um reforço à ideia de homem engraçado. Ao ser postado em um canal de entretenimento, esse material pode ser visto como uma simples piada, e os discursos presentes nele podem passar despercebidos. Isso não acontece só no material analisado, mas em diversas situações cotidianas em que questões importantes são faladas em tom humorístico e não são levadas a sério. Por isso, é fundamental destacar que essa forma de abordagem também nos educa, a repetição de discursos em falas

⁹De acordo com o dicionário Michaelis, zoar significa “Dizer ou fazer algo com o objetivo de causar riso ou chacota; caçoar, gozar”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=zoar>. Acesso em: 27 maio 2020.



humorísticas pode inculcar saberes sobre os mais diversos assuntos, inclusive sobre gênero e sexualidade, essa postagem pode ser um exemplo disso. Por isso nos questionamos: o que as imagens nos dizem? Por que estão em um vídeo intitulado “Homens que não têm mais salvação!”? O que significa ser ‘desse jeito’? Quem faz parte da ‘lógica masculina’ apresentada no vídeo? Como esse vídeo pode subjetivar o público de forma geral? E a audiência masculina que assiste?

As reações de Felipe Neto diante das fotos expressam ideias difundidas na nossa cultura. Ao falar sobre os homens ele marca um lugar identitário, apontando determinadas características. Isso pode ser observado nos comentários a seguir:

É engraçado que nem diz se foi homem ou mulher que escreveu ou postou isso, mas você sabe que foi um homem. Você concorda que você sabe que foi um homem? Que mulher nenhuma tem esse nível de atraso intelectual! De olhar pra bunda do gato e falar: “Eu tô vendo um mamute! Eu tô vendo... Se botar dois olhos, fica um mamute!” E coloca mesmo! Que sacanagem com o gato!

Vocês entendem que nenhuma mulher no mundo, na história... Vai pegar um cabide, pendurar na orelha e chegar na sala? Nenhuma! Por que que existe esse abismo intelectual? Entre os dois gêneros. Alguém precisa estudar isso de fato! Ô NASA! Ô pessoal das ciências sociais, pelo amor de Deus. Por que que homem tem o gene da imbecilidade?

É isso! Você... Você imagina a professora entrando em sala com uma vara de pesca com um dedo de espuma na ponta? Tu consegue imaginar essa cena? A professora entrando e falando: “Eu não acredito em laser! Laser faz mal, dá câncer. Tá aqui o meu laser”. Com uma vara de pesca. SÓ HOMEM! Nós somos uma raça desenvolvida que não tem evolução! (HOMENS..., 2019, grifos do autor).

As três passagens afirmam que os comportamentos expressos nas fotos que aparecem no vídeo são exclusivamente masculinos, o que sugere uma divisão binária de gênero. Para Guacira Louro (2003, p. 34, grifos da autora),

a concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma idéia *singular* de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas.



Assim, ao afirmar que mulheres não teriam aquelas atitudes, os comentários apontam para essa dicotomia, reforçando a lógica binária dos gêneros. Nessa perspectiva, Felipe Neto adjetiva os homens, referindo-se a eles como quem tem “*atraso intelectual*”; tem o “*gene da imbecilidade*” e é “*uma raça deseveluída*”. Dizer que essas características são coisas de homem acaba por naturalizar tais aspectos como ‘próprios’ de uma identidade masculina, especialmente quando a questão biológica é acionada com a expressão “*gene da imbecilidade*”. Ao ouvirem que naturalmente os homens são “*imbecis*”, alguns deles podem tomar essa característica para si e reproduzirem determinadas atitudes para se enquadrarem no perfil de masculinidade exposto. Quanto às espectadoras, é possível que algumas delas evitem comportamentos apontados como masculinos para se distanciarem do gênero com o qual não se identificam.

É dessa forma que os discursos agem produzindo os sujeitos aos quais se referem (FOUCAULT, 2008). Essa circulação de discursos, que geram uma repetição de atos por indivíduos que se identificam com eles, é o que Judith Butler (2003, 2018) chama de performatividade de gênero. À medida que um sujeito se reconhece em uma identidade de gênero, ele a constrói a partir de enunciados performativos que dizem dela. Quanto mais eles são repetidos, especialmente por pessoas com muita visibilidade e influência, como o *youtuber* Felipe Neto, mais sujeitos se constituem a partir deles. Ainda que haja possibilidades de resistências e diferentes olhares sobre esses enunciados, sua repetição pode dar a algumas pessoas a ideia de que apresentam algo naturalmente pertencente a determinada identidade.

Quando faz essas afirmativas, o *youtuber* aponta comportamentos que acredita pertencer a uma ‘lógica masculina’, inclusive apoiando alguns deles e colocando-se nessa lógica. O fato de identificar-se com determinadas condutas, ou ver que elas são adotadas por outros homens, não significa que nenhuma mulher tenha uma dessas atitudes, nem que todo homem apresenta os mesmos comportamentos. Existem diversas maneiras de vivenciar as identidades de gênero, dentro do mesmo contexto social, cultural e histórico, já que elas não são homogêneas e estão sempre em reconstrução (SILVA, 2000). Se houvesse um gene que fizesse com que os homens tivessem determinados comportamentos, todos agiriam da mesma forma, mas não é assim que acontece. Marlucy Paraíso (2014, p. 31) nos diz que “o sujeito é um efeito de linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das



enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamentos, das relações poder-saber”. Esses aspectos fazem com que sujeitos sejam constituídos de modos diferentes de acordo com os discursos que circulam em seus meios e com as experiências pessoais que vivenciam.

Apesar disso, o vídeo expressa a ideia de que há uma ‘*lógica masculina*’, seja nas fotos que apresenta ou nos comentários feitos pelo influenciador ao apresentá-las. Falando sobre as imagens de um homem pegando o buquê, jogado pela noiva para mulheres solteiras, ele exemplifica o que considera ser um ‘*hétero top*’:

*Eu ia querer pegar o buquê. Só porque eu sou competitivo! É, eu queria socar todo mundo, assim, pegar o buquê, sair correndo e tacar no chão, tá ligado? “Aaaaah *POF* Aaaaahh!” Isso é a lógica masculina, tá vendo? Isso é ser um homem hétero top. (HOMENS, 2019, grifo do autor).*

A ideia de que homem é competitivo e agressivo, expressa na fala, é bastante difundida. Para fazer essa afirmação, Felipe Neto aciona os saberes que ele tem a respeito do que é ser masculino e “*hétero top*”, saberes que não foram inventados por ele, mas que o constituem. Ao dizer que agiria de forma agressiva, o *vlogger* se vê na lógica masculina e “*hétero top*” que aponta. Por ser um homem cisgênero e heterossexual foi subjetivado por essa lógica ao longo da vida. Alguns autores (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; NOLASCO, 1993; SILVA, 2019) discutem sobre os processos de construção das masculinidades, ressaltando como eles acontecem em diversas instâncias da vida social. É comum que sejam incentivados comportamentos que incitam a força, a coragem, a agilidade, a virilidade, a competitividade, a agressividade, a “zoação”... Atributos que, apesar de serem tratados como naturalmente masculinos, são construídos culturalmente e estimulados em meninos desde o seu nascimento.

Tal construção é tão forte que, geralmente, as condutas que ela inspira são tratadas como inatas. Diante disso, podemos perceber uma certa lógica masculina em algumas situações, não porque os homens são assim ‘por natureza’, mas por estarem inseridos em uma cultura repleta de processos educativos que estimulam determinadas formas de ser e agir. Vivemos em uma sociedade do enquadramento que se organiza a partir de rótulos e molda os sujeitos para se encaixarem neles. Dessa maneira, aprendemos “a enquadrar todos, definindo-lhes lugares, identidades, ações, o que deve e o que não deve ser feito, o ‘certo’ e o ‘errado” (FERRARI, 2009, p. 121, grifos do autor). Enquadramos o outro e a nós



mesmos/as, construímos nossas identidades e dizemos de nós a partir desses rótulos.

Ao longo do vídeo em questão, as falas e as imagens reforçam o enunciado do homem engraçadinho, delineando tal lógica masculina que inclui determinadas características e que é reiterada através de muitas instâncias sociais e culturais. Tentar estabelecer essa lógica significa buscar um homem padrão e classificar quem se enquadra ou não. Quando Felipe Neto apresenta determinadas condutas como sendo naturalmente masculinas, pode contribuir para a perpetuação dessa lógica. Ao mesmo tempo, à medida que associa as atitudes à imbecilidade, também pode fazer com que alguns espectadores pensem antes de seguir tal lógica e a rejeitem, pois os discursos nem sempre são prontamente aceitos e incorporados pelos sujeitos. Os processos educativos se dão em meio a negociações, conflitos e resistências com o que é ensinado. Diante disso, é importante lembrar que, apesar da produção estar repleta de discursos de gênero, as pessoas são afetadas por eles de maneiras diferentes.

Simple Assim: O ‘Homem Prático’

A objetividade é uma característica comumente atribuída a homens. A ideia de que eles descomplicam e são mais práticos está presente em diversos enunciados que circulam na nossa sociedade, o que pode estimular a construção de sujeitos que se encaixam nesse perfil. O vídeo “Homens vs. mulheres! E agora?”¹⁰ (2019), também apresenta reações de Felipe Neto a imagens que remetem a ações de homens em situações nas quais eles ‘simplificam’ as coisas, como secar roupa no micro-ondas; secar louça com o ventilador; colocar a pizza na geladeira sem proteção; levar pouca bagagem; não arrumar a cama todos os dias; usar poucos cosméticos; esperar que tenha um banco nas lojas para utilizá-lo ao esperar uma mulher; colocar um limão inteiro na xícara, quando a mulher pediu água com limão, e encher a fruteira com bolinhos ao invés de frutas. Essas atitudes podem ser consideradas mais práticas por algumas pessoas, pois “muitos homens parecem ter a percepção de que seus comportamentos são dotados de uma pretensa e inquestionável objetividade masculina” (BORIS, 2000, p. 347). O enunciado do homem prático e objetivo é disseminado em nossa sociedade por diversos meios.

¹⁰ HOMENS VS. Mulheres! E agora?. 14 set. 2019. (12 min). Publicado pelo canal Felipe Neto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EW0iq3jR4PI&t=12s>. Acesso em: 20 mar. 2020.



Na medida em que isso acontece, mais homens se constituem a partir dessa ideia. É desse modo que os discursos podem produzir os sujeitos de que falam (FOUCAULT, 2008). Apesar disso, a objetividade não é uma característica inerente aos homens, além do mais, ser objetivo não significa sempre fazer o que é mais prático, pois há diferentes modos de compreender o que é praticidade e objetividade diante das diversas situações cotidianas. Ao olhar as fotos apresentadas no vídeo, Felipe Neto concorda somente com algumas, com as quais admite se identificar de acordo com as falas que seguem:

Eu concordo com esse marido. É isso que eu quero saber, tá errado? Você pediu água quente com limão! Eu não fiz faculdade de gastronomia, filha! Eu não... Eu não sei o que que você quer! Isso, pra mim, é água quente com limão! Não entendo essas pessoas mal agradecidas né, cara? O cara vai lá, faz o favor e ainda recebe essa... Que absurdo!

Mas eu confesso que eu sou que nem esse cara. Eu odeio arrumar a cama. Eu não entendo o propósito de arrumar a cama. Vocês sabem que eu defendo essa tese, assim... Tipo, se ninguém vai visitar o seu quarto, por que que ele tem que estar arrumado? A cama! Não tô falando, tipo... E também não tô falando pra deixar, assim, parecendo um ninho de capivara não! [...] Mas eu não entendo a cama ter que estar alinhadíssima! Tipo, perfeita! Sabe? Tipo... Com as pelúcias em cima. Com o lençol dobrado milimetricamente... Tipo, pra quê? Eu saio e boto o edredom de volta, assim, jogo e fica tranquilo!

Porque o homem não se preocupa com climas! O homem olha assim: “Vai fazer frio ou calor? Lá é quente”. Só leva roupa quente. “Ah, lá é frio”. Só leva roupa fria. Se inverter, dane-se! Ele se vira com o que tem! A mulher se prepara bastante! Ela leva roupa pra todas as estações. [...] O meu realmente cabe numa sacola do Walmart mesmo.

E o nome do céu na Terra pros homens em loja feminina se chama... banquinho! Vocês não têm ideia da felicidade que é você estar carregando 8 bolsas em cada mão e você entra na loja e vê um banquinho. (HOMENS VS..., 2019).

Os comentários falam do homem prático diante de uma mulher, aquela que quer a cama “alinhadíssima”, aquela que viaja e leva muitas bagagens para não faltar nada e aquela que faz muitas compras. Vale lembrar que esse perfil não pertence a todas as mulheres, mas o vídeo apresenta uma forma de ser mulher para as espectadoras, assim como



inspira algumas atitudes aos espectadores. Ao concordar com as condutas contidas em algumas fotos, Felipe Neto assume o enunciado da objetividade masculina se colocando nesse lugar. Ao reafirmá-lo, acaba sugerindo a concepção de que mulheres não são objetivas, pois indica uma oposição nos comportamentos, já que “o gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo, quer real ou imaginário, da feminilidade” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265). Desse modo, o gênero contribui para uma hierarquização social, pois à medida que determinados comportamentos são associados a cada gênero podem ser mais ou menos valorizados socialmente, como ocorre com a objetividade atribuída à masculinidade. Isso mostra que

ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes - e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder, o que vai significar que o gênero está implicado na concepção e na construção do poder. (LOURO, 1995, p. 106).

As imagens apontam essa oposição, principalmente a da cama, a das bagagens e a do banheiro, que, juntamente com as falas, valorizam a praticidade e a objetividade e atrelam essas características aos homens. Os artefatos culturais, de uma forma geral, apresentam pedagogias de gênero que ensinam sutilmente algumas condutas para a vivência de identidades masculinas e femininas, fazendo com que as atitudes sirvam para enquadrar os sujeitos em determinadas posições. Com isso, as relações de poder são disputadas discursivamente, pois, as questões de gênero são significadas de acordo com os enunciados em torno dos comportamentos dos indivíduos. Incorporar ou negar determinados discursos de gênero depende do lugar que cada um/uma acredita ocupar.

Apesar de se assumir como homem prático nas falas, Felipe Neto parece discordar de algumas atitudes apresentadas nas imagens, mostrando como os sujeitos transitam entre os enunciados que dizem das masculinidades. Isso retrata como “qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória” (CONNELL, 1995, p. 189), bem como as demais identidades que nos constituem, as masculinidades estão sempre em construção e negociação. Pelos comentários, é possível perceber que o *youtuber* não se reconhece nos comportamentos de todas as fotos:

Gente, a roupa pega fogo! A roupa queima! Mas isso é básico! Mas não é possível que você não pensou nisso, cara!



Mas você casou com um orangotango também né, filha? Como é que o cara bota a pizza [...], mas por que que tu vai botar assim na geladeira, cara? Vai ficar tudo ressecado, horrível!

Aqui, uma mulher, a esposa, pediu pro marido encher a fruteira. Sabe o que é fruteira, né? Aquela coisa que fica cheia de frutinha, bonitinha, em cima da mesa. Aí ele foi lá e encheu a fruteira... de bolinho. Isso é muito o Bruno né, cara? Isso é muito o Bruno! Pra que botar banana e laranja, se eu posso botar bolinho?

Olha, que safado! Ao invés dele pegar as coisas e secar ele botou um ventilador, mano! Isso não pode ser saudável, cara. Tá cheio de pó nesse ventilador! Esse ventilador é cheio de poeira, tu tá jogando um monte de poeira na louça!

Esse eu discordo, porque o meu estaria cheio também. Porque eu tenho um monte de coisa! Tenho um monte de coisa! Tenho negócio pra fazer a barba, tenho creminho pós-barba, entendeu? Tenho um monte de perfume, tenho um monte de desodorante... (HOMENS VS., 2019).

Ser prático não significa sempre fazer o que é mais fácil. Colocar a roupa no micro-ondas, guardar pizza sem proteção, secar louças com ventilador ou ter poucos cosméticos podem ser consideradas coisas práticas, mas são alvo de críticas do *youtuber*, que ressalta as consequências delas. Ele aponta uma praticidade que não reflete sobre seus efeitos, colocando-a em oposição a uma masculinidade inteligente, que pensa antes de agir. Isso mostra que há limites para a objetividade. Felipe Neto também escapa da praticidade quando o assunto são os cosméticos e assume utilizar vários produtos, se aproximando do que seria o universo feminino, de acordo com o que sugere a imagem dos armários de banheiro.

Ou seja, apesar do título do vídeo sugerir um antagonismo entre homem e mulher e reafirmar esse binarismo em muitos momentos, é possível questionar a polarização. Pensar que não há uma unidade dentro de cada um desses polos e nem uma oposição rígida entre eles. Podemos problematizar “a constituição de cada pólo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada pólo não é uno, mas plural, mostrando que cada pólo é, internamente, fraturado e dividido” (LOURO, 2003, p. 31). Pois, não há homogeneidade em ser homem ou mulher, já que existem formas diversas de viver essas identidades. Para Joan Scott (1995, p. 93, grifos do autor),



“homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Quando Felipe Neto se coloca ao mesmo tempo dentro e fora do discurso do homem prático, ele demonstra o caráter heterogêneo dos rótulos relacionados às identidades de gênero. Ainda que seja homem e em alguns momentos concorde com a objetividade masculina, em outros ele discorda, revelando o caráter de negociação no processo de construção das masculinidades.

Considerações finais

Felipe Neto é amplamente conhecido e tem grande visibilidade. Considerando esse fato e pensando no alcance produzido por seus vídeos, chegando às pessoas cotidianamente em função da presença da Internet em nossas vidas, nos faz colocar esses artefatos ‘sob suspeita’, tomando-os como algo a ser pensado na sua potencialidade de disparar processos de subjetivação, enredando sujeitos a produzirem a si mesmos, seus saberes, suas experiências.

Usualmente, como demonstrou a pesquisa realizada (SANTOS, 2021), os temas dos vídeos do *youtuber* não estão diretamente relacionados com questões de gênero, ou, ao menos, não são interpretados como produtores de pedagogias de masculinidades e feminilidades. Foi necessário um olhar atento e sensível para acompanhar, discursivamente, a circulação dessas pedagogias nas falas proferidas por Felipe Neto em seus vídeos. Um olhar contaminado pelas teorizações de gênero inspiradas em perspectivas pós-estruturalistas e foucaultianas, que nos conduz a apresentar os enunciados que circulam pelos artefatos e quais suas condições de existência. Mais do que isso, é problematizar os efeitos dos discursos nos sujeitos, ao anunciarem determinados modos de viver, de existir. Portanto, tomar os vídeos como algo a ser pensado é também tomar o que somos e como viemos nos constituindo discursivamente, como possibilidade de resistir e de criar outras formas de ser e de estar no mundo.

Ressaltamos a visibilidade e o alcance dos vídeos desse *youtuber* não para dizer que apenas seus vídeos são eficientes nos processos educativos com os/as seguidores/as. Outros vídeos e demais artefatos



culturais, em suas características e nas relações que os sujeitos estabelecem com eles, podem ser tão eficientes quanto os vídeos analisados no contexto da pesquisa. Assim, não se trata de uma escolha furtiva. Primeiro, diz da trajetória de uma das autoras, como professora atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, que observa, cotidianamente, a relação das crianças com os vídeos e com os/as *youtubers*. Segundo, a eficiência pedagógica dos vídeos se potencializa com a visibilidade e alcance, especialmente por se tratar de um canal que, conforme comentamos anteriormente, não se propõe a trazer conteúdo diretamente relacionado com pautas de gênero e sexualidade. Quer dizer, diferente dos canais em que os/as *youtubers* se colocam como ativistas ou pesquisadoras/es diretamente envolvidas/os com questões de gênero e sexualidade, os vídeos produzidos por Felipe Neto chegam a sujeitos que, em princípio, não se interessariam por esse conteúdo.

Os vídeos analisados neste artigo produzem suas pedagogias acionando duas estratégias centrais: o humor e o resgate do senso comum. Com isso, mais pessoas são interpeladas a produzir algo com o seu conteúdo, podendo identificar-se com suas proposições ou refutá-las. De todo modo, importa dizer que os/as expectadores/as dos vídeos não são meros/as receptores/as passivos/as desses conteúdos, pelo contrário, envolvem-se ativamente com as aprendizagens, posicionam-se e passam a ver o mundo e a si mesmos/as a partir delas. Até mesmo o *youtuber* Felipe Neto, ao mobilizar o senso comum para divertir seus/suas expectadores/as, aponta para esse aspecto. No término do vídeo “Homens vs. mulheres! E agora?” (2019), ele diz que “*esse foi um vídeo de clichês*” e que, para ele, “*nada disso é verdade. O mundo é muito mais do que só essa... Essa coisa do homem e mulher serem assim e “assado”. Isso é tudo bobagem, mas a gente faz piada, a gente se diverte!*” (HOMENS VS., 2019).

Mesmo que aponte as contradições das imagens que ele apresenta para ‘distrair’, ‘divertir’, o *youtuber* parece desconsiderar a potencialidade pedagógica cultural das piadas, do humor, que se incorpora ao senso comum cotidiano legitimando determinadas práticas socioculturais. Admitir que ‘nada disso é verdade’ é uma forma de mostrar como algo se torna verdade, tratando-se, em uma perspectiva foucaultiana, de visibilizar o contexto histórico e as condições de produção e de emergência dos ditos e não ditos.

Por fim, problematizar os discursos de gênero que circulam pelos vídeos de *youtubers*, como Felipe Neto, é um modo de visibilizar os



complexos e naturalizados processos de construção de sujeitos de gênero, de suas identidades de gênero. O investimento reiterativo em determinadas características, como modos de falar, atitudes, expressões corporais, marca as tentativas de captura pelas normas, entendendo que gênero, assim como outras categorias, são importantes organizadores sociais (SCOTT, 1995). Portanto, os vídeos, aquilo que é possível ver e ouvir, as imagens que se apresentam para quem os assiste, participam da constituição de sujeitos. Segundo Guacira Louro (2008, p. 22), “aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos”.

Referências

ANDRADE, Paula Deporte de. Artefatos culturais midiáticos e pedagogias culturais: uma análise para explorar as qualidades pedagógicas da vida contemporânea. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. *Anais eletrônicos* [...]. São Luís, MA: UFMA, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT16_248.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. *Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza*: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: BUTLER, Judith (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Organização de Guacira Lopes Louro. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CASTRO, Roney Polato de. *Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidades e formação em Pedagogia*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.



CONNEL, Raewyn. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995. ISSN 2175-6236. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 3 maio 2020.

CONNEL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 241-282. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 3 maio 2020.

COSTA, Marisa Vorraber; ANDRADE, Paula Deporte de. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., Goiânia. *Anais eletrônicos [...]*. Goiânia, 2013. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt16_2912_texto.pdf. Acesso em: jun. 2019.

FERREIRA, Luiz Gustavo de Paris; KIRCHOF, Edgar Roberto. O que ensina a série televisiva “Deu a louca na história”? Televisão, humor e pedagogias culturais. *Textura: Revista de Educação e Letras*, Canoas, v. 18, n. 37, p. 205-220, maio/ago. 2016. ISSN 1518-4919. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2288/1554>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERRARI, Anderson. Ma vie en rose: gênero e sexualidades por enquadramento e resistências. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 117-141, mar./ago. 2009. ISSN 2447-5246. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/09/Artigo-06-14.1.pdf>. Acesso em: 20 set, 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. “O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002. ISSN 1678-4634. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882/29654>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro. “Para fazer pensar e entreter”: educação, produção corporal, sujeitos e masculinidades na revista Júnior



(2007-2015). 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

HOMENS que não têm mais salvação. 1 de out. 2019. (11 min). Publicado pelo canal Felipe Neto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cm-LHLh-jzo>. Acesso em: 20 mar. 2020.

HOMENS VS. Mulheres! E agora?. 14 set. 2019. (12 min). Publicado pelo canal Felipe Neto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EWoiq3jR4PI&t=12s>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995. ISSN 2175-6236. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em: 11 maio 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. ISSN 1980-6248. DOI 10.1590/S0103-73072008000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Metodologias de pesquisas Pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.

SANTOS, Michele P. Gonçalves dos. “Dá um like e se inscreve no canal!”: problematizando discursos de gêneros e sexualidades em vídeos do *youtuber* Felipe Neto. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.



SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. ISSN 2175-6236. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 5 jun. 2020.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de si? A educação de corpos grávidos no contexto da pais & filhos*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, José Rodolfo Lopes da. “*Seja homem de verdade!*”: (re)constituindo masculinidades numa escola de cidade pequena e do interior. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

WORTMANN, Maria Lúcia; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em Educação no Brasil. *Educação*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 32-48, jan./abr. 2015. ISSN 0101-465X. DOI 10.15448/1981-2582.2015.1.18441. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/18441>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Hombres Y La 'Lógica Masculina': Pedagogías De Género En Videos Del Youtuber Felipe Neto

ABSTRACT: El artículo presenta una parte de los análisis construidos en una investigación de maestría en educación, que propuso problematizar los discursos de género y sexualidad en videos del youtuber Felipe Neto, difundidos en su canal de YouTube. Haciendo una selección entre los análisis, se optó por presentar discusiones a partir de dos de los videos que constituyen el corpus de la investigación. En ellos, el youtuber activa estrategias humorísticas, con el objetivo de entretener a la audiencia, para presentar escenas que conducen a formas de ser hombre en la cultura, permeando nociones como el hetero tops, el hombre divertido, el hombre práctico, desde lo naturalizado. idea de logica masculina. Los análisis tomaron los videos como artefactos culturales, cuyas pedagogías de género actúan en la constitución de sujetos, interpelándolos a posicionarse frente al audiovisual, aliándose con sus representaciones o refutándolas.

KEYWORDS: GÉNERO. Discursos. YouTube. Felipe Neto. Pedagogías culturales.

Michele Priscila Gonçalves dos SANTOS

*Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
Pedagoga. Mestra em Educação. Professora dos anos iniciais do ensino
fundamental na rede estadual de educação de Minas Gerais.*

E-mail: michele_pgs@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9699-9100>

Roney Polato de CASTRO

*Universidade Federal de Juiz de Fora
Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do grupo
de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED).*

E-mail: roneypolato@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6385-9096>

Recebido em: 16/02/2022

Aprovado em: 13/09/2022



ARTIGOS



As Mulheres Sob Ataque:

Neoliberalismo, Conservadorismo E
Desdemocratização Na Ofensiva À
Agenda De Gênero

Emanuele MANTOVANI, *Universidade de Santa Cruz do Sul*

Silvia Virginia Coutinho AREOSA, *Universidade de Santa Cruz do Sul*

Resumo: Este artigo teórico tem como objetivo discutir a relação entre o novo modelo neoliberal, o conservadorismo e a desdemocratização com a retirada de direitos e os ataques às políticas de gênero. Este novo modelo, que propõe não só uma política econômica, mas também uma racionalidade conservadora e antidemocrática, tem como lastro a chamada ideologia de gênero. A partir de uma pesquisa bibliográfica, esse trabalho conecta o novo neoliberalismo, seus produtos (conservadorismo e desdemocratização) e subprodutos (ideologia de gênero) a serviço de um modelo que aprofunda o domínio do capital sobre a sociedade e de forma mais aguda e violenta sobre as mulheres, impondo um retrocesso histórico à agenda feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Conservadorismo. Ideologia de gênero. Feminismo.



Introdução

A ascensão do neoliberalismo fez parte do contexto de reestruturação do capitalismo e teve como marco as eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, que inauguraram um período em que o neoliberalismo ganhou projeção mundial e se tornou referência para as reformas que os governos passaram a realizar não só no Estado, mas também nas economias nacionais. O modelo neoliberal é conhecido por um conjunto de medidas como privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, pela política do Estado mínimo e pelo incentivo ao empreendedorismo, substituindo as políticas públicas pelo bem-estar como resultado de um esforço individual.

O modelo neoliberal foi imposto aos países em desenvolvimento da América Latina, incluindo o Brasil, a partir dos anos 1980, no período que marcou o fim das ditaduras militares na região e em um contexto de grave crise econômica e de renegociação das dívidas externas dos países da região com os órgãos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. A “cartilha” neoliberal foi imposta ao Brasil por meio do Consenso de Washington e passou a orientar as políticas governamentais do país, legitimada por um discurso que afirmava sua eficácia para o enfrentamento da crise econômica e também como um caminho a ser trilhado pelos países periféricos rumo à modernização que os levaria a igualar-se aos países de primeiro mundo (CANO, 2000).

Para além dos aspectos econômicos, na atual fase, o neoliberalismo ainda implica em um conjunto de práticas, valores morais e éticos, normas e narrativas que buscam impor, por parte do governo, a lógica do capital. Assim, o neoliberalismo que já se associou às liberdades individuais e progresso, atualmente empreende uma ofensiva por meio do fechamento de fronteiras, do ataque aos direitos humanos e à democracia e pelo discurso conservador, pelo autoritarismo e pelo militarismo. Essa racionalidade neoliberal cria e agrava constantemente uma crise democrática que é funcional à agudização do domínio do capital sobre a sociedade.

Essa variante contemporânea do neoliberalismo mantém o apoio de setores da população por meio de um estado permanente de guerra contrainsurgente a inimigos simbólicos e materiais, como a ameaça



comunista, estudantes, ambientalistas, camponeses, mulheres, migrantes e a juventude da periferia. Assim, seus representantes políticos canalizam, por meio do populismo, o ódio e o ressentimento das massas a esses inimigos, em troca da garantia de ordem e de proteção. Ainda fazem parte da racionalidade neoliberal contemporânea a mentira, o desprezo à ciência, “a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a arrogância do dinheiro”. Essa racionalidade promove uma nova ordem, baseada em critérios próprios que não se aproximam da democracia liberal (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 375; idem, 2019).

Essa racionalidade neoliberal tem como objetivos regular comportamentos, mas também atribuir valor a algumas vidas, definindo as que valem a pena e as que não valem, as que são dignas e as que não são. É essa racionalidade que trás o elemento conservador nos valores e no comportamento, fator estruturante dos ataques às mulheres, à igualdade de gênero e ao movimento feminista. No Brasil, faz parte desta estratégia não só a pauta moral e de costumes que defende, mas também, aquilo que ataca em seus discursos e suas práticas, como vemos, de forma recorrente, não só por parte do presidente, mas também de outros membros de seu governo. Se observarmos a história recente do país, nunca um governo falou tanto em sexo, gênero, mulheres, feminismo e homossexualidade. Por outro lado, as mulheres e a comunidade LGBTQIA+ nunca foram tão atacadas.

Conforme os dados apurados pelo Datafolha para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos sofreu algum tipo de violência doméstica no Brasil. O relatório aponta ainda que, em 2020, 1.350 mulheres foram vítimas de feminicídio, número 0,7% maior que no ano anterior. Já em 2021, até novembro, 17 milhões de mulheres já tinham sofrido algum tipo de agressão. Chama atenção o dado que aponta que no primeiro ano do governo Bolsonaro esse número já tinha aumentado em 27%. No que se referem aos dados de 2020 e 2021, cabe ressaltar que a pandemia do novo Coronavírus, com o aprofundamento da fome, da pobreza e do desemprego e, com o fim do programa Bolsa Família são fatores que ampliaram a violência contra as mulheres. Também é importante lembrar que o Brasil está entre os primeiros no ranking dos países onde mais se matam mulheres, homossexuais e travestis (G1, 2021; ANTRA, 2020).

Esse novo neoliberalismo enquanto projeto econômico e enquanto racionalidade se expande a partir da crise econômica de 2008 e do aprofundamento da financeirização do capital de uma forma diferente



do modelo implantado nos anos 1990. É o neoliberalismo que flerta com o autoritarismo e o neoconservadorismo, que ataca as instituições e que cerca nossa vida por meio das suas práticas econômicas e também por meio dessa racionalidade que nos impõe novos modos de trabalhar, de produzir, de viver, de nos relacionar. Por meio das suas práticas e discursos, legitima a violência e a opressão aos grupos como mulheres, LGBTQIA+, indígenas, negros e negras, a intolerância e o reforço dos valores tradicionais. Foi essa racionalidade neoliberal que impulsionou a ascensão de governos de extrema direita não só no Brasil, mas também em outros países (DARDOT, LAVAL, 2019).

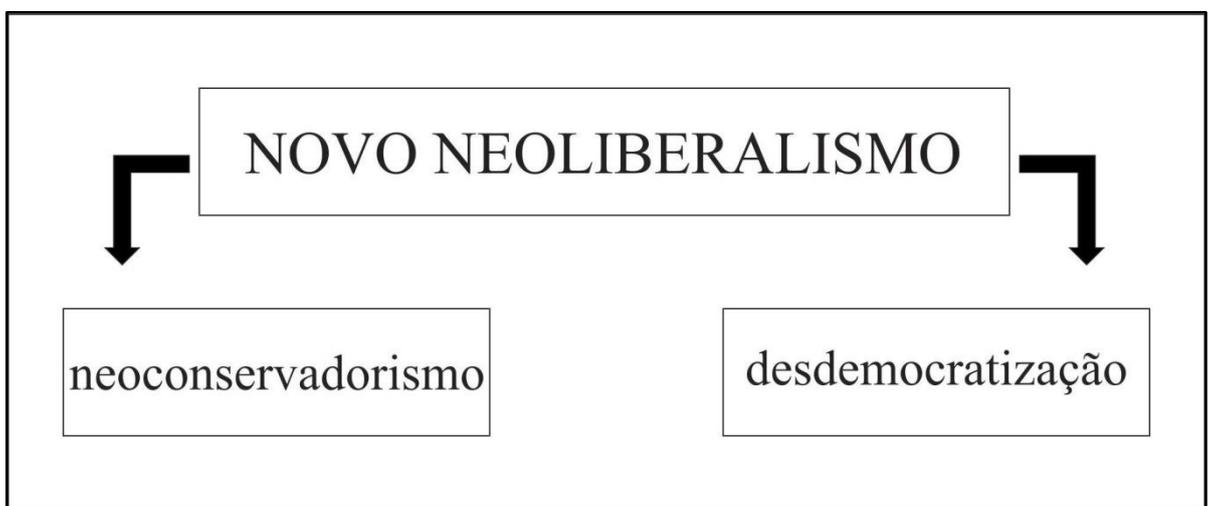
Parece contraditória a ascensão desse neoconservadorismo como um produto do neoliberalismo, uma vez que os ideais de liberdade do liberalismo não se encaixam com a ideia de autoridade do pensamento conservador. No entanto, esse neoconservadorismo serve muito bem para legitimar a desintegração de conquistas democráticas e de direitos que são incompatíveis com o Estado mínimo liberal contemporâneo. Esse neoconservadorismo é fundamentado em um pensamento que tem origem na reação ao Estado de bem-estar social, à contracultura e à nova esquerda do pós-Segunda Guerra e que entende as diferenças de classe, raça e gênero como naturais e inerentes à ordem social. Por isso esse pensamento é funcional à atual fase do capitalismo financeirizado porque é um discurso que legitima a naturalização das desigualdades (ALMEIDA, 2018).

Para este pensamento, a intervenção do Estado minimizaria essas diferenças, o que afetaria a ordem natural das coisas e levaria a uma degradação social e cultural. Por isso, no cerne deste pensamento neoconservador está a intolerância e os ataques aos grupos como mulheres, negros e negras, indígenas e comunidade LGBTQIA+. Além disso, há uma repulsa à ação do Estado no que se refere às políticas sociais, ações afirmativas e ampliação de direitos que mitigariam as desigualdades. Essas políticas são lidas como ameaças à ordem natural (ROLNIK, 2018).

Assim, a crise financeira de 2008 mundial, que exigiu uma reorganização do capitalismo, inaugurou um período de rupturas democráticas e institucionais necessárias ao bom funcionamento desta engrenagem que, conforme ilustrado na Figura 01, conecta neoliberalismo, neoconservadorismo e desdemocratização, que é a corrosão das instituições democráticas. Essa corrosão não se dá como os antigos golpes militares, mas, como no caso do Brasil, por meio de um

golpe político/judiciário/midiático que permitiu a ascensão de Michel Temer à presidência e, posteriormente, a eleição de Bolsonaro, governos responsáveis pelo congelamento dos investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos e pelas reformas trabalhista e previdenciária. O Brasil é um exemplo de como a desdemocratização se dá por dentro do marco político e legal (DARDOT, LAVAL, 2019).

Figura 1: Novo neoliberalismo, neoconservadorismo e desdemocratização



Fonte: Elaboração própria

Na medida em que potencializa as desigualdades, o novo neoliberalismo fragiliza a democracia. O discurso pós-democrático é anti-humanista, antifeminista, antipopular, antiliberal e, sobretudo, autoritário, manifestando um desejo de violência coletiva, como, no caso do Brasil, a volta da ditadura militar. Além disso, há o sequestro da política pelo poder econômico, que passa a ditar as regras por meio das grandes corporações e agências internacionais, esvaziando a democracia de conteúdo, porém, sem sua extinção formal. Também contribuem para este esvaziamento o discurso anticorrupção que justifica os ataques às instituições e aos governos, o discurso antipolítica que alimenta a rejeição aos partidos, aos políticos e às instituições e o discurso de ódio que justifica a eliminação do outro. Combinados, esses discursos justificam os atos autoritários e os ataques à democracia, à política e às próprias instituições democráticas, tudo isso, tendo a nova versão do



neoliberalismo como a principal força desdemocratizante (BALLESTRIN, 2018).

Diferente do que acontece nas ditaduras, o processo de desdemocratização é conduzido por lideranças eleitas que vão corroendo a democracia em etapas que chegam a ser pouco visíveis. Com a desculpa de tornar o judiciário mais eficiente ou combater a corrupção, as instituições vão sendo corroídas de forma quase imperceptível. As demandas democráticas são incompatíveis com os interesses do mercado, assim, seja por meio de contra-reformas, do corte nos gastos sociais e do enfraquecimento das instituições, os laços entre o capitalismo neoliberal e a democracia vão sendo desfeitos.

Ou seja, esse contexto evidencia que tanto o neoconservadorismo quanto a desdemocratização são produtos do neoliberalismo contemporâneo e que representam um ataque não só à democracia, mas aos direitos humanos e, de forma especial, um ataque aos direitos das mulheres, tanto pela política econômica do Estado mínimo, quanto pela racionalidade neoliberal. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar como essa racionalidade conservadora impõe constrangimentos ao debate sobre a igualdade de gênero e serve como legitimador da perda de direitos e como a desdemocratização atinge e limita a luta das mulheres por direitos e igualdade. Para isso, além dessa seção introdutória, o trabalho ainda aborda o histórico de lutas feministas, de que forma o conservadorismo e a desdemocratização atuam neste sentido e, por fim, como essas pontas se conectam e os resultados que produzem.

A Agenda De Gênero Nas Políticas Públicas

O movimento de mulheres, no Brasil, desde a década de 1970, atua na luta por direitos civis por meio de uma legislação igualitária. Além disso, a agenda de gênero naquele período também estava centrada na democratização. A partir dos anos 1980, o processo de redemocratização incluiu novos atores na arena política e novos temas na agenda pública. Assim, o movimento de mulheres abriu um processo de diálogo com o Estado com o objetivo de pautar as políticas públicas que atendessem às necessidades das mulheres, sobretudo nas pautas relacionadas à saúde, sexualidade e violência contra a mulher (BARSTED, 1994).

Na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas com recorte de gênero como a Delegacia dos Direitos da Mulher e o Conselho



Nacional dos Direitos da Mulher. A mobilização das mulheres também foi determinante para que fosse criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Com a bandeira Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher, as mulheres também participaram da construção de propostas para a nova Constituição. Propostas que incluíam temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra foram incluídas na Constituição de 1988 (FARAH, 2004).

O foco estava na transformação e na superação da desigualdade, substituindo o assistencialismo pelas estratégias orientadas pela perspectiva de gênero como a igualdade de oportunidades. A aprovação de demandas próprias das mulheres no código civil permitiu a participação das mesmas nas arenas políticas e também abriu espaço para a atuação do movimento de mulheres por dentro do Estado, assunto que ainda hoje gera divergências, mas que não será aprofundado neste trabalho.

Na década de 1990, a participação do movimento de mulheres nas arenas políticas favoreceu o incremento da pauta de gênero, propondo a transversalidade nas políticas em diferentes dimensões: política, econômica, cultural e social, trazendo também a discussão sobre a regulamentação de temas como o divórcio, o aborto, contracepção, desigualdade salarial, formas de violência, ou seja, ações que modifiquem as condições de vida e proporcionem mais autonomia para as mulheres, transformando as relações de gênero e os papéis sociais de homens e mulheres.

A partir da plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e da compreensão de que as mulheres dos países em desenvolvimento eram as mais atingidas pela intensificação da pobreza nos anos 80, a proposta da conferência era de que as políticas sociais tivessem as mulheres como prioridade. Neste sentido, a trajetória do movimento de mulheres no Brasil, na virada para o século XXI constitui-se uma nova agenda com a perspectiva de gênero que tinha como prioridades medidas preventivas e repressivas da violência contra a mulher; Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com ações voltadas ao controle de ISTs, prevenção do câncer e planejamento familiar; programas de atenção integral aos direitos das meninas e adolescentes com ênfase na exploração sexual, prostituição e drogadição; programas de geração de emprego e renda voltados à capacitação, organização, criação de empregos e



microcrédito para pequenos negócios; acesso à educação, reformulação dos livros didáticos para eliminar qualquer forma de discriminação às mulheres, capacitação das professoras e professores para trabalharem com a perspectiva de gênero, além da ampliação do acesso a creches e pré-escola; garantia de direitos trabalhistas e ampliação de equipamentos sociais para a redução da carga de trabalho doméstico não remunerado; construção de equipamentos públicos urbanos como creches e serviços de saúde, habitação e infraestrutura de saneamento básico, levando em consideração a centralidade do papel das mulheres na reprodução da vida, além da garantia de acesso a títulos de propriedade; garantia de direitos às mulheres da zona rural no que se refere às políticas de distribuição de terras, reforma agrária, crédito e apoio à produção rural; incorporação da perspectiva de gênero de forma transversal em todas as políticas públicas e não apenas em políticas pontuais e específicas; abertura e ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão, criando condições de autonomia para que elas participem como sujeitos ativos e passem a decidir sobre suas próprias vidas (FARAH, 2004).

Nos anos 1990, a ascensão das políticas neoliberais representou um grande retrocesso no que se refere às políticas sociais e de ampliação da cidadania, um processo que foi muito prejudicial aos setores mais vulneráveis da sociedade, especialmente para as mulheres, uma vez que repercutiu na perda de um importante espaço que vinha sendo conquistado na agenda pública. As mudanças ocorridas com a reconfiguração do capitalismo nos anos 1990 combinadas com o processo de financeirização do capital e com as políticas neoliberais resultaram em mudanças importantes nas políticas sociais, a partir da crise do Estado e da redução da capacidade de investimento, mas também pela prioridade dada para a eficiência do Estado e para o corte de gastos com redução significativa na capacidade de investimento em políticas sociais (CISNE, GURGEL, 2008).

Assim, o Brasil entra na década de 1990 marcado pela combinação entre uma democracia ainda em construção e um processo de aprofundamento das políticas neoliberais com a inserção subordinada do país ao capitalismo global. Ainda na década de 1990, não apenas a redução do Estado, mas também o processo de globalização e da multilateralidade das relações internacionais abriu espaço para o crescimento do que se convencionou chamar sociedade civil global, com um papel determinante das Organizações Não Governamentais (ONGs), que passaram a contar fortemente com o apoio das agências governamentais e dos órgãos de



financiamento internacional. Se por um lado essas organizações se tornaram os elementos principais na luta por políticas de inclusão, por outro lado, elas contribuíram para o processo de despolitização do Estado e de desestatização das políticas sociais e de igualdade. Assim, muitos direitos passam a ser implementados de forma temporária e pulverizada, ferindo o princípio da universalidade das políticas públicas (FERREIRA, 2004; CINSE, GURGEL, 2008).

Já nos anos 2000, com a retomada de uma agenda crítica e com o enfrentamento ao neoliberalismo se iniciou um processo de rompimento com a institucionalização da década anterior. Entre os principais avanços conquistados no período, estão a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), A realização da I, II e III Conferência Nacional para as Mulheres (2004, 2007 e 2011), A aprovação da Lei Maria da Penha (2006), a criação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2007) que deu origem a programas como o disque 180, criação de abrigos temporários e centros especializados de atendimento, juizados e varas especializadas em violência doméstica, assim como a unidade móvel de atendimento às mulheres rurais em situação de violência. Além disso, foram criados, no âmbito do governo federal, 15 comitês de gênero com políticas transversais em 39 ministérios. Ainda na primeira década dos anos 2000 foi criada a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Federal (2009) (GUZMAN, 2000; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2011b)

No entanto, desde 2016, com o golpe contra a presidente Dilma, o país sofre com o desmonte do que foi construído. Desde a extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, passando pela tentativa de retomada de Projetos de Lei que criminalizam o aborto, que proíbem a discussão de gênero nas escolas e nos planos de educação, a retirada de termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária e da Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos penalizam, sobretudo, as mulheres.

A partir de 2018, a eleição de Jair Bolsonaro inaugurou uma ofensiva anti-gênero no Brasil. A nomeação da Pastora do Evangelho Quadrangular, Damares Alves, para o recém criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, deixou evidente o viés ideológico conservador do novo governo. Desde então, há o aprofundamento dos tensionamentos e inflexões no que se refere à política de gênero no Brasil. O presidente inviabiliza o debate tanto pelos seus discursos, quanto pelas



suas práticas que naturalizam e reforçam as desigualdades e os estereótipos. Seja por meio dos discursos misóginos ou por meio de suas políticas como o corte nos programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Ao invés disso, faz incentivo a política de liberação do porte de armas de fogo e faz uma redução orçamentária de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões no ministério, que gerou o corte drástico do investimento nas políticas de combate à violência (FERREIRA, TRIBOLI, 2020).

A precarização da vida das mulheres tem se agudizado nos últimos anos, a partir da eleição de Bolsonaro, pela legitimação da violência e da política de morte imposta pelo Estado, seja pela falta de proteção social e de direitos, pela invisibilização, pela apologia às armas e pelo empoderamento do machismo e da misoginia.

Esse governo de viés totalitário e antidemocrático distribui o direito à vida àqueles que ele elege como aliados, que são os representantes do discurso neoconservador e uma parcela da sociedade que se alinha a esses valores. No que se refere à questão de gênero, o Estado viola as mulheres de diversas formas: negando o direito ao aborto, cortando investimentos das políticas de prevenção à violência e ao feminicídio, quando nega a distribuição de absorventes a mulheres em situação de vulnerabilidade e nos discursos misóginos do presidente como “não te estupro porque tu não merece”, dirigido a uma parlamentar ou quando ele diz que a filha é fruto de uma “fraquejada”. Ou seja, um processo que está atrelado não só ao desmonte das políticas públicas, mas também ao elogio da violência e do machismo. Desta forma, um ataque constante à vida e aos direitos das mulheres. (AMARAL, OLIVEIRA, 2019).

Assim, resta evidente que, neste momento, está em curso um capitalismo ainda mais autoritário e antidemocrático que emerge com uma política neoliberal diferente dos anos 1990, com um projeto de capitalismo financeirizado e ataques à democracia que agudizam o conflito entre o capital e a vida a partir da ascensão da extrema-direita, no Brasil. Neste modelo as políticas neoliberais são marcadas pela privatização, pela austeridade, pela desigualdade do livre comércio e pelo Estado mínimo, mas associado a uma ofensiva conservadora, autoritária e antidemocrática a partir de uma agenda moral e de costumes.



A Ofensiva Do Neoconservadorismo Via Ideologia De Gênero

Nos anos 1990 tomou corpo, no âmbito das Nações Unidas, a chamada “ideologia de gênero” que, atualmente, reverbera como justificativa aos ataques às políticas com recorte de gênero e do respeito à diversidade sexual. A chamada “ideologia de gênero” tem origem nos setores mais conservadores da igreja católica a partir de uma leitura equivocada e distorcida das teorias e do uso inadequado dos estudos de gênero. Esse ativismo religioso reacionário se espalhou por dezenas de países mobilizando a sociedade para o combate a um inimigo imaginário, que era a perspectiva de gênero, e teve repercussões importantes no que se refere à interdição do debate sobre gênero, sexualidade e igualdade (JUNQUEIRA, 2017).

Não há um consenso no que se refere ao ponto de partida dessas disputas, mas a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo (1994), a IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim (1995) e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO 92), são considerados momentos chave para o início dessa discussão, quando o termo gênero passa a ser motivo de disputas e de oposição pelos setores mais conservadores. Na IV CMM, uma organização da direita católica norte-americana, chamada de Coalizão de Mulheres pela Família, elaborou e distribuiu uma cartilha segundo a qual as feministas tinham como objetivo reivindicar a existência de cinco gêneros. Ainda em 1998, o Papa João Paulo II, na encíclica intitulada Sobre a dignidade e a vocação da mulher lembrava sobre o papel da mulher na maternidade, no casamento e na sociedade, demonstrando preocupação com a família tradicional e a verdadeira feminilidade (CORRÊA, 2018; SOUZA JÚNIOR, 2019).

Mais tarde, entre 1999 e 2000 a igreja deliberou que a categoria gênero além de ser vazia de significado remetia à homossexualidade, pedofilia e perversão sexual. A partir deste momento, a ofensiva anti-gênero se intensificou em cartilhas e documentos que denunciavam o perigo da utilização do termo. Mais tarde, em diferentes momentos, a igreja católica voltou a se manifestar sobre o que chama de “ideologia de gênero”, refutando o gênero enquanto construção social, a orientação sexual não heteronormativa, reafirmando papéis e as hierarquias entre homens e mulheres (CORRÊA, 2018).



O termo foi criado pela igreja católica por meio do Conselho Pontifício para a Família com o objetivo tanto de resgatar o espaço da igreja na sociedade, quanto de conter o avanço de políticas para mulheres, pessoas não-heterossexuais e dissidências de gênero. Além disso, tem como pressuposto reafirmar as concepções tradicionais de família, maternidade e sexualidade que reforçam a lógica heteronormativa. Desta forma, a ideologia de gênero se transformou em um potente catalisador contra políticas sociais, reformas jurídicas e educacionais e direitos sexuais, assim como serviu para legitimar a violência e a discriminação contra esses grupos (JUNQUEIRA, 2017).

A expressão serve como um subsídio retórico em torno do qual se organizam discursos e estratégias de mobilização política como parte de uma ofensiva reacionária de disputa nas arenas das políticas públicas. Esse discurso tem o potencial de engajar uma parcela da sociedade mobilizada em torno dos retrocessos no que se refere às políticas de igualdade e de direitos humanos, sobretudo no que diz respeito às políticas de gênero e sexualidade. Esses discursos criam uma espécie de pânico moral ao pôr a família tradicional sob ameaça, reafirmam hierarquias sexuais, além de rechaçar arranjos familiares não heteronormativos (BIROLI, 2020).

Conforme esses grupos religiosos, o gênero é um conceito que serviria a interesses ideológicos para promover uma revolução sexual que teria como conseqüências o desmantelamento das relações familiares e da coesão social, além do derretimento dos valores morais da sociedade. Assim, feministas, ativistas e organizações políticas de esquerda estariam empenhados em difundir a ideologia de gênero, extinguindo as diferenças naturais entre homens e mulheres e também de orientação sexual.

Desde então, em diferentes contextos e de diferentes formas, uma verdadeira cruzada foi iniciada nas arenas internacionais contra a agenda política da igualdade de gênero e que, atualmente, se manifesta de forma mais presente na América Latina e Europa. No caso do Brasil, o discurso da ideologia de gênero e o combate à agenda política da igualdade encontraram terreno fértil na ascensão do bolsonarismo. Mas foi na Câmara Federal que o termo ganhou notoriedade pela promoção do Programa Brasil sem Homofobia e pela inclusão do combate à discriminação de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE , 2011 – 2020) (TEIXEIRA, 2019).



Dessa forma, a ideologia de gênero e seus representantes são os inimigos a serem combatidos e essas disputas incidem, principalmente, nas políticas de educação como, por exemplo, com o movimento para a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação, assim como dos planos estaduais e municipais e pela intimidação promovida nas escolas por meio de notificações extrajudiciais com o objetivo de impedir as discussões sobre gênero e sexualidade em sala de aula. Essas ações contam com o respaldo das bancadas evangélicas no congresso nacional e por meio das alianças formadas por evangélicos, católicos ortodoxos e outras organizações conservadoras que se empenham em barrar a discussão sobre a igualdade de gênero e, até mesmo, direitos humanos, se utilizando de argumentos distorcidos (REIS, EGGERT, 2017).

Assim, o discurso da ideologia de gênero serve como o lastro para o neoconservadorismo pôr sob ataque: as pautas progressistas, os direitos sociais e as políticas públicas com recorte de gênero, encaixando na democracia representativa um autoritarismo com viés fundamentalista, que tem como objetivo não só enfraquecer as pautas progressistas, mas reforçar a ideia de que as desigualdades são naturais e que mexer nessas estruturas resultaria em caos social e desmantelamento da família e da ordem natural das coisas.

A chamada “ideologia de gênero” é uma estratégia discursiva das políticas antigênero, que permite a ascensão de uma direita autoritária que cria inimigos imaginários a serem combatidos por meio do racismo, do sexismo e da misoginia. Dessa forma, conseguem o respaldo de uma parcela da sociedade para o desmonte das políticas públicas, promovendo uma regressão histórica no que se refere aos direitos já conquistados, mas também autoriza e legitima a violência e a intolerância (LIMA, 2018).

É um discurso que instrumentaliza o medo contra “ideólogos de gênero”, contra os jovens da periferia, contra os “invasores de terra”, contra os “invasores de prédios públicos”, contra pessoas em situação de rua, gays e travestis, contra os quais se constrói a imagem de pedófilos e mulheres feministas lidas como radicais e abortistas (BENTO, 2018, p. 14).

Dessa maneira, esse discurso se transforma em uma estratégia política capaz de organizar a atuação de diferentes atores e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios discursivos para a mobilização popular. Assim, católicos e evangélicos se unem contra os avanços no que se refere à igualdade de gênero e à diversidade sexual contando com o apoio de atores



de diferentes segmentos, seja do direito, da saúde ou mesmo da política, além de militares e organizações empresariais. O que esses atores têm em comum é que eles instrumentalizam a moral sexual em defesa da família nuclear heteronormativa e funcional à reprodução biológica em que as famílias devem ser autônomas em relação à educação das crianças e também em relação aos aspectos econômicos, em um contexto de extrema desregulamentação, privatização e desmantelamento dos direitos sociais no Brasil (VAGGIONE, MACHADO, BIROLI, 2020).

O discurso da “ideologia de gênero” atribui valores distintos a homens, mulheres, homossexuais e heterossexuais, legitimando hierarquias e, inclusive, justificando a violência. No caso do Brasil, especificamente, a eleição de Jair Bolsonaro é bastante sintomática no que diz respeito a este processo de ascensão do neoconservadorismo. Ao longo de 30 anos de atividade como parlamentar, Bolsonaro ganhou notoriedade pelo discurso autoritário e truculento, contra os direitos humanos e em defesa da ditadura militar. Em 2018, sua cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”, contra a diversidade sexual, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a educação contra a homofobia. Neste sentido, ganha destaque às notícias falsas produzidas e amplamente disseminadas pela sua base de apoio, sobre um suposto “kit-gay” que teria sido distribuído nas escolas pelos governos de esquerda (VAGGIONE, MACHADO, BIROLI, 2020).

Essa cruzada contra a “ideologia de gênero” e o “kit-gay”, bem como seu discurso anticorrupção lhe deram visibilidade e proporcionaram alianças com religiosos e conservadores. É notório que, em 2018, as principais manifestações contra a eleição de Bolsonaro foram organizadas por mulheres que levaram milhares às ruas de todo o país no movimento “#EleNão”, organizado por meio das redes sociais. O movimento tinha como pautas principais a democracia, a defesa da vida das mulheres, o combate à homofobia e ao sexismo. No entanto, mais uma vez, a base bolsonarista mobilizou notícias e imagens falsas dos protestos, buscando desqualificar e estigmatizar não só as mulheres, mas o movimento de mulheres, de forma geral.

Após esse episódio, a eleição de Bolsonaro permitiu a entrada massiva de líderes religiosos e conservadores no poder Executivo, o que repercutiu em retrocessos significativos como o descumprimento de diretrizes da ONU (2018) no que se refere ao combate às discriminações e na tentativa de criminalização da luta em defesa do direito ao aborto. Ou seja, sob o pretexto de proteção à família e às crianças, a chamada



“ideologia de gênero” é a justificativa para o ataque não só aos direitos, mas à própria vida de mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

Considerações Finais

A título de conclusão, é importante mencionar que qualquer período de avanço nos direitos das mulheres é sucedido pelo que Flaudi (2001) chama de backlash e que impõe um retrocesso às conquistas e avanços das mulheres, nos impondo recomeços contínuos. A crise econômica de 2008 interpelou o então modelo capitalista/neoliberal vigente e impôs a necessidade do sistema se reinventar. Assim, emerge o novo neoliberalismo, pautado não só pela agenda econômica, mas também pela agenda de costumes. Neste sentido, podemos dizer que o neoconservadorismo e a desdemocratização são como produtos dessa racionalidade neoliberal, que se apóiam na “ideologia de gênero”, com o intuito não apenas de aprofundar a austeridade e a redução drástica do Estado, mas também de produzir inimigos imaginários que sirvam como justificativa ao autoritarismo e à violência necessárias a esta nova ordem.

Seja pela violência física ou simbólica, as mulheres se constituem em um dos grupos mais atacados e afetados pela ascensão da extrema direita, representante desse novo neoliberalismo no Brasil. Por meio da retirada de direitos, da redução nos investimentos em políticas públicas ou pelo discurso de ódio que legitima a violência, o estupro e até mesmo a morte, as mulheres que buscam construir formas de resistência, sobretudo pelos movimentos de mulheres, se tornam inimigas do Estado e das famílias. Assim, o discurso que defende a ordem natural das coisas e a família tradicional (patriarcal e heteronormativa) legitima a eliminação daqueles e daquelas que representam um risco a este modelo.

É fundamental pontuar que está em curso uma ofensiva que se opõe a valores democráticos básicos como a igualdade, a laicidade do Estado e o respeito à pluralidade de pensamento. Estamos diante de um sistema complexo que se retroalimenta: apoiados na necropolítica e na ideologia de gênero, a desdemocratização e o neoconservadorismo são funcionais a este novo neoliberalismo que é antidemocrático, anti-humanista, antipopular e, até mesmo, antiliberal. Um sistema que criminaliza as mulheres, os indígenas, os quilombolas, a comunidade LGBTQI, os negros e todos aqueles que defendem a democracia e os direitos humanos, desafiando a própria noção de civilidade. Assim, seja pelo discurso neoconservador de combate à ideologia de gênero ou seja pela violência



concreta que se alastra enquanto nossa democracia é corroída por dentro, as mulheres estão sob ataque.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, E. S. (Org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

AMARAL, Fernanda Pattaro; OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini C. de. Necrobiopolítica de gênero nos discursos de Jair Bolsonaro: um estudo preliminar. *Acesso Livre: Associação dos Servidores do Arquivo Nacional - ASSAN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 39-54, dez. 2019. Disponível em: <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2020/06/revista-acesso-livre-dez-2019-v02.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais -. *Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020*. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em: 12 set. 2021.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos - NIPAS/UNICEF, 1994. p. 231-270.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 18 set. 2021.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação?. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 53, p. 00-00, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511>. Acesso em: 13 set. 2021.

BIROLI, Flávia. “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-188.



BRASIL. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>

BRASIL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jun. 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960/11316. Acesso em: 13 set. 2021.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 0, n. 53, p. 00-00, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407/18506>. Acesso em: 13 set. 2021.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. *Viento Sur*. Madri, p. 5-16. jun. 2019. Disponível em: https://cdn.vientosur.info/VScompletos/vs_0164.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERREIRA, Helder; TRIBOLI, Pierre. Deputadas criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher. *Agência Câmara de Notícias*. Brasília, p. 00-00. fev. 2020. Disponível em:



<https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em: 06 out. 2021.

FERREIRA, Virgínia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Políticas Públicas e igualdade de gênero*. 8. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 77-102. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

FALUDI, S. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

G1. *Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa*. 2021. Paula Paiva Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2021.

GUZMÁN, Virgínia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam. *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2000. p. 63-85. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2000/01/Caderno-GenPP.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 25-52. Disponível em: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1. Acesso em: 7 out. 2021.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre michel foucault e achille mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. 0, p. 20-33, dez. 2018. Disponível em:



<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v70nspe/03.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas -. *Especialistas da ONU pedem fim da criminalização do aborto em todo o mundo*. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/81163-especialistas-da-onu-pedem-fim-da-criminalizacao-do-aborto-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 12 set. 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021.

ROLNIK, Sueli. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto. A influência do neoconservadorismo nos estudos de gênero no Brasil. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Belém, v. 5, n. 2, p. 55-73, dez. 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/5877/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

TEIXEIRA, Raniery Parra. *"Ideologia de gênero?": as reações à agenda política de igualdade de gênero no congresso nacional*. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35044/1/2019_RanieryParraTeixeira.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

Mujeres Atacadas: Neoliberalismo, Conservadurismo Y Desdemocratización En La Ofensiva Contra La Agenda De Género

RESUMEN: Este artículo teórico tiene como objetivo discutir la relación entre el nuevo modelo neoliberal, el conservadurismo y la desdemocratización con el retiro de derechos y los ataques a las políticas de género. Este nuevo modelo, que propone no solo una política económica, sino también una racionalidad conservadora y antidemocrática, se basa en la denominada ideología de género. A partir de una investigación bibliográfica, este trabajo conecta el nuevo neoliberalismo, sus productos (conservadurismo y desdemocratización) y subproductos (ideología de género) al servicio de un modelo que profundiza la dominación del capital sobre la sociedad y de manera más aguda y violenta sobre mujeres, imponiendo un retroceso histórico a la agenda feminista.

PALABRAS CLAVES: Neoliberalismo. Conservatismo. Ideología de género. Feminismo.

Emanuele MANTOVANI

Universidade de Santa Cruz do Sul

Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (Prosuc), modalidade 1. Desenvolve pesquisa em Microempreendedorismo e Gênero, ligada à linha de pesquisa Estado, Instituições e Democracia.

E-mail: manumantovani@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1873-8727>

Silvia Virginia Coutinho AREOSA

Universidade de Santa Cruz do Sul

Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado sanduíche em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo estudado durante o ano de 2007 no Departamento de Psicologia Evolutiva e da Educação da Universidade de Barcelona na Espanha com bolsa CAPES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7308-0724>

Recebido em: 22/02/2022

Aprovado em: 05/09/2022



ARTIGOS



A Pornografia Consumida Pelas Mulheres: Usos E Gratificações

Raquel FERREIRA, *Universidade Federal de Sergipe*

Marília Souza SANTOS, *Universidade Federal de Sergipe*

Resumo: A internet e a domesticação da pornografia abriram um importante espaço para que o gênero pudesse ser consumido cronicamente pelas mulheres, sobretudo, em função dos mais recentes movimentos que privilegiam a perspectiva das preferências, do prazer e da estética feminina na pornografia. Da profusão dessa nova dinâmica e da consolidação de um público alvo cativo, surgiu nosso interesse sobre o entendimento dos “Usos e Gratificações” da pornografia pelas mulheres. Nossa investigação aqui desvelada é um estudo indutivo-qualitativo abordado pela Teoria Fundamentada em dados (TFD) ou *Grounded Theory*, que privilegiou os motivos, usos e gratificações do consumo da pornografia pelas mulheres. Com a condução de 13 entrevistas em profundidade, descrevemos aqui dois dos principais motivos para a recepção desse produto, 1. Aconselhamento e aprendizagem e 2. Gerenciamento do Humor. Com o exame dedutivo dos conceitos surgidos dos dados substantivos, formulamos nossa hipótese teórica do fenômeno de interesse.

PALAVRAS-CHAVE: Pornografia; Usos e Gratificações; Estudo de Recepção; Mulheres; Teoria Fundamentada em Dados.



Pornografia: Gênero E Consumo

O acesso à pornografia e a materiais sexualmente explícitos se modificou ao longo do tempo e acompanhou a evolução tecnológica. Também, o que antes era rigidamente fiscalizado e até proibido de circular, hoje é de fácil acesso com o uso da Internet, possibilitando até mesmo, o compartilhamento de vídeos caseiros do gênero da pornografia.

Desde o século XIX, a procura por fotos ou escritos sexualmente explícitos acontece mundo afora, muitos deles, de início, censurados por leis e dogmas morais e religiosos. Para burlar a censura, não raro os usuários recebiam seus conteúdos pornográficos por correspondência (BAKKER; TAALAS, 2007, p. 100).

A censura, apoiada no geral em noções cristãs tradicionais, entendia a pornografia como uma representação que tinha por objetivo perverter o consumidor, um material necessariamente indecente, que “causa da decadência dos valores morais” (ABREU, 1996, p.33). Mas essa nunca foi a única denominação para a pornografia. A pornografia significou também expressões de fantasias, muitas vezes reprimidas, constituindo-se em mais em forma de divertimento, uma representação natural e inerente ao comportamento humano. De outra forma, também uma “função social, liberação, sublimação, atendimento ao gosto popular” (ABREU, 1996, p. 35).

A pornografia é hoje mais bem compreendida como qualquer material produzido com a finalidade de despertar sexualmente o público (CARROLL et al, 2016, p. 5, ASHTON; MCDONALD; KIRKMAN, 2017, p. 12), assim como uma forma de expressão em que o indivíduo pode ampliar sua compreensão sexual (POULSEN; BUSBY; GALOVAN, 2013, p. 73). Essas mais consolidadas definições sobre a pornografia enfatizam inclusive, a função da pornografia para seus consumidores e o seu papel como produto cultural, o que abre espaço para outras concepções que não o tradicional estigma de material devasso ou obsceno. Mas essas definições ainda dão conta do real uso e aproveitamento desse produto cultural pelo público? Ainda do público feminino?

Outras definições sobre a pornografia apontam para uma forma mais crítica de ver os conteúdos, como Williams (1999) e Sontag (1987)



sugerem, a pornografia se tornou um objeto que representa a dualidade de certo e errado, de libertador ou abusivo. Sontag (1987) afirma que a pornografia é vista socialmente como “uma doença a ser diagnosticada e uma ocasião para julgamento. É alguma coisa frente à qual se é contra ou a favor.” (SONTAG, 1987, p. 42).

As vozes expoentes sobre a nocividade da pornografia na sociedade se consolidaram ainda na década de 1980. Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon seguem sendo as referências no pensamento antipornografia em todo o mundo, para elas a pornografia só pode ser definida em seu sentido literal, sendo “a representação gráfica das prostitutas mais baixas” (MCELROY, 1997, p. 29).

Ao traçar uma breve linha do tempo sobre os suportes utilizados para a difusão e o consumo da pornografia, partiríamos do papel, por intermédio dos correios (fotos, livretos, contos e outros escritos com ou sem apoio de imagens), veríamos os filmes 8mm, 16mm e 35mm, as fitas VHS, os DVDs, e, após a popularização da Internet nos anos de 1990, plataformas digitais acessadas por computadores e smartphones (BAKKER; TAALAS, 2007, p. 101).

Desde que o acesso foi facilitado com a chegada da internet na década de 1990, a chamada “domesticação da pornografia” (ABREU, 1996, p. 176) afetou diretamente novas concepções pornográficas e o aumento do consumo e envolvimento das mulheres com o gênero. Como exemplo, podemos apontar Barbara Hammer, diretora norte-americana que produziu filmes pornográficos voltados para mulheres, e com o foco em uma representação mais inclusiva para as mulheres lésbicas. Ainda, a diretora sueca Erika Lust, que dá um tratamento de destaque às mulheres em seus filmes. Aqui elas são personagens principais, não objeto de prazer dos homens que muitas das vezes as tratam com agressividade e violência.

A diretora trabalha de tal modo a colocar o prazer da mulher como foco nos seus filmes, baseados inclusive, em recados deixados por suas consumidoras em suas redes sociais digitais. No Brasil, a produtora XPlastic aposta no segmento de pornografia para mulheres com a inserção de corpos fora do padrão estético encontrado no *mainstream*. Corpos como o branco, sem pelos nas áreas genitais e com cirurgias como correção vaginal e silicone são o típico padrão que é evitado nas



produções. Nessa toada, se de um lado, vimos as produções pornográficas privilegiarem a perspectiva feminina do sexo, de outro, vimos a conquista desse público como cativo.

Essas discussões sobre as definições de pornografia e qual o seu lugar na sociedade e no imaginário das pessoas foram importantes também para o surgimento de novos conceitos de pornografia e aperfeiçoamento dos já existentes. A chamada pós-pornografia apresenta um conceito feminista para as produções, onde há a tentativa de refletir sobre “o papel das narrativas do gênero pornográfico como dispositivo de cristalização de saberes/poderes sobre outros grupos que circundam à margem da sociedade patriarcal heterossexualmente (ou heteronormativamente) orientada” (BALTAR, 2015, p. 135).

Embora algumas teóricas feministas discordem que exista uma “pornografia feminista”, por acreditar que a pornografia vai sempre carregar em suas produções a exploração e a objetificação dos corpos femininos ou feminilizados, os chamados “pornôs para mulheres” tornaram-se um nicho crescente, mesmo que para algumas pessoas apenas exerçam o trabalho de ressignificar os códigos subjetivos da pornografia mainstream e o de romper com a linguagem da grande indústria (TAORMINO, 2013).

O Pornhub, um dos sites gratuitos de acesso à pornografia mais visitados na internet, revela que a plataforma recebe 75 milhões de acessos diários. De 2013 a 2021, houve um crescimento de 9% no consumo de pornografia por mulheres brasileiras. De modo geral, no mundo, as mulheres saltaram de 23% para 37% no número de pessoas consumidoras de pornografia na plataforma (ORENSTEIN, 2017). Mais intrigante, talvez, seja o fato de a Pornhub e o Redtube afirmarem que no mundo, Brasil e Filipinas têm o maior público feminino consumidor de pornografia (BBC BRASIL, 2015). Nos últimos dois anos, com o cenário da pandemia, esse número cresceu ainda mais (ver relatório Pornhub’s 8th Year in Review, 2021).

Em um ambiente mais inclusivo, com acesso facilitado aos produtos pornográficos, vemos um espaço mais atrativo a um público até então, historicamente alijado desse processo receptivo. Mas esses produtos proporcionam novos Usos e Gratificações para esse público



específico? O que buscam as mulheres com os conteúdos pornográficos? Quais as suas motivações e expectativas? Com um estudo indutivo-qualitativo, buscamos sondar essas questões que privilegiam a recepção dos produtos pornográficos pelas mulheres.

Usos E Gratificações E A Abordagem Metodológica Do Estudo

Usos e Gratificações (U&G) é uma abordagem teórica da comunicação que iniciou seu desenvolvimento na década de 1940, e se preocupa com o processo de seleção e audiência dos conteúdos midiáticos. A premissa dessa abordagem é a de os receptores possuem necessidades e desejos que podem ser gratificados com a exposição a conteúdos específicos.

É por meio das experiências e reflexões da audiência sobre os conteúdos das mídias, que ela relaciona quais materiais lhes são gratificantes ou úteis e escolhe quais materiais consumir. Assim, (1) as origens sociais e psicológicas das (2) necessidades, que geram (3) expectativas de satisfação dos (4) meios ou outras fontes, levam a audiência (5) a padrões diferentes de exposição resultando em (6) gratificações das necessidades e (7) outras consequências (BLUMLER; KATZ, 1974, p. 20).

Dessa forma, a expectativa ou motivação que impulsiona o comportamento de consumo da pornografia pelas mulheres é fundamental para suas escolhas, considerando-se inclusive, as consequências decorrentes do próprio consumo da pornografia. Nesse sentido, vimos inclusive, que muitos são os estudos psicossociais focados nos efeitos que a pornografia pode ocasionar nos seus consumidores, entretanto, a investigação das motivações para o consumo da pornografia é rara, e suas conclusões, ainda pouco consolidadas e conhecidas.

Nesse sentido, para levar adiante nosso estudo, adotamos os princípios da Teoria Fundamentada em Dados (TFD) da pesquisa social, que é uma abordagem metodológica indutivo-interpretativa que privilegia a construção teórica fundamentada nos dados substantivos provenientes dos atores envolvidos no fenômeno investigado. A TFD se assemelha com



a etnografia e a fenomenologia, em que se destaca a subjetividade da realidade construída pelos respondentes (HANNABUSS, 1996).

Suas concepções fundamentam-se no Interacionismo Simbólico, que parte da premissa de que o significado dos comportamentos, ações, práticas, crenças, motivações, interpretação das situações da vida cotidiana, resulta ou insurge da interação social que as pessoas estabelecem entre si. Em outras palavras, as práticas são entendidas como produtos sociais derivados das interações e, dessa forma, seus significados não são intrínsecos ao comportamento em si, mas aos sentidos que os indivíduos dão para eles.

O princípio primeiro da TFD é a elaboração de categorias capazes de organizar e interpretar o fenômeno em estudo, explicando suas propriedades, demonstrando suas origens e as condições nas quais as ações se manifestam (FERREIRA; FELIZOLA, 2012, p. 08). A partir dessas estruturas básicas é que desenvolvemos a construção da teoria explicativa do fenômeno ou suas hipóteses teóricas. Para a construção das categorias fonte de dados, a TFD sugere sete processos básicos: 1 - Envolvimento simultâneo na coleta dos dados e análise; 2 - Construção de códigos analíticos e categorias surgidas a partir dos dados; 3 - Uso do método comparativo constante; 4 - Avanço do desenvolvimento teórico durante cada passo da coleta de dados; 5 - Escrita de memorandos para elaborar categorias, especificar propriedades e relacionamentos, bem como a própria estrutura teórica; 6 - Saturação amostral de dados; e 7 - Condução da revisão de literatura após a análise dos dados pelo pesquisador (CHARMAZ, 2006, p. 67).

O processo de codificação divide-se em três etapas: a codificação aberta ou inicial, codificação axial e codificação teórica. Essas e outras técnicas foram fielmente empregadas para o desenvolvimento da estruturação teórica proposta em estudo. O processo de coleta de dados da pesquisa se iniciou com a aplicação de um questionário online do Google Forms para grupos distintos de mulheres com alguma ligação com a Universidade Federal de Sergipe, com o intuito de estimular a participação na pesquisa e recolher os dados iniciais das interessadas para agendamento das entrevistas em profundidade, que aconteceria a



posteriori. Todas as entrevistas foram realizadas nos anos de 2020 e 2021, por meio digital, devido a pandemia da corona vírus.

O questionário inicial foi respondido por 145 mulheres e a indicação de possibilidade de realização da entrevista contou com um total de 70 mulheres. Para a entrevista, excluímos as respondentes que se declararam menores de 18 anos, e àquelas que não indicaram nenhuma forma de contato, como e-mail ou telefone para o agendamento da entrevista. Como as entrevistadas eram todas maiores de idade, nos foi dispensado a necessidade de apreciação do projeto de pesquisa pelo comitê de ética da Universidade Federal de Sergipe, sendo então apenas recolhido junto às entrevistadas, o termo de consentimento livre e esclarecido.

Após a triagem de contatos, entrevistamos 13 mulheres que nos pareceu, com os dados colhidos, coadunar com a expectativa de saturação amostral para nossas pretensões de conhecimento. A nossa amostra se constituiu de mulheres jovens/adultas, com faixa etária dos 21 aos 39 anos, e que se declararam estudantes (3), professoras (2), autônomas (2), funcionária pública federal (1), auxiliar de produção (1), psicóloga e doula (1), enfermeira obstétrica (1), jornalista (1) e farmacêutica (1).

Tabela 1. Perfil dos Entrevistados

Idade	Cidade	Profissão	Orientação Sexual
25	Poço Verde – SE	Professora	Heterossexual
25	Aracaju – SE	Funcionária Pública	Bissexual
36	Rio de Janeiro – RJ	Professora	Bissexual
28	Araraquara – SP	Auxiliar de Produção	Bissexual
24	São Paulo – SP	Estudante	Heterossexual
21	Cachoeira – BA	Estudante	Homossexual
24	Aracaju – SE	Jornalista	Homossexual
25	São Cristóvão – SE	Autônoma	Heterossexual
26	Aracaju – SE	Psicóloga e Doula	Heterossexual
29	São Paulo – SP	Estudante	Bissexual
24	Aracaju – SE	Autônoma	Homossexual
38	Aracaju – SE	Enfermeira obstétrica	Bissexual
39	Aracaju - SE	Farmacêutica	Heterossexual

Fonte: Elaboração nossa (2021)



Nas entrevistas, exploramos temas como motivações, as razões que as entrevistadas identificam como sendo determinantes para que elas consumam pornografia por ordem de relevância. A possível origem social, psicológica e circunstancial dos motivos, condições de assistência, consequências do consumo dos materiais pornográficos, o contato inicial com a pornografia, perspectiva histórica familiar sobre o tema, modos de consumo. Também questionamos sobre os meios, tecnologias, plataformas, quais materiais mais atrativos, intensidade e frequência.

Questionamos mais detidamente sobre os conteúdos, tipos e estilos privilegiados, diferentes tipos de abordagens do sexo, formatos. Por fim, níveis de identificação e gratificação com os materiais, e, perfil da entrevistada; orientação sexual, identidade de gênero, idade, profissão, interesses e opiniões sobre o consumo de pornografia, política, felicidade e estilo de vida. Com leque tão grande de interseções possíveis com o tema do consumo da pornografia, aqui privilegiamos os resultados diretamente dados às motivações para seleção e consumo da pornografia.

Apresentação Dos Resultados

Encontramos uma variedade relativamente grande de motivações relatadas para o consumo da pornografia pelas mulheres, mas com muitos pontos em comum. Ouvimos expressões como masturbação, excitação, relaxamento, aprendizado, fuga da rotina do casal, conhecimento de novas posições, conhecimento do corpo, fuga do tédio, imaginação, entretenimento, alívio do estresse e cansaço, alívio de tensão, passatempo, distração e lazer.

A partir do processo interpretativo indicado pela TFD, organizamos os conjuntos de significados obtidos, o que nos levou a uma redução das categorias chave para melhor compreensão dos resultados.

Tabela 2. Unidades de Análise

Categoria	Motivação
Aconselhamento e aprendizagem	Aconselhamento Autoconhecimento
Gerenciamento de Humor	Excitação sexual Entretenimento / Relaxamento

Fonte: Autoras



Categoria Aconselhamento e Aprendizagem

Para as mulheres, a pornografia pode se apresentar como uma espécie de guia, onde os conhecimentos adquiridos ou os conselhos sugeridos são tomados como referências para novos comportamentos sexuais, para reproduzir cenários, vestimentas, diálogos, ou qualquer outro elemento que possa apoiar o esquema de conhecimento e autoconhecimento sexual. Aqui as mulheres afirmam despertar a atenção para seus próprios corpos, para seu prazer, bem como para o prazer e “sedução” do parceiro ou parceira.

A aprendizagem acontece de tal forma que a receptora relata poder ampliar seu leque de conhecimento direcionado ao sexo. No que diz respeito ao conhecimento do próprio corpo, as mulheres revelam observar e experimentar novas zonas erógenas, compreender toques e modos pelos quais se sentem excitadas e preparadas para o sexo. O aprendizado do auto prazer, do toque “eficiente”, foi muitas vezes evidenciado como resultado da aquisição das informações observadas.

Eu acredito que quando vejo sozinha, o que raramente acontece, mas quando acontece, é também pra saber quais os pontos do meu corpo eu sinto mais prazer e tesão, aí eu falo pro meu parceiro quais lugares que eu sinto, pra quando a gente estiver fazendo sexo, ele saiba onde me tocar.

Eu acho sim que ficou diferente (conhecimento sexual de si) depois de me dedicar a maratonar os pornôs, porque antes eu tocava meu corpo e eu sentia algo, mas eu não sabia descrever, e a primeira vez que eu tive um orgasmo foi vendo um vídeo, e aí chegou num ponto que eu não conseguia parar porque eu estava chegando no ápice com eles e eu não sabia ao certo como isso me ajudava a me conhecer (...)

A importância do apoio da pornografia para exploração do próprio corpo para o prazer sexual, bem como do vislumbre das diversas possibilidades de experiências sexuais é tido como um forte aliado para o entendimento das preferências particulares das mulheres.

Se eu tivesse visto pornô antes, eu acho que eu teria conhecido mais meu próprio corpo, saberia mais sobre tudo, porque tem coisas que eu ainda me acho muito leiga, apesar de ser meu corpo e eu ter 25 anos de idade, mas tem coisas assim que se eu ouço o nome e eu fico “nossa, é esse o nome que se dá pra isso?” Justamente por não saber. Talvez se eu, sei lá, talvez, se eu conhecesse mais meu próprio corpo, eu acredito que eu não teria engravidado, porque engravidar não era uma opção, mas assim, de tantos tabus, tantas coisas e tudo mais, eu acredito que se eu fosse mais conhecedora de tais assuntos, eu não teria engravidado aos 24 anos, que pra mim é muito cedo.



Nos relatos como o abaixo descrito, vemos algumas mulheres relacionarem suas orientações sexuais com o consumo da pornografia, fazendo uma ligação direta entre a exposição aos conteúdos e as suas “descobertas” por desejos antes não sabidos, mostrando com a pornografia tem desempenhado um papel fundamental para a reflexão da própria sexualidade.

Eu sempre tive o desejo de saber como é e tal [relação sexual entre duas mulheres] e abriu um leque totalmente diferente de visão na minha cabeça sobre como seria e tal. E aí eu falei “Hum...Acho que eu gosto disso”

Da primeira vez foi meio que uma descoberta porque, apesar das coisas não serem escondidas de mim, não tinha como acessar, como conhecer, como saber, enfim, a primeira vez que eu vi foi meio que matar a curiosidade, né. De, assim, “nossa!”. Eu fiquei com aquela impressão de que aquilo era o sexo. Hoje quando eu vejo, eu busco coisas específicas, que eu sei que me excitam porque eu já tenho um conhecimento do meu corpo, da minha sexualidade.

A pornografia, de uma forma geral, contribui para a exploração dos gostos pessoais que envolvem o sexo, o que conseqüentemente contribui para o melhor relacionamento sexual com um (a) parceiro (a). Uma vez que essas mulheres entendem o que mais lhe proporcionam prazer, elas podem compartilhar e envolver seus parceiros ou suas parceiras em situações e comportamentos que contribuam para uma melhor experiência sexual.

Depois que eu perdi a virgindade eu procurava (vídeos) pra saber mais, ter mais experiência. Não que as pessoas fazem assim, mas ver o que eu poderia experimentar. Depende muito da pessoa e do quão a fim eu estou da pessoa pra eu experimentar aquilo. Não é raro a gente compartilhar essas experiências.

Eu assisto com minha parceira para a gente conversar um pouco sobre aquilo também, as vezes pra praticar, mas também pra falar daquilo porque é interessante, é um tema que é interessante, não só pra gente fazer, mas pra gente conversar, eu gosto justamente de conversar sobre isso.

Eu assisto alguns vídeos e tento trazer para minha realidade, eu vejo o que vou sentir prazer e posso fazer e o que eu não vou sentir prazer, aí eu já descarto.



O consumo por autoconhecimento e aprendizagem é uma categoria que se mostra fundamental por proporcionar à consumidora uma outra relação consigo e a prática sexual relacional, a partir de novas referências e perspectivas. A pornografia ressignifica o entendimento das consumidoras em relação ao prazer, seu, e do(a) parceiro(a), performance, possibilidades de acessórios, apetrechos e ações voltadas para o universo do sexo e da sexualidade.

Categoria de Gerenciamento de Humor

A categoria de gerenciamento de humor representa a busca do manejo dos estados de humor das mulheres. Tal manejo é decorrente da excitação ou estimulação simpática do sistema nervoso autônomo que pode ser modulada por meio da exposição aos produtos pornográficos.

Zillmann (1985), um dos propositores da ideia do “gerenciamento do humor”, diz que os conteúdos midiáticos possibilitam considerável excitação através dos seus estímulos próprios, manifestando-se no “domínio simpático do sistema nervoso autônomo”, e entre outras coisas, produz “reações afetivas” (1985, p. 228). Essas reações são os sentimentos de alegria, entusiasmo, ânimo, empolgação, diversão, tensão, bem como de apaziguamento, relaxamento, encantamento, arrefecimento da tensão e aborrecimento.

Qualquer conteúdo midiático tem a princípio, potencial de produzir tais resultados nos seus receptores. Sua denominação designa-se a uma força unitária que energiza ou intensifica as manifestações corticais e autônomas (estimulando em destaque, reações afetivas) iniciando, neutralizando ou alterando os estados de humor do receptor. (ZILLMANN, 1991a, p. 104-105).

A ideia fundamental do processo seletivo dos conteúdos baseado na regulação do humor é a de que a atratividade dos conteúdos conecta-se com as chances deles ajudarem os receptores a escapar emocionalmente dos seus respectivos estados de excitação indesejável. Aborrecidos e entediados, por exemplo, acabam mais por se expor aos conteúdos que alteram suas disposições iniciais para um estado mais intenso (das atividades autônomas destacadamente), com a busca de conteúdos de ação, aventura, animação, comédia, espionagem, terror, suspense, sensualidade e erotismo, como vimos em pesquisa, ou qualquer coisa que subjetivamente proporcione ao receptor, fuga do seu estado de humor inicial.



As mulheres em pesquisa relatam procurar pornografia por entretenimento, diversão, fuga do tédio, entre outros argumentos que remetiam à intensificação das manifestações corticais e autônomas, buscando alterar seus estados iniciais de humor:

Eu vejo apenas vídeos e é mais como forma de entretenimento. É, literalmente é uma forma de entretenimento. Acho que tipo, pra mim é uma coisa muito simples, por mais que seja uma forma de entretenimento um pouco sádica. Eu acho um pouco sádica. Mas tipo, é uma coisa que mexe bastante com meu intelecto e que... não sei... mexe, sabe? Não consigo parar de ver.

Normalmente quando eu tô em casa sem fazer nada, ou então enquanto eu tô esperando baixar um jogo ou um filme de outro conteúdo. Aí eu assisto, enquanto fico esperando baixar. Não tem nenhum gatilho específico não. É um passatempo para não me aborrecer com a atividade chata de esperar.

De outra forma, esses conteúdos em tela possibilitam às mulheres outros estados de humor que não o inicial. Assim como a telenovela, telejornal, programas de auditório, a pornografia também é tida como uma opção para o gerenciamento do humor. Segundo o autor, estressados acabam no geral por escolher programas cujos estímulos são percebidos como neutralizadores dos seus estados de tensão (em destaque as reações afetivas), isso segundo a lógica de que certos conteúdos podem ocasionar um efeito subjetivamente calmante, como um conteúdo romântico, fantasioso, musical, ou qualquer um que subjetivamente proporcione a redução do seu nível de excitação inicial, assim como visto em estudo com a pornografia (ZILLMANN, 1985, p. 230).

Na pesquisa, os conteúdos pornográficos também se mostraram aptos para estimular reações afetivas que reduzem o estresse, a tensão do dia-a-dia, ansiedade, proporcionando relaxamento e alívio das tensões:

Às vezes eu tô me sentindo meio tensa e os vídeos me ajudam a ficar menos tensa, relaxar o corpo. Eu distraio a mente dos problemas do meu dia (...)

Leio quando eu tô sozinha... Me relaxa, porque aí se eu gozo, vem aquele pico e me relaxa e eu acabo dormindo ou vou fazer minhas coisas, depende do momento que eu estou assistindo ou lendo.



Depende do momento. Assim, eu gosto muito do erótico normalmente, mas o pornográfico tem lá os seus momentos, quero esvaziar a mente, quero relaxar e é isso. Então depende do momento.

Desse modo, o que vimos foi o uso da pornografia para a “experimentação de reações afetivas” que levam o seu consumidor a um equilíbrio emocional interno. Nesse sentido, Zilmann nos explica, apoiado em estudos endocrinológicos, que uma pessoa que retorna ao lar de um dia de trabalho tenso ou aborrecido, acaba por manter um alto nível de excitação inapropriada (ZILLMANN, 1991a: 106-107).

Também que a “condição condutiva de tal estado é psicológica, podendo ser identificada como uma preocupação cognitiva continuada sobre os eventos responsáveis pela experiência de estresse”. A interrupção de tal processo pode ser conduzida por qualquer forma de estimulação recreativa (que não necessariamente assistir à pornografia), ocasionando um efeito benéfico de redução e alívio dos níveis de perturbação do receptor.

Uma das razões para que tal mudança ocorra, conduzida para níveis considerados como apropriados ou próximos do excelente de excitação (níveis menores de estresse, tédio, entre outros), se encontra na capacidade da pornografia fornecer estímulos variados que envolvem e absorvem o seu receptor conduzindo-o para outro estado alternativo de emoções e de humor.

Paralelamente, as mulheres também demonstraram buscar com a pornografia, um segundo tipo de excitação, mas agora sim, a sexual, um dos usos mais óbvios e largamente relatado em estudo. A assistência dos conteúdos pornográficos estimularia reações neuropsicofisiológicas (SILVA, 2011), estado de preparação fundamental para a prática do ato sexual.

A gente (a entrevistada e o companheiro) teve um dia cansativo e estressante e a noite a gente quer transar, mas a gente tá meio desestimulado, aí ele fala “então vamos assistir um vídeo curto pra ver se vai estimular”. Sempre estimula, a gente vai assistindo e olhando o que estão fazendo e daí rola o sexo.

O motivo é a excitação, a busca de excitação. No momento em que eu busco prazer sozinha eu acesso plataformas gratuitas de vídeos.



O consumo aqui acontece pelo desejo de modelar uma alteração que pode culminar com o estado de preparo da mulher para o ato sexual a partir do seu excitamento.

Discussão Dos Resultados E Considerações Finais

As duas categorias motivacionais foram suportadas pelo estudo dedutivo desenvolvido por uma revisão narrativa do tema, conforme indica a TFD. Na categoria Aconselhamento/Aprendizagem, vimos as receptoras selecionarem conteúdos pornográficos baseando sua escolha na avaliação dos estímulos que iriam proporcionar uma informação valiosa sobre a própria sexualidade, no geral referenciada à sexualidade do outro: "Uma vez descobri como usar pornografia e certas experiências para transformar desejo em um orgasmo auto-gerado" (PALAC, 1998). Para os usuários, é um meio valioso de se educar sobre sexo (BOIES, 2002; CHOI e NICOLSON, 1994).

Chowkhani (2016) em seu estudo sobre como as mulheres consomem pornografia na Índia urbana, também descobriu que as mulheres procuram entendimento sobre sua sexualidade, seus corpos e seus desejos sexuais. A pornografia é aqui tida como uma possibilidade de compreensão da atividade e das relações sexuais, das concepções físicas e afetivas, da experiência de excitação, e das potenciais atitudes a serem adotadas, refutadas e adaptadas em relação ao sexo e ao parceiro (a) sexual.

No estudo de Durham, por exemplo, as referências da mídia tornaram-se parte das conversas das meninas sobre uma série de questões como sexualidade ou imagem corporal, como uma maneira de reforçar uma visão particular da "feminilidade" e "heterossexualidade". As jovens usariam o sexo da mídia para refletir a respeito, tomar uma posição e construir uma personalidade afetiva e sexual (ATTWOOD, 2005).

Os repertórios de práticas e comportamentos seriam as referências para criação e manutenção de identidades individuais e grupais, e apoiaria o desempenho e exibição de gênero e sexualidade. A escolha da pornografia inclusive baseia-se na visão da sexualidade como uma forma



de "escolha cultivada" desenvolvida por meio de "preferências e estilo de vida". Assim, os contextos de consumo da pornografia são compreendidos, aceitos ou refutados, policiados e eventualmente incorporados em novos comportamentos.

Quanto ao uso da pornografia dentro de um contexto relacional, também vimos muitos estudos apoiarem a ideia de "busca de conexão com o par", para discutir desejos e interesses sexuais seus e do parceiro, introduzir novas ideias para a relação sexual. Os casais que explicitamente usavam pornografia juntos buscando aprimorar seu relacionamento sexual tendiam a relatar o encontro de uma ferramenta para facilitação da comunicação sobre seus gostos e preferências sexuais (DANEBACK et al., 2009).

Também tal prática proporcionaria um clima erótico, o que facilitaria a expressão sexual dos envolvidos. Para se conectar com um parceiro sexual, as mulheres de um estudo falaram sobre o uso de pornografia on-line para iniciar conversas sobre desejos e interesses sexuais e introduzir novas ideias em seus relacionamentos sexuais: "Acho que é apenas uma espécie de conversa aberta, você se sente mais à vontade com a pessoa com quem você está". "É muito mais fácil olhar para alguém fora do seu relacionamento e dizer - veja essa pessoa fazendo algo que eu não acho atraente, em vez de dizer - você está fazendo a coisa errada." "É uma ferramenta" (MCKEOWN; PARRY; PENNY, 2017).

Na categoria Gerenciamento de Humor, vimos receptoras selecionarem conteúdos pornográficos baseando sua escolha na avaliação dos estímulos que as trariam para um (1) equilíbrio interno, ou mesmo para a (2) preparação da prática sexual, isso porque, os conteúdos se conectam com a possibilidade de fazer com que as receptoras "escapem emocionalmente dos seus respectivos estados de excitação indesejável" ou "as ponham no estado de excitação sexual".

Em revisão, observamos muitos relatos que consolidam a ideia que a pornografia melhora o humor do usuário, seja para aliviar o estresse e a ansiedade, relaxar ou escapar dos problemas diários. Por exemplo, "Eu pessoalmente preciso usar várias vezes por semana, caso contrário, eu me transformo em uma cadela irritadiça". "isso meio que tira minha mente da realidade" (MCKEOWN; PARRY; PENNY, 2017; PAUL; SHIM, 2008).



Uma das razões para que reações afetivas venham a ocorrer, proporcionando um reequilíbrio emocional interno, se encontra na capacidade da pornografia de fornecer estímulos que envolvem e absorvem o seu receptor, afastando-o, mesmo que momentaneamente, da origem das situações ou preocupações que mantinham seu nível de tédio ou estresse elevado.

A segunda variante de justificativa que contribuiu para elaboração dessa categoria motivacional é “excitação sexual” ou busca de um “estado de preparação da prática do ato sexual”, uma espécie de manipulação neuropsicofisiológica (SILVA, 2011). São muitos os relatos que apoiam a categoria como vimos em Paul e Shim (2008), que descobriram a pornografia “como um auxiliar visual excitante para me masturbar”. Essa associação é também suportada pela pesquisa de Döring (2009), “utilizada com competência, a Internet oferece aos usuários a oportunidade de satisfazer suas necessidades sexuais”. Da mesma forma, Albright, 2008; McCutcheon e Bishop, 2014; McKeown, Parry e Penny, 2017; Parvez, 2006; Smith, 2013; dentre outros, ratificam o uso da pornografia com o objetivo de excitação sexual. Aqui também vale entonar a questão do envolvimento que muitos usuários mantêm com esses conteúdos a ponto de se sentirem dependentes ou viciados, cujos relatos parecem determinar tal relação. Esses detonariam possíveis efeitos negativos, uma vez que estudos estabelecem que taxas mais altas do uso da pornografia estão associadas a níveis de depressão (Bridges e Morokoff, 2011), desenvolvimento de comportamentos violentos, compulsão, como também a objetificação das mulheres (Attwood, 2005).

Assim, em revisão da literatura do tema, nossas categorias foram suportadas, a par de um pequeno número de estudos dedicados ao fenômeno. Conforme observado, os motivos e interesses são muito mais diversos do que normalmente são relatados pelo senso comum. A busca por excitação sexual parece não ser a única motivação para o consumo de pornografia, muito embora, possa ser o único objetivo em mente de quem produza tal material. Neste sentido, nos interessou privilegiar a perspectiva da audiência, na sua capacidade de significar e relacionar seus interesses com os conteúdos em questão aqui postos.



Nesse sentido, a capacidade reativa da audiência é um conceito chave para nós, uma vez que o relacionamento entre a audiência e os conteúdos dos meios de comunicação social é um processo multissemântico, “cuja sintaxe é extremamente imprevisível e imprecisa” (CASTELLS, 2006, p. 422). O que queremos dizer é que realçada a complexa possibilidade de intervenção da audiência sobre a pornografia por meio das suas particulares necessidades, motivações, predisposições para seleção, interpretação, aceitação ou não das sugestões dos conteúdos, reflexão e uso, o efeito da pornografia; tema de largo interesse das áreas da saúde e das ciências psicossociais, será também, sempre diverso.

Referências

ABREU, Nuno Cesar. *O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

ALBRIGHT, Julie M. Sex in America Online: an exploration of sex, marital status, and sexual identity in internet sex seeking and its impacts. *Journal Of Sex Research*, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 175-186, 14 maio 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00224490801987481>.

ASHTON, Sarah; MCDONALD, Karalyn; KIRKMAN, Maggie. Women’s Experiences of Pornography: a systematic review of research using qualitative methods. *The Journal Of Sex Research*, [S.L.], v. 55, n. 3, p. 334-347, 21 set. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2017.1364337>.

ATTWOOD, Feona. What do people do with porn? Qualitative research into the consumption, use, and experience of pornography and other sexually explicit media. *Sexuality And Culture*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 65-86, jun. 2005. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-005-1008-7>.

BALTAR, Mariana. Atrações e prazeres visuais em um pornô feminino. *Significação: revista de cultura audiovisual*, USP, 2015.



- BAKKER, Piet; TAALAS, Saara. The Irresistible Rise of Porn:: the untold story of a global industry. *Observatório (Obs*) Journal*, [S. L.], v. 1, n. 1, p. 99-196, 2007.
- BLUMLER, Jay G.; KATZ, Elihu. *The Uses of mass communications: current perspectives on gratifications research*. Beverly Hills: Sage Publications, 1974. (Sage annual reviews of communication research).
- BOIES, Sylvain C. University student's use of and reactions to online sexual information and entertainment: links to online and off-line sexual behavior. *The Canadian Journal Of Human Sexuality*, [S. L.], v. 11, n. 2, p. 77-89, 2002.
- BRASIL, Bbc. *Mulheres brasileiras são as que mais veem pornografia, diz pesquisa*. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/08/mulheres-brasileiras-sao-as-que-mais-veem-pornografia-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BRIDGES, Ana. J.; MOROKOF, Patricia. J. Sexual media use and relational satisfaction in heterosexual couples. *Personal Relationships*, n. 18, p. 562-585, 2011.
- CARROLL, Jason S. *et al.* The Porn Gap: differences in men's and women's pornography patterns in couple relationships. *Journal Of Couple & Relationship Therapy*, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 146-163, 14 nov. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/15332691.2016.1238796>.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CHARMAZ, Kathy. *Constructing Grounded Theory: a practical guide through qualitative analysis*. London: Sage Publications, 2006.
- CHOI, Precilla Y. L.; NICOLSON, Paula. *Female sexuality: psychology, biology and social context*. United Kingdom: Hemel Hempstead, 1994.
- CHOWKHANI, Ketaki. Pleasure, bodies and risk: women's viewership of pornography in urban india. *Porn Studies*, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 443-452, 11



abr. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/23268743.2016.1147374>.

DANEBACK, Kristian; TRÆEN, Bente; MÅNSSON, Sven-Axel. Use of Pornography in a Random Sample of Norwegian Heterosexual Couples. *Archives Of Sexual Behavior*, [S.L.], v. 38, n. 5, p. 746-753, 15 mar. 2008. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-008-9314-4>.

DÖRING, Nicola M. The Internet's impact on sexuality: a critical review of 15years of research. *Computers In Human Behavior*, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1089-1101, set. 2009. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2009.04.003>.

FERREIRA, Raquel Marques Carriço; FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos. Teoria Fundamentada em Dados: uma experiência metodológica. *Revista Latinoamericana de Metodología de La Investigación Social*, [S. L.], v. 2, n. 3, p. 12-17, 2012.

HANNABUSS, Stuart. Research interviews. *New Library World*, [S.L.], v. 97, n. 5, p. 22-30, 1 set. 1996. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/03074809610122881>.

MCCUTCHEON, Jessica M.; BISHOP, Cj. An erotic alternative? Women's perception of gay pornography. *Psychology & Sexuality*, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 75-92, 16 dez. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19419899.2014.983740>.

MCKEOWN, Janet K. L.; PARRY, Diana C.; LIGHT, Tracy Penny. "My iPhone Changed My Life": how digital technologies can enable women's consumption of online sexually explicit materials. *Sexuality & Culture*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 340-354, 16 nov. 2017. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-017-9476-0>.

MCELROY, Wendy. *A woman's right to pornography*. St. Martin's Press, New York, 1997.

ORENSTEIN, José. *O que os dados de uma década dizem sobre o consumo de pornô na internet*. 2017. Jornal Nexo. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/19/O-que-os->



dados-de-uma-d%C3%A9cada-dizem-sobre-o-consumo-de-porn%C3%B4-na-internet. Acesso em: 01 jan. 2020.

PALAC, Lisa. *On the edge of the bed: how dirty pictures changed my life*. Boston: Little, Brown And Company, 1998.

PARVEZ, Z. Fareen. The Labor of Pleasure. *Gender & Society*, [S.L.], v. 20, n. 5, p. 605-631, out. 2006. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0891243206291109>.

PAUL, Bryant; SHIM, Jae Woong. Gender, Sexual Affect, and Motivations for Internet Pornography Use. *International Journal Of Sexual Health*, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 187-199, 19 ago. 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19317610802240154>.

PORNHUB. *Pornhub's 8th Year in Review*. 2021. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/yir-2021>. Acesso em: 18 jan. 2022.

POULSEN, Franklin O.; BUSBY, Dean M.; GALOVAN, Adam M.. Pornography Use: who uses it and how it is associated with couple outcomes. *Journal Of Sex Research*, [S.L.], v. 50, n. 1, p. 72-83, jan. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2011.648027>.

SILVA, Symone Lopes Francelino Gonçalves. *Neuropsicologia do desejo sexual: alguns aspectos da regulação funcional da motivação sexual*. 2011. 119 f. Monografia (Especialização) - Curso de Neurociência e Comportamento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SMITH, Marshall. Youth Viewing Sexually Explicit Material Online: addressing the elephant on the screen. *Sexuality Research And Social Policy*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 62-75, 20 nov. 2012. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s13178-012-0103-4>.

SONTAG, Susan. *A Vontade Radical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

TAORMINO, Tristan. *The feminist porn book: the politics of producing pleasure*, New York. The Feminist Press, 2013.



WILLIAMS, Linda. *Hard Core: Power, Pleasure, and the “Frenzy of the Visible”*. Califórnia, 1999.

ZILLMANN, Dolf. Television Viewing and Physiological Arousal. In: JENNINGS, Bryant; ZILLMANN, Dolf (ed.). *Responding to the Screen: reception and reaction processes*. New Jersey: Lawrence Publishers, 1991. p. 103-134.

ZILLMANN, Dolf. The Experimental Exploration of Gratifications from Media Entertainment. In: ROSEGREN, Erik; WENNER, Lawrence; PALMGREEN, Philip (ed.). *Media Gratifications Research*. Beverly Hills: Sage Publications, 1985. p. 225-239.

Pornography consumed by women: Uses and Gratifications

Abstract: The internet and the domestication of pornography opened up an important space for women to chronically consume gender, especially in light of the most recent movements that privilege the perspective of preferences, pleasure and female aesthetics in pornography. From the profusion of this new dynamic and the consolidation of a captive target audience, emerged our interest in women's understanding of the “Uses and Gratifications” of pornography. Our investigation unveiled here is an inductive-qualitative study approached by the Grounded Theory, which privileged the reasons, uses and gratifications of pornography consumption by women. Conducting 13 in-depth interviews, we describe here two of the main reasons for receiving this product, 1. Counseling and Learning and 2. Mood Management. With the deductive examination of the concepts arising from the substantive data, we formulate our theoretical hypothesis of the phenomenon of interest.

KEYWORDS: Pornography; Uses and Gratifications; Reception Study; Women; Grounded Theory.

Raquel FERREIRA

Universidade Federal de Sergipe

Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe UFS, atuando na graduação e no programa de pós-graduação em Comunicação Social. Publicitária, mestre pela Universidade Metodista de São Paulo (2003), doutora pela Universidade Nova de Lisboa com sanduíche na Universidade de Leeds, Inglaterra (2011), e pós-doutora pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (2017).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7307-5527>

Marília Souza SANTOS

Universidade Federal de Sergipe

Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela UFS.

Recebido em: 22/02/2022

Aprovado em: 05/09/2022



ARTIGOS



Menos Repulsa, Mais Fascínio:
Feminização Dos Homens Héteros No Coito E Repúdio Freudiano Da Feminilidade

Fernando MASCARELLO, *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Amadeu de Oliveira WEINMANN, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Resumo: Nesse artigo, oferecemos uma reflexão sobre as práticas de feminização dos homens heterossexuais no espaço do erotismo, especialmente em suas formas mais contundentes e psiquicamente ameaçadoras, de que tomamos como exemplos a erotização anal masculina e os erotismos tântrico e taoísta. Essas práticas feminizantes, embora venham exercendo, nas últimas décadas, crescente fascínio sobre muitos homens héteros, seguem produzindo forte repulsa psíquica e permanecem, por consequência, segregadas no terreno da ininteligibilidade cultural. Com vistas a contribuir para a elaboração teórica sobre o tema em psicanálise, buscamos, mais especificamente, sugerir a relativização, expansão e complexificação da noção de repúdio à feminilidade pelos sujeitos masculinos heterossexuais formulada por Freud (1991 [1937]), atualizando-a pela e para a contemporaneidade cultural. Desse movimento de atualização, entendemos que deveria resultar, conceitualmente, uma menor ênfase dessa noção freudiana sobre a repulsa e um maior espaço, nela, ao fascínio dos homens héteros com respeito à sua feminização. Ao recorrer a conceitual não apenas do campo psicanalítico contemporâneo, mas também do campo dos estudos de gênero e sexualidade, procuramos ainda situar nosso trabalho teórico em um horizonte (micro)político, tendo em vista o papel central desempenhado pelo repúdio à feminilidade na reprodução da heteronormatividade, da misoginia e da homofobia.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Heterossexualidades. Psicanálise. Tantra. Taoísmo.



Menos Repulsa, Mais Fascínio: Feminização Dos Homens Héteros No Coito E Repúdio Freudiano Da Feminilidade

No filme *eXistenZ* (1999), do cineasta canadense David Cronenberg, os protagonistas Ted Pikul (Jude Law) e Allegra Geller (Jennifer Jason-Leigh) aventuram-se pelos diversos estratos de realidade virtual abertos aos jogadores pelo game homônimo ao título do longa-metragem. Para dar início ao jogo, os personagens têm de plugar-se ao console com uma espécie de fio-tentáculo (chamado “Umbycord”) que se insere em uma bioporta protética, assemelhada a um ânus, instalada na região de suas vértebras lombares. Depois de Allegra convencer Pikul a jogar o game, vencendo suas não poucas resistências e penetrando sua “prótese anal” com o Umbycord, os dois parceiros, em que pesem as continuadas hesitações de Pikul, irão passar a maior parte do filme no universo virtual de “eXistenZ”. Enquanto isso, seus corpos repousam estendidos sobre uma cama, lado a lado e bem acomodados, ou, nas palavras da protagonista, “como se estivessem meditando”.

Por meio dessa última imagem e de uma consistente série de outros significantes fílmicos (narrativos, iconográficos etc.), o filme de Cronenberg articula uma fértil alegoria de um coito onde ambos os *partenaires* são passivos, dedicando-se a prazeres desviantes, não-heteronormativos, uma vez que historicamente vinculados ao feminino... São os prazeres da família da entrega, da pele, da demora, da penetrabilidade e da interioridade, fomentadores em potencial de uma dinâmica de desterritorialização erógena, de um “para além do genital”.

De fato, em nossa leitura, a alegorização fílmica desse coito feminizante, mais que sua figuração alegórica mais visível da erotização anal masculina, estimula ainda à construção, pelo espectador ou crítico, de uma segunda camada alegórica, a qual, por seu turno, remete ao erotismo de extração oriental – tântrico, taoísta – importado em passado ainda recente, pelo Ocidente, de suas geografias culturais de origem na Índia, China e Tibete. Porque nessa espécie de prática erótica vinda do Oriente – assim como na transa alegorizada no filme –, a passivização e feminização contemplativas, organizadas em torno ao evitamento do orgasmo ejaculatório (e, originalmente, ligadas a rituais meditativos...) encaminham, igualmente, à experimentação de prazeres “não-genitais” de



que são exemplo, entre outros, o “orgasmo seco” do homem e o êxtase místico (CARRELLAS, 2007; CHIA; WINN, 1984; KOHN, 2009; KOHN; WANG, 2009; KRIPAL, 2007; URBAN, 2000, 2003).

eXistenZ é uma entre as várias obras notáveis de David Cronenberg, o diretor que se celebrizou, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990 (com filmes como *Crash – Estranhos Prazeres* [1996], *Videodrome: A Síndrome do Vídeo* [1983], ou o recente *Crimes do futuro* [2022]), por sua investigação recorrente das sexualidades dissidentes e das incidências (muitas vezes “mutantes”) das tecnologias protéticas e midiáticas sobre os corpos, contra o pano de fundo do capitalismo corporativo pós-industrial. Isso tudo, quase sempre, em vinculação com o fascínio e a repulsa, concomitantes (tal como vividos por Pikul junto a Allegra), exercidos pelo feminino exterior e/ou interior sobre seus protagonistas homens (LOREN, 2011; WILLIAMS, 1999).

Pareceu-nos oportuno apresentar aqui, a título introdutório, as alegorizações da erotização anal masculina e do erotismo tântrico e taoísta em *eXistenZ* como exemplos a um só tempo instigantes e enfáticos – na sua interpretação criativa por Cronenberg – do fenômeno mais amplo que é ponto de partida para nossas indagações teóricas no presente artigo: o da feminização do homem heterossexual no espaço das práticas eróticas.

Em sintonia com o que sugeria Freud (1996 [1908]), Cronenberg é o típico artista cujos devaneios criativos, ao serem tramados textualmente (no caso, em texto fílmico), dão materialização significativa àquilo que, ainda pouco inteligível, emerge e pede passagem, como angústia partilhada no social, à espera de legibilização cultural – podendo servir, por isso, à escuta e à elaboração teórica psicanalíticas. Essa pouca inteligibilidade cultural distingue ambas as práticas sexuais hétero assinaladas: seja a erotização anal masculina no coito, seja o erotismo de origem oriental introduzido, com mais ênfase, nos últimos 50 ou 60 anos na Europa e nas Américas.

Embora cada vez mais buscados, na alcova, às vezes com as parceiras conjugais, outras vezes pelo recurso a prostitutas (como na clássica análise de Lynne Segal (1994), a partir de fontes etnográficas), os prazeres envolvendo a erotização do ânus do homem hétero seguem objeto de recalçamento cultural (o vulgo “terror anal” (SÁEZ; CARRASCOSA, 2011; PRECIADO, 2009)) no discurso público e também no privado – mesmo quando não incluem o *pegging* (penetração com plugue anal ou dildo, associada ou não ao uso de cinta pela mulher e



popularmente conhecida como “inversão”) ou práticas ainda mais minoritárias como a dominação. Por outro lado, as fantasias em torno à sexualidade tântrica ou taoísta vêm, sem trégua, fascinando (por vezes levando até a exibicionismos, é bem verdade...), mas, especialmente, deixando em sobressalto as mentes e corpos ocidentais desde os primeiros contatos mais substantivos, com ela travada, pelo colonizador britânico na Índia do séc. XIX – conforme bem descreve Hugh Urban (2003), um dos expoentes dos estudos acadêmicos tântricos e taoístas consolidados nas universidades europeias, estadunidenses e asiáticas ao longo dos últimos 30 anos.

Na comparação com o renitente caráter abjeto (e também fascinante...) dessas duas formas de práticas eróticas heterossexuais e, de modo geral, da maioria das numerosas possibilidades feminizantes do homem no coito hétero – de que a erotização anal e o erotismo tântrico e taoísta são apenas dois exemplos mais agudos –, outros modos de feminização (extra-coito) dos homens héteros, em larga medida consequência, depois dos anos 1960, do empoderamento das mulheres e da visibilização da cultura LGBTQIA+, já têm sido postos em ação, nas últimas décadas, de maneira bem mais assertiva e socialmente assumida e/ou estimulada. Como exemplos muito representativos, podemos pensar nos fenômenos da “metrossexualidade” e da afirmação dos aspectos maternais da paternidade, fartamente documentados por pesquisadores do campo dos *men’s and masculinities studies*, na esteira do seminal *Masculinities*, de Raewyn Connell (1995). Seguindo no universo do cinema, filmes como o inaugural *Três solteirões e um bebê* (Leonard Nimoy, 1987), reconfigurados com frequência em títulos como *Operação babá* (Adam Shankman, 2005), ou a *persona* pública e parte da filmografia de atores como Brad Pitt, George Clooney ou Ryan Gosling, atestam a emergência e consolidação de cada um desses fenômenos – reverberados, também, pela pesquisa acadêmica do campo dos estudos de cinema (p. ex., Cohan e Hark (1993), Greven (2009) e Neale (1983)).

O que parece suceder, portanto, é que, no seio do continente mais abrangente desse robusto fenômeno pós-anos 1960 de crescente feminização do homem heterossexual, o território em que esta é marcadamente mais recalcitrante, sob o ponto de vista de sua visibilização e inteligibilização culturais, é aquele mais pontual e preciso – ainda que aberta e criativamente plural e progressivamente mais explorado – da feminização do homem durante o coito hétero. Frente a esse fenômeno de



continuado recalçamento cultural, o que tem a psicanálise a dizer e/ou pensar?

Para responder a essa indagação, é preciso recordar, preliminarmente, que, segundo a visão de diversos autores psicanalistas mais recentes, a teorização em psicanálise está em mora com uma melhor compreensão, ou, mais precisamente, uma maior atenção às dinâmicas psíquicas constitutivas tanto dos sujeitos masculinos (AMBRA, 2015; BLEICHMAR, 2006; FOGEL, 2006, 2009; SCHNEIDER, 2006) quanto dos sujeitos heterossexuais tomados como “normais” (ou “não-perversos”) pela tradição psicanalítica (CHODOROW, 1994). Teóricos como Silvia Bleichmar, Monique Schneider, Gerald I. Fogel e Nancy Chodorow, ao assinalarem as lacunas e insuficiências da elaboração psicanalítica nessas áreas temáticas, postulam que essa carência de teorização é consequência de um denodado interesse da psicanálise, desde as origens, pelos temas que lhes são complementares: a feminilidade, por um lado, e a homossexualidade e as perversões, por outro. Frente a esses “enigmas teóricos”, a masculinidade e a heterossexualidade vieram a ser vistas como pressupostas, naturalizadas e aparentemente homogêneas, como se não fossem, da mesma maneira que seus pares complementares, construídas (psicossexual e culturalmente) e enormemente plurais, para não dizer singulares.

Como logo veremos, alguns aportes teóricos importantes, produzidos, entre outros, pelos autores acima, já têm sido trazidos à arena da reflexão psicanalítica sobre a(s) masculinidade(s) e a(s) heterossexualidade(s) no sentido de confrontar-se com essas carências. Nesse artigo, partindo de um interrogante específico – como melhor compreender a repulsa dos homens héteros à sua feminização durante o coito – e esperando contribuir, com algum *insight*, a essa reflexão contemporânea mais ampla sobre a(s) heterossexualidade(s) masculina(s) em psicanálise, lançamo-nos a um esforço teórico bem delimitado.

Nossa estratégia consiste em um retorno à obra freudiana através de uma das noções que nela terminam por se sedimentar, entre as décadas de 1920 e 1930, sobre a temática da diferença sexual: a do repúdio da feminilidade pelos homens heterossexuais. Como objetivo específico, pretendemos sugerir a relativização, expansão e complexificação dessa noção formulada por Freud (1991 [1937]), atualizando-a pela e para a contemporaneidade teórica e cultural. Utilizamos, para tanto, parte do ferramental teórico, acima referido, já disponibilizado por Bleichmar,



Schneider e Fogel, e recorreremos, ainda, a conceitual retirado aos estudos de gênero e sexualidade, como as categorias das “masculinidades heterossexuais dissidentes” (SAVRAN, 1998; CASALS, 2011, entre outros) e as noções de “homens hétero-queer” (HEASLEY, 2005), “abjeto” (BUTLER, 2002, 2003) e “pânico homossexual” (SEDGWICK, 1985).

Entendemos que, de uma atualização teórica nesses termos, deveria resultar, conceitualmente, uma menor ênfase da noção freudiana de repúdio à feminilidade sobre a repulsa e um maior espaço, nela, ao fascínio dos sujeitos masculinos heterossexuais com respeito à sua feminização. Em nosso ponto de vista, isso introduziria mais um vetor, entre outros que já vêm sendo propostos recentemente no campo, para uma mais fecunda integração teórica do feminino (e, ocasionalmente, também do homossexual, por razões que logo discutiremos teoricamente) à compreensão psicanalítica da subjetividade e da sexualidade dos homens héteros.

Consideramos que isso poderia contribuir, também, para algum aprimoramento do entendimento psicanalítico dessas manifestações que se fazem mais frequentes, no decorrer dos últimos 50 anos, no universo da heterossexualidade masculina – mas que são ainda um tanto quanto recalçadas psíquica e discursivamente –, de feminização dos homens héteros no espaço de suas experiências eróticas e, como parte delas, destacadamente, práticas mais contundentes e ameaçadoras como a erotização anal masculina e o erotismo de origem oriental.

Sendo o objetivo do presente texto claramente teórico, é fundamental, ainda, localizar teórica e epistemologicamente nosso entendimento do conceito de “feminino”. Ele é aqui empregado, para além de seus aspectos históricos e culturais, também em um sentido filosófico (epistemológico, ontológico, político) assentado no reconhecimento da *diferença sexual*. Passadas cinco e três décadas, respectivamente, do advento do pensamento feminista acadêmico e da teoria queer, o fato é que diversas modalidades de reconhecimento teórico da diferença sexual – mesmo que controversas e com frequência alvo de críticas pelo suposto caráter conservador de seu dualismo e/ou essencialismo –, seguem definindo hoje vertentes teóricas importantes *empenhadas na crítica ao patriarcado e à heteronormatividade*, as quais podem ser encontradas no interior tanto da psicanálise contemporânea de corte não-falocêntrico, quanto da teoria feminista.



Começando pela psicanálise não-falocêntrica, um conjunto representativo de teóricas e teóricos psicanalíticos, embora ainda minoritários, têm se lançado, nas últimas três décadas, a revisar e reelaborar teoricamente a dimensão feminina da psicosexualidade, retirando-a de seu estatuto de inferioridade e imperfeição consignado pelo par fálico/castrado e pela inveja do pênis. Uma positivação da feminilidade pode ser vista, por exemplo, na obra do francês Jacques André (1996 [1995]), o qual não apenas promove um resgate teórico contundente da dinâmica psíquica relativa às sensações vaginais precoces da menina – contestando a vinculação da feminilidade à inveja do pênis –, como propõe que a feminilidade seria definidora das próprias origens da sexualidade em ambos os sexos. Por sua vez, o já citado estadunidense Gerald I. Fogel (2006; 2009) busca positivar a dimensão feminina da psicosexualidade conferindo-lhe nomeação conceitual mais definida, denominando-a “cloacal” por associá-la à “interioridade genital” (incluindo as porções internas do pênis, a próstata e o ânus) *de mulheres e de homens*. Fogel postula considerá-la como a “metade feminina” constitutiva dos sujeitos de qualquer sexo – da mesma forma como “fálico” refere à “metade masculina” – e a relaciona com a passividade, penetrabilidade, receptividade, plasticidade e abertura à alteridade e ao imprevisto.

Pensamos que a manutenção da ideia de diferença sexual, nas formulações dessa vertente teórica psicanalítica não-falocêntrica, se coaduna (embora as óbvias assimetrias disciplinares entre as concepções psíquica e filosófica do feminino) com o entendimento filosófico de feminino defendido por diversas autoras reconhecidas da teoria feminista no século 21, com destaque para algumas *feministas neomaterialistas*.

Boa parte dessas últimas, como as australianas Alison Stone (p. ex., 2006; 2016) e Elizabeth Grosz (p. ex., 2004), inspiram-se filosoficamente na ontologia e na política da diferença sexual formuladas, ao longo de sua trajetória, por Luce Irigaray (1974; 1977; 1984; 1992, entre outros). A fim de contornar alguns problemas importantes que identifica na segunda metade do percurso de Irigaray, a partir da segunda metade dos anos 1980 – como sua pouca atenção à interseccionalidade e aos intersexuais, concomitante a eventuais tendências ao heterossexismo –, é muito interessante observar como Stone propõe um movimento de síntese, mediado pela filosofia da natureza de Schelling, entre o essencialismo irigarayano e o antiessencialismo construcionista e performativista de Judith Butler. No modelo ontológico neomaterialista



que disso resulta, a autora assevera a possibilidade de um *desdobramento histórico* (Schelling) *da natureza-cultura feminina*, que contemple não apenas a (re)construção de uma cultura feminina superadora do patriarcado, mas também a manifestação e afirmação das *múltiplas combinatórias potenciais* entre o feminino e o masculino. Em razão disso, nessa formulação de Stone, restam acolhidas, em uma atitude integradora, tanto a diferença ou dualidade sexual irigarayana quanto a multiplicidade reivindicada por Butler e outros teóricos queer – atitude que, pessoalmente, nos ocorre designar como uma “queerificação da diferença sexual”.

Enfim, é munidos desse entendimento psicanalítico e filosófico e do feminino, reconhecedor da diferença sexual e aberto à multiplicidade e à diversidade queer, que empreendemos a reflexão ora apresentada. Na próxima seção, procedemos a uma revisão teórica preliminar, introduzindo e mobilizando o conceitual já mencionado de autores da psicanálise e do campo dos estudos de gênero e sexualidade – os quais utilizamos como fontes para nosso trabalho teórico. Este último, por fim, é implementado na seção subsequente, onde expomos nossa proposta de relativização, expansão e complexificação da noção freudiana de repúdio à feminilidade nos sujeitos masculinos heterossexuais, esperando atualizá-la ao quadro cultural de progressiva feminização dos homens héteros – esse complexo e autocontraditório processo em que, frente à sua feminilidade interior, as masculinidades heterossexuais mostram-se crescentemente fascinadas e rendidas, mas, em paralelo (e sobremaneira no espaço do coito hétero), hesitantes, confrontando, a modo de avanços e recuos, seu arraigado repúdio.

Buscando aporte teórico

Parcela de nossa fundamentação teórica é tomada do campo disciplinar dos chamados “estudos de gênero e sexualidade”: o largo espectro, surgido a partir dos anos 1980, dos estudos queer, de gênero e dos homens e das masculinidades. Buscamos em primeiro lugar, junto a esse campo, auxílio conceitual para enfrentar algumas das referidas insuficiências teóricas em psicanálise – estas que têm sido apontadas, mais recentemente, no que diz respeito aos temas da masculinidade e da heterossexualidade (AMBRA, 2015; CHODOROW, 1994; BLEICHMAR, 2006; FOGEL, 2006, 2009; SCHNEIDER, 2006).



Com efeito, essas insuficiências parecem determinar um precário acolhimento conceitual, no interior da teorização psicanalítica, a certos interrogantes deflagrados por nosso esforço de reflexão. Por exemplo: o que é ser um homem heterossexual conforme a psicanálise? Que relações entretém a heterossexualidade, em psicanálise, com o conceito de identidade, de presença cultural e política hoje tão relevante e tão caro aos estudos queer e de gênero? Que vem a ser um “homem hétero mais feminino” em termos psicanalíticos? Essa condição subjetiva/identitária decorre de uma fuga à saída “normal” descrita por Freud para o menino na dinâmica edípica? Etc. etc... Embora não se situe entre nossos objetivos aventar qualquer resposta mais direta a essas indagações, elas constituem uma problemática mais ampla em que se insere nosso trabalho teórico.

De outra parte, com o apelo a arsenal teórico dos estudos de gênero e sexualidade, igualmente procuramos situar nossa reflexão em um horizonte (micro)político, pensando-a como contribuição ao esforço rumo a um melhor entendimento do repúdio à feminilidade pelos homens heterossexuais, entendimento que, a nosso ver, poderia subsidiar e fomentar intervenções – clínicas e/ou políticas e culturais – sobre as manifestações psíquicas e sociais desse repúdio, cujo papel é central na reprodução da heteronormatividade, da misoginia e da homofobia.

Nesse contexto, um primeiro conceito que mobilizamos é o de “masculinidades heterossexuais dissidentes”. A oposição entre masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas é fundadora do campo dos estudos dos homens e das masculinidades, tendo sido formulada pela teórica Raewyn Connell em seu livro *Gender and Power*, de 1987. Nele, em sua elaboração conceitual em torno das masculinidades não-hegemônicas, Connell discorre sobre as masculinidades cúmplices, as subordinadas e as marginalizadas, não contemplando a ideia de dissidência – algo que tampouco irá fazer no artigo em co-autoria com James W. Messerschmidt, de 2005, onde é revisado o longo debate, entre pesquisadores do campo, derivado da proposição inicial do par masculinidades hegemônicas/não-hegemônicas. Antes, em 1998, David Savran já havia apresentado, contudo, uma das primeiras e interessantes discussões sobre a possibilidade de vinculação da ideia de dissidência a certas masculinidades heterossexuais não-hegemônicas, vinculação que passa a aparecer com certa frequência – embora de modo geralmente assistemático – na exploração teórica, histórica e etnográfica que desde então se desenvolve.



No curso de todo esse debate, sempre se colocou bastante ênfase – em sintonia com a produção teórica queer – à fluidez de fronteiras e às interseções entre, de um lado, o hétero, o homo e o bissexual, e, de outro, o masculino, o feminino e o transexual. E é formulando-a assim, de maneira fluida, múltipla e sem fixidez, respeitadora das singularidades, que propomos utilizar essa categoria das masculinidades héteros dissidentes para atender à necessidade de pensar os sujeitos que se percebem, se dão a ver e vivem suas sexualidades majoritariamente – ainda que de modo não necessariamente exclusivo ou permanente – como homens héteros, mas que performam suas heterossexualidades sob formas que podemos qualificar como desviantes da norma (ver, p. ex., nas interfaces entre antropologia e psicanálise, uso semelhante por Casals (2011)). Ao mesmo tempo, ao utilizarmos essa categoria, também consideramos a enorme potência política subversiva – destacada pela maioria dessas autoras e autores – exibida por essa heterossexualidade dissidente em sua relação com a heteronormatividade.

Outro movimento teórico que realizamos é o de localizar essas práticas eróticas de feminização do homem hétero no coito na dimensão do que Judith Butler (2002, 2003) propõe acessar como o “não-inteligível” ou “abjeto”: aquilo que é insuficientemente reconhecido ou cartografado, servindo de contraponto dialético ao que constitui o hegemônico. Porque essas práticas eróticas feminizantes, de uma maneira geral, e, dentre elas, mais ainda, a erotização anal masculina (associada ou não ao *pegging* e à dominação) e os erotismos tântrico e taoísta (em sua passivização, “desgenitalização” e desterritorialização erógena etc.), configuram-se, precisamente, como práticas-tabu – ou abjetificadas – no terreno da sexualidade masculina hétero em suas formas hegemônicas.

Uma terceira noção importante em nosso trabalho é a de “homens hétero-queer” (*straight-queer men*), cunhada pelo pesquisador do campo dos estudos dos homens e das masculinidades Robert Heasley (2005). Como resultado de um estudo etnográfico junto a universitários estadunidenses, Heasley propõe uma tipologia de “masculinidades straight-queer”. Seu intuito foi visibilizar e explorar o fato de que, conforme seu esforço etnográfico, “muitos homens héteros experimentam e demonstram uma ‘masculinidade queer’” (p. 310). O autor define essa masculinidade hétero-queer como “formas de ser masculino fora das construções heteronormativas de masculinidade que desestabilizam ou têm o potencial de desestabilizar a masculinidade heterossexual hegemônica” (p. 310).



Heasley (2005) postula cinco categorias “não-lineares, não-hierarquizadas e não-excludentes” de homens straight-queer: (1) homens héteros afeminados (ou *sissy*), (2) hétero-queers pautados por justiça social, (3) hétero-queers facultativos, (4) hétero-queers engajados e (5) homens vivendo à sombra da masculinidade. Tais categorias refletem as combinações, em diferentes graus e interseções, de aspectos repudiados pelas masculinidades hegemônicas como as identidades e experiências enviesadas de modo mais intenso pela feminilidade e/ou pela homoafetividade, em paralelo a aproximações mais substanciais aos universos culturais e de sociabilidade de mulheres e de gays; e consideram, ainda, os diversos graus de consciência ideológica, ação política e publicização ou não, por esses homens, dessa sua performatividade queer.

Partindo do conceito proposto por Heasley, arriscamo-nos a sugerir que a dificuldade, o desinteresse ou o constrangimento da maior parte dos homens hétero-queers em “tirar do armário” a sua queeridade de modo geral – e, no caso mais específico do presente artigo, a feminilidade ou fantasias de feminização durante o sexo com uma mulher (que seria uma dificuldade, desde um ponto de vista psicanalítico, para bancar o seu desejo) – mantêm forte relação com o que Eve Sedgwick (1985), outra destacada teórica queer, denomina “pânico homossexual”. Sedgwick postula essa noção a fim de pensar o temor que a maioria dos homens héteros carrega de que, por exemplo, seus sonhos, fantasias ou atos falhos, seus gestos ou expressões e mesmo suas eventuais práticas eróticas efetivas (passadas ou presentes) envolvendo outros homens, ou, ainda, a erotização do ânus durante o coito hétero ou a masturbação possam indicar, revelar ou demonstrar, a si próprios ou a outros, significativas dimensões homossexuais latentes de seu desejo.

Se o apelo a esse conceitual dos estudos de gênero e sexualidade nos habilita a uma melhor aproximação a certas facetas ainda insuficientemente exploradas, em psicanálise, da masculinidade e da heterossexualidade, alguns autores no campo psicanalítico, como Monique Schneider, Silvia Bleichmar, Gerald I. Fogel e Nancy Chodorow, já vêm avançando, conforme mencionamos, reflexões bastante substantivas em torno a essas temáticas.

Monique Schneider (2006), em sua obra *Généalogie du masculin*, foi, possivelmente, a primeira psicanalista a produzir uma firme intervenção teórica, contemporaneamente, sobre o tema da masculinidade. Schneider sustenta que a psicanálise naturalizou a



masculinidade e desconsiderou o seu caráter social e psiquicamente construído através da negação do feminino – a negação fundadora do masculino do “não ser a mãe e não ser a mulher” (SCHNEIDER, 2006, p. 24). Disso foi resultado, por exemplo, a ênfase teórica psicanalítica sobre o pênis e o falo, que inclui um desinteresse pelos testículos, de par com um desinteresse teórico concomitante também pela pele como região erógena recalcada no homem, transformada, cultural e psiquicamente, em um escudo epidérmico.

Já Silvia Bleichmar, no seu livro *Paradojas de la sexualidad masculina* (2006), oferece uma reflexão mais diretamente preocupada com o tratamento. Seu motivador primário são as consequências clínicas das insuficiências teóricas em torno à constituição do masculino sob o ponto de vista psíquico. Mais especificamente, ela lamenta a falta de um exame mais cuidadoso e adequado de um fenômeno da dinâmica edípica que ela aponta como constituindo o grande paradoxo da sexualidade masculina: o fato de que “só se possibilita a instauração da virilidade [no menino] às custas da incorporação [fantasmática] do pênis paterno”, e que isso vem instaurar uma perene “angústia homossexual” nos homens heterossexuais (BLEICHMAR, 2006, p. 30) – acompanhada, habitualmente, dos temores de feminização, passivização e submissão anal. Bleichmar sugere que, por essa razão, a psicanálise mantém uma “dívida clínica e ética” com muitos pacientes homens, por ter interpretado seus fantasmas de masculinização, que com frequência envolvem a relação com outro homem e/ou a erotização do ânus, como fantasmas homossexuais, e “sem oferecer [a eles] outra alternativa que a aceitação resignada de aspectos ‘homossexuais inconscientes’” (BLEICHMAR, 2006, p. 30).

Um terceiro autor em cuja reflexão nos referenciamos é o winnicottiano Gerald I. Fogel (2006, 2009). Com base em sua clínica, ele indica a necessidade, a fim de melhor compreender o desenvolvimento psicosssexual tanto de homens quanto de mulheres – evitando, também, o “potencial dos estereótipos de gênero e das predisposições teóricas implícitas para imporem distorções na contratransferência ou pontos cegos teóricos” (FOGEL, 2006, p. 1140) –, de se considerar, como já antes mencionado, uma dimensão feminina que seria uma contrapartida à dimensão fálica, que tanto destaque recebe na teorização psicanalítica.

Para sua construção teórica, Fogel (2009) apoia-se em recente literatura da área da psicologia feminina, que relata a observação, em mulheres adultas, de “forças e vulnerabilidades que também são genitais-



edipianas, pós-ambivalentes e triádicas, mas conceitualmente separáveis e complementares ao que habitualmente chamamos ‘fálico’, como no termo ‘fálico-edipiano’” (2009, p. 231). A essa dimensão feminina da psicosexualidade, vinculada à experiência genital interior menos recalçada nas meninas, Fogel propõe designar, conforme já assinalamos, como “cloacal”, a fim de “referir à metade ‘feminina’ de um homem” e também de uma mulher, “da mesma forma como fálico refere à metade ‘masculina’ de ambos os sexos”. Da mesma forma que o fálico, com o qual constitui uma “polaridade bissexual”, complexa e complementar, o “cloacal”, na formulação de Fogel, também é sujeito à castração: sem essa experiência de interioridade, sem o “acesso a esse continente mais ambíguo do cloacal” que contribui para o “desenvolvimento mais integral da genitalidade psicosexual” e da individualidade, “um homem [assim como uma mulher] é castrado” (FOGEL, 2009, p. 231-233). Tal interioridade feminina ou “cloacal” seria, de acordo com o autor, uma importante dimensão que não apenas a cultura falocêntrica, mas também a teoria psicanalítica, têm historicamente recalçado na constituição da masculinidade.

Entre diversos outros aspectos, Fogel (2006, 2009) analisa como a erotização, no homem heterossexual, das regiões do ânus, dos testículos, do peito e também da pele podem ser confundidas, por pacientes e analistas, como indícios de uma homossexualidade latente que pede passagem. Em um argumento que dialoga deliberadamente com a teoria queer, o autor reclama ainda, como outros teóricos contemporâneos, uma complexificação do entendimento da dinâmica edípica, que transcenda a lógica redutora dos opostos de forma a contemplar as múltiplas, ambíguas, inclusivas e imprevisíveis possibilidades de identificações de gênero – tanto fálicas quanto “cloacais” – que podem ocorrer, de acordo com ele, com ambas as figuras parentais.

Por sua vez, Nancy Chodorow (1994) aponta que, como é bem sabido, na teorização psicanalítica a heterossexualidade “é representada pelas descrições, por Freud, do caminho para a feminilidade normal nas meninas e pela resolução edípica positiva nos meninos” (p. 33-34). Mas, para além disso, segundo a autora, os avanços nunca foram muito esclarecedores; de modo que se termina por definir a heterossexualidade “normal” apenas “negativamente, como aquilo que os psicanalistas tendem a ver como não exigindo especial atenção, em contraste com a homossexualidade e as perversões” (p. 34). Em contraponto a isso, Chodorow procura enfatizar (algo que, para ela, deveria ser evidente) que



“dizer ‘normal’ não significa que não haja variedade no interior da heterossexualidade” (p. 34). Como resultado dessa atitude, isto é, pelo fato de tê-la “tomado como pressuposta” e de não ter descrito “suas origens e vicissitudes”, a autora assinala que “a psicanálise não tem uma explicação para o desenvolvimento da heterossexualidade ‘normal’”, nem tampouco, por isso mesmo, para a “enorme gama de heterossexualidades nesta implicadas” (p. 34).

Menos repulsa, mais fascínio

Passemos, então, à formulação freudiana da recusa da feminilidade pelos homens. Esta, também referida em psicanálise como “negação”, “repulsa” ou “fuga”, aparece, na edição em português da Imago (FREUD, 1996 [1937]) de *Análise terminável e interminável*, como um “repúdio” da feminilidade. Freud (1991 [1937]) a constrói elaborando a partir de diversas fontes: a noção de Alfred Adler do “protesto masculino”; a formulação da fuga da feminilidade por Karen Horney (1926); e seu próprio uso sem maior formalização em outros momentos de sua obra (como, destacadamente, em *História de uma neurose infantil* (FREUD, 1992 [1918])). Vejamos como ele finalmente a descreve em *Análise terminável e interminável*, de 1937.

Lembremos que Freud (1991 [1937]) trata, na seção 8 desse escrito, de dois obstáculos transferenciais que vêm a ser as duas modalidades (ou os dois “correspondentes manifestos”) de recusa da feminilidade, uma modalidade para os homens, outra para as mulheres. Se, na mulher, este obstáculo intransponível consiste na negativa a abrir mão da inveja do pênis e do seu conseqüente desejo por ele, no caso do homem, ele consiste na

[...] revolta contra sua atitude passiva ou feminina com respeito a outro homem. Isso foi destacado geralmente bastante cedo na nomenclatura psicanalítica como conduta frente ao complexo de castração, e mais tarde Alfred Adler impôs o uso da designação, inteiramente acertada para o caso do homem, de “protesto masculino”; creio que “repúdio da feminilidade” teria sido desde o princípio a descrição correta deste fragmento tão assombroso da vida anímica dos seres humanos. (FREUD, 1991 [1937], p. 252)



Freud (1991 [1937]) comenta que, “em nenhum momento do trabalho analítico, se padece mais sob o sentimento de um esforço que se repete infrutiferamente, sob a suspeita de ‘predicar no vazio’”, como quando “se pretende convencer aos homens que uma atitude passiva frente a um homem nem sempre tem o significado de uma castração e é indispensável em muitos vínculos na vida” (FREUD, 1991 [1937], p. 253). Face a “uma das mais fortes resistências transferenciais”, que deriva da supercompensação desafiante do homem, Freud agrega ainda que “se tem com frequência a impressão de haver atravessado todos os substratos psicológicos e chegado, com o desejo do pênis [na mulher] e o protesto masculino, à ‘rocha de base’, e, desse modo, ao fim de sua atividade” (FREUD, 1991 [1937], p. 253).

Se esse repúdio da feminilidade pelos homens é formalizado por Freud tardiamente, no contexto de um trabalho sobre técnica clínica como é *Análise terminável e interminável*, é importante observar que ele aparece acompanhado ou como corolário, na obra freudiana – desde pelo menos 1923, em *A organização genital infantil* –, de um rebaixamento da mulher em diversas outras formulações. Disso são exemplos mais contundentes o próprio conceito *princeps* de castração em Freud – segundo o qual a mulher foi destituída de algo (o pênis) que, supostamente, todos os seres humanos de ambos os sexos originariamente teriam possuído, ficando condenada a reconquistá-lo; a ideia de uma incompleta resolução pela menina do complexo de Édipo, fadando-a para toda a vida, pelo inadequado desenvolvimento do supereu, a um flerte constante com a irracionalidade e a infantilidade; e uma última ideia, decorrente dessa anterior, de que, por essas irracionalidade e infantilidade e por seu apego à constituição familiar, ela seria portadora permanente de um potencial de ação contracivilizatório.

Pois bem: uma revisitação à noção de repúdio da feminilidade, em Freud, precisa reconhecer, de início, não ter sido ela formulada de uma maneira tão categórica ou monolítica como os fragmentos mais acima parecem indicar. Isto é, o “não ser a mãe, nem a mulher” (SCHNEIDER, 2006) e a “metade feminina perdida” (e que necessita ser recuperada) tanto pelos homens quanto pela psicanálise (FOGEL, 2006, p. 1143) não são, ao menos no caso dessa noção, assim tão absolutos. No parágrafo derradeiro de *Análise terminável e interminável*, Freud abre uma última nota em que alerta:

A designação “protesto masculino” não deve induzir ao erro de supor que o repúdio do homem recaia sobre a atitude passiva, sobre o



aspecto por assim dizer social da feminilidade. O contradiz a observação, fácil de corroborar, de que tais homens exibem uma conduta masoquista frente à mulher, uma clara e simples servidão. O homem só se defende da passividade frente ao homem, não da passividade em geral. Em outras palavras: o protesto masculino nada mais é que uma angústia de castração (FREUD, 1991 [1937], p. 254, grifo nosso).

Essa relativização ou afrouxamento da noção por Freud, ainda assim, deixa margem a certa confusão. Numa primeira dúvida, podemos indagar se, no campo da sociabilidade, a incorporação de alguma feminilidade aplica-se apenas ao convívio com mulheres, como apregoa Freud, ou também àquele com homens. Porque, conforme assevera o próprio Freud em uma das citações mais acima (em aparente autocontradição), a vida em sociedade somente é viável, justamente, porquanto atitudes passivas frente a outros homens são, de fato, eventualmente tomadas – porque necessárias. Em segundo lugar, a afirmação por Freud de que o homem não se defenderia da passividade frente às mulheres também parece ser parcialmente contradita – ao menos no campo da sexualidade – pelo caráter abjeto ou não-inteligível em que são massivamente mantidas, mesmo pelos poucos homens que as performam, as práticas hétero-queer da submissão, do *pegging* e/ou da dominação no coito heterossexual – como já foi mencionado em nossa referência à pesquisa etnográfica com prostitutas que foi objeto de análise por Lynne Segal (1994).

Uma possibilidade, então, é supor que estariam implícitos, na descrição de Freud, os diferentes graus de repúdio da feminilidade passíveis de comparecimento na dinâmica de constituição de um sujeito masculino com escolha de objeto heterossexual. Assim, diferentes graus de repúdio ou repressão da feminilidade iriam desde um rechaço radical desta; passariam por aquele grau, já não tão radical, que autoriza o posicionamento social em atitudes passivas frente a outros homens – reconhecido implicitamente pelo próprio Freud, quando de sua descrição da rocha da castração, como “indispensável em muitos vínculos na vida”; passariam ainda, em graus progressivamente menos acentuados de recusa, até a aceitação prazerosa da adoção de uma posição sexual submissa frente a uma mulher, aí incluídas as práticas como o *pegging* e a dominação; até chegar ao grau em que, em análise, segundo Freud, surge o obstáculo que seria impossível de transpor, o do substrato da rocha da castração: ocupar uma posição passiva frente a outro homem – equivalente, simbolicamente, à posição que, frente a um homem, ocupa sexualmente, como castrada, uma mulher.



De toda maneira, para nossos fins aqui, o que mais importa destacar, provavelmente, é a maneira como a feminilidade repudiada pelos homens, conforme a noção freudiana, vem enlaçada, cultural, psíquica e teoricamente, à homossexualidade – porque, em última instância, a noção clínica da rocha da castração implica negar-se a assumir uma posição que, para Freud, não só é feminina ou castrada, mas homossexual.

Podemos tomar o caso do Homem dos Lobos, relatado em *História de uma neurose infantil* (FREUD, 1992 [1918]), como exemplo desse que seria um vínculo freudiano forte entre feminilidade no homem e homossexualidade. Esse também é, talvez, o texto em que Freud se detém com maior minúcia sobre a dinâmica psíquica do repúdio à feminilidade nos homens, embora só viesse a formalizá-la, teoricamente, em *Análise terminável e interminável*. Mas recordemos inicialmente, de forma muito sintética, as linhas gerais do caso do célebre paciente russo de Freud. Talvez seja suficiente, aqui, recordar que a libido do russo havia sido submetida, na infância, a uma “fragmentação” (FREUD, 1992 [1918], p. 42) em duas correntes pulsionais principais.

Uma delas, inconsciente e homossexual, derivou do desejo de colocar-se no lugar da mãe e receber o pênis do pai, tal como vivenciado em sua suposta observação, construída em análise por Freud, da cena primordial do coito dos pais em idade precoce. Esse desejo “homossexual ou feminino”, como o descreve Freud no texto, viria a sofrer, por ocasião do conhecido sonho do menino com os lobos, relatado por Freud, uma brutal repressão por conta do seu “repúdio” (FREUD, 1992 [1918], p. 43) pela força pulsionante da “libido narcisista genital” (FREUD, 1992 [1918], p. 43-44). A repressão ocorre porque, nesse momento, o menino, com cerca de 4 anos, já possuía uma organização genital incipiente, estando apto a perceber, *a posteriori* com relação ao momento da suposta observação da cena primordial, que, para assumir o lugar da mãe, seria preciso abrir mão de seu pênis.

A outra corrente, consciente e heterossexual, que levou à sua “escolha definitiva de objeto” (Freud, 1992 [1918], p. 86), havia sido objeto de uma já anterior regressão, desde a organização genital incipientemente adquirida, e por isso débil, à fase sádico-anal, onde, identificando-se com o lugar ocupado pelo pai na cena primordial observada, assume uma predileção pela satisfação do desejo pela via degradante do coito *a tergo*, com mulheres de classe social mais baixa.



Vejamos duas passagens próximas em que Freud (1992 [1918]) sintetiza parte desses processos:

A atitude homossexual, consumada durante o sonho, é tão intensa que o eu do nosso homenzinho falha em dominá-la e dela se defende mediante o processo da repressão. Como auxiliar para esse propósito é convocada sua oposta, a masculinidade narcisista do genital (FREUD, 1992 [1918], p. 101, grifos nossos).

E logo, considerando o estado que sobreveio após o sonho:

Se fosse certo que a masculinidade triunfou sobre a homossexualidade (feminilidade) no curso do processo onírico, por força encontraríamos dominante agora uma aspiração sexual ativa de caráter masculino bem pronunciado. Mas não há nada disso; o essencial da organização sexual não varia, a fase sádico-anal persiste, permaneceu sendo a dominante. O triunfo da masculinidade só se mostra no fato de que agora se reage com angústia ante as metas sexuais passivas [...]. Não houve nenhuma moção sexual masculina triunfante, apenas uma moção passiva e uma revolta contra esta (FREUD, 1992 [1918], p. 101, grifo nosso).

Além da forte equivalência entre feminilidade e homossexualidade, outro aspecto que encontramos em *História de uma neurose infantil* e que parece ser preponderante, depois de 1923, está bem consubstanciado nessas passagens do texto freudiano. Vem a ser uma forma dicotômica talvez um pouco redutora, pouco elástica e fluida na maneira de entender tais correntes pulsionais principais feminina e masculina do seu paciente – forma que Gerald I. Fogel (2009) qualifica como promotora de “polaridades redutoras” ou pouco complexas e complementares (forma “ou/ou”).

Queremos crer que uma corrente pulsional feminina ou masculina, numa visão contemporânea, informada por uma visada de gênero ou queer como a apregoada por Fogel (2006; 2009), por exemplo, não seria algo monolítico, mas complexo e autocontraditório, porque articulado através de uma vasta e múltipla rede de fantasias e erotizações e atravessado também, segundo a visão desse autor, pelo seu par complementar (respectivamente o fálico e o cloacal), em combinações edípicas e pós-edípicas “infinitamente variáveis e imprevisíveis” (FOGEL, 2009, p. 244) – em linha, portanto, com o entendimento de Chodorow (1994) a respeito do caráter múltiplo e diverso da heterossexualidade.

Como decorrência disso, diversamente de uma nítida demarcação nas escolhas de objeto como a adotada por Freud (1992 [1918]) no texto sobre seu paciente russo (ou homossexual, ou heterossexual, sendo esta última a escolha “definitiva”), essas escolhas também não seriam, em consonância com a teoria de gênero/queer, estanques em termos de



escolha de objeto (hétero, homo, bi etc.), havendo certa fluidez entre elas – o que contempla o caso de homens majoritariamente, mas não exclusivamente héteros sob o ponto de vista identitário, os quais constituem uma parcela das masculinidades hétero-queer (HEASLEY, 2005) e das heterossexualidades dissidentes.

Mais um elemento presente no relato do Homem dos Lobos, parece-nos, é uma polarização redutora também entre a corrente pulsional consciente (“masculina/heterossexual”) e a inconsciente brutalmente reprimida (“feminina/homossexual”) – aparentemente havendo entre elas poucos caminhos para trânsitos e combinações. Embora essa talvez seja uma característica bem acentuada do próprio paciente, Freud (1992 [1918]) não chega a sublinhar essa peculiaridade de sua constituição psicosssexual como faz para outras de suas características, que por vezes têm até mesmo uma dinâmica inversa; por exemplo, com respeito às suas “posições libidinais”, ele escreve que nenhuma delas, “uma vez estabelecida, era cancelada por completo por uma mais tardia”, o que lhe permitia “uma oscilação constante que demonstrou ser inconciliável com a aquisição de um caráter fixo” (FREUD, 1992 [1918], p. 26). Aliás, talvez se constitua aqui, inclusive, uma contradição interna ao texto de Freud sobre o russo – algo que revelaria sua riqueza em termos de ambivalência teórica (além da construção literária primorosa).

Acreditamos ser esse tipo de trânsito, entre dimensões conscientes e inconscientes, que poderia ser tomado em conta à luz do grande paradoxo da masculinidade postulado por Silvia Bleichmar (2006) – o pano de fundo homossexual da heterossexualidade masculina. O argumento da psicanalista argentina, com base nas fantasias e erotizações de alguns de seus pacientes héteros, parece ter como fundamento, precisamente, o trânsito ou comunicação entre a parcela latente ou homossexual do desejo e a manifesta heterossexual, rompendo com a polarização tão antagônica entre as duas correntes pulsionais.

Mas, a partir dessas várias considerações, retornemos à atualização da noção de repúdio da feminilidade pelos homens hétero em psicanálise. É certo que, desde a época de Freud, muito se avançou, em termos culturais, na integração da feminilidade às masculinidades heterossexuais. Além das formas comumente aceitas no Ocidente ao princípio do século 20 (na sociabilidade com mulheres ou em situações, com homens, “indispensáveis em muitos vínculos na vida”, segundo o testemunho de Freud), já tem havido, como referimos, a integração de outros atributos e papéis mais femininos para os homens: por exemplo, o



posicionamento no “lugar da mãe”, caso dos novos homens cuidadores, na família ou no trabalho; o posicionamento no “lugar da mulher” como sedutora pela via do mascaramento, que parece ser o caso com os metrossexuais etc. Tais fenômenos já vêm inclusive sendo reverberados pela psicanálise, a ponto de alguns autores proporem a renomeação de certos conceitos, como o de função paterna para função terceira (GLOCER FIORINI, 2016), ou a ampliação de outros, como os de sedução e mascaramento, a fim de abranger os homens (GUIMARÃES, 2005).

Conforme exposto ao princípio do artigo, a aposta em atualizar – via relativização, expansão e complexificação – a noção de repúdio da feminilidade em psicanálise, conferindo-lhe menor ênfase na repulsa e maior espaço ao fascínio dos homens para com a feminilidade, tem entre seus objetivos oferecer alguma contribuição, somando-se a outras que já vêm sendo disponibilizadas, para uma maior integração teórica do feminino (e mesmo do homossexual, como no caso de alguns dos homens hétero-queer) à compreensão psicanalítica das masculinidades heterossexuais.

Essa maior integração teórica do feminino (e mesmo do homossexual, ocasionalmente) à heterossexualidade masculina, desfazendo o enlace necessário (totalizante, redutor, decisivo) do feminino (castrado e/ou frente a outro homem, nos termos de Freud) com a homossexualidade, caminharia na direção dos objetivos clínicos de Bleichmar (2006, p. 36), de resgate da “dívida ética” da psicanálise para com muitos pacientes homens, por ter interpretado alguns de seus fantasmas de masculinização, que envolvem a relação com outro homem e/ou a erotização do ânus, como fantasmas homossexuais e “sem oferecer [a eles] outra alternativa que a aceitação resignada de aspectos ‘homossexuais inconscientes’”; ou de Fogel (2006, p. 1140), de evitar o “potencial dos estereótipos de gênero e das predisposições teóricas implícitas para imporem distorções na contratransferência ou pontos cegos teóricos”. Além disso, poderia ampliar a possibilidade de a psicanálise intervir (micro)politicamente, via escuta clínica e via presença da teoria psicanalítica no debate político e cultural, com vistas a um ainda maior acolhimento psíquico e cultural da feminilidade em masculinidades heterossexuais gradativamente mais plurais e múltiplas – e, conseqüentemente, menos misóginas e homofóbicas.

Acreditamos que um passo teórico necessário, para a persecução desses vários objetivos, seria, portanto, desfazer o vínculo direto entre a feminilidade e a homossexualidade presente na formulação freudiana do



repúdio da feminilidade. Quem sabe, isso poderia contribuir, entre outros fins, para tornar menos abjetos e mais inteligíveis fenômenos hétero-queer e dissidentes como a feminização do homem em práticas eróticas heterossexuais – que vão desde a erotização anal masculina mais “simples” no coito hétero, passando pelo erotismo de origem oriental, até práticas como o *pegging* e a dominação.

Esse avanço teórico (o desfazimento do vínculo direto entre feminilidade e homossexualidade) demandaria, a nosso ver, uma relativização ou afrouxamento daquilo que aparece como um limite na formulação freudiana do repúdio da feminilidade pelos homens héteros: a barreira da negativa tão dura e impermeável a assumir uma posição a um só tempo “castrada e homossexual” – a qual se manifesta clinicamente, segundo Freud, sob a forma da intransponibilidade da rocha da castração. A relativização ou permeabilização dessa barreira, em termos conceituais, poderia decorrer de uma complexificação que acolhesse as ambivalências implicadas no pano de fundo homossexual da heterossexualidade masculina (BLEICHMAR, 2006); a complementaridade complexa entre o fálico e o cloacal e a infinita e imprevisível combinação de identificações fálicas e cloacais com ambas as figuras parentais na dinâmica edípica e pós-edípica (FOGEL, 2006, 2009); e a fluidez característica das identidades de gênero e sexuais da teoria queer, como no conceito de homens hétero-queer (HEASLEY, 2005) – entre outras formulações que possam ser mobilizadas.

Por meio dessa relativização e complexificação, pensamos que a noção freudiana de repúdio da feminilidade resultaria conceitualmente expandida, capacitando-a, sob o ponto de vista metapsicológico, a acolher o jogo das diferenças e fluidificar o trânsito entre as correntes pulsionais conscientes e inconscientes; homossexuais e heterossexuais; e masculinas e femininas. Mantendo a ideia da manifestação, na clínica, da barreira da rocha da castração – porque psíquica e culturalmente ainda presente de maneira robusta –, mas atualizando-a, pela sua permeabilização (fazendo-a transponível...), à paisagem psíquica, política e cultural da contemporaneidade.

Considerações finais



Por fim, seria importante ressaltar que nosso foco, aqui, centrou-se sobre a noção de repúdio à feminilidade nos homens héteros, objetivando conferir-lhe, conceitualmente, menor ênfase à repulsa e maior espaço ao fascínio que, sobre eles, exerce sua feminilidade constitutiva. Buscamos, assim, melhor integrar o feminino às masculinidades heterossexuais, especialmente no terreno das práticas de feminização dos homens no coito hétero. Quanto ao fascínio propriamente dito exercido, sobre os homens héteros, por sua feminilidade interior e por essas práticas eróticas feminizantes, limitamos a assinalar sua crescente manifestação no quadro cultural contemporâneo, abstando-nos de um esforço mais detido que visasse agregar à sua melhor compreensão metapsicológica. Tarefa essa que fica como resto para outros momentos...

Referências

AMBRA, P. *O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente*. São Paulo: Annablume, 2015.

ANDRÉ, J. *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996 (1995).

BLEICHMAR, S. *Paradojas de la sexualidad masculina*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, J. *Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 2002.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRELLAS, B. *Urban tantra: Sacred sex for the twenty-first century*. Nova Iorque: Celestial Arts, 2007.



CASALS, D. I. *Subjetivaciones masculinas: Subjetividades, género y poder en lo social*. Montevideu: Psicolibros, 2011.

CHIA, M.; WINN, M. *Taoist secrets of love: Cultivating male sexual energy*. Santa Fe: Aurora, 1984.

CHODOROW, N. *Femininities, masculinities, sexualities: Freud and beyond*. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 1994.

COHAN, S.; HARK, I. R. (Orgs.). *Screening the male: Exploring masculinities in Hollywood cinema*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1993.

CONNELL, R. W. *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Cambridge: Polity Press, 1987.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, Dec. 2005.

CRASH – Estranhos Prazeres. Direção de David Cronenberg. Reino Unido: David Cronenberg, 1996. (100 min.), color.

eXistenZ. Direção de David Cronenberg. Roteiro: David Cronenberg. Canadá: Alliance Atlantis, 1999. (97 min.), Color.

FOGEL, G. Interiority and inner genital space in men: What else can be lost in castration? In: REIS, B.; GROSSMARK, R. *Heterosexual masculinities: Contemporary perspectives from psychoanalytic gender theory*. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 231-259



FOGEL, G. Riddles of masculinity: Gender, bisexuality and thirdness. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, v. 54, n. 4, dec. 2006, p. 1139-1163.

FREUD, S. Análisis terminable e interminable. *In: FREUD, S. Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1991. v. 23, p. 211-254. Originalmente publicado em 1937

FREUD, S. Análise terminável e interminável. *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.23. Originalmente publicado em 1937

FREUD, S. De la historia de una neurosis infantil. *In: FREUD, S. Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores. 1992. v. 17, p. 1-112. Originalmente publicado em 1918

FREUD, S. Escritores criativos e devaneio. *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9, p. 133-146. Originalmente publicado em 1908

FREUD, S. Organização genital infantil. *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.19. Originalmente publicado em 1923

GLOCER FIORINI, L. La nostalgia del padre: ¿función paterna o función tercera? *In: P. Alkolombre & C. S. Holovko (Orgs.). Parentalidades y género: su incidencia en la subjetividad* (pp. 31-38). Buenos Aires: Letra Viva, 2016.

GREVEN, D. *Manhood in Hollywood from Bush to Bush*. Austin, Texas: University of Texas Press, 2009.



GROSZ, E. *The nick of time: Politics, evolution, and the untimely*. Crows Nest, Australia: Allen & Unwin, 2004.

GUIMARÃES, L. Não se apaixone!: A máscara da feminilidade contemporânea. *Opção Lacaniana*, 44, 66-76, 2005.

HEASLEY, R. Queer masculinities of straight men. *Men and Masculinities*, v.7, p. 310-320. 2005.

HORNEY, K. A fuga da feminilidade. In: HORNEY, K. *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 51-66. Originalmente publicado em 1926

IRIGARAY, L. *Speculum de l'autre femme*. Paris: Minuit, 1974.

IRIGARAY, L. *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris: Minuit, 1977.

IRIGARAY, L. *Éthique de la différence sexuelle*. Paris: Minuit, 1984.

IRIGARAY, L. *J'aime à toi: Esquisse d'une félicité dans l'histoire*. Paris: Grasset, 1992.

KOHN, L. *Introducing Daoism*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

KOHN, L.; WANG, R. R. (Orgs.). *Internal alchemy: Self, society, and the quest for immortality*. Magdalena, New Mexico: Three Pines, 2009.

KRIPAL, J. J. Remembering ourselves: On some countercultural echoes of contemporary tantric studies. *Religions of Southeast Asia* v. 1, p. 1, p. 11-28, 2007.



LOREN, S. Mutating masculinity: re-visions of gender and violence in the cinema of David Cronenberg. *In: LÄUBLI, M.; SAHLI, S. Männlichkeiten denken: Aktuelle Perspektiven der kulturwissenschaftlichen Masculinity Studies*. Bielefeld: Transkript, 2011. p. 151-170

NEALE, S. Masculinity as spectacle. *Screen*, v. 24, n. 6, p. 2-17, 1983.

OPERAÇÃO Babá. Direção de Adam Shankman. Roteiro: Thomas Lennon, Robert Ben Garant. 2005. (95 min.), color.

PRECIADO, B. Terror anal: Apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. *In: HOCQUENGHEM, Guy. El deseo homosexual*. Tenerife: Editorial Melusina, 2009. p. 133-172

SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. *Por el culo. Políticas Anales*. Madrid: Editorial Egales, 2011.

SAVRAN, D. *Taking it like a man: White masculinity, masochism, and contemporary American culture*. Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1998.

SCHNEIDER, M. *Généalogie du masculin*. Paris: Flammarion, 2006.

SEGAL, L. *Straight sex: Rethinking the politics of pleasure*. Berkeley: University of California Press, 1994.

SEDGWICK, E. K. *Between men: English literature and male homosocial desire*. New York: Columbia University Press, 1985.

STONE, A. *Luce Irigaray and the philosophy of sexual difference*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.



STONE, A. Sexual difference. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. (Orgs.). *The Oxford handbook of feminist theory*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 874-893.

TRÊS solteirões e um bebê. Direção de Leonard Nimoy. Estados Unidos, 1987. (104 min.), color.

URBAN, H. The cult of ecstasy: Tantrism, the New Age and the spiritual logic of late capitalism. *History of Religions*, v. 39, n. 3, p. 268-304, 2000.

URBAN, H. *Tantra: Sex, secrecy, politics, and power in the study of religion*. Berkeley: University of California Press, 2003.

WILLIAMS, L. R. The inside-out of masculinity: David Cronenberg's visceral pleasures. In: AARON, M. (Org.). *The body's perilous pleasures: Dangerous desires and contemporary culture*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999. p. 30-48

VIDEODROME - A Síndrome do Vídeo. Direção de David Cronenberg. Canadá: David Cronenberg, 1983. (87 min.), color.

Menos Repulsión, Más Fascinación: Feminización De Los Hombres Héteros En El Coito Y Desautorización Freudiana De La Feminidad

RESUMEN: En este artículo, ofrecemos una reflexión sobre las prácticas de feminización de los hombres heterosexuales en el espacio del erotismo, especialmente en sus formas más contundentes y psíquicamente amenazadoras, de las cuales tomamos como ejemplos la erotización anal masculina y los erotismos tántrico y taoísta. Estas prácticas feminizantes, si bien han producido una creciente fascinación sobre muchos hombres héteros, siguen ocasionando fuerte repulsión psíquica y permanecen segregadas en el terreno de la ininteligibilidad cultural. Intentando contribuir para la elaboración teórica sobre el tema en psicoanálisis, sugerimos la relativización, expansión y complexificación de la noción de desautorización de la feminidad por los sujetos masculinos heterosexuales formulada por Freud (1991 [1937]), actualizándola por y para la contemporaneidad cultural. De esta actualización, entendemos que debería resultar una menor énfasis de tal noción sobre la repulsión y un mayor espacio, en ella, para la fascinación de los hombres héteros respecto de su feminización. Por medio del recurso a conceptual no solo del campo psicoanalítico contemporáneo, sino también de los estudios de género y sexualidad, intentamos ubicar nuestro trabajo en un horizonte (micro)político, considerando el rol central jugado por la desautorización de la feminidad en la reproducción de la heteronormatividad, la misoginia y la homofobia.

PALABRAS CLAVE: Masculinidades. Heterosexualidades. Psicoanálisis. Tantra. Taoísmo.

Fernando Mascarello

Doutor em Cinema pela USP (2004), mestre em Psicanálise pela UFRGS (2020) e mestre em Comunicação pela PUCRS (1999). Organizou os livros História do cinema mundial (em 7a. ed.) e Cinema mundial contemporâneo, ambos pela Papirus.

Amadeu de Oliveira Weinmann

Professor do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG em Psicologia Social e Institucional, ambos da UFRGS; diretor da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS; membro do GT ANPEPP Psicopatologia e Psicanálise.

Recebido em: 29/10/2020

Aprovado em: 13/09/2022



TRADUÇÃO



Estudos Coloniais e a História da Sexualidade

Ann Stoler, *New School of Social Research, New York.*

Tradução:

Suzana Maia, *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

Irma Viana, *Universidade Federal da Bahia*

Resumo: Publicado originalmente em 1995, apenas agora podemos ter acesso à tradução em português de um dos capítulos do livro seminal de Ann Laura Stoler aqui apresentado. Este trabalho de Ann Stoler tornou-se uma das mais influentes revisões da *História da Sexualidade*, de Michel Foucault, infundindo em seus escritos e reflexões, novas perspectivas sobre raça, colonialidade, pertencimento à nação, formação de classe, gênero, moralidade e sexualidade. Ann Laura Stoler foi premiada, em 2005, pela fundação Norueguesa-Alemã Willy Brandt com o título de Willy Brandt Distinguished Professor, e leciona Antropologia e Estudos Históricos na New School for Social Research na cidade de Nova York, onde também é diretora do Institute for Critical Social Inquiry. Ela tem contribuições significativas para os campos de estudos coloniais e pós-coloniais, antropologia histórica, epistemologias raciais e teoria feminista. Além deste livro, a autora possui outras importantes publicações, tais como: *Carnal Knowledge and Imperial Power* (2002), *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (2008), *Duress: Imperial Durabilities in our Times* (2016), e *Interior Frontiers: essays on the entrails of inequality* (2022). Agradecemos a gentil autorização da autora e da Duke University Press para esta publicação.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault, Sexualidade, Raça, Biopoder, Colonialismo.



Existem várias formas possíveis para se pensar uma leitura colonial de Foucault. Antropólogos e historiadores têm feito leituras deste tipo já há algum tempo e nenhuma outra abordagem analítica tem saturado o campo de estudos coloniais tão completamente, na última década, como a dele. A atenção de Foucault à construção discursiva de regimes de poder tem nos incitado a explorar tanto a produção dos discursos coloniais quanto seus efeitos¹. Inspirados, em parte, pela orientação de Edward Said, estudiosos do colonialismo têm traçado pontes que ligam a produção do conhecimento antropológico à autoridade colonial, a fim de retraçar os regimes disciplinares que têm produzido corpos subjugados e as identidades por estes criadas. Muitos têm tentado descrever como discursos sobre higiene, educação, confissão, arquitetura e urbanismo têm delineado a geografia social das colônias e as estratégias específicas de suas leis.²

Mas nós não fizemos isto baseados apenas numa fé cega em seus escritos. Nossas sensibilidades etnográficas nos tem levado a desafiar os limites da ênfase discursiva de Foucault e sua concepção difusa de poder, a fim de dar vida às práticas localizadas e cotidianas de pessoas que autorizaram e resistiram à autoridade europeia e expor as tensões e

¹ Uso "nosso" e "nós", ao longo deste livro, para identificar estudantes do colonialismo, sejam antropólogos, historiadores, especialistas em literatura comparada, ou nenhum dos anteriores. Diferenças de profissão e local geopolítico são menos centrais para minha análise do que o fato de uma resposta esmagadora que Foucault obteve daqueles, em uma ampla gama de posições políticas. Quando apropriado, identifico o "nós" como estudiosos euro-americanos, embora algumas de minhas generalizações sobre a natureza dos estudos coloniais se apliquem a uma comunidade compartilhada mais ampla de estudiosos do que aqueles que se identificam com o que é euro-americano.

² Entre aqueles estudos de história colonial e historiografia que se valem de vários conceitos foucaultianos em diferentes (e criticamente variados) graus, ver, por exemplo, Jean Comaroff, *Body of Power, Spirit of Resistance: The Culture and history of a South African People* (Chicago: Chicago University, 1985); Ann Laura Stoler, *Capitalism and Confrontation In Sumatra's Plantation Belt, 1870-1987* (New Haven: Yale University Press, 1985); Nicholas B. Dirks, *The Hollow Crown* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987); Aihwa Ong, *Spirit of Resistance and Capitalist Discipline* (Binghamton: SUNY Press, 1987); Vincente Rafael, *Contracting Colonialism* (Ithaca: Cornell University Press, 1988); Guari Viswanathan, *Masks of Conquest: literary Study and British Rule in India* (New York: Columbia University Press, 1989); Lamont Lindstrom, *Knowledge and Power in a South Pacific Society* (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1990); Jean and John Comaroff, *Of Revelation and Revolution* (Chicago: Chicago University Press, 1991); Tim Mitchell, *Colonising Egypt* (Berkeley: University of California Press, 1991); Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago: Chicago University Press, 1991); David Arnold, *Colonizing the Body: State Medicine and Epidemic Disease in Nineteenth-Century India* (Berkeley: University of California Press, 1993); Dipesh Chakrabarty, "Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for the 'Indian' Pasts?" *Representations* 37 (Winter 1992): 1-26; Nicholas Thomas, *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government* (Princeton: Princeton University Press, 1994); David Scott, *Formations of Ritual: Colonial and Anthropological Discourses on the Sinhala Yohovil* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994).



vulnerabilidades inerentes a este projeto³. Estas leituras, em sua maioria, têm sido de um tipo particular: em geral, aplicando os princípios gerais de uma abordagem foucaultiana a tempos e lugares etnográficos específicos, e se inspirando em seu aparato conceitual, mais do que incorporando o conteúdo histórico de sua análise⁴.

Esta espécie de paixão pelas estratégias gerais de Foucault se faz também aparente na leitura de um texto específico dele, particularmente no tratamento do volume I da *História da Sexualidade*. Este livro é dedicado a uma tese desconcertantemente simples: se, de fato, na Europa do século dezanove, a sexualidade era algo a ser silenciada, escondida ou reprimida, por que havia tal proliferação de discursos sobre isto? Foucault argumenta que a história havia sido entendida de forma errada. Para ele, “a imagem do puritanismo imperial... exaltada na nossa sexualidade hipócrita, muda e reprimida” (HS:3) perde de vista o que o regime de sexualidade realmente diz respeito: não à restrição de um instinto biológico, um “desejo teimoso” a ser superado, nem a um “domínio exterior ao qual o poder é aplicado” (HS:152). A sexualidade seria, então, “um resultado e um instrumento do desígnio do poder”, uma construção social de um momento histórico (HS:152).

Para Foucault, a sexualidade não é oposta nem subversiva ao poder. Pelo contrário, a sexualidade é um “ponto de transferência denso” de poder, carregada de “instrumentalidade” (HS:103). Conseqüentemente, “longe de ser reprimida no [século dezanove] a sociedade [sexualidade] foi constantemente ativada” (HS:148). Isto não significa dispensar a repressão como um “artifício” da ordem burguesa do século dezanove ou uma negação de que o sexo era proibido e mascarado, como críticos e

³ Ver Megan Vaughan, *Curing their Ills: Colonial Power and African Illness* (Londres: Polity Press, 1991). Vaughan faz um esforço explícito “para explorar as limitações de uma explicação foucaultiana do ‘biopoder’” no que diz respeito ao discurso da medicina colonial.

⁴ Além das citações acima, veja, por exemplo, Ranjait Guha e Gayatri Spivak, eds., *Selected Subaltern Studies* (New York: Oxford University Press, 1988), onde os dois artigos finais de Partha Chatterjee e David Arnold estão agrupados sob a rubrica “Desenvolvendo Foucault.” No que teria sido, de outro modo, um excelente artigo, Chatterjee faz apenas referência implícita a Foucault, enquanto o impulso foucaultiano de Arnold é definido por sua atenção aos corpos, discurso e poder. O engajamento é conceitual, não histórico, enquanto o “desenvolvimento” de Foucault não fica claro. A análise de Arnold das distintas respostas das classes médias indianas à peste, por exemplo, não faz nenhum esforço para abordar como o “cultivo” de uma identidade burguesa indiana se ajustou ou não ao modelo europeu de Foucault.

Uma exceção importante é *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment* (Cambridge: MIT Press, 1989), de Paul Rabinow, que “continua a explorar, à sua maneira, alguns dos contornos do poder e do conhecimento moderno que Foucault havia começado a mapear” no terreno colonial (p. 8-9).



seguidores têm muitas vezes reivindicado (HS:12). Foucault rejeitou não o fato da repressão, mas a noção que este fosse o princípio organizador do discurso sexual, e que a repressão pudesse explicar seus silêncios ou emanções prolíficas. No centro de sua preocupação não estão nem as práticas sexuais nem os códigos morais que lhes deram origem. As questões que Foucault coloca são de uma ordem diferente. Porque tem havido tal prolongada busca pela “verdade” sobre o sexo? Porque deveria uma identificação e avaliação de nossos *selves* reais e escondidos serem buscadas em nossos comportamentos, desejos e fantasias sexuais? E, não menos importante, por que esta busca se tornou uma obsessão fascinante da ordem burguesa no século dezenove, e por que ainda continua tão persistente nos dias de hoje?

Sua resposta reconceitua ao mesmo tempo a noção de poder e a forma com que a sexualidade está a ele relacionada. Para Foucault, a história da sexualidade é definida, não de acordo com a narrativa freudiana sobre o puritanismo vitoriano ou por injunções contra o discurso sobre sexo e sobre específicas uniões sexuais na família burguesa, mas pela penetração de regimes sociais e auto disciplinadores dentro das mais íntimas esferas da vida moderna. Tampouco os discursos sobre a sexualidade foram inicialmente designados a fim de sublimar a energia sexual das classes exploradas para o trabalho produtivo, mas, antes e principalmente, para estabelecer as distinções da identidade burguesa enraizada na política sexual do lar. Central para o entendimento de Foucault sobre sexualidades e os discursos sobre estas é a emergência do “biopoder”, uma tecnologia política que “trouxe a vida e seus mecanismos à esfera dos cálculos explícitos e constituiu o saber/poder num agente de transformação da vida humana” (HS:143). No século dezenove, o disciplinamento dos corpos individuais e as regulamentações dos processos vitais das populações humanas agregadas se “constituíram nos dois polos através dos quais a organização do poder sobre a vida se tornou organizada” (HS:139). De acordo com esta abordagem, as tecnologias do sexo tiveram um papel crítico: o sexo assumiu uma interface discursiva, ligando a vida do indivíduo à vida da espécie como um todo (HS:146).

Mesmo que nós tenhamos captado bem a essência desta mensagem _ de que os discursos sobre a sexualidade e formas específicas de poder estão inextricavelmente ligadas _, o engajamento com a *História da Sexualidade* tem sido mais formal que substantivo. Isto não quer dizer que os paralelos entre a administração da sexualidade e a administração



do império tenham deixado de ser explorados⁵. Muitos estudiosos do colonialismo têm sido coerentes em observar que outro projeto “vitoriano” crucial — administrar as colônias — implicou na colonização tanto de corpos como de mentes. Numerosos estudos, inclusive o meu, têm se debruçado numa premissa similar de que a administração de discursos e práticas sexuais do colonizador e do colonizado foi fundamental na ordem colonial das coisas. Fomos capazes de demonstrar como discursos sobre sexualidade, que classificaram os sujeitos coloniais em distintos tipos humanos, policiavam os recessos coloniais do poder imperial⁶. Mas, repito, estas leituras aceitam facilmente o fato da relação entre o poder colonial e os discursos de sexualidade, sem confirmar ou seriamente questionar as cronologias específicas oferecidas por Foucault, sua crítica à hipótese repressiva, ou os mapas genealógicos seletivos que ele sugere.

Ao analisar cada um destes temas, este livro se inspira em Foucault e amplia sua análise⁷. Por um lado, examino de que forma suas ideias se aplicam a um contexto colonial; por outro lado, sugiro que um contexto imperial mais amplo restitui o trabalho de pensar a raça na construção da identidade europeia, de formas específicas. Ao tempo em que vários historiadores têm relegado o trabalho empírico de Foucault como um erro irremediável, e antropólogos, assim como outros analistas sociais, aproveitando-se de seus insights teóricos, tendem a tratar seus argumentos históricos específicos como menos relevantes, eu questiono se problemas de historiografia e teoria podem ser separados tão

⁵ Ver, por exemplo, John Kelly, *Politics of Virtue: Hinduism, Sexuality, and Countercolonial Discourse in Fiji* (Chicago: Chicago University Press, 1991); Ronald Hyam, *Empire and Sexuality: The British Experience* (Manchester: Manchester University Press, 1990); Vron Ware, *Beyond the Pole: White Women, Racism and History* (Londres: Verso, 1992); Luise White, *Comforts of Home: Prostitution in Colonial Nairobi* (Chicago: Chicago University Press, 1990); e meu próprio trabalho sobre a política sexual dos europeus no Sudeste Asiático colonial, "Carnal Knowledge and Imperial Power: Gender, Race and Morality in Colonial Asia" in Micaela di Leonardo, ed., *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in a Postmodern Era* (Berkeley: University of California Press, 1991): 51-101, e "Sexual Affronts and Racial Frontiers: European Identities and the Cultural Politics of Exclusion in Colonial Southeast Asia," *Comparative Studies in Society and History* 34-2 (July 1992), p. 514-51.

⁶ Ver também Asuncion Lavrin, ed., *Sexuality and Marriage in Colonial Latin America* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1989); Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (London: Routledge Press, 1992), especialmente capítulo 5; e Vincente Rafael, *Contracting Colonialism* (Ithaca Cornell University Press, 1988) que trata especificamente da sexualidade e da confissão nas Filipinas sob o domínio espanhol.

⁷ Embora mais clareza poderia ter sido alcançada separando esses esforços, optei por tratá-los concomitantemente ao longo deste livro, sinalizando, onde apropriado, minhas diferentes posturas em relação à análise de Foucault: onde eu acho que sua análise abre ou impede uma discussão sobre racismo, onde ele a permite, mas não desenvolve, e onde minha análise desafia a sua.



facilmente. Busco aqui uma crítica das cronologias de Foucault, uma espécie do empírico, não apenas para vasculhar os dados, mas, principalmente, para argumentar que o campo de discursos e práticas no qual a sexualidade burguesa do século dezenove emergiu está situada numa paisagem imperial, onde os adereços culturais de distinção burguesa foram parcialmente formados através dos contrastes construídos na linguagem e política da raça. Eu retraço como certos prognósticos contestam, ou reforçam, uma reconceitualização da história da sexualidade no Ocidente e, de forma mais abrangente, proponho um repensar das convenções historiográficas que puseram as histórias do “ocidente” entre parênteses.

Obviamente que esta missão não é apenas minha. Um impulso coletivo dos estudos pós coloniais na última década tem sido precisamente questionar as divisões simplistas que imaginam uma história europeia e suas coletividades unificadas como sendo independente de alteridades exteriores sobre as quais foi fundada e sobre as quais se reproduz. E a metateoria de Foucault tem tido uma parte importante nisto, animando uma crítica sobre como específicas e contrastantes formas de saber têm estabelecido, desde o início, princípios excludentes de poder imperial. O que é intrigante é como a abordagem da ordem europeia burguesa feita por Foucault tem sido isentada do tipo de crítica que sua insistência em fundir os regimes de saber/poder parece encorajar ou permitir⁸. Por que somos tão complacentes em aceitar uma história da ordem sexual do século dezenove que sistematicamente exclui ou subsume o fato do colonialismo em seu seio? Dizer que Foucault é um produto de sua própria disciplina, seu lugar e seu tempo pode ser generoso, mas não é este o ponto em questão. Afinal, estudos coloniais na década de 1970, a Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, podem ter falado pouco sobre

⁸ Embora Edward Said, por exemplo, observe que "Foucault ignora o contexto imperial de suas próprias teorias", sua crítica à "imaginação de poder" de Foucault e sua "minimização da resistência" leva em conta menos os desequilíbrios teóricos da obra do que a distorção histórica de seu quadro europeu. Ver "Foucault and the Imagination of Power", *Foucault: A Critical Reader*, ed. David C. Hoy (London: Basil Blackwell, 1986). Da mesma forma, o ataque cuidadosamente argumentado de Robert Young às "mitologias brancas" do ocidente graciosamente deixa Foucault escapar do anzol, sugerindo que sua "posição sobre as relações do humanismo ocidental com o colonialismo seria, sem dúvida, semelhante à delineada em sua discussão sobre a relação da etnografia com o colonialismo em *The Order of Things*" (376-7). Robert Young, *White Mythologies: Writing History and the West* (Londres: Routledge, 1990), p. 195. Para outros que se valem da análise discursiva de Foucault para tratar do império e de seus discursos sobre sexualidade sem questionar a historicidade específica pressuposta nesses discursos, ver Lisa Lowe, *Critical Terrains: French and British Orientalisms* (Ithaca: Cornell University Press, 1991); Sara Mills, *Discourses of Differences: An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism* (Londres: Routledge, 1991); e Ronald Hyam, *Empire and Sexual Opportunity* (Manchester: Manchester University Press, 1991).



a relação entre sexualidade e poder colonial, mas têm dito muito sobre expansão imperial do ocidente, e a produção de conhecimento disciplinar⁹.

Assim, algumas perguntas básicas persistem. O que aconteceria com as cronologias de Foucault se as tecnologias de sexualidade fossem reconfiguradas num campo imperial? Seria a busca obsessiva da “verdade sobre o sexo”, no século dezoito ou dezenove, um refúgio saído dos modelos confessionais anteriores, como Foucault defende; ou seria a “verdade sobre o sexo” remodelada ao redor de outras asserções de verdade, especificamente aquelas que são trabalhadas através da linguagem da raça? Enquanto podemos confortavelmente concordar com Foucault que um discurso sobre sexualidade foi incitado e ativado como um instrumento de poder no século dezenove, ainda assim podemos levantar uma questão básica: um discurso sobre quem? Sua resposta é clara: um discurso que produziu quatro “objetos de conhecimento que eram alvos e ancoras do empreendimento do saber” (HS:105), com tecnologias específicas sobre os mesmos: a criança masturbadora da família burguesa, a “mulher histérica”, o casal malthusiano e o adulto perverso. Tais figuras poderiam existir como objeto de conhecimento e discursos sem um contraponto erótico racial, sem referência às energias libidinais do selvagem, do primitivo, do colonizado _ pontos de referência de diferença, crítica e desejo? Em um nível, estes são claramente contrapontos, assim como referentes indexicais, servindo para impulsionar a sociedade burguesa europeia e para sublinhar aquilo que poderia ser classificado como um declínio moral. Mas não são apenas isto. O discurso sexual do império e o da biopolítica do estado, na Europa, são mutuamente constitutivos: seus “alvos” são amplamente imperiais e seus regimes de poder sinteticamente atrelados.

Minha leitura de *História da Sexualidade* se baseia então em duas argumentações básicas, centrais a muitos dos trabalhos recentes nos estudos coloniais. Primeiro, que os discursos sobre a sexualidade na Europa dos séculos dezoito e dezenove, assim como outras assertivas culturais, políticas ou econômicas, não podem ser traçadas apenas na Europa. Ao enclausurar o império, a história da sexualidade europeia de

⁹ Ver, entre outros, Dell Hymes, ed., *Reinventing Anthropology* (New York: Random House, 1969); Talal Asad, ed., *Anthropology and the Colonial Encounter* (New York: Humanities Press, 1973); Gerard LeClerc, *Anthropologie et Colonialisme* (Paris: Fayard, 1972); e Gerald Berreman, *The Politics of Truth: Essays in Critical Anthropology* (New Delhi: South Asian Publishers, 1981), especialmente o capítulo 2, escrito em 1970.



Foucault acaba por perder de vista lugares-chaves na produção daquele discurso, desprezando as práticas que *racializaram* os corpos e, conseqüentemente, omitindo um campo de saber que poderia proporcionar os contrastes através dos quais um “corpo burguês, vigoroso e saudável” faria sentido. Os discursos europeus sobre sexualidade no século dezoito podem – e de fato devem – ser traçados juntamente com uma rota mais ampla do circuito imperial que conduzam às tecnologias do sexo do século XIX. Eles foram redirecionados pelos discursos imperiais e suas exigências, por homens e mulheres cujas asserções de um self burguês, e os contextos racializados em que estas foram construídas, não poderiam ser separadas. Assim, abordo *História da Sexualidade* por vários caminhos, comparando suas cronologias e rupturas estratégicas àquelas das colônias e analisando estas inflexões num solo racialmente carregado. No entanto, de forma não menos importante, eu argumento que uma “comparação” entre estas duas tecnologias aparentemente dispersas do sexo na colônia e na metrópole pode perder de vista o quanto estas tecnologias estão interligadas.

Argumento também que as obsessões e refrações do discurso imperial de sexualidade não estavam restritas apenas à cultura burguesa das colônias. Ao trazer as ansiedades discursivas e as lutas práticas a respeito da cidadania e identidades nacionais no século dezenove de forma mais precisa à moldura de Foucault, as identidades burguesas tanto na metrópole como na colônia emergem mais tácita e enfaticamente codificadas por raça. Discursos sobre sexualidade fazem mais que definir as distinções do *self burguês*; ao identificar membros marginais do corpo político, estes discursos mapearam os parâmetros morais das nações europeias. Profundamente sedimentados na moralidade sexual, estes discursos puderam redesenhar as “fronteiras internas” das comunidades nacionais, fronteiras estas que foram asseguradas através – e às vezes de forma contraditória – dos contornos da *raça*. Tais discursos nacionalistas foram determinados por princípios culturais excludentes que, além de separarem a classe média do pobre, marcaram aqueles cujas reivindicações sobre direitos de propriedade, cidadania, e assistência pública eram merecedores de reconhecimento e aqueles que não o eram.

Discursos nacionalistas emergiram a partir de, ao tempo em que reforçaram, uma política de exclusão mais ampla. Esta versão não está preocupada apenas com os marcadores visuais da diferença, mas com a relação entre características visíveis e propriedades invisíveis, forma exterior e essência interior. O acesso a estes marcadores de identidade



irrastráveis poderia selar destinos sociais, políticos e econômicos. Discursos imperiais que separam colonizadores de colonizados, observadores metropolitanos de agentes coloniais, e colonizadores burgueses de seus compatriotas subalternos designaram certas competências culturais, disposições psicológicas e hábitos refinados. Estes, por sua vez, definiram as falhas escondidas _ as fixas e as fluidas _ ao longo das quais avaliações *generificadas* de pertencimento de classe e raça seriam desenhadas. No âmbito do léxico de civilidade burguesa, autocontrole, autodisciplina e autodeterminação foram características definidoras do self burguês nas colônias. Estas características, afirmadas num meio familiar ideal, eram frequentemente transgredidas por contaminações sexuais, morais e raciais nos mesmos lares coloniais europeus. A repressão foi claramente parte desta história, mas, como Foucault argumenta, esta estava subsumida por algo mais. Estes discursos de autocontrole eram produtivos de distinções raciais, de noções clarificadas de “branquitude” e do que significava ser um verdadeiro europeu. Estes discursos proveram as categorias instrumentais em que a divisão imperial do trabalho era esclarecida, legitimada e _ quando sob ameaça _ restaurada.

Se este realinhamento da história da sexualidade através da história do império faz sentido analítico, então nós temos que perguntar se as configurações raciais do mundo imperial, mais do que apenas periféricas ao cultivo do self burguês do século dezanove, não foram constitutivas deste. Nesta perspectiva, o racismo do século dezanove poderia não ser “ancorado” nas tecnologias europeias do sexo, como Foucault defende. Se a sexualidade e as taxonomias de raça são mutualmente construídas a partir de “uma história mais compreensiva das categorias biológicas de exclusão”¹⁰, como Tom Laqueur argumenta, então nós temos que ver a raça e a sexualidade como mecanismos ordenadores que compartilham sua emergência com a ordem burguesa do início do século dezanove, “aquele início da idade moderna”¹¹. Tal perspectiva entende a raça, o racismo e suas representações como empreendimentos estruturados dos universais pós-iluministas, como características formativas da modernidade profundamente arraigadas no

¹⁰ Tom Laqueur, *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud* (Cambridge: Harvard University Press, 1990) 155. Ver também “The Idea of Race and its Elevation to Autonomous Scientific and Legal Status”, de Collette Guillaumin, *Sociological Theories: Race and Colonialism* (Paris: UNESCO, 1980), que faz uma observação semelhante ao argumentar, de forma mais geral, que o aumento histórico da individualidade legal deu origem à noção legal de raça, ver esp. p. 46-49.

¹¹ Foucault, *The Order of Thing*, xxii.



liberalismo burguês, e não como consequências aberrantes destes¹². Minha preocupação aqui não é isolar o momento de origem do racismo, muito menos argumentar que todos os racismos são fundamentalmente os mesmos. Ao contrário, eu atribuo um deslize entre os projetos que a modernidade, o iluminismo e o liberalismo burguês abraçaram, para demonstrar outro ponto, um ponto que contemple como o pensamento racial se alimenta de uma variedade progressiva de projetos e delinea as taxonomias sociais definindo quem será excluído destes.

Minha leitura colonial é de um tipo particular, nem definitivo nem compreensivo. Não é uma leitura de concepções culturais alternativas da sexualidade, nem uma descrição enciclopédica de como corpos coloniais foram formados pelas políticas sexuais dos estados coloniais. Tampouco traça as formas subversivas em que diferentes segmentos das populações colonizadas se apropriaram das civilidades impostas a eles e relê essas injunções morais contra seu solo europeu, uma tarefa que outros já realizaram muito bem¹³. Minha tarefa é mais especificamente delineada e focada. É um esforço para ver em que o trabalho de Foucault

¹² Ver Henry Louis Gates, Jr. Introdução. *"Race," Writing, and Difference* (Chicago: University of Chicago Press, 1986) 3; Michael Banton. *The Idea of Race* (Londres: Tavistock, 1977) esp. Capítulo 2 "A herança intelectual", 12-26; Collette Guillaumin, "Idea of Race"; George Masse, *Toward the Final Solution: A History of European Racism* (Madison: University of Wisconsin Press, 1978); Leon Poliakov, *The Aryan Myth: A History of Racist and Nationalist Ideas in Europe* (Londres: Heineman, 1974); Zygmunt Bauman, *Modernity and the Holocaust* (Ithaca: Cornell University Press, 1989). Muitos desses argumentos foram recentemente sintetizados por David Goldberg em *Racist Culture: Philosophy and the Politics of Meaning* (Oxford: Blackwell, 1993).

¹³ Mesmo que neste projeto o colonialismo seja visto a partir de uma ótica europeia, mas não determinado por ela, essa ainda é uma limitação imposta pelos circuitos específicos que estabeleci para sua compreensão. Para um tratamento diferente que explora mais completamente as taxonomias imperiais e suas apropriações colonizadas, consulte minha introdução com Frederick Cooper, "Between metropole and colony: Rethinking a Research Agenda", *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. eds. Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (Berkeley: University of California Press) e Ann Stoler "In Cold Blood Hierarchies of Credibility and the Politics of Colonial Narratives", *Representations* 37 (1992): 151-189. É importante sublinhar que não estou afirmando que a história da sexualidade burguesa europeia, de Foucault, nem minha reformulação da história dessa história, é generalizável para outros contextos culturais, ou poderia ser mapeada para as histórias de sexualidade, poder e reivindicações de verdade sobre o eu, entre populações subjugadas específicas, no mundo colonizado do século dezanove. Essas histórias não podem ser "lidas" nas europeias. Isso não significa, no entanto, que a consideração dessas articulações imperiais seja irrelevante para essas outras configurações culturais e políticas. Pelo contrário, a distribuição particular de diferenças que ajudaram a construir o que era dominante e burguês para a Europa imperial pode ser importante para entender como as populações colonizadas reivindicaram direitos, e estrategicamente se movimentaram contra o estado colonial. Não são esses enquadramentos imperiais que são espelhados, mas as maneiras como os conceitos estão organizados neles que os tornam disponíveis para projetos políticos de oposição. As análises de Partha Chatterjee sobre tais apropriações em *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse* (London: Zed, 1986) e em *The Nation and its Fragments* (Princeton: Princeton University Press, 1993) são óbvias e casos exemplares desta questão.



complementa nosso entendimento da formação burguesa dos colonizadores europeus e suas categorias jurídicas e, de forma complementar, de que modo as configurações políticas das culturas coloniais europeias podem trazer um novo entendimento da *História da Sexualidade*.

Ao explorar a construção de uma ordem colonial europeia burguesa, parto primariamente do contexto colonial que me é mais familiar: as Índias Orientais Holandesas no século dezanove e início do século vinte. Porém, as ansiedades coloniais holandesas a respeito dos significados de “ser holandês” e seus derivados também fornecem um toque para argumentos mais amplos. Muito consciente das peculiaridades que distinguem as noções holandesas, francesas e britânicas do que significa ser burguês, estou, no entanto, convencida de que a construção das sensibilidades burguesas nesta variedade de contextos são fundamentalmente comparáveis. No capítulo 4, argumento que cada uma delas definiu sua civilidade única através de uma linguagem de diferença, desenhada em imagens de pureza racial e virtude sexual. Tal linguagem de diferença invoca a suposta falência moral de populações culturalmente dissonantes, as distinguindo dos interesses daqueles que estão no poder. Para cada um destes contextos, a moralidade burguesa estava estrategicamente aliada com a autoridade moral dos estados liberais do século dezanove. As ordens burguesas europeias produziram uma multiplicidade de discursos que se basearam nos perigos dos “inimigos internos”, de origem racial, sexual e de classe, um argumento que Foucault também faz ao traçar a genealogia do racismo nas suas palestras no Collège de France. Como Geoff Eley aponta, no discurso burguês europeu do século dezanove, a cidadania era “uma faculdade a ser aprendida e um privilégio a ser alcançado”¹⁴. Estes discursos eram povoados com invasores sorrateiros do corpo político, franceses “fictícios”, holandeses “fabricados”, ingleses evangelizados, mas não “verdadeiros” cidadãos, que ameaçavam transpassar as “fronteiras interiores” dos estados nações tanto nas colônias como nas metrópoles¹⁵.

¹⁴ Ver, de Geoff Eley, "Liberalism, Europe, and the Bourgeoisie" in: David Blackburn e Richard Evans. eds., *The German Bourgeoisie* (London: Routledge, 1991), p. 300.

¹⁵ Ver Etienne Balibar, "Paradoxes of Universality" em David Goldberg, ed., *Anatomy of Racism* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990), onde ele discute como o racismo "embarca na busca obsessiva de um 'núcleo' [nacional]" baseado amplamente em "critérios de classe social", 284-5. Ver também Balibar, "Fichte and the Internal Border: On Addresses to the German Nation," in *Masses, Classes, Idea: Studies on Politics and Philosophy before and after Marx* (Londres: Routledge, 1994) p. 61-86, em que as ambiguidades políticas da noção de Fichte de uma "fronteira interior" são explicitadas.



Em resumo, o discurso do *eu burguês* foi fundado no que Foucault chama de uma particular “rede de inteligibilidade”, uma hierarquia de distinções na percepção e prática que confluíram, substituíram e subsumiram as categorias de raça, classe e alteridades sexuais de forma estratégica e em diferentes momentos. Portanto, esta atenção à instrumentalização da raça através da linguagem de classe não é tão dissonante com o projeto de Foucault quanto seu legado de publicações escritas parece apontar. Nas suas palestras, no Collège de France, discutidas no capítulo 3, Foucault traça a derivação da linguagem de classe do século dezanove, a partir de discursos anteriores de raça, como um elemento chave na evolução da historiografia da própria Europa.

Ao destacar algumas das mudanças genealógicas eclipsadas pela visão estreita de Foucault sobre o Ocidente, chamo a atenção para certos domínios específicos em que o discurso de sexualidade se articula às políticas da raça. Eu utilizo o caso das Índias para ilustrar _ e de fato apenas para apontar aqui _ como o cultivo de um *eu europeu* (e especificamente uma identidade holandesa burguesa) foi firmado na proliferação de discursos sobre pedagogia, paternidade, sexualidade das crianças, serviços e higiene tropical: micro lugares em que designações de pertencimento racial eram sujeitas a avaliações *generificadas* e onde “caráter”, “boas-origens”, e criação apropriada eram implicitamente racializadas. Estes discursos fazem mais do que prescrever um comportamento adequado, eles apontam como a identidade burguesa foi fundamentalmente atada às noções do ser “europeu” e do ser “branco”, e como prescrições sexuais serviram para assegurar e delinear os cidadãos autênticos e de primeira classe do estado nação. Crucial ao meu argumento, e distinto da concepção auto-referenciada de identidade burguesa de Foucault, enfatizo os termos *relacionais* em que os eus burgueses foram concebidos.

Em suma, construo três tipos de argumentos. O primeiro diz respeito à cronologia: o porquê de Foucault situar o “nascimento do racismo” no final do século dezanove e quais as consequências disto. Parte da resposta pode ser encontrada na *História da Sexualidade*, e mais ainda nas palestras realizadas em 1976 no Collège de France, quando aquele volume ainda estava em processo de publicação. Segundo, argumento que uma gramática racial implícita delineou os regimes sexuais da cultura burguesa de formas mais variadas do que Foucault explorou e com uma datação anterior a que ele definiu. Aqui, valho-me de uma ampla rede baseada numa literatura pós-colonial emergente que, uma vez construída



nas margens da historiografia ocidental, tem começado a revelar sua essência. Construo meu argumento, em parte, a partir dos registros dos arquivos coloniais holandeses. Nestes registros, as ambiguidades das categorias raciais e as incertezas da identidade europeia, nas Índias do século dezanove, eram explicitamente debatidas no sentido de definir os perigos raciais do desejo, as coordenadas de classe sobre o que seriam “verdadeiros” europeus e as competências culturais requeridas para atribuição de status europeu.

Em terceiro lugar, ao atentar para as “tensões do império” que atravessavam as dicotomias do colonizador e do colonizado, colônia e centro, reconecto uma série de domínios que haviam sido tratados de forma discreta nos escritos coloniais, divisões que os estudiosos do colonialismo muitas vezes atribuíram a si mesmos. Como, por exemplo, os historiadores holandeses vieram a pensar que o mapeamento racial da assistência social financiada pelo estado para os pobres brancos das Índias é irrelevante para o discurso liberal a respeito de assistência aos pobres da Holanda do século dezanove? O que permitiu que os historiadores franceses dissecassem as ansiedades sobre a identidade nacional francesa na virada do século XX sem traçar os acalorados debates travados sobre a categoria de mistura de sangue na Indochina francesa no mesmo período? Porque ambos os estudantes das histórias coloniais e europeias trataram, por tanto tempo, as “missões civilizadoras” na metrópole e na colônia como se fossem projetos independentes?

Pode-se argumentar, como o faz Robert Young, que a visão coletiva da literatura euro-americana estava turvada pelas “mitologias brancas” da escrita da história no Ocidente¹⁶. No entanto, em que se constituiria um esforço bem-sucedido de escrever contra estas mitologias não é auto evidente. Não se poderia, por exemplo, meramente “comparar” as reformas da metrópole e da colônia para demonstrar que seus significados políticos são os mesmos. Não se poderia, tampouco, assumir que o discurso sobre a paternidade se adapta igualmente em Haiphong e Paris, nem que os debates sobre o “abandono de crianças” em Amsterdã e na Batavia têm a mesma equivalência política. Mais do que isto, eu penso que deveríamos perguntar, como Foucault o faz para outros contextos, como vocabulários aparentemente compartilhados de reforma social e sexual podem, algumas vezes, permanecer os mesmos e outras vezes divergirem e/ou serem transpostos para significados políticos distintos e

¹⁶Young. *White Mythologies*.



em oposição. Foucault se volta para este processo em *História da Sexualidade* com apreço pelos discursos da sexualidade e, novamente, de forma ainda mais ousada, quando delineia, em suas palestras, a mobilidade estratégica dos discursos raciais. Em cada um desses projetos, Foucault oferece formas de repensar a ordem colonial das coisas, formas que o desafiam, e que às vezes derivam dele.

Localizando O Império Em História Da Sexualidade

Por um longo período, ou assim conta a história, nós apoiamos o regime Vitoriano, e continuamos a ser por ele dominado até os dias de hoje. Assim, a imagem do puritanismo imperial está marcada com fogo em nossa sexualidade reprimida, muda e hipócrita. (HS:3)

Estudiosos do império têm mostrado pouco interesse nas rupturas históricas e periodicidades em que as novas tecnologias do sexo se desenvolveram e na rejeição de Foucault da hipótese repressiva de Freud. No máximo, como irei demonstrar a seguir, tivemos fidelidades contraditórias à perspectiva foucaultiana, de um lado, e, de outro, às afirmações freudianas implícitas sobre as psicodinâmicas do império, às energias sexuais “aliviadas” e às formas com que estes regimes funcionaram e se estenderam. Nós temos sido profundamente silenciosos sobre as “quatro unidades estratégicas” que Foucault localizou no coração das tecnologias do sexo do século dezoito: a *histerização* dos corpos das mulheres, a expertise pedagógica aplicada à sexualidade da criança, a socialização da vida reprodutiva, e a analítica psiquiátrica sobre o prazer perverso (HS:104-105). São estes intensos lugares de poder relevantes para a história imperial, ou passam ao largo desta? E, se eles são relevantes, porque tão pouco se tem falado a respeito deles? Mais intrigante ainda, numa aproximação ao tema do terreno etnológico do parentesco, Foucault identifica uma mudança de um “dispositivo da aliança” para um “dispositivo da sexualidade”, no século dezoito, que marca o caráter moderno do poder. Ainda assim, isto também tem sido silenciado e quase não rende comentários numa audiência antropológica.

Alguns destes problemas residem no próprio trabalho de Foucault, outros estão em nós mesmos. Em certa medida, a *História da Sexualidade* parece impedir este empreendimento. Foucault



explicitamente retraça o dispositivo da sexualidade dentro de um campo analítico confinado à metrópole _ a “sexualidade ocidental moderna”. É-nos oferecida uma distinção entre “arte erótica” (*ars erótica*) do Oriente, e uma “ciência da sexualidade” (*scientia sexualis*) do Ocidente (HS:70-71). A imagem do “puritanismo imperial” no parágrafo de abertura, citado anteriormente, do volume I, é a primeira e única referência ao fato do império. Para Foucault, a imagem do puritanismo é o principal suporte de nossa leitura equivocada da sexualidade do século dezanove. O império é apenas um pano de fundo para a ideologia Vitoriana, e histórias contemporâneas a seu respeito são facilmente descartadas e não mais discutidas¹⁷. O “puritanismo” é substituído; o império desaparece juntamente com sua caricatura. O incitamento do discurso sexual na Europa do século dezoito e dezanove historiciza um problema europeu. Foucault retraça a biopolítica que emergiu no início dos anos 1700 e floresceu na Europa no século dezanove ao longo de eixos que são únicos à Europa, o que Gayatri Spivak acertadamente rejeita como uma versão auto-contida da história, reduzida ao Ocidente¹⁸. A observação de James Clifford de que Foucault era “escrupulosamente etnocêntrico”¹⁹ pode oferecer alguma segurança de que ele assiduamente se confinou no campo epistemológico da Europa, mas quando lidando com questões de raça, tal cuidadosa restrição deveria nos fazer parar para pensar. Suas genealogias da identidade burguesa do século dezanove não estão apenas profundamente enraizadas numa cultura ocidental auto-referenciada, mas também atreladas aos parâmetros geográficos europeus²⁰.

Tais mitos de origem da cultura europeia são menos críveis nos dias de hoje, na medida em que o domínio da história europeia que estava entre parênteses foi aberto para investigação, suas fontes re-acessadas, suas fronteiras borradas. Quase duas décadas depois de *História da Sexualidade* ter aparecido, e na medida em que os estudos coloniais

¹⁷ Ver Edward Said, *Culture and Imperialism* (New York: Knopf, 1993), em que ele explora essa presença/ausência do império na literatura europeia.

¹⁸ Gayatri Spivak, "Can the Subaltern Speak" in Cary Nelson and Lawrence Grossberg, eds., *Marxism and the Interpretation of Culture* (Urbana: University of Illinois Press, 1988).

¹⁹ James Clifford, *The Predicament of Culture* (Cambridge: Harvard University Press, 1988), p. 261.

²⁰ Não se trata apenas de que o império é excluído, mas a própria Europa é definida por aqueles poderosamente situados dentro dela, ou seja, pelos seus parâmetros do norte da Europa. Assim, Espanha e Portugal são às vezes eclipsados, enquanto a Europa se refere amplamente à Inglaterra, Alemanha e França. Ver "Beyond Occidentalism: Towards Non-Imperial Geohistorical Categories" de Fernando Coronil, *Cultural Anthropology* (no prelo), onde ele lida com a geopolítica distorcida que constituiu o que concebemos como "Europa" e o domínio próprio da história europeia. Ver também Deny Hay, *Europe: The Emergence of an Idea* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 1957).



passaram de uma preocupação delimitada às consequências do colonialismo para o colonizado, a fim de incluir as tensões que atravessam lugares metropolitanos e coloniais da ordem imperial, estaríamos motivados a indagar se a formação dos sujeitos burgueses do século dezenove pode ser localizada fora daqueles campos de força nos quais o conhecimento imperial foi promovido e os sujeitos desejan­tes construídos. Pois, afinal de contas, foi Foucault quem localizou as conexões entre a produção de conhecimentos específicos, formas de poder e expressões de desejo, no centro de seu trabalho²¹. Instrumentalizados com o impulso de Foucault em escrever a história do desejo ocidental, rejeitando o desejo como um instinto biológico ou como uma resposta à proibições repressivas, deveríamos ser impelidos a perguntar quais outros desejos são excluídos de suas análises, e a questionar de que forma mudanças nas *distribuições* imperiais de sujeitos masculinos *desejan­tes* e objetos femininos desejados podem redesenhar também esta história²².

Na medida em que começamos a explorar as colônias como mais do que locais de exploração, mas como "laboratórios da modernidade", as trajetórias genealógicas que mapeiam o que constitui invenções metropolitanas versus coloniais mudaram acentuadamente de curso²³. Com esse redirecionamento, as marcas da produção cultural europeia foram identificadas em empreendimentos anteriores do império e, às vezes, nas colônias primeiro. Assim, Sidney Mintz sugeriu que as estratégias disciplinares da produção industrial em grande escala podem ter sido elaboradas nas colônias antes de serem experimentadas em contextos europeus²⁴. Timothy Mitchell colocou o panóptico, esta instituição modelo suprema de poder disciplinar, como uma invenção colonial que apareceu pela primeira vez no Império Otomano, não no

²¹Como observado por Arnold Davidson em "Sex and the Emergence of Sexuality", *Critical Inquiry* 17 (1987): p. 16-48.

²² Críticas feministas sobre Foucault colocaram essa questão de forma mais geral, mas sem referência específica ao império. Ver, por exemplo, Teresa de Lauretis: *Technologies of Gender* (Bloomington: Indiana University Press, 1987), Judith Butler, *Gender Trouble* (London: Routledge, 1990); Biddy Marlin, "Feminism, Criticism, and Foucault", *New German Critique* 27 (Fall 1987): p. 3-30; Edith Kurzweil, "Michel Foucault's History of Sexuality as Interpreted by Feminists and Marxists", *Social Research* .53-4 (Winter 1986): p. 647-63; Caroline Ramazanoglu, ed., *Up Against Foucault: Explorations of Some Tensions between Foucault and Feminism* (New York: Routledge, 1993); Lois McNay, *Foucault and Feminism* (Boston: Northeastern University Press, 1992); Jana Sawicki, *Disciplining Foucault: Feminism, Power, and the Body* (New York: Routledge, 1991).

²³ Ver Gwendolyn Wright, *The Politics of Design in French Colonial Urbanism* (Chicago: University of Chicago Press, 1991) e *French Modern*, de Paul Rabinow (Berkeley: University of California Press, 1989), para diferentes elaborações dessa noção.

²⁴ Sidney Mintz, *Sweetness and Power* (New York: Viking, 1985).



norte da Europa²⁵. As políticas francesas de planejamento urbano foram certamente experimentadas em Paris e Toulouse, mas, como Gwendolyn Wright e Paul, Rabinow demonstraram com tanta habilidade, provavelmente em Rabat e Haiphong primeiro²⁶. Mary Louise Pratt vai mais longe e argumenta que os modos de disciplina social tidos como essencialmente europeus foram inspirados por empreendimentos imperiais do século dezessete e só então remodelados para a ordem burguesa do século dezoito²⁷. Nicholas Dirks levantou a possibilidade de que o próprio conceito de cultura "é uma formação colonial"²⁸. Aquelas histórias reconfiguradas nos levaram a repensar as genealogias culturais europeias de maneira geral e a questionar se os principais símbolos das sociedades ocidentais modernas, tais como liberalismo, nacionalismo, bem-estar do Estado, cidadania, cultura e a própria "europeidade", não foram elucidados pelos exilados coloniais na Europa. E, se não foram aprisionados por aquelas classes colonizadas em sua rede pedagógica na Ásia, África e América Latina, e só então trazidas para "casa"²⁹. Ao classificar essas etiologias coloniais da cultura ocidental e seus gestos reformistas, não se pode deixar de perguntar se a genealogia de Foucault da identidade burguesa e sua biopolítica também podem ser delineadas por meio de mapeamentos imperialistas de maior amplitude, que localizem o pensamento racial e as noções de "branquitude" como constitutivos e correlatos daqueles.

Em uma entrevista de 1976, respondendo a uma pergunta feita pelo jornalista italiano Duccio Trombadori, se ele via seus livros como um

²⁵ Timothy Mitchell, *Colonising Egypt* (Berkeley: University of California Press, 1991), p. 35.

²⁶ Wright, *The Politics of Design*; Rabinow, *French Modern*.

²⁷ Pratt, *Imperial Eyes*, p. 36.

²⁸ Nicholas Dirks, *Colonialism and Culture* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991), p. 3.

²⁹ Sobre o liberalismo e a Índia britânica, ver: "Liberal Strategies of Exclusion" de Uday Mehta, *Politics and Society* (Dec. 1990), p. 427-454; sobre "cultura como uma formação colonial", ver Nicholas Dirks, "Introduction: Colonialism and Culture" in *Colonialism and Culture*; sobre planejamento urbano, ver Rabinow, *French Modern*, e Wright, *Politics of Design*; sobre império, cidadania e políticas emergentes de bem-estar, ver meus textos: "Sexual Affronts and Racial Frontiers", *Comparative Studies in Society and History* 34.2 (July 1992), p. 514-51 e "The Politics of Mothercare: Poor White and the Subversion of the Colonial State", capítulo 5 de *Carnal Knowledge and Imperial Power: Bourgeois Civilities and the Cultivation of Racial Categories in Colonial Southeast Asia* (Berkeley: University of California Press, no prelo); sobre nacionalismo, ver Benedict Anderson, *Imagined Communities* (London: Verso, 1983) e "Fax Nationalism" (manuscrito); sobre europeidade, ver Stoler, "Rethinking Colonial Categories" in: *Comparative Studies in Society and History* 13. 1 (1989), p. 134-61, e Daniel Segal "The 'European': Allegories of Racial Purity," *Anthropology Today* 7.5 (Oct. 1991): p. 7-9. Sobre as histórias achatadas que o "ocidentalismo" produziu (com os trabalhos de Sidney Mintz e Eric Wolf oferecidos como exemplos notáveis), ver Fernando Coronil, "Beyond Occidentalism: Towards Non-Imperial Geohistorical Categories", *Cultural Anthropology*, (no prelo).



conjunto de "ensinamentos", como um "discurso que prescreve", Foucault respondeu:

No meu caso, é um assunto totalmente diferente; meus livros não têm esse tipo de valor. Funcionam como convites, como gestos públicos, para quem eventualmente queira fazer a mesma coisa, ou algo parecido, ou, em todo caso, que pretenda imiscuir-se nesse tipo de exercício.³⁰

A *História da Sexualidade* é um projeto esquemático do que Foucault pretendia escrever, mas optou por não completar. Portanto, ainda mais do que em *The Order of Things*, que Foucault esperava que fosse lido como um "local aberto", no volume I, ele estende esse convite de forma mais explícita do que na maioria de suas obras³¹. Por mais prescritivo que possa ser, ele nos deixa com mais provocações do que argumentos cuidadosamente elaborados, e um número surpreendente de convenções a serem percorridas se aceitarmos seu convite. Minha própria resposta ao "gesto público" de Foucault foi fazer "algo parecido", algo que, como ele poderia ter antecipado, não sairia da mesma forma. Ao reler *História da Sexualidade* sob uma luz colonial inexplorada, "fora do centro de poder imperial" (*off center court*), como Ben Anderson disse certa vez, suponho que haja algum desejo implícito de lançar este livro como uma abertura, como uma provocação, como um convite meu³².

Nesse sentido, coloco dois tipos de questões: primeiro, como a *História da Sexualidade* e as palestras sobre raça podem ser localizadas de forma diferente dentro dos projetos mais amplos de Foucault, e, segundo, como tais locais informam novas maneiras de escrevermos "histórias eficazes do presente" nos estudos coloniais hoje.

³⁰ Foucault, *Remarks on Marx* (New York: Semiotext(e), 1991), p. 40.

³¹ Foucault, *The Order of Things*, xii.

³² Anderson, *Imagined Communities*.

Estudos Coloniais e a História da Sexualidade

ABSTRACT: Originally published in 1995, this chapter from Ann Stoler's seminal *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things* is presented here in its first Portuguese translation. Ann Laura Stoler has become one of the most influential reviewers of Michel Foucault's *History of Sexuality*, infusing his writings with new perspectives on issues of race, coloniality, nationhood, class formation, gender, morality, and sexuality. Stoler is a Willy Brandt Distinguished Professor of Anthropology and Historical Studies at the New School for Social Research in New York City, and is director of its Institute for Critical Social Inquiry. She has made significant contributions to the fields of colonial and postcolonial studies, historical anthropology, racial epistemologies, and feminist theory. In addition to this book, the author has other important publications, including: *Carnal Knowledge and Imperial Power* (2002), *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (2008), *Duress: Imperial Durabilities in our Times* (2016), and *Interior Frontiers: essays on the entrails of inequality*(2022). We are grateful for the author's and Duke University Press's kind permission for this publication.

KEYWORDS: Foucault, Sexuality, Race, Biopower, Colonialism.

Ann STOLER

New School of Social Research, New York

Suzana MAIA (Tradutora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Doutora em Antropologia pelo Graduate Center da City University of New York (CUNY), Professora Associada de Antropologia e Estudos de Gênero da

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Professora colaboradora do Pós-Afro, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA).

Email: maiasuz@gmail.com

Irma VIANA (Tradutora)

Universidade Federal da Bahia

Doutora pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade do Instituto de Artes Humanidades e Ciências Milton Santos (IAHC) da UFBA, com

Estágio Doutoral na Universidade de Roma La Sapienza. Pós-Doutora,

Pesquisadora.

Email: irmaviana537@gmail.com

Recebido em: 14/10/2020

Aprovado em: 13/09/2022